

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A. C. SIMÕES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO ARQUITETURA E URBANISMO

DARA MARIA ANDRADE NASCIMENTO

**ONDE MORAM AS DOMÉSTICAS
QUE TRABALHAM EM ARACAJU? A DIMENSÃO INTERSECCIONAL E
SOCIOESPACIAL DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO**

Maceió

2023

DARA MARIA ANDRADE NASCIMENTO

**ONDE MORAM AS DOMÉSTICAS
QUE TRABALHAM EM ARACAJU? A DIMENSÃO INTERSECCIONAL E
SOCIOESPACIAL DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO**

Dissertação apresentado ao Curso de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal de Alagoas, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Arquitetura e
Urbanismo

Orientador: Prof^a. Dra. Juliana Michaello
Macedo Dia

Maceió
2023

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

N244o Nascimento, Dara Maria Andrade.

Onde moram as domésticas que trabalham em Aracaju? : a dimensão interseccional e socioespacial do trabalho doméstico remunerado / Dara Maria Andrade Nascimento. – 2023.

218 f. : il. color.

Orientadora: Juliana Michaello Macedo Dias.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 212-218.

1. Trabalho doméstico. 2. Segregação urbana. 3. Migração. I. Título.

CDU: 711.4:64.047

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, Valdeci, por todo amor, dedicação e apoio durante todos os momentos e agradeço a minha irmã, Daiana, pelo apoio e companheirismo.

Agradeço aos meus amigos, em especial Ariel e Cecília, que me ajudaram imensamente quando tive depressão no decorrer do mestrado. Não teria conseguido voltar para Aracaju sozinha sem vocês. Obrigada por isso e por todos os momentos felizes que passamos.

Agradeço a minhas amigas, Bruna e a Babi pela ajuda na edição e revisão da dissertação.

Agradeço a Matheus por compartilharmos os desafios do mestrado. Você se tornou um amigo e aliado nos desabafos amorosos, emocionais e acadêmicos.

Agradeço a minha psicóloga, Jéssica, por ter me ajudado a me encontrar naqueles períodos tenebrosos e por todo o caminho que tem me ajudado a trilhar.

Agradeço a Quitéria por ter sido tão receptiva e ter me ajudado com o desenvolvimento da pesquisa, e agradeço também às demais mulheres que trabalham no Sindicato e na Casa da Doméstica de Sergipe pelo acolhimento.

Agradeço imensamente a todas as mulheres que toparam compartilhar suas histórias comigo, vocês não fazem ideia do quanto contribuíram para esse trabalho, que não é só meu, é nosso, tem um pouco de vocês em cada página.

Agradeço a Augusto, meu primeiro orientador, por ter me ajudado na readequação do projeto de pesquisa.

Agradeço a Juliana Michaello por ter me acolhido e me guiado tão bem durante a pesquisa. Você me fazia acreditar em mim quando eu não estava mais acreditando. Muito, muito obrigada!

Agradeço a Diana Helene por ter me recebido como estagiária docente, aprendi muito com a experiência, agradeço por ter me convidado para a disciplina “Trabalho, Tecnologia e Cuidado” que além de oferecer ótimas discussões e conhecimento, me manteve com foco e objetivo quando estava depressiva, e agradeço por aceitar ser minha avaliadora e por ter contribuído ainda mais com a pesquisa.

Por fim, agradeço as avaliadoras Daniela Cota e Débora Cavalcante, pelas contribuições preciosas ao meu trabalho, foi muito significativo estar naquela banca com mulheres incríveis como você

“Bilhões de mulheres se ocupam incansavelmente da tarefa de limpar o mundo. Sem o trabalho delas, milhões de empregados, de agentes do capital, do Estado, do Exército, das instituições culturais, artísticas e científicas, não poderiam ocupar seus escritórios, comer em refeitórios, realizar reuniões, tomar decisões em espaços asseados onde lixeiras, mesas, cadeiras, poltronas, pisos, banheiros, restaurantes foram limpos e postos à sua disposição. Esse trabalho indispensável ao funcionamento de qualquer sociedade deve permanecer invisível.” (VERGÈS, 2020.)

RESUMO

O trabalho doméstico remunerado no Brasil é perpassado por questões sociais e históricas, por isso 97% dos trabalhadores são do sexo feminino e a maioria delas negras e pobres. Além disso, no espaço urbano brasileiro, principalmente nas grandes cidades, existe uma fragmentação evidente em termos de raça e classe, e essa população negra e pobre normalmente se localiza em áreas ambientalmente frágeis e nas margens da cidade, enquanto a população branca e com maior poder aquisitivo mora, majoritariamente, nos bairros centrais dotadas de infraestrutura. Pensando nisso, é possível supor que grande parte das trabalhadoras domésticas percorrem longas distâncias entre suas residências e as casas dos patrões, enfrentando obstáculos na mobilidade urbana. Contudo, esse é apenas uma parte dos problemas encarados por essas trabalhadoras, o que se vive no íntimo familiar da casa do patrão é o principal desafio a ser vivido por essas mulheres. Por isso, o objetivo do trabalho é mapear de modo quantitativo onde moram as domésticas que trabalham em Aracaju e de modo qualitativo as violências e resistências que vivenciam em seus trabalhos. Para abordar as questões mais amplas ligadas ao primeiro ponto, foi realizada uma coleta de dados na Casa da Doméstica e no Sindicato das domésticas de Sergipe que tornou possível fazer uma análise territorial de onde essas domésticas moram e com os dados do Censo Demográfico do IBGE 2010 também foi possível analisar os dados socioeconômicos que essas localidades possuem. A metodologia para alcançar o segundo intuito foi a realização de entrevistas com seis trabalhadoras domésticas, fundamental para dar mais embasamento às informações teóricas coletadas bibliograficamente além de ampliar e trazer à tona novas questões, por isso seus relatos estão distribuídos ao longo de toda a dissertação, perpassando diferentes temáticas. Diante disso, esta dissertação inicia apresentando o histórico do trabalho doméstico em nosso país, ressaltando a diferença entre mulheres brancas e negras, e como os sindicatos de domésticas pelo Brasil e em Sergipe atuaram na luta pela conquista dos seus direitos trabalhistas. Também aborda a formação do espaço urbano mostrando como a desigualdade social se estabelece, principalmente na Grande Aracaju, e como a capital representa uma centralidade para o estado influenciando a migração de mulheres em busca de trabalho doméstico. E, por fim, o estudo finaliza com a análise territorial mostrando como a moradia dessas trabalhadoras se encontram em regiões mais pobres, e mais desarticuladas da malha urbana, dificultando os deslocamentos até o trabalho.

Palavras-chave: Trabalho doméstico; Segregação Urbana; Deslocamento; Migrações.

ABSTRACT

Paid domestic work in Brazil is permeated by social and historical issues, because of that, 97% of workers are female and most of them black and poor. Besides, in the Brazilian urban space, mainly in big cities, there is an evident fragmentation in terms of race and class, and this black and poor population is usually located in environmentally fragile areas and on the outskirts of the city, while the white population, and most often with higher purchasing power, lives in the central neighborhoods equipped with infrastructure. With that in mind, it is possible to assume that most domestic workers travel long distances between their homes and the homes of their employers, facing obstacles in urban mobility. However, this is just a part of the problems faced by these workers, what is lived in the intimate family inside the employer's house, is the main challenge to be experienced by these women. Because of, the aim of the work is to quantitatively map out where the housekeepers who work in Aracaju live, and qualitatively the violence and resistance they experience in their work. To address the broader issues applicable to the first point, data collection was carried out at Casa da Doméstica (Maid's House) and at the Sindicato de Domésticas de Sergipe (Sergipe Maid Union) that made it possible to make a territorial analysis of where these domestics live and with data from the 2010 IBGE Demographic Census, it was also possible to analyze the socioeconomic data that these locations have. The methodology to achieve the second objective was to conduct interviews with six domestic workers, fundamental to give more basis to the theoretical information collected bibliographically, in addition to expanding and bringing up new issues, because of that his reports are distributed throughout the dissertation, going through different themes. In the face of, this dissertation begins by presenting the history of domestic work in our country, emphasizing the difference between white and black women, and how the domestic unions in Brazil and in Sergipe acted in the fight to gain their labor rights. Also addresses the formation of urban space showing how social inequality is established, mainly in Grande Aracaju, and as the capital represents a centrality to the state influencing the migration of women in search of domestic work. And finally, the study ends with a territorial analysis showing how the housing of these workers is found in poorer regions and more disarticulated from the urban grid, making it difficult to commute to work.

Keywords: Domestic work; Urban Segregation; Displacement; Migrations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Mapa de Aracaju dividido pelas zonas norte, oeste, leste e sul com ZEU destacada.....	19
Figura 2	- Imagem aérea da Zona de Expansão Urbana com destaque às suas rodovias principais.....	20
Figura 3	- Capa da edição 153 da revista Le Monde Diplomatique Brasil.....	29
Figura 4	- Notícias sobre exploração e descaso das patroas para as domésticas.....	31
Figura 5	- Capitalismo também depende do trabalho doméstico.....	34
Figura 6	- Frame do filme Bacurau.....	38
Figura 7	- Vendedoras ambulantes no Rio de Janeiro (1827), mostra mulheres negras vendendo produtos para uma mulher branca e uma mulher negra que, provavelmente, trabalha na casa dos senhores.....	40
Figura 8	- Vendedora de café torrado (1826). Mulheres negras na rua vendendo produtos e mulher branca em casa protegida por uma janela treliçada....	41
Figura 9	- Empregado do governo saindo a passeio.....	42
Figura 10	- Pintura de Adriana Varejão, Filho Bastardo (1992).....	43
Figura 11	- Pintura de Debret, Um Jantar Brasileiro (1827).....	44
Figura 12	- Pintura de Adriana Varejão, Filho Bastardo II - cena de interior (1995)	45
Figura 13	- Pintura Mãe Preta.....	47
Figura 14	- Ama de leite n.1, terracota, plástico e tecido.....	48
Figura 15	- Localização das cidades de Capela, Japarutuba e Simão Dias.....	89
Figura 16	- Localização das sedes e dos conjuntos dos municípios da Região Metropolitana.....	92
Figura 17	- Frame de Estrelas Além do Tempo.....	97
Figura 18	- Região de influência em Sergipe.....	104
Figura 19	- Comparativo dos mapas de concentração de domésticas por setor.....	108
Figura 20	- Cidades onde domésticas cadastradas na casa da doméstica possuíam residência.....	109
Figura 21	- Gráfico 8 do texto para discussão “Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua.....	112
Figura 22	- Concentração de domésticas, valor absoluto.....	114

Figura 23 – Concentração de domésticas das cidades cadastradas, valor relativo.....	115
Figura 24 – Mapa comparativo do nível de instrução de mulheres negras e mulheres brancas.....	117
Figura 25 – Mapa comparativo de renda de homens e mulheres, com ou sem rendimento.....	118
Figura 26 – Mapa comparativo de renda de mulheres rurais e urbanas, com ou sem rendimento.....	121
Figura 27 – Mapa comparativo de renda de homens e mulheres com rendimento.....	124
Figura 28 – Mapa comparativo de renda de mulheres brancas e negras, com rendimento.....	125
Figura 29 – Localização do conjunto das domésticas.....	129
Figura 30 – Mapa com localização dos conjuntos e sede de Socorro.....	131
Figura 31 – Mapa da localização da sede e conjuntos de São Cristóvão.....	132
Figura 32 – Concentração de domésticas nos conjuntos/loteamentos/bairros e sede das cidades da Região Metropolitana.....	135
Figura 33 – Localização e concentração de domésticas nas sedes das cidades da Região Metropolitana, Itaporanga e Laranjeiras.....	137
Figura 34 – Mapa com a concentração da população negra na Grande Aracaju, Itaporanga e Laranjeiras.....	139
Figura 35 – Mapas comparando o nível de instrução das mulheres brancas e negras na Grande Aracaju, Itaporanga e Laranjeiras.....	140
Figura 36 – Mapa comparando o rendimento de homens e mulheres com 10 anos ou mais, com ou sem rendimento, na Grande Aracaju, Itaporanga e Laranjeiras.....	142
Figura 37 – Mapa comparando o rendimento de mulheres urbanas e rurais com 10 anos ou mais, com ou sem rendimento, na Grande Aracaju, Itaporanga e Laranjeiras.....	143
Figura 38 – Comparativo de renda média nominal mensal de mulheres brancas e negras com 10 anos ou mais, com rendimento na Grande Aracaju, Itaporanga e Laranjeiras.....	145
Figura 39 – Evolução da malha urbana de Aracaju entre 1960 e 1988 com destaque aos conjuntos habitacionais.....	149
Figura 40 – Mancha urbana de Aracaju em 2000.....	153

Figura 41 – Mapa da localização de Aracaju e nomenclatura dos bairros.....	157
Figura 42 – Pessoas com 10 anos ou mais em situação de pobreza e rendimento médio mensal das pessoas acima dos 10 anos, por bairro de Aracaju.....	158
Figura 43 – Taxa de alfabetização de pessoas com 10 anos ou mais, em Aracaju.....	159
Figura 44 – Concentração de pessoas negras e pardas por bairro de Aracaju.....	160
Figura 45 – Mapa comparativo da concentração de domésticas cadastradas na casa da doméstica residentes nos bairros de Aracaju.....	162
Figura 46 – Mapa da concentração de domésticas cadastradas na casa da doméstica residentes nos bairros e sedes de Aracaju, Itaporanga e Laranjeiras.....	163
Figura 47 – Mapa comparativo da concentração de domésticas cadastradas na casa da doméstica residentes em Aracaju por zonas, em valores absolutos e valores relativos.....	165
Figura 48 – Mapa comparativo da concentração de domésticas cadastradas na casa da doméstica residentes em Aracaju por taxa de 100 mil habitantes e população feminina.....	166
Figura 49 – Mapa comparativo entre a população negra por mil habitantes e a renda familiar mensal, separando os bairros pela classe social.....	169
Figura 50 – Valor do rendimento mensal nominal de pessoas de 10 anos ou mais, com ou sem rendimento.....	172
Figura 51 – Mapa comparativo do valor do rendimento médio mensal nominal de mulheres de 10 anos ou mais, com ou sem rendimento.....	173
Figura 52 – Localização dos terminais da Grande Aracaju.....	181
Figura 53 – Localização da Rodoviária Velha do lado esquerdo e a distinção entre a Rodoviária Velha e o Terminal de Integração Fernando Sávio no lado direito.....	183
Figura 54 – Localização da Rodoviária Nova do lado esquerdo e a distinção entre a Rodoviária Nova e o Terminal de Integração Leonel Brizola no lado direito.....	184
Figura 55 – Antigo terminal do mercado.....	184
Figura 56 – Novo terminal do mercado.....	185
Figura 57 – Trajetória da taxa de desocupação, em porcentagem.....	187
Figura 58 – Campanha para incentivar o uso do cartão mais Aracaju em vez de dinheiro para embarque nos ônibus.....	191

Figura 59 – À esquerda registro do dia 19 de março de 2021 mostra a superlotação dentro do ônibus da linha 600-2 - Circular Praias 2 que segue em direção à Zona de Expansão de Aracaju por volta das 6:30; à direita registro do dia 19 de abril de 2022, no Terminal DIA.....	192
Figura 60 – Foto da esquerda da linha 311 - Rita Cacete/Zona Oeste superlotada, no dia 7 de abril de 2022; foto da direita de pixo no banco do ônibus, sobre o novo terminal do mercado e a falta de ônibus.....	192
Figura 61 – Comunicado da prefeitura de Aracaju sobre o aumento da passagem de ônibus.....	195

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Faixa etária do total de domésticas cadastradas.....	71
Tabela 2	- Faixa etária das domésticas cadastradas de Aracaju.....	71
Tabela 3	- Porcentagem das residências das domésticas por setores.....	107
Tabela 4	- Taxa por 100 mil habitantes dos setores, Aracaju, Região Metropolitana e interiores.....	107
Tabela 5	- Taxa por 100 mil habitantes das cidades interioranas e cidades da região metropolitana.....	110
Tabela 6	- Rendimento médio nominal mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com ou sem rendimento na semana da pesquisa.....	119
Tabela 7	- Rendimento médio nominal mensal de pessoas com 10 anos ou mais, com rendimento na semana da pesquisa.....	122
Tabela 8	- Porcentagem das residências das domésticas entre as cidades da Região Metropolitana.....	126
Tabela 9	- Taxa por 100 mil habitantes das cidades da Região Metropolitana.....	127
Tabela 10	- Divisão entre sede e conjuntos de N. S. do Socorro e São Cristóvão, das residências das domésticas.....	127
Tabela 11	- Concentração de domésticas por setor e conjunto/loteamento/bairro da Região Metropolitana.....	134
Tabela 12	- Comparação da distância e quantidade de domésticas entre Itaporanga e Laranjeiras para Aracaju com a distância das sedes da Região Metropolitana para Aracaju.....	136
Tabela 13	- Taxa de mulheres brancas e negras na Grande Aracaju, Itaporanga e Laranjeiras, relativo a cada nível de instrução.....	141
Tabela 14	- Rendimento médio nominal mensal de pessoas com 10 anos ou mais, com ou sem rendimento na Grande Aracaju, Itaporanga e Laranjeiras...	146
Tabela 15	- Rendimento médio nominal mensal de pessoas com 10 anos ou mais, com rendimento na Grande Aracaju, Itaporanga e Laranjeiras.....	143
Tabela 16	- Valores absolutos, relativos e porcentagem de domésticas residentes por bairro e zona de Aracaju.....	167
Tabela 17	- Bairros aracajuanos divididos por classe social definida com base na renda familiar mensal.....	169

Tabela 18 - Valor da renda média nominal mensal das pessoas com ou sem rendimento.....	171
Tabela 19 - Terminais de integração do SIT/SIM.....	180

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEHOP	Companhia Estadual de Habitação Popular
COHAB	Companhia de Habitação Popular de Sergipe
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INOCOOP	Institutos de Orientação a Cooperativas Habitacionais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada
NASA	Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PMA	Prefeitura Municipal de Aracaju
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RM	Região Metropolitana
SEMFAS	Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social
SEPLOG	Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão
SETRANSP	Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Município de Aracaju
SIM	Sistema Integrado Metropolitano
SIT	Sistema de Transporte Integrado
SMTT	Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito
SUS	Sistema Único de Saúde
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
ZEU	Zona de Expansão Urbana

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	“O SOL SÓ VEM DEPOIS”	28
1.1	“Porque eles precisam mais da gente do a gente deles.”	32
1.1.1	“O avesso, a parte não mostrada e interdita”	39
1.2	“Essa PEC abalou até a estrutura de nossa presidente, foi a revolta dos donos de engenhos”	56
1.3	“É muita humilhação que a gente passa nas cozinhas dos outros”	73
1.4	“Desde criança que eu trabalho na verdade, eu sempre vivi trabalhando”	79
2	“EU PEGO A ESTRADA”	88
2.1	“Quando eu vim do interior, aí eu sofri muito”	93
2.2	Do interior para a capital	102
2.2.1	Resultados Sergipe.....	107
2.2.2	Dimensão socioeconômica de Sergipe.....	116
2.3	Região Metropolitana	126
2.3.1	A um passo da capital.....	128
2.3.2	Grande Aracaju + Itaporanga e Laranjeiras.....	136
3	AS DOMÉSTICAS DE ARACAJU	147
3.1	A construção do espaço urbano em Aracaju	147
3.2	Espaço urbano segregado e racializado	154
3.3	Resultados Aracaju	161
4	DESLOCAMENTO ATÉ A CASA DO PATRÃO	177
4.1	“Ah minha filha, quando se trata de ônibus é o pesadelo de muito ser humano!”	178
4.2	Deslocamentos femininos	196
	CONCLUSÃO	202
	REFERÊNCIAS	212

INTRODUÇÃO

Lendo o título do meu trabalho a leitora (ou leitor) pode pensar que sou uma mulher negra, mas não. Sou uma mulher branca de classe média alta e acho importante deixar claro de início. Meu interesse pelo tema veio de forma gradual: primeiro na adolescência, quando eu percebia as diferenças no modo que meninos e meninas eram tratados, inclusive no meu convívio com meu irmão; depois, na faculdade me aprofundei nessas temáticas, me identifiquei como feminista e escrevi minha monografia relacionando este tema com o urbanismo; por fim, no desenvolvimento do projeto de pesquisa para o mestrado aprofundei minhas reflexões na interseccionalidade e no feminismo negro.

Esse é o percurso resumido. O percurso longo é que fui marcada pelo machismo desde a minha infância e muitas experiências que tive até a vida adulta me machucaram imensamente, resultando inclusive numa depressão. Posso indicar os 3 homens que mais me machucaram na vida, meu pai, um ex tóxico e manipulador e um desconhecido na rua, e este último é o que mais tem relação com minha aproximação com o feminismo. E abrindo um parêntese aqui, uma mulher também foi bastante machista comigo, minha professora da 1ª série. Eu tinha 7 anos e um colega de classe colocou a mão na minha virilha e quando relatei a professora ela apenas disse: “quem mandou vir de saia?”, acho que só usei saia novamente quando adulta.

Quando eu tinha 17 anos estava saindo do supermercado em direção a casa de uma amiga, Bruna, por volta das 13h, e optei em não passar pela rua mais próxima porque era a região da feira e exatamente no horário que havia muitos homens desmontando as barracas e eles “mexeriam” comigo, então escolhi uma rua paralela que estaria mais vazia. Porém quando estava caminhando fui fechada por um carro na esquina e o motorista começou a proferir insultos e me ameaçava de estupro, naquele momento em que “gelei” olhei para frente e para trás na tentativa de encontrar alguém para pedir ajuda e não havia ninguém. Enquanto o motorista falava barbaridades, os demais homens no carro (havia quatro) riam.

Nunca senti tanto medo na minha vida, sabia que estava completamente vulnerável e que se um deles saísse do carro eu não teria o que fazer. Consegui “destravar”, voltei a caminhar, passei pela frente do veículo e torci para que eles fossem embora. Eu escutei o carro manobrar, mas senti um alento quando vi uma pessoa sair de casa e sentar na calçada, bem longe, há uns 150m (pra mim estava muito distante), e então o som do carro ficou distante, e eu nem ousei olhar para trás nesse momento. Felizmente o incidente não passou de ameaças, eles

foram embora e eu segui meu caminho completamente assustada com qualquer barulho de veículo atrás de mim. Quando, finalmente, cheguei na casa de Bruna pedi que ela abrisse a porta rápido e comecei a chorar.

Eu sei que esse momento mudou totalmente a minha forma de vivenciar o espaço público, porque eu nunca tinha imaginado que aquilo poderia acontecer comigo em uma cidade pequena. Ali percebi que estava em perigo em todos os lugares e em qualquer horário, que se estivesse em uma rua vazia não teria como escapar. Três meses depois do acontecido sabia que ia me mudar de cidade, iria estudar em Aracaju, e a capital me parecia ser um lugar muito mais perigoso nesse sentido. Fiquei traumatizada por um bom tempo, comecei a procurar informações sobre estupro e pouco tempo depois a Revista SuperInteressante¹ lançou uma edição sobre o assunto². Depois desse lançamento muitas mulheres que tinham sido estupradas mandaram seus relatos³ e eu li inúmeros depoimentos e tentava extrair formas de me proteger.

Aracaju era uma cidade nova pra mim, conhecia poucos locais, então quando eu precisava ir para uma região que eu nunca tinha ido olhava antes no *Google Street View*⁴ para saber como era o local. Observava se tinha comércio, se tinha muros, se era uma rua esquisita ou movimentada, montava meu itinerário baseado nisso, escolhia os lugares mais “seguros” para passar. Evitava sair à noite pois voltava para casa de transporte público, então só pegava ônibus a noite se fosse do shopping pois o ponto de ônibus era movimentado e sempre agradei por morar na frente de um ponto de ônibus, assim não teria que andar muito até chegar em casa.

Também não sentava em banco duplo no ônibus pois li um relato que um homem sentou do lado de uma mulher com uma faca e a obrigou a sair do ônibus com ele. Além disso, não queria receber nenhum homem em casa, nem o entregador de água (houve uma tentativa de estupro no meu bairro por um entregador de água, passou no jornal e fiquei horrorizada, podia ser eu), não recebia carona nem dos colegas da faculdade, não confiava em ninguém para me relacionar, só me encontrava com alguém em locais públicos (inclusive quando conheci alguém que me passava confiança suficiente foi o homem tóxico citado antes, não percebi algumas falas e comportamentos no início porque estava muito mais focada no sentimento de

¹ Revista mensal do Grupo Abril

² Edição 349, jul. de 2015

³ #ChegaDeSilêncio – Mais 154 relatos de leitores que sofreram abuso sexual e/ou estupro. **SuperInteressante**, 2015. Disponível em https://super.abril.com.br/comportamento/chegadesilencio-mais-154-relatos-de-leitores-que-sofreram-abuso-sexual-eou-estupro/?utm_source=redesabril_jovem&utm_medium=facebook&utm_campaign=redesabril_super Acesso em: 06 nov. 2022

⁴ É um recurso do Google Maps e do Google Earth que disponibiliza imagens panorâmicas a nível do chão/solo.

segurança que ele me passava). Cada dia que passava constatava mais e mais que nenhum lugar era seguro para mim e que ninguém era confiável.

Eu não conseguiria viver assim, estava entrando em pânico, cheguei a pensar que precisava de terapia, mas não procurei na época. Fiz um curso de defesa pessoal feminina e acredito que isso me deu mais confiança, o professor informou que a maioria dos estupradores não utilizam arma porque caso sejam presos a pena é maior, além disso, a maioria desiste do alvo quando as mulheres reagem. Não sei se a informação é verídica, mas acreditei nisso e estava sempre atenta na rua pronta para reagir. Mentalizei que a maioria das pessoas estupradas tem menos de 19 anos e que meu risco estava passando porque tinha 18 e comecei a pensar que não adiantaria viver com medo, estamos vulneráveis a todo tempo sim, mas estar paralisada pelo pânico não diminuiria as chances de algo acontecer comigo.

Comecei a melhorar, parei algumas estratégias que tinha; hoje aceito carona dos meus amigos, sento em banco duplo no ônibus, geralmente no corredor porque é mais fácil de sair de situações ruins (que também já passei, um passageiro começou a se masturbar do meu lado), recebo pessoas na minha casa deixando a porta aberta caso algo aconteça, e consigo me relacionar com homens, geralmente pessoas que algum amigo meu já conhece.

Relatei toda essa história pessoal, com detalhes a respeito de minhas estratégias após o acontecimento na rua, porque hoje percebo que isso influenciou completamente todas as minhas escolhas, inclusive as acadêmicas. Quando montava meus roteiros de ruas mais seguras eu ainda não tinha tido aulas na faculdade de Arquitetura e Urbanismo sobre morfologia, desenho e segurança urbana, quando tive essas aulas me senti totalmente motivada a estudar sobre. Além disso, nas minhas pesquisas a respeito de estupro acabei me aproximando muito do feminismo, e, em uma jornada de arquitetura e urbanismo, ouvi uma das palestrantes relatando sua pesquisa sobre gênero e espaço urbano e ali, por volta do quarto período, decidi o que iria pesquisar para o Trabalho Final de Graduação.

Como Heleieth Saffioti (2011), socióloga e feminista brasileira, explica, não há neutralidade na ciência, nem nas exatas, biológicas ou humanas, e o momento histórico também influencia nas pesquisas. A bióloga norte-americana Evelyn Fox Keller é um exemplo disto. A bióloga se mudou para a cidade de Berkeley onde ocorriam várias manifestações feministas e diante disso acabou entrando em contato com essas mulheres e com a literatura da área de humanas e de ciências sociais. Após esse contato com novos conteúdos, a pesquisadora mudou a sua visão de que a biologia era a única determinante e incorporou os conhecimentos de que a sociedade também influencia nas vivências humanas e não apenas seus genes. Diante desse

exemplo, Safiotti (2011, p. 43) afirma que “o próprio interesse pela temática já revela um compromisso político-ideológico com ela”, cada pessoa possui uma história e experiências diferentes que moldam nossos interesses. Tenho clareza que as experiências que passei da infância até a vida adulta moldaram meus interesses acadêmicos, afinal, são nossas vivências que nos formam dia após dia, e não seria diferente com nossos interesses por pesquisa.

Na monografia meu trabalho consistiu no desenvolvimento de algumas diretrizes de planejamento e desenho urbano para três ruas que as mulheres evitavam no meu bairro. Ao terminar o trabalho senti muita satisfação, era como se finalmente eu tivesse dado uma resposta àqueles homens que me fecharam na rua anos atrás, de forma muito mais potente do que qualquer outra resposta que eu poderia ter dado, além de ter contribuído para o estudo de gênero e espaço urbano em Aracaju, temática sobre a qual ainda há poucos trabalhos desenvolvidos.

Como sempre tive interesse de ingressar no mestrado comecei a preparar meu projeto de pesquisa logo que finalizei a graduação, e permaneci muito ligada ao meu antigo tema, por isso pensava em ampliar a pesquisa feita na monografia tratando não apenas um bairro, mas toda Aracaju. Era um plano muito ambicioso que não seria possível num mestrado e por isso foi necessário reformulações para este trabalho.

Após algumas pesquisas lendo artigos e formulando um novo estudo comecei a me interessar pelas vivências das domésticas na cidade e com a pandemia alguns acontecimentos também chamaram atenção de como essas profissionais são desvalorizadas. Os primeiros casos de SARS-CoV-2 no Brasil foram trazidos por pessoas de classe alta que vieram de outros países e as recomendações do início eram uso do álcool em gel e o isolamento social, entretanto a primeira pessoa a morrer no Rio de Janeiro de Covid-19 foi uma empregada doméstica que não foi dispensada para fazer o isolamento social⁵. No início da pandemia no Brasil quando foi necessário definir o que era serviço essencial, alguns estados brasileiros consideraram as empregadas domésticas como essenciais⁶. E por fim, o caso de Mirtes Renata Santana de Souza e Miguel Otávio Santana da Silva; Mirtes não foi dispensada do trabalho e com escolas fechadas precisou levar seu filho para o trabalho. Quando a doméstica foi levar os cachorros da patroa para passear deixou Miguel sob os cuidados desta que não teve paciência de lidar com a criança

⁵ MELO, Maria Luiza de. Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon. **Notícias UOL**. Rio de Janeiro, 19 de mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm> Acesso em 09 mar. 2021

⁶ SOBREIRA, Vinícius. Sindicato critica estados que incluíram domésticas em serviço essencial na quarentena. **Brasil de Fato**, Recife, 25 de mai. 2020. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2020/05/25/sindicato-critica-estados-que-incluiam-domesticas-em-servico-essencial-na-quarentena> Acesso em 09 mar. 2021

e o deixou sozinho no prédio, resultando em sua queda do nono andar⁷. Todos esses exemplos mostram como as domésticas são desprezadas e seu direito de se isolar foi ignorado, a limpeza da casa foi tomada como mais importante do que a vida dessas mulheres.

Decidido que iria trabalhar com empregadas domésticas passei mais algum tempo formulando qual seria meu objetivo e, devido ao meu interesse pessoal no deslocamento de mulheres no espaço urbano, comecei a articular as ideias em torno disso. Pensando em Aracaju (cidade da pesquisa) surgiu uma hipótese: se as domésticas têm renda mais baixa e trabalham em casas de pessoas com mais condições financeiras é provável que elas saiam de bairros mais pobres e se desloquem para os mais ricos. Conhecendo a realidade aracajuana, os bairros mais pobres se concentram na Zona Norte (com exceção do Santa Maria localizado na Zona Sul) e os mais ricos na Zona Leste e Sul próximo ao Rio Sergipe, que já é uma distância considerável, mas aqui entra mais uma exceção, a Zona de Expansão Urbana (ZEU). Ver figura 1.

Figura 1 - Mapa de Aracaju dividido pelas zonas norte, oeste, leste e sul com ZEU destacada.



⁷ MAGRI, Diogo. Morte de criança negra negligenciada pela patroa branca de sua mãe choca o Brasil. **El País Brasil**, São Paulo, 04 de jun 2020. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-04/morte-de-crianca-negra-negligenciada-pela-patroa-branca-de-sua-mae-choca-o-brasil.html> Acesso em 09 de mar. 2021.

Fonte: Google Earth, Bases cartográficas contínuas de 2017, desenvolvido pela autora, 2021

Essa região não está entre as de maior renda, mas apresenta vários condomínios horizontais de alto padrão. Uma hipótese para isso é que a ZEU, apesar dos condomínios, possui povoados rurais e é provável que neles morem pessoas com renda mais baixa e por isso a Zona de Expansão não entra estatisticamente entre as localidades mais ricas. Além disso, a forma como a região se tornou Zona de Expansão Urbana foi claramente uma manobra política: em 1982 a localidade tinha características rurais, mas foi considerada como urbana para que pudessem ser feitos loteamentos e condomínios de alto padrão. O local era ótimo para esse fim, com grandes glebas que possibilitariam essas construções e com o grande atrativo das praias da Zona Sul, porém esses condomínios deixam o espaço urbano inseguro para os pedestres, pois existem muitos terrenos baldios e grande extensão de muros, como pode ser visto na figura 2. Por conta dessas particularidades, foi definido num primeiro momento, que a ZEU seria o local escolhido para a pesquisa.

Figura 2 - Imagem aérea da Zona de Expansão Urbana com destaque às suas rodovias principais.



Fonte: Blog Laredo, 2017.⁸

Após esse processo de adaptação do tema foi definido um novo objetivo do trabalho, identificar as violências e resistências existentes no percurso das domésticas que trabalham em condomínios da ZEU. A princípio, a metodologia se dividia em três etapas, a

⁸ COUTINHO, Silmara. Descubra a história do bairro Aruana, em Aracaju. **Blog Laredo**. 08 de nov. 2017. Disponível em: <https://blog.laredo.com.br/bairro-aruaa/> Acesso em: 09 de mar. 2021

primeira seria a aproximação com as domésticas que trabalham na Zona de Expansão para conversar sobre seus trajetos realizados entre casa-trabalho, saber por quais ruas caminham até o ponto de ônibus, quais linhas de ônibus as levam, por quais terminais passam, entre outros elementos e quais estratégias utilizam para contornar as dificuldades encontradas no caminho. A segunda etapa seria fazer o percurso de origem e destino com a entrevistada, e assim vivenciar o espaço ao lado dela e através dos seus relatos, e a terceira seria repetir o percurso sozinha e observar elementos não reparados na fase anterior, enxergar o local sem as intervenções e conversas da entrevistada e retirar fotografias do percurso e de elementos importantes. Porém com o avanço da pandemia no Brasil em 2021 esse planejamento foi alterado e só foram mantidas as entrevistas.

Pensando no recrutamento das entrevistadas foi importante refletir qual seria o melhor caminho para chegar até elas. A primeira ideia era conseguir os contatos através de pessoas que eu conhecia e que moravam na ZEU, alternativa logo descartada pois chegar até essas mulheres através de seus patrões seria um caminho intimidador. Além disso, como citado anteriormente, os lugares sociais e seus privilégios associados estão estabelecidos, e eu, como mulher branca, me pareço muito mais com a patroa do que com as entrevistadas e chegar através dessa estratégia geraria mais desconfiança a respeito da entrevista. Diante disso, foi decidido que uma maneira mais conveniente de recrutamento seria através de uma representação de sua classe, o Sindicato das Domésticas de Sergipe ou Sindomésticas. Essa escolha também traz um recorte consigo, são mulheres que podem ter mais conhecimento dos seus direitos e isso traz mais consciência a respeito das dificuldades enfrentadas.

Quando consegui contato com o Sindicato foi me passado o número de algumas mulheres, algumas delas não quiseram ser entrevistadas e me indicaram outras colegas de profissão. Foram seis entrevistadas no total, com idades entre 33 e 46 anos. Os seus nomes foram trocados para garantir o anonimato de seus depoimentos e a escolha da nova identidade foi aleatória baseada na lista do IBGE⁹ dos nomes femininos mais comuns nas décadas de 1970 e 1980. Os nomes das pessoas que elas citam também foram alterados.

Nas entrevistas eu sempre começava perguntando como tinha sido a infância delas, depois perguntava como entrou no trabalho doméstico e como tinha sido o primeiro trabalho e a partir daí ia questionando sobre as informações que elas mesmas iam me trazendo. Durante a entrevista com Sandra, foi interessante porque ela me questionou, “você quer saber o que eu

⁹ IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Nomes no Brasil**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/ranking> Acesso em 14 de nov. de 2022

acho do trabalho doméstico?”, e a partir de então passei a usar essa pergunta também. No final, quando elas tinham acabado de contar suas histórias eu instigava com outras perguntas, sobre lazer, sobre as dificuldades no deslocamento, sobre sonhos futuros, normalmente esses tópicos não apareciam naturalmente e eu tinha que questionar no final, outros tópicos importantes que normalmente apareciam no meio da conversa era sobre carteira assinada, a diferença de mensalista e diarista e a mudança que ocorreu após a PEC das Domésticas.

Além de ter conseguido os contatos para as entrevistas através do Sindomésticas também consegui conversar com a vice-presidente e a presidente do Sindicato e conhecer a história do mesmo, sua luta e conquistas e também a história das mulheres que trabalham lá. Na primeira conversa com a vice-presidente do Sindomésticas, Quitéria Santos, descobri que além do Sindicato, ali funciona também a Casa da Doméstica que atua buscando emprego para as trabalhadoras e oferecendo cursos de qualificação profissional, e por conta dessas atividades realizou (e ainda realiza) o cadastro de inúmeras mulheres em busca de emprego. No momento da entrevista, em março de 2021, havia 14.133 mulheres cadastradas na Casa e todas as fichas cadastrais se encontram na Sede em um arquivo físico.

Essas fichas tinham informações que seriam muito úteis, como ano de nascimento, bairro e cidade que moram, por isso incluímos a coleta de parte dessas fichas como parte da metodologia. Após o recolhimento as informações encontradas foram transformadas em mapas de concentração, que serão mostrados no decorrer da dissertação, realizados no Qgis 3.22.4 com a base de dados do IBGE¹⁰ e da SEPLOG de Aracaju.

Quando tentei contato com as trabalhadoras me deparei com um problema, apenas uma delas já tinha trabalhado na ZEU, e quando tentei contato com os números que as próprias entrevistadas me passaram também não encontrei ninguém que tivesse trabalhado na ZEU, e isso se tornou um entrave na pesquisa. De que outra maneira fazer o recrutamento? Indo pessoalmente até a região e abordando as trabalhadoras? Essa opção também parecia invasiva. Depois passamos a outra pergunta, será mesmo necessário focar na ZEU? Afinal, na primeira entrevista que realizei, foi notado que as informações mais importantes dadas pela trabalhadora referem-se às suas experiências de vida. A questão do deslocamento até a Zona de Expansão não surgiu na conversa até que eu perguntasse, e ainda assim, não houve aprofundamento nesse quesito. Além disso, os dados recolhidos na Casa da Doméstica apontaram novos caminhos que

¹⁰ IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Bases cartográficas contínuas – Brasil**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html?=&t=downloads> Acesso em: 28 de out. 2021

não esperávamos, como o fato de que quase metade das domésticas cadastradas morarem na Região Metropolitana (RM) e em cidades do interior do estado, e até de fora de Sergipe. Essa informação se mostrou mais relevante do que focar a pesquisa em uma área de Aracaju. Diante dessas mudanças o objetivo da pesquisa ficou definido como: **mapear de modo quantitativo onde moram as domésticas que trabalham em Aracaju e de modo qualitativo as violências e resistências que vivenciam em seus trabalhos**

Além do objetivo, a estratégia metodológica também foi se adequando conforme o rumo da pesquisa mudava, por isso, é importante ressaltar que a coleta de dados em arquivo físico e as entrevistas, primeiro com Quitéria Santos e depois com as domésticas, foram as estratégias metodológicas utilizadas nesta dissertação. Além disso, a interseccionalidade também foi utilizada na pesquisa como um método, pois os dados da Casa da Doméstica foram correlacionados com informações de gênero e raça obtidas no site do IBGE através do Censo Demográfico de 2010. Mayara Almeida de Paula (2019), arquiteta e mestranda brasileira, afirma que:

Enquanto método de análise, a interseccionalidade nos permite entrecruzar essas categorias identitárias, modalidades pelos quais grupos sociais são identificados, como meio de compreensão dos impactos do racismo, patriarcado e capitalismo, além de outras possíveis opressões, sobre as vidas de mulheres negras. (PAULA, 2019, p. 18)

Esse método é muito associado ao estudo de mulheres negras, afinal o termo foi cunhado pela teórica negra e feminista, Kimberlé Crenshaw, em 1989, mas bem antes disso, em 1851 a ativista abolicionista Sojourner Truth falou numa convenção de mulheres o famoso discurso “E eu não sou uma mulher?” onde denunciou as diferenças entre as mulheres negras e brancas e como as necessidades delas eram distintas. Lélia Gonzalez, filósofa e antropóloga negra e bell hooks teórica negra e feminista, também trataram do assunto antes de Crenshaw sistematizar o conceito, a primeira no Brasil e a última nos Estados Unidos. Porém, mesmo sendo uma análise iniciada por mulheres negras isso não quer dizer que essa metodologia é usada somente nesses estudos, o método interseccional pode ser utilizado em diferentes pesquisas que envolvam mais de uma esfera de opressão. Afinal a conceituação feita por Crenshaw é que a interseccionalidade é o cruzamento de duas ou mais opressões em um indivíduo e essa soma de violências impactam de modos distintos cada grupo social. (BERTH, 2019)

“Raça” não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da “raça”. [...] construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção da “raça” e na experiência do racismo. O mito da mulher negra disponível, o homem negro infantilizado, a mulher muçulmana oprimida, o homem mulçumano agressivo, bem como o mito da mulher branca emancipada ou do

homem branco liberal são exemplos de como as construções de gênero e “raça” interagem. (KILOMBA, 2019, p.94)

Kilomba (2019), escritora e psicóloga portuguesa, também explica que tratar desses assuntos dentro da universidade pode gerar uma resistência por parte dos membros da academia, pois muitos deles, homens brancos e mulheres brancas, recorrem à falsa ideia de neutralidade nas pesquisas para barrar certos temas. Como a autora (2019, p.53) relata, “[...] a ideia sobre o que são ciência e erudição prevalece intacta, permanecendo “propriedade” exclusiva e inquestionável da branquitude”, por isso temas desviantes do comum seriam considerados subjetivos, parciais e distanciados da ciência, entretanto isso é uma falácia e uma forma de silenciamento de certas vozes, afinal,

[...] todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros. Quando acadêmicas/os brancas/os afirmam ter discurso neutro e objetivo, não estão reconhecendo o fato de que elas e eles também escrevem de um lugar específico que, naturalmente, não é neutro nem objetivo ou universal, mas dominante. É lugar de poder. (KILOMBA, 2019, p.58)

Djamila Ribeiro (2019, p.48), filósofa negra brasileira, também explica que o “lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas” e por isso todas as pessoas possuem lugar de fala, cada uma de acordo com o lugar social que ocupa na sociedade. Além disso, a autora desmente a ideia de que somente pessoas negras podem falar dos problemas enfrentados por elas e enfatiza que há uma diferença entre lugar de fala e representatividade, um homem branco não representa uma travesti negra, mas ele pode discorrer sobre as vivências desta tendo em vista o lugar ocupado por ele. Essa falácia de que somente os oprimidos podem falar de suas realidades deixam os grupos privilegiados numa posição cômoda de não pensar a respeito dessas problemáticas.

Outro ponto importante para ser considerado nessa pesquisa é o que Sueli Carneiro (2011), filósofa e escritora brasileira, aborda sobre a definição sobre pardo. Ela expõe que no Brasil houve uma miscigenação forçada através de estupros de mulheres indígenas e pretas e que ao longo do tempo o povo brasileiro passou a ficar muito diversificado racialmente e a cor intermediária entre o branco e negro foi chamada de diversas formas: moreno, mulata, caboclo, cafuzo e todas essas foram definidos pelo IBGE como pardos. Esse termo é criticado por muitas pesquisadoras negras que explicam como essa definição pode ser racista, pois muitas pessoas pretas não querem se auto identificar assim e acabam dizendo que são pardas para “amenizar” sua cor. Carneiro (2011, p.62) afirma que:

Talvez o termo “pardo” se preste apenas a agregar os que, por terem sua identidade étnica e racial destrocada pelo racismo, pela discriminação e pelo ônus simbólico que a negritude contém socialmente, não sabem mais o que são ou, simplesmente, não desejam ser o que são. Essas diferenciações, portanto, vêm funcionando, com eficácia,

como elementos de fragmentação da identidade negra e impedindo que esta se transforme em elemento aglutinador no campo político para reivindicações coletivas por equidade racial, pois, ao contrário do que indica o imaginário social, pretos e pardos (conforme a nomenclatura do IBGE) compõem um agrupamento que, do ponto de vista dos indicadores sociais, apresenta condições de vida semelhantes e igualmente inferiores quando comparadas ao grupo branco, razão pela qual se define hoje, política e sociologicamente, a categoria negra como o somatório daqueles que o Censo classifica como pretos e pardos. (CARNEIRO, 2011, p.62)

Diante disso, todos os dados do IBGE utilizados nessa pesquisa consistem na junção de pardos e pretos e por isso em todo o texto utilizo a definição negros e negras se referindo sempre a esse somatório.

O desenvolvimento desta dissertação se divide em quatro capítulos: “O sol só vem depois”, “Eu pego a estrada”, As domésticas de Aracaju, Deslocamento até a casa do patrão.

O capítulo “O sol só vem depois” se divide em quatro, o primeiro demonstra a importância do trabalho doméstico para a propagação do capitalismo na Europa, como essa formação social foi importada para o Brasil durante a colonização e a diferença entre mulheres negras e brancas em nosso país. O segundo subcapítulo trata da atuação do Sindicato das domésticas na luta pelos direitos da categoria. O terceiro enfatiza a precariedade e humilhações que as trabalhadoras enfrentam na casa das patroas, reflexo da história racial do Brasil, e por fim, o último trecho deste capítulo apresenta a história de uma das entrevistadas que simboliza a história de muitas mulheres que iniciou o trabalho ainda criança.

O capítulo 2 se divide em três, o primeiro fala sobre os motivos que levaram as entrevistadas a migrarem, seguido pelo subcapítulo - Do interior para a capital - que mostra como essa migração aconteceu historicamente em Sergipe. Este subcapítulo se desmembra em dois, o primeiro mostrando os resultados da coleta realizada na Casa da Doméstica e o segundo mostrando a dimensão socioeconômica, os dois a nível estadual. O capítulo finaliza analisando a Região Metropolitana, mostrando como ocorreu a formação dessa região, como essa localidade abrigou os migrantes do interior e mostrando o resultado da coleta na Casa da Doméstica e dos dados socioeconômicos dessa região e acrescentando também as cidades de Itaporanga e Laranjeiras, municípios vizinhos à Região Metropolitana e que possuem expressivos números de moradoras que trabalham como domésticas em Aracaju.

O capítulo 3 se divide em três subcapítulos, primeiros mostrando como ocorreu a construção do espaço urbano em Aracaju, seguido pelo - Espaço urbano segregado e racializado - que aborda a segregação e racialização dos territórios e finaliza com os resultados da pesquisa na Casa da Doméstica e dados socioeconômicos da capital sergipana. E por fim o capítulo 4 de

divide em dois e foca no sistema de transporte público de Aracaju e Região Metropolitana e finaliza apresentando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na locomoção pela cidade.

A ordem natural das coisas¹¹

A merendeira desce, o ônibus sai
Dona Maria já se foi, só depois é que o sol
nasce
De madrugada que as aranha desce no breu
E amantes ofegantes vão pro mundo de
Morfeu
E o sol só vem depois
O sol só vem depois
É o astro rei, okay, mas vem depois
O sol só vem depois

Damien Alain Faulconnier / Leandro Roque De
Oliveira

¹¹ EMICIDA, Emicida - Ordem Natural das Coisas part. Mc Tha (Áudio oficial). YouTube, 1 de nov. de 2019.
Disponível em: <https://youtu.be/4cXOAgWOIcM>

1 “O SOL SÓ VEM DEPOIS.”

A música composta por Damien Alain Faulconnier e Leandro Roque de Oliveira, mais conhecido como Emicida, mostra como as pessoas que trabalham no setor de serviço acordam cedo, antes do nascer do sol; “A merendeira desce, o ônibus sai. Dona Maria já se foi, só depois é que o sol nasce”. A profissão de Dona Maria pode ser qualquer uma que necessite sair cedo de casa, pegar ônibus e depois de um longo percurso chegar ao trabalho, como é o caso das domésticas, foco desta pesquisa. Essas trabalhadoras “descem no breu” da madrugada, assim como “as aranhas”, enquanto seus chefes estão no “mundo de Morfeu¹²”. Além disso, a música foi nomeada como a Ordem Natural das Coisas, e os compositores foram muito perspicazes nesse título, pois para que as “coisas” funcionem a ordem é essa, primeiro Dona Maria, depois o “astro rei” e por fim “os amantes” saem do “mundo de Morfeu”. Como Rossana Tavares (2019), doutora em arquitetura e urbanismo, ressalta:

No início do dia, pela manhã, quando caminhamos pelas ruas de grandes cidades brasileiras, não é difícil identificar os movimentos opostos de diferentes corpos pelas calçadas de bairros de classes média e alta. Corpos que se diferenciam não apenas pelas roupas, pelo ânimo, pela cor, pela classe, pelo gênero. Corpos que se distinguem principalmente pelo sentido: uns que vão e outros que chegam. Estes outros corpos que chegam no bairro e ficam em suas casas, são chamados de domésticas. No entanto, quando o dia está apenas começando para elas, já é a segunda etapa de sua jornada. Em seus bairros de origem, elas não são domésticas, elas são mães, avós, irmãs, filhas, amigas. São vizinhas, moradoras de favela, de bairros periféricos ou, ainda, de municípios próximos. Diversas delas se levantam e saem de casa, quando ainda amanhece, para dar conta minimamente das tarefas do lar e enfrentar o transporte público até o seu local de trabalho. No trajeto estão mais sujeitas aos assédios, assaltos, riscos, à precariedade do transporte público, à discriminação de seus corpos, às desigualdades sociais. (TAVARES, 2019, p.2)

Essa situação me faz recordar da capa da revista *Le Monde Diplomatique Brasil* de abril de 2020, figura 3, descrita por Helene¹³, Lazarini¹⁴, Andreotti¹⁵ (2020), da seguinte forma:

Sentados em uma mesa de jantar, um casal heterossexual branco faz sua refeição. Para que isso aconteça, uma cadeia de serviços normalmente oculta é mobilizada: para além dos garçons e garçonetes, cozinheiros/as, há ainda faxineiras/os, diaristas, lixeiros/as, agricultores/as, entregadores/as e toda uma série de postos de trabalho e subempregos que esse pequeno momento a dois implica. A imagem de capa do periódico *Le Monde Diplomatique Brasil*, publicada em abril de 2020, demonstra a estrutura estratificada de uma diversidade de atividades que não puderam ser interrompidas durante a pandemia. Para que o casal ilustrado coma em tranquilidade e segurança durante a quarentena, outras dez pessoas de maioria não-branca sustentam a cena da capa da revista, de trabalhadores/as domésticos/as, como uma babá, a

¹² Morfeu, geralmente associado ao deus do sono na mitologia grega, segundo Rodrigues (2020) a “expressão ‘nos braços de Morfeu’, é um velho chavão classicista que significa “adormecido”.” RODRIGUES, Sérgio. Hipnus, Morfeu e o sono das palavras. *Veja*, 31 de jul. 2020. Disponível em <https://veja.abril.com.br/coluna/sobre-palavras/hipnos-morfeu-e-o-sono-das-palavras/>. Acesso em 24 de mar. 2022

¹³ Arquiteta e doutora brasileira

¹⁴ Arquiteta e doutoranda brasileira

¹⁵ Arquiteta e doutoranda brasileira

trabalhadores/as do serviço público, como um policial armado ao fundo. (HELENE, LAZARINI, ANDREOTTI, 2020, p.3)

Figura 3 - Capa da edição 153 da revista Le Monde Diplomatique Brasil



Fonte: Diplomatique, 2020.¹⁶

A crítica que a revista faz se refere ao momento específico da pandemia em que somente alguns grupos sociais puderam cumprir a orientação da OMS de isolamento social, e para que estes pudessem ficar em casa era necessária uma grande massa de trabalhadores de diversas áreas se expondo ao risco da contaminação. Contudo, é possível fazer a mesma associação em tempos sem pandemia, afinal se a classe trabalhadora parar o que funcionaria?

¹⁶ Edição 153 | Abril 2020. Le Monde Diplomatique Brasil, 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/edicao/edicao-153/> Acesso em 20 de ago. de 2021

Isto me faz lembrar de outra música, “Fermento pra massa”¹⁷ de Kleber Cavalcante Gomes, conhecido como Criolo, que diz: “hoje eu vou comer pão murcho. Padeiro não foi trabalhar. A cidade tá toda travada. É greve de busão tô de papo pro ar.” O fato de ter uma greve de ônibus impossibilita que a cidade funcione, pois o trabalhador não chega, o pão não chega na mesa do chefe e a cidade trava.

Creuza Maria Oliveira, Presidente da Federação Nacional de Trabalhadores Domésticos (Fenatrad), também afirma isso, dizendo que “se a trabalhadora doméstica parar, o Brasil para”, (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 336), pois são essas mulheres que dão suporte para que todos os outros trabalhos aconteçam. Como Federici (2019), filósofa e feminista italiana, reitera, “a reprodução de seres humanos é o fundamento de todo sistema político e econômico, e que a imensa quantidade de trabalho doméstico remunerado e não remunerado, realizado por mulheres dentro de casa, é o que mantém o mundo em movimento.” (FEDERICI, 2019, p.17).

O trabalho doméstico apesar de ser menosprezado pelo capitalismo é essencial para a manutenção do mesmo, e segundo Federici (2017) foi a exploração dessa atividade não remunerada das mulheres que acelerou o processo para a instalação do capitalismo. No Brasil, o trabalho doméstico não remunerado é perpassado pela questão de gênero e o remunerado é perpassado, também, pela raça. Isso ocorre pelo histórico brasileiro formado nos pilares do patriarcado e da escravidão como abordado pela doutora em administração Juliana Teixeira (2021), além disso, o trabalho doméstico é um serviço desvalorizado seja ele remunerado ou não.

Em todo o mundo esse é um trabalho majoritariamente feminino (97%), “sendo que a maior parte dos homens nessa ocupação desenvolvem atividades fora do âmbito doméstico fechado, como as de caseiro e jardineiro” (TEIXEIRA, 2021). E, no contexto brasileiro, essa tarefa foi destinada principalmente para mulheres negras, pois o sistema escravagista tornou esse trabalho função das mulheres escravizadas e no pós-abolição as mulheres negras permaneceram exercendo esse papel, recebendo uma remuneração medíocre. A colonialidade do poder manteve essa hierarquia e as relações de trabalho praticamente intactas, como o doutor em sociologia Bernardino-Costa (2007) afirma “ainda estamos vivendo sob hierarquizações coloniais, especialmente a racial” e por isso, as domésticas não são tratadas como prestadoras de serviço e sim como servas e casos recentes comprovam isso (ver figura 4).

¹⁷ Criolo. Criolo "Fermento pra Massa". YouTube, 5 de nov. 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yD631f4zh9g>

Figura 4 - Notícias sobre exploração e descaso das patroas para as domésticas.



Fonte: Sites de notícias indicados próximo a cada manchete

Todas as notícias são do período da pandemia, a mais antiga informa sobre a primeira vítima de Covid-19 no Rio de Janeiro, uma doméstica que se contaminou através da patroa que tinha voltado da Itália com sintomas da doença. Essa morte poderia ter sido evitada se tivesse sido dispensada para cumprir o isolamento social. Outro caso de descaso foi a queda da criança de 5 anos, Miguel, filho da doméstica Mirtes que também não foi dispensada.

Os demais casos são de exploração análogas à escravidão¹⁸, mantendo o vínculo muito próximo com o período escravista colonial e imperial. Dois casos foram de mulheres que exerciam a função de doméstica desde a infância, afinal essa era uma prática comum no Brasil, pais pobres davam suas filhas para famílias mais abastadas para terem acesso à educação e uma vida melhor e em troca a criança faria o trabalho doméstico, mas a realidade não era de uma vida melhor e sim de uma constante exploração. (PINHEIRO et al, 2019).

A título de exemplo, ainda hoje no Brasil, há a prática de famílias pobres entregarem crianças, principalmente do sexo feminino, para serem educadas por famílias abastadas das médias e grandes cidades do Brasil e estas crianças se tornarem “trabalhadoras domésticas” ou “escravas domésticas”. Nestes termos, principalmente em nações pertencentes ao Terceiro Mundo a modernidade está evidentemente vinculada à colonialidade, que é o seu lado sombrio. (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 326).

¹⁸ BRASIL. Lei Nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003. Altera o art. 149 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Brasília, Presidência da República, 11 de dez. de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.803.htm Acesso em: 11 de dez. 2022.

Diante disso, esse capítulo destrinchará essas particularidades, primeiro mostrando como o trabalho doméstico feminino foi desvalorizado junto com a imagem da mulher na sociedade europeia e como esse panorama foi exportado para o Brasil durante a colonização. Depois abordando as diferentes vivências das mulheres negras e brancas no nosso país e como isso se reflete atualmente, em mulheres brancas trabalhando fora de casa enquanto delega o trabalho doméstico às mulheres negras, em sua maioria. Além disso, será mostrado a atuação do Sindicato das Domésticas na luta pela aprovação dos direitos dessas trabalhadoras e por fim, as experiências e condições de trabalho que essas mulheres enfrentam hoje.

1.1 **“Porque eles precisam mais da gente do a gente deles.”**¹⁹

Com a vinda de europeus para a América sua cultura patriarcal e misógina também foi trazida e imposta aos nativos, e no Brasil, os longos anos de escravidão deixaram uma marca na construção do país. Como Federici (2017, p.219 e 220) afirma, “a discriminação sexual era mais uma bagagem cultural que os colonizadores trouxeram”, além da questão racial, exposta por Lugones (2008), socióloga que estuda as relações de gênero e decolonialidade. A autora explica como o colonialismo expandiu o sistema capitalista eurocêntrico para outros continentes e introduziu diferenciações de gênero e raça onde não havia nenhuma hierarquização desse tipo. Por isso, para entender melhor esse processo no Brasil, é importante compreender como essa estrutura se estabeleceu.

Silvia Federici (2017) discorre em o “Calibã e a Bruxa” como a mulher e o trabalho doméstico foi degradado e como isso contribuiu para a consolidação do capitalismo na Europa. A autora inicia abordando como as mulheres até o século XIV ainda desfrutavam de alguma independência por ter acesso à terra e produzir seu próprio alimento ou por ter algum trabalho autônomo como comerciante na cidade. Por um período as mulheres também tiveram autonomia sobre seus corpos, decidindo quando ter filhos depois de desenvolver métodos de contracepção. Por conta disso, elas ficavam menos submetidas à dominação masculina, “a divisão sexual do trabalho era menos pronunciada”, mas as mulheres ainda eram consideradas inferiores e ganhavam menos que os homens (FEDERICI, 2017, p.52).

Entretanto, essa autonomia incomodava a Igreja e o Estado que tomaram medidas para degradar a imagem da mulher na sociedade tornando qualquer comportamento indesejado como uma característica ligada a bruxaria. Também impediram o acesso à terra e alguns países

¹⁹ Fala de Márcia. Link para acessar o áudio está no próprio texto.

chegaram a praticamente legalizar o estupro de mulheres pobres, dessa forma, as mulheres tinham sua “honra” manchada e “uma vez estupradas, não era fácil recuperar seu lugar na sociedade” (RUGGIERO, 1985, p.99 Apud FEDERICI, 2017, p.104). Além disso, com a impossibilidade de ter acesso à terra as mulheres ficavam totalmente dependentes dos maridos aumentando sua submissão e as inserindo no trabalho doméstico por mais tempo, e, por fim, o Estado junto com o arcabouço ideológico da Igreja, passou a castigar brutalmente qualquer comportamento contra a natalidade e assim as mulheres perderam totalmente a autonomia de seus corpos. Federici (2017) também relaciona esse controle dos corpos femininos com o controle realizado contra as mulheres escravizadas nos Estados Unidos que eram forçadas a “criar” mão de obra escrava:

A comparação, obviamente, tem sérios limites. As mulheres europeias não estavam abertamente expostas às agressões sexuais [...]. Tampouco tiveram que sofrer a agonia de ver seus filhos levados embora e vendidos em leilões. [...] Mas, apesar das diferenças, ambos os casos o corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho [...] tratado como uma máquina natural de criação. (FEDERICI, p.178, 2017)

Por conta disso, Federici (2017) afirma que uma nova divisão sexual do trabalho e uma nova ordem patriarcal foi estabelecida deixando bem mais evidente o papel do homem e da mulher na sociedade. Além disso, com a perda de autonomia, as mulheres se tornaram cada vez mais as responsáveis pelas atividades domésticas e submissas aos maridos. Ao mesmo tempo em que isso acontecia, o trabalho doméstico também passou a ser desvalorizado por não ser considerado um trabalho produtivo para o capitalismo, afinal não se gerava nenhum produto para o mercado, como faziam crer.

Entretanto, o trabalho reprodutivo é necessário para todos os seres e sua realização de modo não remunerado foi um grande impulso para a acumulação primitiva e o sistema capitalista. Clarissa Alves, doutora em ciência jurídica, considera “o trabalho reprodutivo feminino na esfera doméstica [...] como indiretamente produtivo, uma vez que é ‘transferido’ para a criação de mais-valor por meio da reprodução do proletário” (ALVES, 2019, p.101). A figura 5 retrata bem essa situação, mostrando como o trabalho doméstico não remunerado dá todo o suporte para que os homens trabalhem de modo remunerado.

Figura 5 - Capitalismo também depende do trabalho doméstico.



Fonte: Red Women's Workshop Feminist, UK 1975.²⁰

Federici (2017) também elucidada:

A diferença de poder entre homens e mulheres e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente “a parte não remunerada do dia de trabalho” e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino. [...] Dessa forma, a acumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separam os trabalhadores entre si. (FEDERICI, 2017, p.232)

Ávila²¹ e Ferreira²² (2014) complementam esse debate afirmando que antes do capitalismo havia outras formas de homens e mulheres se dividirem para o trabalho, mas após sua chegada com a desvalorização da mulher, as atividades foram divididas sexualmente e por ordem de importância para o capital. A “força de trabalho é vendida como uma mercadoria e o

²⁰ MORENO, Marina. O Capital: Mulheres, acumulação primitiva e o desenvolvimento do sistema de capital. **Revista Marginália, Medium**. 27 de jan. 2020. Disponível em: <https://medium.com/marginália/o-capital-mulheres-acumulação-primitiva-e-o-desenvolvimento-do-sistema-de-capital-8e6d8c6ff7c8> Acesso em: 16 de dez. 2022.

²¹ Doutora em Sociologia

²² Doutora em Serviço Social

espaço doméstico passa a ser uma unidade familiar e não mais uma unidade familiar e produtiva” (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p.14), e por isso, as tarefas domésticas e de cuidado se localizaram no universo reprodutivo. As autoras também reafirmam que as atividades consideradas produtivas não funcionariam sem o trabalho não remunerado realizado pelas mulheres:

No contexto atual, o trabalho feito no âmbito doméstico para angariar uma renda está diretamente incluído no processo geral de produção de mercadoria e enquanto o reprodutivo está voltado para responder às necessidades do cotidiano do grupo familiar. O trabalho reprodutivo feito gratuitamente no espaço doméstico é estratégico para o processo de acumulação capitalista e, uma vez que é majoritariamente de responsabilidade das mulheres, é fundamental para a sustentação do patriarcado, ou seja, para manutenção do poder dos homens. (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p.21)

Diante do que foi exposto, fica evidente que para o capitalismo se estabelecer foi necessário um enorme acúmulo de riquezas oriundo da exploração de trabalho, seja das mulheres, como mostrado, seja dos escravizados nas colônias do “novo mundo”. Como Federici (2017, p.121) explica, a violência foi o principal fator que impulsionou o capitalismo, “a tendência da classe capitalista durante os primeiros três séculos de sua existência era impor a escravidão e outras formas de trabalho forçado”, somente dessa forma o capitalismo conseguiu dar um imenso salto na acumulação de capital.

Tendo isso em vista, compreendemos como o papel da mulher foi estabelecido na Europa e como esse trabalho doméstico e o trabalho escravo realizado nas colônias contribuíram com a acumulação primitiva. E, foi nesse processo de colonização que esses ideais de gênero foram transferidos para o novo território, assim como as diferenciações raciais. Lugones (2008, p.62) afirma que houve uma exportação dessa estrutura misógina e racista para as colônias. Foi a Europa que criou a classificação social, no qual alguns povos têm mais valor que outros:

Ao produzir essa classificação social, a colonialidade permeia todos os aspectos da vida social e permite o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais. “América” e “Europa” estão entre essas novas identidades geoculturais; “europeu”, “índio”, “africano” estão entre as identidades “raciais”. Essa classificação é “a expressão mais profunda e duradoura da dominação colonial”. Com a expansão do colonialismo europeu, a classificação foi imposta à população do mundo. Desde então, tem atravessado todas e cada uma das áreas da vida social, tornando-se, assim, a forma mais efetiva de dominação social, tanto material como intersubjetiva. (LUGONES, 2008, p.62)

Federici (2017) traz exemplos de como os Europeus impuseram sua cultura no México e no Peru. Os Jesuítas retiraram a autonomia que as indígenas tinham e deram mais poder aos homens para dominá-las. Não era costume entre algumas comunidades que as mulheres seguissem seus maridos e fossem morar nas casas deles, mas com a nova lei jesuítica

as indígenas passaram a ser propriedades dos maridos.

A autora também traz o caso dos Innus, uma comunidade indígena canadense que impressionou os europeus com seu senso de cooperação e pela ausência de hierarquia, mas para os colonizadores era absurdo que eles não tivessem propriedade privada, não tivessem superioridade contra as mulheres ou não castigassem seus filhos. Os Innus também não tinham um matrimônio monogâmico, todos os filhos da tribo eram responsabilidade de todos e não apenas dos pais biológicos. Os jesuítas tentaram ensinar que as mulheres não podiam ser independentes e que bater nas crianças era a melhor forma de educá-los, pois acreditavam que “o excesso de carinho que os ‘selvagens’ tinham por seus descendentes fosse o principal obstáculo para sua cristianização”. (FEDERICI, 2017, p.222)

Para além dos nativos da América, a socióloga nigeriana Oyěwùní (2004) aborda a sociedade Iorubá na Nigéria, onde as relações sociais e a língua não estão centradas no gênero. As relações de poder que se estabelecem partem da ancialidade e não do gênero, os mais velhos têm mais autoridade, não existem as palavras filho e filha, existem egbon e aburo, o primeiro indicando a/o filha/o mais velha/o e o segundo a/o mais nova/o, sem distinção de gênero, assim como acontece com criança chamada de omo, e não há nenhum termo para menino e menina. A autora nigeriana explica que o modo como os estudos ocidentais explicam a sociedade Iorubá, tentando traduzir seus termos para palavras generificadas, mostra como o Ocidente tem a estrutura de gênero binário enraizado e como é incapaz de entender uma sociedade onde o gênero não é primordial para a hierarquização e organização social.

A imposição do sistema de estado europeu, com seu aparato jurídico e burocrático, é o legado mais duradouro da dominação colonial europeia na África. A exclusão das mulheres da recentemente criada esfera pública colonial é uma tradição que foi exportada para a África durante esse período (...) O mesmo processo que categorizou e reduziu as fêmeas a “mulheres” as desqualificou para papéis de liderança (...) O surgimento de mulher como uma categoria reconhecível, definida anatomicamente e subordinada ao homem em todo tipo de situação, é resultado, em parte, da imposição de um estado colonial patriarcal. (OYĚWÙNÌ, 1997, p. 123 - 125, Apud LUGONES, 2008, p.73)

Lugones (2008) expõe que a divisão binária de gênero e a hierarquização de gênero como conhecemos não eram a regra entre as comunidades nativas, muitas delas aceitavam o terceiro gênero e a homossexualidade, algumas inclusive eram ginocêntricas, onde a mulher está no centro do poder e, ainda assim, eram igualitárias.

O colonialismo exportou esses ideais europeus e o Brasil enquanto Colônia os absorveu. Como Bernardino-Costa (2015, p.150) expõe, “raça e trabalho foram acrescentados às já existentes divisões sexuais do trabalho. Assim, no contexto do capitalismo

moderno/colonial eurocentrado, passou-se a constituir uma divisão racial e sexual do trabalho”, e no Brasil, com o longo período de escravidão e sem medidas reparatórias após seu fim, possui marcas dessa divisão que reverberam até os dias atuais.

É pensando nisso que tem surgido teorias decoloniais que repudiam as ideias de que vivemos um período pós-colonial pois “ainda estamos ‘colhendo os frutos’ do colonialismo” (BERNARDINO-COSTA, 2007, p.312). Quijano é um dos autores adeptos dos estudos decoloniais e que conceituou o termo colonialidade do poder, segundo este autor, a junção do capitalismo moderno com o colonialismo eurocêntrico formou uma nova forma de poder em todo o mundo. Esse poder está fundamentado na classificação da população em raças, em hierarquizar as diferenças, rotulando nativos como selvagens, negros como animais e os brancos como superiores. Essa divisão se manteve em diversos âmbitos sociais e em diversos territórios do mundo que foram colonizados pelos europeus, exportando os ideais classistas, racistas e misóginos.

A colonialidade de poder, desse modo, é constitutiva da modernidade. Em outras palavras, colonialidade e modernidade são cara e coroa da mesma moeda. Portanto, como argumenta Dussel, se a modernidade tem um sentido emancipador para a Europa, ela não tem a mesma positividade para o outro não-europeu, para este ela significou a origem de uma violência sacrificial, travestida nos projetos de cristianização, civilização, desenvolvimento e democratização. [...] ainda estamos vivendo sob hierarquizações coloniais, especialmente a racial (BERNARDINO-COSTA, 2007, 316 e 317)

Bernardino-Costa (2007) reitera que há um mito sobre a modernidade simbolizar progresso, já que foi esse tipo de pensamento que justificou as atrocidades cometidas contra os povos nativos e contra a população africana e por isso o autor considera colonialidade e modernidade como dois lados de uma moeda.

Além disso, o fim do período colonial no Brasil não simbolizou nenhuma mudança significativa, o país seguiu sendo governado por um líder português, a escravidão permaneceu e com o início da República o padrão de poder existente não foi suplantado, como Teixeira (2021, p.31) explica “a abolição representou o fim legal da escravidão, mas não necessariamente a relação de servidão”. Além disso, a formação do nosso país foi liderada pelos brancos com interesses totalmente opostos aos de indígenas e negros, afinal os ideais da branquitude eram estruturados pelo racismo que não considerava os demais passíveis dos mesmos direitos. “Ao contrário, as teorias raciais constituíam-se na justificativa para a exploração, a opressão e a dominação. A colonialidade do poder levava os membros da elite branca a se identificarem com os brancos dominantes da Europa e Estados Unidos” (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 317), identificação semelhante à cena mostrada no filme

de Kleber Mendonça Filho, Bacurau, ver figura 6.

Figura 6 - Frame do filme Bacurau



Fonte: Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, 2019.²³

Como nunca houve no Brasil esforços significativos para que esse arranjo se alterasse permanecemos com uma sociedade racista, classista e machista. “Gonzalez (1984) desenvolve o que chama de opressões de classe, raça e sexo, considerando ser a primeira o princípio organizativo da nossa estrutura social. E raça e sexo, partes fundantes de estruturas que são apropriadas pelo capitalismo” (TEIXEIRA, 2021, p.83). Essas três esferas se associam constantemente sendo quase impossível falar de cada um isoladamente. Além disso, é importante ressaltar que o contexto histórico brasileiro é totalmente diferente do europeu e por isso, o patriarcado que foi exportado da Europa para o Brasil na época da colonização é intrinsecamente ligado ao processo escravocrata e isso torna a vivência da mulher branca e da mulher negra completamente distintas uma da outra e o próximo tópico explorará essas

²³ CINEMATOBASIL. *Bacurau (2019) de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles*. 31 de mai. de 2020. Instagram: @cinematobrasil. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/705094885401940250/> Acesso em 05 de jun. de 2022

diferenças. (HELENE, 2015)

1.1.1 “O avesso, a parte não mostrada e interdita”²⁴

As mulheres brasileiras tiveram e continuam tendo experiências bastante distintas na sociedade, no território e no trabalho. Durante todo período colonial e do império as mulheres brancas sofreram com as regras do patriarcado ao mesmo tempo que se beneficiavam da exploração racial feita pelos homens brancos, já as mulheres negras sofriam duplamente com opressões machistas e racistas (KILOMBA, 2017) e permanece dessa forma mesmo após a abolição.

Ainda na Europa, Federici (2017, p. 199) explica que nos séculos de transição para o capitalismo “as mulheres perderam terreno em todas as áreas da vida social” e com isso muitos países europeus passaram a proibir a presença das mulheres na cidade se não estivessem acompanhadas por um homem e no Brasil, essa regra se manteve para as mulheres brancas. Helene (2015, p.86) afirma que as mulheres da elite “foram, por muito tempo, mantidas como um objeto recluso dentro das casas”, quando faziam algum passeio ou iam a missa eram sempre acompanhadas.

No início do século XX, as ruas brasileiras ainda eram pouco visitadas pelas mulheres da elite, e as casas nas quais residiam geralmente permaneciam fechadas, mantendo pouco contato com a vida exterior. Desde muito cedo essas mulheres tinham o seu lazer condicionado ao espaço da casa em que moravam, que dispunha, via de regra, de aparatos arquitetônicos especiais para impedir a visualização dos olhares exteriores (treliças e muxarabis²⁵), e poucos contatos com a vida nas calçadas. (HELENE, 2015, p.86)

As mulheres escravizadas não tinham escolha, necessitavam do espaço público, precisavam trabalhar para ganhar alforria, para sobreviverem se fossem libertas e até cumprindo ordens para os senhores. Elas transitavam na cidade com menos amarras patriarcais do que as brancas, que tinham somente o espaço doméstico concedido, mas sofriam muito mais com a opressão de raça e gênero, tendo sua força de trabalho explorada, assim como homens negros, e sendo vistas como máquinas reprodutoras para gerar mais escravizados, além de serem vítimas de estupros e abusos dos senhores, semelhante ao exemplo dado por Federici (2017) quando cita as mulheres escravizadas dos Estados Unidos (NASCIMENTO, 2019).

Diante disso é evidente que a liberdade que as mulheres tinham em transitar no

²⁴ (BERALDO, 2018)

²⁵ “Elementos arquitetônicos de origem islâmica, adotados pelos portugueses após a longa dominação árabe de seu território. São usados no revestimento de vãos (como janelas, por exemplo) para abrandar a invasão de privacidade.” (RAMOS, 2015, p.86)

espaço público não era algo positivo, afinal não era uma opção e sim uma imposição, além disso estavam sempre suscetíveis às violências sexuais na cidade e em casa, não havia espaço seguro para elas. As mulheres brancas sofriam com o patriarcado as trancafiando dentro de casa, possivelmente sofrendo com violência doméstica, mas é inegável que elas se beneficiavam do trabalho escravo e por isso tinham uma vida muito mais fácil.

Enquanto a vida social da família oligárquica se concentrava dentro de seus palacetes e na missa das Igrejas, as camadas populares usavam a rua como espaço de lazer, moradia e sobrevivência. Estas eram ocupadas principalmente pelos negros e negras (“cativos” ou “forros”), se “virando”, transportando mercadorias, carregando baldes com as águas das fontes, fazendo seus batuques, capoeiras e vendendo quitutes nos tabuleiros. (HELENE, 2015, p.89)

Essa diferença de vivência das mulheres negras e brancas com o público e privado é retratada em algumas obras de Jean-Baptiste Debret, pintor francês que morou no Rio de Janeiro no século XIX, como mostra as figuras 7 e 8:

Figura 7 - Vendedoras ambulantes no Rio de Janeiro (1827), mostra mulheres negras vendendo produtos para uma mulher branca e uma mulher negra que, provavelmente, trabalha na casa dos senhores.



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1827.²⁶

Figura 8 - Vendedora de café torrado (1826). mulheres negras na rua vendendo produtos e mulher branca em casa protegida por uma janela treliçada.



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1826²⁷

Helene (2015, p.89) explica que os espaços públicos “eram até então classificadas como um lugar marginal, indecente e subalterno na sociedade do século XIX (FREHSE, 2005, p. 550)” e por isso as mulheres da elite não podiam utilizar esse espaço. Estas só começaram a ter mais acesso à rua no século XX pois, com a urbanização crescente das cidades houve um aumento de comércios “como boutiques, cafeterias e galerias comerciais” (HELENE, 2015, p.89) e a presença de mulheres nesses locais passou a ser interessante para fomentar as vendas. Depois passaram a ser vistas como um embelezamento para o espaço urbano, os espaços de

²⁶ MACIEL, Nahima. Exposição de Jean-Baptiste Debret chega a Brasília com acervo precioso. **Correio Braziliense**. 27 de ago. de 2015. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2015/08/27/interna_diversao_arte.496180/exposicao-de-jean-baptiste-debret-chega-a-brasilia-com-acervo-precioso.shtml Acesso em: 02 de ago. de 2021

²⁷ MEISTERDRUCKE. **Site do Meisterdrucke**, 2021. Disponível em: <https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/Jean-Baptiste-Debret/258040/Viajantes-de-viagem-no-Rio-de-Janeiro-em-1827,-da-&39;Viagem-Pitoresca-e-Histórica-no-Brasil&39;,-1839.html> Acesso em: 02 de ago. de 2021

lazer serviam para as burguesas irem expor sua “graça” (NASCIMENTO, 2019).

Gilberto Freyre relata que, na transição entre regime escravocrata e a modernidade no Brasil (entre a “casa-grande” e o “sobrado”), o patriarcalismo brasileiro dificultou a transição de uso das ruas pelas oligarquias, sobretudo por suas representantes do sexo feminino: “por muito tempo foram quase inimigos, o Sobrado e a rua. E a maior luta foi travada em torno da mulher [burguesa e branca] por quem a rua ansiava, mas a quem o pater famílias do sobrado procurou conservar o mais possível trancada na camarinha” (FREYRE, 1996, p. 34 Apud HELENE, 2015, p.89 e 90)

As mulheres escravizadas além dos trabalhos como vendedoras ambulantes na rua também trabalhavam no interior das casas das famílias brancas exercendo o papel de doméstica/mucama. Dentre as tarefas domésticas, a pós doutora em História, Monte Leone (2018, p.2) afirma que “costurar, lavar e cuidar das roupas era dos mais importantes afazeres”, pois era através das roupas que as mulheres da elite mostravam sua condição social, inclusive as mucamas se apresentavam socialmente bem vestidas, é possível perceber isso em pinturas de Debret como a figura 9.

Figura 9 - Empregado do governo saindo a passeio



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1839.²⁸

²⁸ A Independência e os Interesses Regionais – Celso Furtado. Instituto Poimênica. 05 de set. de 2015. Disponível em: <https://institutopoimenica.com/2012/09/05/a-independencia-e-os-interesses-regionais-celso-furtado/> Acesso em: 02 de ago. de 2021

Teixeira (2021, p.27), complementa que:

As distinções que existiam entre a escravizada da lavoura e a escravizada doméstica contribuem para o nosso entendimento acerca do surgimento dessa personagem social que é a trabalhadora doméstica. Creuza Maria de Oliveira, mulher preta que exerceu a função desde os 5 anos de idade em troca de alimentação e moradia, [...] destaca que as escravizadas domésticas eram consideradas privilegiadas socialmente por andarem mais bem vestidas, já que suas vestes espelhavam a riqueza de seus senhores. (TEIXEIRA, 2021, p.27)

Contudo, Creuza de Oliveira ressalta que apesar disso as escravizadas domésticas sofriam mais com a “maior submissão à violência sexual” (TEIXEIRA, 2021, p.27), como Gonzalez (1979, p.42) afirma, as mucamas tinham que aguentar “as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes”. A artista Adriana Varejão retrata esse lado da história a partir de personagens presentes nas obras de Debret, suas obras, Filho Bastardo I e II de 1992 e 1995, respectivamente. A mestranda, Juliana Beraldo, analisa que na obra Filho Bastardo I (ver figura 10), a mulher negra sendo estuprada é a mesma que abana a senhora em Um Jantar Brasileiro (1827) de Debret, ver figura 11.

Figura 10 - Pintura de Adriana Varejão, Filho Bastardo (1992)



Fonte: Adriana Varejão, 1992.²⁹

Figura 11 - Pintura de Debret, Um Jantar Brasileiro (1827)



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1827.³⁰

Além disso, o homem do outro lado do rasgo é o mesmo da pintura *Empregado do governo saindo a passeio* na figura 09. Beraldo descreve que a mulher amarrada pelos braços pode ser uma indígena grávida, sendo observada pelo homem branco, e que o filho que carrega seja o “filho bastardo”. No *II Filho Bastardo* (ver figura 12) a mesma serva de antes está sendo estuprada, agora pelo senhor de escravos e na mesa de jantar presentes em *Jantar Brasileiro*, a criança no chão também a mesma na pintura de Debret.

Figura 12 - Pintura de Adriana Varejão, *Filho Bastardo II – Cena de Interior* (1995)

²⁹ Filho Bastardo. In: Enciclopédia Itaú Cultural. Editores da Enciclopédia. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra9053/filho-bastardo> Acesso em: 02 de ago. de 2021

³⁰ ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil e o Abolicionismo Tardio, Nunca Completado. **O Veterano: Medium**, Brasília, 10 de mai. de 2020. Disponível em: <https://medium.com/o-veterano/coluna-o-brasil-e-o-abolicionismo-tardio-nunca-completado-paulo-roberto-de-almeida-b0807425fd32> Acesso em: 02 de ago. de 2021



Fonte: Adriana Varejão, 1995.³¹

Beraldo também expõe que o rasgo no meio da pintura que se assemelha a uma vulva e também pode ser interpretada como a ferida aberta que constituiu o Brasil, país que nasceu do estupro, dos filhos bastardos, da miscigenação forçada. Adriana Varejão subverte a representação de Debret e “este desdobramento ganha imagem escancarada no imenso rasgo que corta a tela e faz o espectador ter contato com um avesso do quadro, com as vísceras sangrentas da História. O avesso, a parte não mostrada e interdita” (BERALDO, 2018). Como Gonzalez (1979) enfatiza, a miscigenação que aconteceu no Brasil é:

O resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos etc.). E esse fato daria origem, na década de 1930, à criação do mito que até os dias de hoje afirma que o Brasil é uma democracia racial. Gilberto Freyre, o famoso historiador e sociólogo, é seu principal articulador, com sua teoria do lusotropicalismo. O efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexistente em nosso país graças ao processo de miscigenação. (GONZALEZ, 1979, p.39)

A miscigenação vem dando suporte ao mito da democracia racial, na medida em que o intercurso sexual entre brancos, indígenas e negros seria o principal indicativo de

³¹ Filho Bastardo II. In: Enciclopédia Itaú Cultural. Editores da Enciclopédia. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra6874/filho-bastardo-ii-cena-de-interior> Acesso em 02 de ago. de 2021

nossa tolerância racial, argumento que omite o estupro colonial praticado pelo colonizador sobre mulheres negras e indígenas, cuja extensão está sendo revelada pelas novas pesquisas genéticas que nos informam que 61% dos que se supõem brancos em nossa sociedade têm a marca de uma ascendente negra ou índia inscrita no DNA, na proporção de 28% e 33%, respectivamente. (CARNEIRO, 2011, p.61)

Essa visão que considera a mulher negra como um objeto sexual perdura até os dias atuais, e Gonzalez (1979 e 1984) também discorre acerca disso, descrevendo que a mulata foi transformada em um produto de exportação, que serve para ser admirado nos carnavais pelos brancos brasileiros e estrangeiros. A autora ainda afirma que nem elas percebem a que estão sendo expostas, não percebem a violência simbólica pois estão sob um processo de:

alienação imposto pelo sistema [...] Sem se aperceberem, elas são manipuladas, não só como objetos sexuais, mas como provas concretas da “democracia racial” brasileira; afinal, são tão bonitas e tão admiradas! Não se apercebem de que constituem uma nova interpretação do velho ditado racista “Preta pra cozinhar, mulata pra fornicar e branca pra casar”. (GONZALEZ, 1979, p.46)

Retomando a discussão sobre os trabalhos realizados no âmbito familiar pelas escravizadas, outra atividade realizada pelas mucamas, bastante comum na época da escravidão e que perdurou até o início do século XX, era o de babá/ama de leite. Essas escravizadas domésticas faziam todo o serviço doméstico, desde os afazeres domésticos até a criação dos brancos, como Gonzalez (1979) define “enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas.” O trabalho não se tratava apenas de amamentação, o laço permanecia através de anos de cuidado e:

A escrava negra acabava se convertendo em uma segunda mãe, conhecida como mãe-preta [...]. Os laços de afeição ultrapassavam o período de amamentação, muitas vezes, as escravas amas-de-leite acabavam virando amas-secas dos filhos de seus senhores, realizavam os primeiros cuidados maternos junto com a senhora, o que possibilitava a criação de uma afetividade entre ama e a criança durante a primeira infância. (SILVA, 2016, p.303).

Foi em função de sua atuação como mucama que a mulher negra deu origem à figura da mãe preta, ou seja, aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância (fundamental na formação da estrutura psíquica de quem quer que seja), cuidou e educou os filhos de seus senhores. (GONZALEZ, 1979, p.42)

Este termo inclusive foi o nome dado a uma pintura do artista piauiense Lucílio de Albuquerque, feito duas décadas depois da abolição ver figura 13, Mãe-Preta. O “ofício” era tão comum que há inúmeros retratos de amas de leite com suas crianças facilmente encontrados na internet. Além disso, Rosana Paulino, artista negra contemporânea, retrata essa realidade em uma escultura, busto preto, ver figura 14, somente com seios que alimentam inúmeras crianças brancas:

Figura 13 - Pintura Mãe Preta



Fonte: Lucílio de Albuquerque, 1912³²

³² LEILOES GARAGE SALE. Site do Leiloes Garage Sale, 2021. Disponível em: <https://www.leiloesgaragesale.com.br/peca.asp?ID=4691149>. Acesso em: 02 de ago. de 2021

Figura 14 - Ama de Leite N.1, terracota, plástico e tecido



Fonte: Rosana Paulino, 2005³³

Gonzalez (1984) afirma que essa é a verdadeira mãe:

É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que alimenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. (GONZALEZ, 1984, p.235)

Teixeira (2021) explica que após a abolição, houve um esforço higienista para que

³³ Rosana Paulino e a mulher negra na arte brasileira. Pinterest: WordPress.com. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/27373510215350836/> Acesso em: 02 de ago. de 2021

as amas de leite não existissem mais, através de teses médicas que defendiam que as próprias mães que deveriam amamentar e cuidar de seus filhos, que era mais saudável, pois a mãe preta não passaria doenças nem costumes através de aleitamento e criação. Entretanto, a burguesia não abriu mão de ter uma doméstica em casa, afinal da mesma forma que durante o período escravocrata as mulheres brancas tiveram vida ociosa e fácil com o trabalho reprodutivo, de cuidado dos filhos e da casa, sendo realizado por mulheres negras, no pós abolição elas não queriam perder essa comodidade. E por isso Bia Ferreira canta:

E nós, as mulher preta?
Nós só serve pra você mamar na teta
Ama de leite dos brancos
Sua vó não hesitou quando mandou a minha lá pro tronco"³⁴.

Lélia Gonzalez (1984) faz um comparativo entre o período escravista e o atual e no primeiro momento foi a mulher escravizada que deu à mulher branca “condições de vida amena, fácil e na maior parte das vezes ociosa. Cozinhou, passava a ferro, esfregava de joelhos o chão das salas e dos quartos, cuidava dos filhos da senhora e satisfazia as exigências do senhor.” (HAHNER, 1978, p. 120 e 121 Apud GONZALEZ, 1984 p. 229). E, atualmente esse papel é da trabalhadora doméstica, que “nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas”. (GONZALEZ, 1984 p. 230).

Beatriz Nascimento (1976), historiadora e ativista pelos direitos de negros e mulheres, complementa:

[...] devido ao caráter patriarcal e paternalista, atribui-se à mulher branca o papel de esposa e mãe, com a vida dedicada ao seu marido e filhos. Desse modo, seu papel é assinalado pelo ócio [...], sua correspondente no outro polo, a mulher negra é considerada uma mulher essencialmente produtora, papel semelhante ao do homem negro, isto é, desempenha um papel ativo. (NASCIMENTO, 1976, p.103)

Logo, “seja enquanto escravas, seja enquanto trabalhadoras da reprodução social, ou enquanto mães-pretas substitutas em famílias brancas” são as mulheres negras que estão “criando e educando os filhos das mulheres brancas mais do que aos seus próprios filhos e dedicando-se mais aos cuidados das casas das famílias brancas do que aos cuidados de sua própria casa.” (ALVES, 2019, p.187)

Além disso, foram as mulheres negras que sustentaram as famílias após a abolição, pois o serviço como doméstica permaneceu praticamente inalterado, enquanto os homens passaram por mais dificuldades para encontrar empregos, pois, o Brasil incentivou

³⁴ ShowLivre. Bia Ferreira - De Dentro do Ap - Ao Vivo no Estúdio Showlivre por Vento Festival. YouTube, 24 de jul. 2018. Disponível em <https://youtu.be/rcShIEAh5ak>

enormemente a imigração europeia para o trabalho assalariado, (e com intuito de embranquecer o país) e era muito difícil para aquela população iletrada competir por trabalho com os imigrantes que tinham mais formação e prestígio social (SOUZA, F. 2016). A lei Áurea “representou inicialmente uma transição para os negros da condição de escravizados formais para escravizados informais” (TEIXEIRA, 2021, p.32), pois sem nenhuma mudança significativa na estrutura de poder que melhorasse a condição de vida daquela população, sem nenhum suporte eles se mantinham nos seus antigos trabalhos. Além disso, os homens negros:

[...] não teriam conseguido se integrar, de fato, à dinâmica social, devido a problemas como a discriminação, o analfabetismo, a pobreza e a criminalidade legados pelo passado escravista. A escravidão é compreendida, então, por Florestan Fernandes, como elemento de “desagregação” social, que moldou o futuro dos negros, marginalizando-os e relegando-os a posições de subordinação. (SOUZA, F. 2016, p.139).

Teixeira (2021, p.32) enfatiza que para essas mulheres pouco mudou, pois muitas delas continuaram morando na casa dos patrões, “sem horário determinado de trabalho sem qualquer tipo de remuneração pecuniária”, no máximo algum valor irrisório, roupas e o que sobrava dos alimentos. Além disso, os brancos já estavam habituados à presença das mulheres negras em casa fazendo os serviços domésticos, e por isso, foram as mulheres negras que mantiveram a estabilidade financeira da família enquanto os homens conseguiam apenas “bicos” e trabalhos esporádicos (SOUZA, F. 2016). Por isso, Florestan Fernandes (Apud Souza, F. 2016, p.139) afirma que o trabalho doméstico cumpriu “um papel importante para as comunidades negras após o fim da escravidão, já que empregou parte substancial das ex escravas”, algo reforçado também por Monteleone (2018):

Se para os homens pobres livres viver de pequenos serviços temporários era uma maneira de sobreviver, para as mulheres livres pobres tornar-se uma criada era uma maneira de conseguir alguma maneira estável de viver, com abrigo, roupas, comidas e, eventualmente, remédios, fornecidos pela patroa. No Rio de Janeiro, em 1870, “71% das mulheres ativas eram criadas, o que significava 34 mil mulheres trabalhando como mucamas, pajens, amas-de-leite, cozinheiras, copeiras, arrumadeiras, carregadoras de água, lavadeiras, passadeiras e costureiras. [...] As condições desse abundante trabalho feminino eram as piores possíveis: sub-remuneradas (quando eram remuneradas), em posições subalternas e degradantes, vistas pelos patrões como disponíveis sexualmente, invisíveis dentro dos sobrados. (MONTELEONE, 2018, p.2)

Enquanto as mulheres negras sempre trabalharam e estiveram na rua, as mulheres brancas demoraram para conseguir andar livremente pela cidade e ingressar no mercado de trabalho que ocorreu de forma lenta no século XX. É evidente que em uma sociedade patriarcal, as mulheres tenham enfrentado dificuldades para se inserirem no âmbito profissional, majoritariamente masculino, como a desvalorização do trabalho, assédios, sobrecarga de tarefas, informalidade, problemas estes que persistem até hoje, porém são as mulheres negras

as que mais sofrem com esses problemas. Além disso, os empregos que mulheres brancas ocuparam/ocupam são totalmente diferentes dos ocupados por mulheres negras, além de continuar trabalhando em posições subalternas assim como no passado escravocrata. (COUTINHO et al, 2018)

A mulher negra, elemento que expressa mais radicalmente a cristalização dessa estrutura de dominação, vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. Dessa maneira, a “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não mudou muito. [...] Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra como por seus antepassados terem sido escravos. (NASCIMENTO, 1976, p. 128)

As mulheres negras brasileiras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos. (CARNEIRO, 2011, p.120)

Nascimento (1976) enfatiza essa condição para as mulheres negras porque sobre elas atuam o racismo e a misoginia. E essa herança escravocrata citada pela autora indica como as relações sociais estabelecidas entre negros e brancos permaneceram sem alterações e por isso a população negra hoje continua ocupando postos de trabalho semelhantes aos do passado, posições em sua maioria de serviços para os brancos. A “discriminação feita pelo branco tem também como consequência a internalização pelo grupo negro dos lugares inferiores que lhes são atribuídos. Assim, os negros ocupam de maneira contínua os mesmos lugares na hierarquia social” (NASCIMENTO, 1976, p.104).

Nascimento (1976) e Gonzalez (1985) enfatizam que são as mulheres negras as que mais executam trabalhos domésticos. Mesmo as autoras tendo escrito sobre isso entre 1976 e 1985 as afirmações dadas permanecem verdadeiras hoje, pois segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (IPEA) de 2018, o trabalho doméstico é “realizado majoritariamente por mulheres negras oriundas de famílias de baixa renda”. E como Carneiro (2011) afirma:

No mercado de trabalho, o resultado concreto dessa exclusão se expressa no perfil da mão de obra feminina negra. Segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério da Justiça na publicação Brasil, gênero e raça, “as mulheres negras ocupadas em atividades manuais perfazem um total de 79,4%”. Destas, 51% estão alocadas no emprego doméstico e 28,4% são lavadeiras, passadeiras, cozinheiras, serventes. (CARNEIRO, 2011, p.119)

Quando não trabalha como doméstica, vamos encontrá-la também atuando na prestação de serviços de baixa remuneração (“refúgios”) nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais, sob a denominação genérica de “servente” (que se atente para as significações a que tal significante nos remete). (GONZALEZ, 1979, p.46)

As mulheres negras também são maioria no desemprego e em trabalhos informais como aponta Ribeiro (2017)

[...] mulheres brancas ganham 30% a menos do que homens brancos. Homens negros ganham menos do que mulheres brancas e mulheres negras ganham menos do que todos. Segundo pesquisa desenvolvida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2016, 39,6% das mulheres negras estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguidas pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (26,9%) e homens brancos (20,6%). (RIBEIRO, 2017, p. 28)

Outro aspecto que mostra as diferenças entre mulheres negras e brancas é o nível educacional. Nascimento (1976) mostra que entre 1940 e 1970 as mulheres brancas conseguiram acessar faculdades e assim puderam encontrar melhores trabalhos e diminuir a desigualdade entre ela e o homem branco, caso que não ocorreu com as mulheres negras e que permanece assim. Os dados do IBGE de 2016³⁵ mostram que a porcentagem de mulheres brancas maiores de 25 anos com ensino superior completo é 23,5%, enquanto de mulheres negras é de 10,7% e por isso, Carneiro (2003) afirma que as mulheres negras teriam que passar por uma “extraordinária mobilidade social” para conseguir atingir os mesmos níveis das mulheres brancas, afinal:

[...] os estudos recentes sobre a mulher no mercado de trabalho revelam que elas precisam de uma vantagem de cinco anos de escolaridade para alcançar a mesma probabilidade que os homens têm de obter um emprego no setor formal. Para as mulheres negras alcançarem os mesmos padrões salariais das mulheres brancas com quatro a sete anos de estudos, elas precisam de mais quatro anos de instrução, ou seja, de oito a onze anos de estudos. Essa é a igualdade de gênero e de raça instituída no mercado de trabalho e o retorno que as mulheres, sobretudo as negras, têm do seu esforço educacional. (CARNEIRO, 2003).

O resultado de não conseguir estudar tanto quanto a mulher branca diminui as possibilidades de empregos com melhores remunerações e com maior prestígio, assim, são maioria na informalidade e toda essa situação forma um ciclo difícil de ser quebrado sem interferência externa. Sem muitas condições financeiras as mulheres negras seguem morando em regiões ambientalmente frágeis, longe dos centros urbanos, percorrem grandes distâncias sem ter acesso a um transporte privado, diferentemente da mulher branca que consegue empregos melhores e com a remuneração mais alta tem mais acesso a transporte individual. (ORNAT; SILVA, 2007) (HELENE, 2019).

Além disso, como Ávila e Ferreira (2014, p. 23) enfatizam, a entrada das mulheres no mercado de trabalho aumentou consideravelmente nas últimas décadas, entretanto isso “não

³⁵ Percentual de mulheres brancas com diploma universitário é mais que o dobro do de pretas e pardas, diz IBGE. **G1 Educação**, 07 de mar. de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/total-de-mulheres-brancas-com-diploma-universitario-e-mais-que-o-dobro-das-pretas-e-pardas-diz-ibge.ghtml> Acesso em: 13 de jul. de 2021

foi acompanhado pela ruptura das rígidas fronteiras da divisão do trabalho na esfera familiar. As mulheres ampliam sua participação no trabalho remunerado carregando consigo as tarefas domésticas e de cuidado, enfrentando no cotidiano uma tensão permanente”. Federici (2019, p.69) também faz a mesma afirmação “conseguir um segundo emprego nunca nos libertou do primeiro, ter dois empregos apenas significou para as mulheres possuir ainda menos tempo e energia para lutar contra ambos”. Contudo, as mulheres com mais condições financeiras terceirizam o cuidado dos filhos para creches e para outras mulheres, geralmente negras, que por sua vez, não têm acesso a creche nem auxílio para a criação dos filhos a não ser a solidariedade de outras mulheres, e por isso, que se encontram com maior frequência em trabalhos informais, para poder conciliar com seu segundo trabalho de cuidar da casa e dos filhos (ÁVILA; FERREIRA, 2014).

Esse último prisma é um dos principais pontos que mostram a desigualdade entre mulheres brancas e negras. “O emprego doméstico é uma questão estratégica para se pensar sobre as relações sociais” (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p.21), afinal o trabalho doméstico que era atividade exclusivamente feminina e sem valor para o capitalismo passou a ser feito obrigatoriamente por mulheres escravizadas, e no pós abolição, com a permanência da colonialidade do poder, as mulheres brancas conseguiram se manter livres dessa responsabilidade e ingressar no mercado de trabalho, pois as mulheres negras continuaram exercendo esse papel.

As autoras (Jurema Brites e Felícia Picanço (2014)) observam o caráter ambíguo e, simultaneamente, perverso das relações entre empregadoras e empregadas, pois “ao mesmo tempo que absorve e retém as mulheres, em especial, as mais pobres, negras e menos escolarizadas, é, também, fundamental para a libertação de outras mulheres para o ingresso no mercado de trabalho” (COUTINHO et al, 2018, p.4)

Um ponto que chama atenção no trabalho de Ávila e Ferreira (2014) é que em sua pesquisa as mulheres de classes mais baixas, que geralmente são negras, afirmam que o homem mais atrapalha do que ajuda ao contrário das mulheres de classes mais altas (majoritariamente brancas). Essa diferença acontece pela presença das trabalhadoras domésticas nas casas de mulheres brancas que sentem menos o peso da dupla jornada de trabalho, já as mulheres que precisam trabalhar fora e dentro de cada sentem muito mais o peso da divisão injusta entre homens e mulheres no cuidado da família e residência. As autoras revelam também:

59% das mulheres entrevistadas, nas faixas de renda C e D, afirmaram que “se pudessem, parariam de trabalhar para cuidar de casa”, enquanto entre as mulheres das faixas de renda AB, este percentual se reduz para 32%. A compreensão sobre o sentido dos discursos está dada pelas condições materiais concretas vividas pelas mulheres, isto é, por suas (im)possibilidades de enfrentar a sobrecarga com o trabalho reprodutivo e as condições do trabalho produtivo e as tensões entre ambas as esferas. (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p. 43)

São as mulheres negras que sofrem com a dupla jornada de trabalho desde a colonização, como Gonzalez (1979, p.42) afirma, “após o trabalho pesado na casa-grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc. quase mortos de fome e de cansaço”, e permanece assim até hoje.

Alves (2019) afirma que toda essa situação é bem explorada pelo capitalismo que tem usado a desigualdade na divisão sexual do trabalho a seu favor, “adequando a pouca disponibilidade de tempo feminina para a produção às mais precárias condições de trabalho”, seja no trabalho reprodutivo ou no produtivo (ALVES, 2019, p.109). A autora também explica que “a força de trabalho feminina tem sido absorvida pelo capital”, em profissões de assistência e cuidado, como professoras, enfermeiras e técnicas de enfermagem, assistentes sociais, secretárias, e em muitos casos em empregos “precarizados, temporários, informalizados e terceirizados, sob relações desiguais de remuneração, qualificação, atribuição e regulamentação, além de frequentemente estarem excluídas de cargos de poder”, e sendo as mulheres negras as que mais ocupam essas posições. (ALVES, 2019, p.109)

Hirata³⁶ e Kergoat³⁷ (2007) descrevem, assim como Federici e Ávila e Ferreira, que mesmo com a entrada das mulheres no mercado de trabalho “produtivo” a divisão sexual do trabalho permanece desigual, por conta disso, delegar o serviço doméstico a outra mulher é algo quase que inevitável. E com o “crescimento da categoria de profissões de nível superior e de executivas; elas têm ao mesmo tempo a necessidade e os meios de delegar a outras mulheres as tarefas domésticas e familiares.” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p.604). Além disso, mesmo não realizando mais essas tarefas, ainda são as mulheres que gerenciam esse trabalho ao passar a responsabilidade para outras mulheres, elas:

[...] continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico, inclusive entre as militantes feministas, sindicalistas, políticas, plenamente conscientes dessa desigualdade. Mesmo que exista delegação, um de seus limites está na própria estrutura do trabalho doméstico e familiar: a gestão do conjunto do trabalho delegado é sempre da competência daquelas que delegam. (HIRATA, KERGOAT, 2007, p.607)

Bernardino-Costa (2007) afirma que o trabalho doméstico é o trabalho invisibilizado, às sombras do trabalho assalariado.

Da mesma forma que a colonialidade é o aspecto sombrio da modernidade, o trabalho doméstico também é o lado sombrio do trabalho assalariado no Brasil. **Longe de ser apenas uma pré-condição do trabalho assalariado, o trabalho doméstico é a sua condição indispensável, principalmente se consideramos que a emancipação feminina no Brasil se deu, em parte, à custa do trabalho de outra mulher.**

³⁶ Filósofa brasileira, especialista em sociologia do trabalho e do gênero.

³⁷ Socióloga e feminista francesa.

(BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 336, grifo meu)

Por isso, é importante distinguir o trabalho doméstico não remunerado, do remunerado, pois os dois têm relações de poder muito distintas um do outro e a interseccionalidade é fundamental para compreender essas relações. Quando analisamos o trabalho doméstico apenas pelo viés de gênero, enxergamos um tipo de trabalho, da dona de casa que não trabalha “fora”, “só” cuida da casa e dos filhos. Quando adicionamos o fator racial, tratamos do trabalho doméstico realizado na “casa dos outros”, que é majoritariamente mal pago e não isenta essas trabalhadoras dos seus afazeres domésticos em sua própria casa. Como Gonzalez (1979) descreve:

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. (GONZALEZ, 1979, p.45)

Por isso Teixeira (2021, p. 80) ressalta que “adicionar o adjetivo não³⁸ remunerado é importante pois evidencia que há significativa parte do trabalho doméstico de mulheres que não é computado, que é invisibilizado na dinâmica capitalista, e isso as teóricas feministas brancas fizeram um reconhecido esforço para enfatizar”.

Saffioti (1979, p.23) foi pioneira em estudar as relações do trabalho doméstico remunerado no Brasil com o capitalismo. A autora explica que “o modo de produção capitalista coexiste” de maneira integrada e dinâmica com as “formas não-capitalistas de trabalho”, ou seja, para o capitalismo funcionar do modo que conhecemos é necessário que as atividades “não econômicas” permaneçam existindo, pois é isso que sustenta esse modelo de produção. Saffioti (1979) elucida que o trabalho doméstico é uma dessas atividades consideradas “não econômicas” pelo capitalismo, inclusive o trabalho doméstico remunerado, pois:

Ainda que assalariada, determinação típica do sistema capitalista, esta força de trabalho atua de forma não-capitalista no seio das formações sociais dominadas pelo modo de produção capitalista. Organizadas, pois, de maneira não-capitalista, as atividades das empregadas domésticas têm lugar no interior de uma instituição não-capitalista -na família – que, contudo, mostra-se bastante adequada a auxiliar a reprodução ampliada do capital. [...] Esta contribuição (para criar a força de trabalho) situa-se, pois, fora do modo de produção capitalista, ainda que profundamente vinculada a ele. Desempenhando tarefas que tornam possível a produção e a reprodução da força de trabalho, a empregada doméstica cria condições para a

³⁸ Na citação original é “adicionar o adjetivo remunerado”, mas no contexto do parágrafo desta dissertação, achei melhor enfatizar que é o “não remunerado”, pois fazia mais sentido ao leitor.

reprodução do sistema capitalista. (SAFFIOTI, 1979, p.41 e 42)

Alves (2019, p.187) complementa que “as mulheres negras, ao realizarem o serviço doméstico das famílias brancas e não das suas próprias famílias, não reproduzem a força de trabalho de sua própria unidade familiar, mas sim a das famílias brancas para as quais trabalham”, e por isso contribui indiretamente com o capitalismo, ao mesmo tempo em que são assalariadas. Apesar da importância dessas atividades reprodutivas para a manutenção do modelo de produção vigente, o trabalho doméstico segue sendo menosprezado, e quando este trabalho é remunerado é ainda mais negligenciado e desvalorizado e por isso, existem organizações de trabalhadoras para reivindicar pelos seus direitos.

1.2 “Essa PEC abalou até a estrutura de nossa presidente, foi a revolta dos donos de engenhos”³⁹

Os Sindicatos de Domésticas pelo Brasil desempenham um importante papel na defesa dos direitos dessa categoria, como Teixeira (2021, p. 70) afirma “contar a história do trabalho doméstico no Brasil é contar também uma história sindical”. A PEC das Domésticas simboliza a maior vitória dos sindicatos e das profissionais beneficiadas, todavia, ainda existem inúmeras falhas quanto a fiscalização e cumprimento da lei, como Teixeira (2021, p. 71) ressalta, o tão sonhado aumento salarial e garantias de direitos enfatizados pela mídia caíram “por terra nos últimos anos em função de crises econômicas e da persistência da alta informalidade do trabalho doméstico”. Apesar disso, a aprovação da PEC é um marco e não deixa de ser importante por isso, esses problemas devem ser contornados e a lei cumprida. Márcia⁴⁰, uma das entrevistadas para a elaboração deste trabalho, afirmou que o trabalho doméstico “[é uma profissão que hoje é mais reconhecida](#)” por conta da PEC, pois antes, segundo ela, a doméstica “não tinha um pingão de valor”. A entrevistada também ressalta: “porque assim, mesmo que o patrão finja que não sabe, né, mas ele sabe dos direitos, e é bom sempre estar lembrando a eles dos nossos direitos, mas fingem que não sabem” (MÁRCIA, 2021).

O primeiro passo para a fundação dos sindicatos foram as associações, e a primeira Associação de Domésticas que surgiu no Brasil foi na cidade de Santos em 1936 fundada por Laudelina de Campos popularmente conhecida como Dona Nina. Sua motivação era mostrar

³⁹ Fala de Quitéria Santos

⁴⁰ Entrevistada tinha 46 anos no momento da entrevista, morou no centro de São Cristóvão e atualmente mora no Conjunto Eduardo Gomes. Divorciada, tem dois filhos e com ensino médio completo.

que as domésticas eram trabalhadoras assim como qualquer outro trabalhador e que mereciam os mesmos direitos que eles tinham recebido através das leis trabalhistas do governo Vargas. Laudelina chegou a se encontrar com um ministro para reivindicar que as leis se aplicassem a sua categoria, mas não foi atendida por não ser uma atividade que gerava lucro para o país. Entretanto, como Bernardino-Costa (2007, p. 336) afirma “a histórica alegação de que a trabalhadora doméstica não deve ter os mesmos direitos que os demais trabalhadores porque não gera riquezas, como já constatava Laudelina em 1936, deve ser posta em perspectiva.”

Dona Nina se mudou para Campinas e ajudou na fundação da associação dessa cidade na década de 60, depois desta, outras associações foram surgindo em vários estados do país. A Igreja Católica ajudou nesse movimento através de um grupo chamado Juventude Operária Católica (JOC) que estava localizado em alguns estados brasileiros, dessa forma foi mais fácil articular um encontro com as associações e espalhar os debates acerca das desigualdades de classe. Dessa forma, em 1968 foi realizado o I Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas que depois passou a ocorrer a cada quatro anos. Entretanto, apesar do auxílio dado pela Igreja, as líderes dos movimentos não estavam muito satisfeitas com algumas pautas, pois os objetivos delas eram conseguir a regularização do seu trabalho enquanto os operários em geral já tinham isso garantido. Porém, apesar das contradições, a organização desse congresso foi e continua sendo fundamental para a articulação política das sindicalizadas em escala nacional e na luta contra as estruturas que mantêm a exploração sob as domésticas. (BERNARDINO-COSTA, 2007).

As trabalhadoras domésticas perceberam que estavam deslocadas no movimento operário em geral, uma vez que os demais trabalhadores urbanos já possuíam o reconhecimento jurídico de suas categorias profissionais bem como alguns direitos, enquanto elas ainda não haviam conquistado nada disso. [...] Desta mobilização política junto à Igreja católica – que possuía uma interpretação predominantemente classista das desigualdades sociais —, ao movimento sindical e ao movimento negro resulta o primeiro congresso nacional da categoria, realizado em São Paulo, em 1968. (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 156)

Essas associações só se tornaram sindicatos quando houve a promulgação da Constituição Federal de 1988, contudo a nova lei segregou as trabalhadoras domésticas dos direitos trabalhistas, pois “enquanto aos trabalhadores domésticos foram destinados nove direitos, que estão dispostos no parágrafo único de artigo 7º, foram destinados no mesmo artigo 34 direitos aos demais trabalhadores” (TEIXEIRA, 2021, p.64 e 65). A associação do Rio de Janeiro chegou a enviar um documento para os constituintes com suas reivindicações, deixando claro a importância do trabalho doméstico e como toda a sociedade depende dos serviços das empregadas domésticas:

Fala-se muito que os trabalhadores domésticos não produzem lucro, como se lucro fosse algo que se expressasse, apenas e tão somente, em forma monetária. **Nós produzimos saúde, limpeza, boa alimentação e segurança para milhões de pessoas. Nós, sem termos acesso à instrução e à cultura, em muitos e muitos casos, garantimos a educação dos filhos dos patrões.** [...] Reivindicamos o salário mínimo nacional real, jornada de 40 (quarenta) horas semanais, descanso semanal remunerado, 13º salário, estabilidade após 10 (dez) anos no emprego ou FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e demais direitos trabalhistas consolidados. [...] Entendemos que toda pessoa que exerce trabalho remunerado e vive desse trabalho é trabalhador e, conseqüentemente, está submetido às leis trabalhistas e previdenciárias consolidadas. (Associação profissional de Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro, 1987 Apud, BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 336, grifo meu).

As palavras da Associação exemplificam exatamente o que Federici (2019) trata em O Ponto Zero da Revolução:

O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças — os trabalhadores do futuro —, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas (FEDERICI, 2019, p.68)

Mesmo com o esforço da Associação em enviar esse documento, os direitos aprovados para a classe foram apenas o direito ao salário mínimo, a irredutibilidade do mesmo, 13º salário, férias, repouso semanal remunerado, licença maternidade e paternidade, aviso prévio e aposentadoria. (TEIXEIRA, 2021) Os direitos negados foram:

Proteção contra demissão arbitrária, seguro desemprego, FGTS, piso salarial para a categoria, garantia de salário mínimo em caso de remuneração variável (salário-hora calculado com base no salário mínimo, por exemplo), proteção do salário contra retenção dolosa, salário família, jornada de trabalho regulada e limitada a oito horas diárias, adicional noturno, remuneração por horas-extras, redução dos riscos laborais por meio de normas específicas de saúde, higiene e segurança, adicional de penosidade, insalubridade e periculosidade, assistência garantida aos filhos e dependentes com até 5 anos de idade em creches e pré-escolas, reconhecimento de acordos e convenções coletivas, seguro contra acidente de trabalho, isonomia salarial, proteção ao trabalho com deficiência, proibição de trabalho doméstico a menores de 16 anos e trabalho doméstico noturno a menores de 18 anos. (TEIXEIRA, 2021, p.65)

Sem esses direitos, principalmente a limitação da carga horária semanal e ausência de pagamento de horas-extras, as domésticas ficavam suscetíveis a longas jornadas de trabalho. A situação era ainda mais grave na região Nordeste, onde os salários eram mais baixos e as jornadas maiores. Em 2006, mais alguns direitos foram garantidos com a Lei nº 11.324/06, o descanso remunerado nos feriados, férias anuais remuneradas de 30 dias corridos, garantia de emprego à gestante, e a proibição de reduzir do salário gastos com alimentação e moradia. (TEIXEIRA, 2021)

A conquista total dos direitos aconteceu somente em 2013 com a aprovação da PEC

das domésticas, e um movimento importante para essa conquista foi a aprovação de um documento (a Recomendação nº 201 e a Convenção nº 189 sobre Trabalho Decente para os Trabalhadores e as Trabalhadoras Domésticos) realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2011 na 100ª Conferência Internacional do Trabalho. Antes da aprovação houve uma conversa com trabalhadoras domésticas de diversos países por três anos e durante a Conferência muitos representantes brasileiros estavam presentes, eram mais de 70 pessoas, dentre elas cinco trabalhadoras domésticas,⁴¹ uma delas representando o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Sergipe, a presidente Sueli Maria de Fátima Santos. Além dela, estava presente a deputada Benedita da Silva, que já foi empregada doméstica, e é a representante mais forte no Congresso pelos direitos das trabalhadoras domésticas. (BERNARDINO-COSTA, 2015)

Após o evento, foi indicado para os países que faziam parte da OIT que ratificassem a Convenção e a Recomendação em seus territórios e assim o tema foi trazido para o debate inclusive pela mídia. Com o destaque dado ao tema inúmeros órgãos se uniram⁴² e em conversa com parlamentares foi proposta a Emenda Constitucional 72, a chamada PEC das Domésticas, que foi aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional em 2013 pondo “fim a uma segregação legal que estava enraizada na Constituição Federal do Brasil.” (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 158)

A história do Sindicato de Domésticas de Sergipe, contada pela sua vice-presidente, Quitéria Santos (2021), traz informações que conversam com a história dos sindicatos do Brasil, entretanto uma diferença marcante é que antes de se formar uma associação surgiu primeiro a chamada Casa da Doméstica, em 1968 na cidade de Aracaju. O imóvel era uma residência familiar que foi passada para a doméstica que havia trabalhado para essa família durante toda a vida, a doméstica não tinha herdeiros⁴³ e então deixou a casa para a Diocese de Aracaju com a condição de que o local fosse usado em benefício das domésticas. Dessa forma, surgiu a Casa da Doméstica com o objetivo de mediar as contratações entre empregadas e patrões, oferecer abrigo às domésticas que vinham do interior de Sergipe para a

⁴¹As cinco representantes das domésticas eram: Creuza Maria de Oliveira (presidente da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas), Sueli Maria de Fátima Santos (Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Sergipe), Maria Noeli dos Santos (Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do município do Rio de Janeiro), Maria Regina Teodoro (Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas) e Ione Santana de Oliveira (Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Estado da Bahia).

⁴² ONGs feministas e antirracistas, sindicatos de outras categorias, organismos internacionais e secretarias de estado

⁴³ Talvez, pelos longos anos de dedicação do trabalho a essa família que lhe deixou a casa como herança, não houve tempo para que ela constituísse sua própria família.

capital e promover cursos de afazeres domésticos, como engomar, cozinhar, costurar.

Conforme o tempo foi passando essas trabalhadoras perceberam a necessidade de se organizar para discutir seus direitos contra a exploração, abriram um espaço para desabafar suas indignações e surgiu em 9 de setembro de 1981 a Associação de Empregadas Domésticas. Na década de 1980, essa associação se uniu às demais durante os Congressos Nacionais das Trabalhadoras. Esta associação só se tornou sindicato em 1992 e Quitéria Santos (2021) explica que essa mudança aconteceu com outras associações depois que a Constituição de 1988 foi promulgada, pois todas as domésticas ficaram indignadas com a consolidação dos direitos dos trabalhadores sem a inclusão de sua categoria.

Atualmente, existem a Casa e o Sindicato das Domésticas no mesmo local, a Casa segue com seu objetivo inicial e ainda promove cursos, para cuidados de idosos, costura, liderança, informática, também faz parcerias com o Senai e o Senac, já realizou o curso EJA, Educação para Jovens e Adultos, para que as mulheres pudessem completar os estudos. O Sindomésticas permanece lutando pelos direitos das trabalhadoras e contam com a presença de uma advogada a disposição para as sindicalizadas, que hoje são em torno de 3 mil, caso as mulheres não filiadas precisem dos serviços elas mesmas arcam com os custos.

Em conversa com a atual presidente do Sindomésticas, Maria Aparecida Santos (2021) conta que a Associação teve uma grande conquista que foi a construção, entre 1981 até 1985, do conjunto habitacional Célia Cabral Duarte, localizado no bairro Parque dos Faróis no município de Nossa Senhora do Socorro chamado popularmente de Conjunto das Domésticas. Na época o terreno para a construção foi cedido pelo Bispo da Diocese de Aracaju, Dom Luciano, assim o custo final da obra sairia mais barato e as casas poderiam ser mais acessíveis para as empregadas domésticas. Duzentas domésticas que faziam parte da associação conseguiram a residência, mas só foram beneficiadas as que tinham filhos, além disso, a documentação da casa era em nome da mulher, podendo ser passada para filhas, sobrinhas e em caso de venda a negociação também ocorria entre mulheres. Essa titularidade em nome das mulheres foi muito importante para a estabilidade e segurança feminina, afinal:

[...] muitas mulheres após situações de conflito ou divórcio se veem frequentemente impedidas de pôr um fim nas relações por não terem alternativas viáveis de habitação para si e para os filhos ou forçadas a deixar suas casas por não possuírem o título de propriedade. Este último motivo também as impede de se inscrever em programas de crédito ou buscar empréstimos como forma de reverter a condição. (CAMPOS, 2019, p.42)

Santoro (2008), doutora em arquitetura e urbanismo, afirma que os homens sempre têm o privilégio masculino e têm prioridade na herança, no casamento, nos programas de

distribuição de terras, além disso, as mulheres geralmente se tornam proprietárias por herança e possuem menos propriedades e propriedades menores do que os homens. “Ter terra também faz parte de acessar recursos, e manter as mulheres sem terra, mantém antigas formas de dominação dos homens sobre as mulheres”⁴⁴ (SANTORO, 2008, p.9), e isso dificulta as mulheres que querem se separar de seus maridos, pois quando não tem salário fixo e não tem uma casa em seu nome elas ficam completamente desassistidas e, em alguns casos, as mantém sob violência doméstica.

A segurança de posse como um direito a ser garantido para as mulheres é também importante porque a feminização da pobreza e a dependência econômica – aliadas à necessidade de proteção daqueles responsáveis por seus cuidados – costumam ser os principais fatores de manutenção de situações de violência doméstica. Isto é, a “casa” não é apenas o cenário, mas, muitas vezes o protagonista de um “enredo trágico: muitas mulheres não conseguem pôr um fim na relação com o agressor simplesmente por não terem pra onde ir com seus filhos” (HELENE, 2019, p.963 e 964)

Além disso:

As mulheres pobres – em sua maioria negra – estão em situação de maior vulnerabilidade, com menor acesso potencial à cidade. Essas mulheres enfrentam condições habitacionais particularmente difíceis: têm renda mais baixa que os homens e, conseqüentemente, menos capital a investir na moradia; têm mais dificuldade de obter crédito para ter acesso à propriedade; muitos contratos de alugueis são registrados em nome do homem, considerado o chefe de família: em caso de divórcio, são forçadas a deixarem o domicílio, mesmo continuando responsáveis pelos filhos. (COTA, 2021, p.88)

Paula Santoro (2008) relata que o Programa Favela Bairro no Rio de Janeiro percebeu que as mulheres vendem menos suas propriedades do que os homens:

Uma hipótese sobre essa conclusão é que elas não enxergam a moradia como uma mercadoria, estão centradas na segurança de sua vida doméstica, da família. Vê na moradia valor de uso, mais do que de troca [...]. A questão da titulação prioritariamente para as mulheres pode ser entendida a partir da visão de que a mulher vê na propriedade o cumprimento da função social e não vê a propriedade como mercadoria. (SANTORO, 2008, p.10).

As mulheres querem estabilidade e segurança, para ela e seus filhos, e isso fica muito evidente na entrevista com Lúcia⁴⁵ que trabalha como doméstica desde os 14 anos e por muitos anos morou na casa dos patrões por não ter residência na capital. Ela conta que “dormir” no trabalho era sempre uma experiência horrível, era um local onde não conseguia se afastar da violência de seus patrões e onde não tinha estabilidade nenhuma caso fosse mandada embora. Lúcia não precisava se desvincular de um marido abusivo como é o caso de muitas mulheres, mas precisava se afastar do abuso de seus patrões, e por isso ter conquistado a casa própria é motivo de muito agradecimento e essa fala é muito frequente ao longo de todo seu relato:

⁴⁴ Mesma estratégia utilizada na Europa durante o feudalismo para desestabilizar a independência feminina

⁴⁵ Entrevistada tinha 44 anos, morou no povoado Araticum em Japarutuba e atualmente mora em Aracaju, tem 13 irmãos, é solteira, tem 3 filhas, ensino fundamental incompleto.

[Teve um programa do governo de casa](#), aí eu comprei nesse programa e consegui minha casinha, aí a vida melhorou mais um pouco porque saí do aluguel, aí hoje tenho minha casinha e continuo trabalhando

Hoje (pandemia) eu me sinto mais um pouco assim... aliviada por ter minha casa

Quando morava na casa dos outros era muito ruim, agora dou Graças a Deus que tenho minha casa

O que eu mais queria eu consegui, que foi minha casa

Mas hoje eu agradeço a Deus que ainda trabalho [...] todo dia de noite eu tô na minha casa, Deus me deu um teto. (LÚCIA, 2021)

Ressalto o fato dela ter conseguido a casa própria através do programa do governo, Pró-Moradia⁴⁶, é muito provável que sem um auxílio ela não tivesse condições de ter seu teto, o que comprova a importância das políticas de moradia para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica. Em sua fala fica claro que a casa é uma estabilidade, ela se sente aliviada por ter um teto pois mesmo que perca o emprego sabe que não vai para rua, como já foi no passado (sua história será detalhada adiante). Como Santoro (2008, p.10) elucida, as mulheres “são importantes consumidoras de moradia também porque a insegurança de viver informalmente as afeta de forma constante”.

A titularidade do Conjunto das Domésticas ser em nome das mulheres exclusivamente, pode ter sido pioneiro em todo o Brasil, pois o conjunto é da década de 1980 e no artigo sobre titularidade feminina da cientista social Mariana de Lima Campos (2019), não há nenhuma referência sobre isso antes dos anos 2000 no Brasil. A autora mostra que em 2001, a Carta Mundial de Direito à Cidade recomendou que houvesse políticas públicas que garantissem a titularidade às mulheres e que a Carta abordou:

[...] dentre seus princípios que as cidades se comprometam com a implementação de políticas públicas para a igualdade de oportunidades para as mulheres, incluindo as mulheres beneficiárias nos documentos de posse ou propriedade expedidos e registrados em todas as políticas habitação, distribuição e titulação de terras, comprovando que são donas da casa ou da terra, não tendo nenhuma pessoa o direito de expulsá-las. (CAMPOS, 2019, p.45)

Em 2001 também houve a aprovação do Estatuto da Cidade que trouxe para o Brasil instrumentos que possibilitariam a posse de terra e títulos em nome das mulheres, mas não com exclusividade, “os títulos serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.” (BRASIL, 2001 Apud CAMPOS, 2019, p.45). Quatro anos depois, a Lei Nacional 11.124/2005 do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

⁴⁶ Governo entrega Conjunto Residencial Senador José Eduardo Dutra no Porto D’antas. **Notícias Governo do Estado de Sergipe**. 26 de set. de 2016. Disponível em: <https://www.se.gov.br/noticias/governo/governo-entrega-conjunto-residencial-senador-jose-eduardo-dutra-no-porto-d-anta> Acesso em: 19 de jan. de 2022

indicou que “a titularidade dos imóveis concedidos pelo Poder Público seja, preferencialmente, no nome da mulher chefe de família.” (CAMPOS, 2019, p.45)

Em 2009, as diretrizes que regulamentam o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) estão expressas na Lei 11.977/09 que estabeleceu “o atendimento prioritário na formulação dos contratos às famílias em que as mulheres são responsáveis pela unidade familiar” (CAMPOS, 2019, p.46). Em 2012 a presidenta Dilma Rousseff aprovou a Lei 12.693/12, do PMCMV, determinando que em casos de divórcio:

fica obrigatoriamente registrada no nome da mulher, com exceções apenas no caso de casais que tenham filhos e ao marido ou companheiro for concedida guarda exclusiva. Ainda expressa que quando excetuados os casos que envolvam recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), os contratos em que o beneficiário final seja mulher chefe de família, no âmbito do PMCMV ou em programas de regularização fundiária de interesse social promovidos pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, poderão ser firmados independentemente da outorga do cônjuge. (CAMPOS, 2019, p.46)

Segundo dados do PNAD de 2012, citados por Campos (2019, p.47), o número de famílias chefiadas por mulheres tem crescido, em 2000 eram 22,2% e em 2010, 37,3%, além disso, a grande maioria delas tinham filhos e não tinham cônjuge, 87,4% do total. Além disso, segundo a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades “a grande maioria das famílias beneficiadas pelo PMCMV em todo o Brasil tem mulheres como responsáveis legais” (CAMPOS, 2019, p.47), 71% do total de beneficiados pelo Programa até 2015. E, em janeiro de 2021, o Programa Casa Verde e Amarela, antigo PMCMV atualizou suas diretrizes com a lei 14.118/21⁴⁷ acrescentando que “sendo chefe de família, a mulher não precisará de concordância do parceiro” e que “ao fim da relação heteroafetiva, o homem será o proprietário excepcionalmente se a ele couber a guarda unilateral dos filhos.”⁴⁸ Por conta desse histórico, é possível que o Conjunto das Domésticas tenha sido o primeiro a ter exclusivamente a titularidade feminina.

Além dessa conquista, Quitéria Santos (2021) também relatou sobre a conquista dos direitos em 2013 através da PEC 66/2012 informando que a presidente do Sindicato de Sergipe daquele período, Sueli Maria, esteve presente na 100ª Conferência Internacional do Trabalho em Genebra que foi fundamental para a promulgação da PEC no Brasil, como já

⁴⁷ BRASIL. **Lei Nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021**. Institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera as Leis 8.036, de 11 de maio de 1990, [...]; e revoga a Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017, Brasília, Presidência da República, 26 de mar. de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14118.htm Acesso em: 21 de jan. de 2022

⁴⁸ Assessoria de Comunicação do IBDFAM. Especialistas dissecam lei que deu preferência à mulher no registro imobiliário no Programa Casa Verde e Amarela. **Notícias do IBDFAM**, 28 de jan. 2021. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/index.php/noticias/8099/Especialistas+dissecam+lei+que+deu+preferencia+à+mulher+no+registro+imobiliário+no+Programa+Casa+Verde+e+Amarela> Acesso em: 21 de jan. de 2022

citado, além disso, explicou os impactos dessa lei para as domésticas.

Segundo Quitéria Santos, a aprovação da PEC perturbou tanto a classe média que instigou a retirada de Dilma Rousseff, presidente do país, do poder. “Depois da PEC que veio essa revolução toda, essa PEC abalou até a estrutura de nossa presidente, foi a revolta dos donos de engenhos porque eles queriam que o trabalho escravo continuasse, que por sinal, até hoje a luta continua” (SANTOS, Q. 2021).

A PEC foi aprovada em 2013, mesmo ano das grandes manifestações contra o governo, e no ano seguinte Dilma se reelegeu causando insatisfação na classe média e alta do país. Jessé Souza, sociólogo e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em entrevista ao Blog do Planalto⁴⁹ afirmou que o impeachment foi decorrente a uma luta de classes, pois os mais favorecidos financeiramente estavam insatisfeitos com a classe pobre ocupando espaços que não tinham acesso antes do governo petista. “A classe média estava incomodada com isso, não só pela divisão de classes, mas também por um medo irracional de que essas classes pudessem competir pelos privilégios e empregos com a própria classe média”. A aprovação da PEC também é uma forma de legitimar a luta das trabalhadoras domésticas, quase sempre exploradas e desvalorizadas pelos seus patrões da classe média e alta, recebendo baixos salários e com carga horária excessiva em muitos casos. Como Teixeira (2021) enfatizou:

A intensa discussão sobre a PEC acionou a explicitação do racismo e da estrutura de divisão de classes de nossa sociedade. Admitir que legalmente as trabalhadoras domésticas seriam tratadas como os demais trabalhadores era não só institucionalizar um reconhecimento mais efetivo do trabalho doméstico, como também romper com sua naturalização, o que de fato ainda não ocorreu numa sociedade em que não rompe com os pactos narcísicos da branquitude. (TEIXEIRA, 2021, p. 67)

Por isso, a vice-presidente do Sindicato faz uma associação entre a aprovação da PEC e o golpe contra a presidente, pois ela sentiu o impacto da PEC logo após a aprovação, uma demissão em massa de trabalhadoras, mais de 200 pessoas comunicaram ao Sindicato de Domésticas de Sergipe que perderam o emprego nesse período (maior do que a demissão que aconteceu na pandemia), mas o número real é muito maior, pois nem todas comunicam ao Sindomésticas e algumas não são filiadas. As mulheres que vinham do interior do estado e precisavam dormir no trabalho foram muito prejudicadas, pois os patrões não queriam pagar

⁴⁹ IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Presidente do Ipea vê luta de classes por trás do impeachment. **Notícias IPEA**, 04 de mai. de 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/mestrado-profissional-em-politicas-publicas-e-desenvolvimentodesafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3004:catid=28&Itemid=23
Acesso em: 23 de mar. de 2022

adicional noturno e as demitiram. Muitos tinham várias empregadas, uma pessoa para cada tarefa, porém nenhuma delas recebia um valor justo e com a PEC os patrões demitiram muitas delas.

Eles (os patrões) tinham várias empregadas domésticas em casa, mas tinham a escrava em casa, não era uma trabalhadora porque você ter um trabalhador só para pagar mixaria, que não é registrado não é legalizado certinho não é um trabalhador é um escravo [...]. Eles tinham o hobby de dizer tenho 5 trabalhadoras, mas o dinheiro é um salário dividido para todas. (SANTOS, Q. 2021)

Teixeira (2021, p.114) relata algo semelhante à fala de Quitéria. Ela diz que a doméstica tem “como antecessora a escravizada doméstica”, é a “mucama permitida” (termo usado por Gonzalez) “é aquela que a branquitude pôde, com orgulho **ostentar**, sem se desvencilhar do imaginário confinado às mulheres negras como inferiores”. (grifo meu)

Quitéria Santos (2021) explica que depois desse impacto inicial os patrões começaram a recontratar as domésticas, afinal precisavam dos seus serviços, entretanto, eles mudaram a forma de contratação para burlar a lei, em vez de contratar mensalistas contratavam diaristas, assim não precisariam regularizá-las. Essa situação é chamada pelo Direitos Constitucional de ‘efeito backlash’ que “compreende as relações que ‘buscam burlar direitos reconhecidos por meios tangenciais’” (TEIXEIRA, 2021, p. 71). Cristiane⁵⁰ fala sobre isso: “[muita gente não tem](#) (carteira assinada), e agora então... agora com essa lei agora é que eles querem só dois dias, não querem compromisso, porque a despesa é um pouco maior né.” (CRISTIANE, 2021)

A mudança legal resultou, pois, no aumento das contratações informais, por meio da substituição da contratação de trabalhadoras mensalistas por diaristas e, paralelamente, a busca por outros meios de obtenção dos serviços, de modo mais “simplificado” e menos oneroso para as/os patroas/patrões, através de empresas de limpeza profissional. Uma leitura da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (Pnad) (IBGE, 2015; IBGE, 2018), nos anos de 2015 e 2018, aponta que, entre 2015, ano de promulgação da LC 150, e 2018, houve um aumento de 23,22% no número de diaristas, aumentando de 1,5 milhão para 1,8 milhão. (ALVES, 2019, p.113)

Além de continuar recebendo praticamente o mesmo salário de antes e continuar sem os direitos garantidos, os patrões queriam que essas mulheres dessem conta do mesmo serviço com o tempo reduzido de trabalho. Inclusive umas das lutas do Sindomésticas é conseguir que a diarista tenha os mesmos direitos que a empregada doméstica que trabalha o mês inteiro tem.

A Lei Complementar (LC) nº 150/2015 determina que, se a trabalhadora doméstica presta serviços em um mesmo domicílio por mais de dois dias na semana, fica

⁵⁰ Entrevistada tinha 37 anos no momento da entrevista, morou no povoado Colônia Miranda da cidade de São Cristóvão, e atualmente mora no centro desta mesma cidade. Está casada há 21 anos, tem dois filhos e ensino médio incompleto.

configurado vínculo empregatício e os empregadores ficam obrigados a formalizar este vínculo por meio da assinatura da carteira de trabalho. Isso significa que se uma trabalhadora atua em apenas um domicílio – o que a faria, de modo geral, ser classificada como uma trabalhadora mensalista –, mas o faz menos de três dias por semana, o vínculo empregatício não se configura e seus empregadores não têm obrigação legal de assinar sua carteira de trabalho. (PINHEIRO et al, 2019)

Teixeira (2021) complementa:

Falar de diaristas é falar de uma maioria de mulheres que trabalham na informalidade, sem qualquer proteção social, e que exercem também um serviço mais interno todos os dias, já que comumente organizado num cronograma de faxinas – limpezas mais pesadas – ao longo da semana em várias residências. Falamos de trabalhadoras que podem conseguir um rendimento médio por hora maior com a atividade de diarista, mas falamos também de um Estado omissivo na proteção dessas trabalhadoras. (TEIXEIRA, 2021, p.56)

Quitéria Santos (2021) também relata que a maioria delas não tem carteira assinada e entre as que tem muitos patrões não pagam o INSS, e isso também esteve presente nos relatos de algumas mulheres entrevistadas:

[Principalmente se você tem uma certa idade](#), você trabalha numa casa há muito tempo [...] você tem medo de perder o emprego, você tem medo de não arrumar mais nada, então você fica aguentando muita humilhação. Foi o que aconteceu com a mãe de uma colega minha, ali na Saneamento⁵¹, ela trabalhou 20 anos pra uma família, eles não estavam pagando... não sei se foi o INSS... foi alguma coisa assim que não tava pagando, aí ela teve um problema muito sério no joelho, o joelho começou a inchar porque ela trabalhava muito tempo em pé, aí a filha dela pegou e levou ela... foi alguma coisa que descobriram que não tava sendo pago (provavelmente o INSS e quando procurou a previdência para se aposentar ou receber auxílio saúde não conseguiu). Por quê? Porque confiança, porque confiou neles e eles sacaneando ela, aí teve que fazer o quê? Teve que botar na Justiça, ela teve que pagar todo o INSS e hora extra, ela entrava 7 da manhã e saía 5 horas da tarde, de segunda a sábado isso, depois que dava almoço, que arrumava a cozinha que fazia tudo saía, todo dia, todo dia, todo dia. (MÁRCIA, 2021)

Outra trabalhadora relatou que já teve carteira assinada 3 vezes e afirmou que foi enganada nas 3. Perguntei o porquê:

[Porque eles assinavam e não pagavam o INSS](#), e quando eu saía eu descobria que não tinha nada pago, eu trabalhei 3 anos e 8 meses e só foi pago 4 meses, trabalhei 2 anos e só foram pagos 9 meses e o outro não foi nenhum mês pago. Agora está com a carteira assinada há 3 meses, sendo que trabalha nessa família há 14 anos: Eu trabalhei 5 anos normal, aí saí no período da gravidez [...] depois eu voltei como diarista porque eu queria ter tempo pros meus filhos, aí eu trabalhava 3 dias, aí depois da lei eu comecei a exigir e consegui agora nessa pandemia com que eles assinassem, porque eu tava disposta a sair aí eles pra não me perder resolveram assinar, tem 3 meses, depois de 14 (ênfase) anos de trabalho pra eles. (CRISTIANE, 2021)

Das 6 mulheres com quem conversei para a realização desta pesquisa, todas tiveram carteira assinada em algum momento como doméstica, contudo a maior parte das casas onde trabalharam não eram legalizadas. Uma delas, Lúcia, teve carteira assinada por 7 anos como

⁵¹ Av. Nova Saneamento

cozinheira em um restaurante, porém foi demitida quando começou a pandemia e agora trabalha como doméstica de carteira assinada, mas sem receber o INSS, ou seja, de modo irregular. Adriana⁵² só conseguiu trabalhar de carteira assinada uma vez, antes da PEC pois após a aprovação sua patroa a demitiu alegando não ter condições de legalizá-la.

Sandra⁵³ já trabalhou com carteira assinada e afirma que só não está “fichada” no atual emprego por ter ficado viúva e está aguardando regularizar essa situação primeiro.

Depois que saiu a lei das domésticas né, que antigamente a gente trabalhava como autônoma praticamente não tinha registro nenhum, depois de 2013 que a coisa veio a melhorar, tivemos carteira fichada todas as regras que manda a lei, hoje a gente tem FGTS, a gente tem seguro-desemprego, a gente tem 40%, tem direito a toda lei trabalhista. A gente tem, mas eu só trabalhei de carteira fichada duas vezes, eu fiquei a minha... quando entrou a lei a minha já era fichada, eu fiquei minha carteira em 2011 na casa de doutor Jorge⁵⁴, mas aí não tinha os ‘padrão’ porque não tinha regra, eles me pagavam décimo mas eu não tinha direito a seguro, eu não tinha direito a FGTS, depois que saiu a lei que eles é... cumpriram com a lei direitinho entendeu? Só que ainda, Dara, tem muita gente que se submete a não trabalhar fichada porque os ‘patrão’ não quer... porque o custo do empregado doméstico sai... na verdade se você for botar no padrão sai alto pro empregador no caso, então pro empregador registrar um doméstico ele tem que cumprir a lei e hoje é obrigatório porque se a lei pegar uma doméstica trabalhando sem ser fichada com certeza o patrão vai pagar uma bela de uma multa... só que muitos não ‘assina’, assina um acordo, **o pobre que tá precisando de um trabalho aí se submete ainda a muitas coisas**. Eu nunca tive esse problema não, hoje eu não sou fichada por uma questão minha, porque eu fiquei viúva e resolvi não fichar por causa dessas leis desses ‘governo atrapalhado’ [...] mas eles me... eu não tenho direito nesse que eu ‘tou’, não tenho direito a férias, nem a décimo, nem FGTS, mas eles me pagam o décimo. (SANDRA, 2021)

Apesar de todas elas já terem usufruído de carteira assinada, a maior parte de seus trabalhos não foram regularizados, além dos casos em que o patrão não cumpre tudo que manda a lei. E essas informações trazidas pelas entrevistadas são confirmadas pelas pesquisas feitas pelo PNAD, anteriores a 2018, que foram compilados por Pinheiro⁵⁵ et al (2019) representando o IPEA. A autora aponta que em 1995 a taxa de domésticas com carteira assinada era inferior a 20%, em 2013 com a PEC o número chegou a ultrapassar os 30%. É fato que houve um crescimento na formalização, porém, muito tênue, e para piorar os índices, entre 2016 e 2018 os números começaram a cair ficando abaixo dos 30% e somente 28,8% de domésticas estavam formalizadas em 2018. E como Sandra explicou, muitos patrões não querem assinar a carteira e propõem acordos, e a trabalhadora em situação de necessidade aceita. Além disso, há a falta de conhecimento nos seus direitos, pois como a própria entrevistada falou: “eu sou consciente

⁵² Entrevistada tinha 41 anos no momento da entrevista, sempre morou em um Povoado Lavandeira, tem 10 irmãos, é separada, tem uma filha e ensino médio completo.

⁵³ Entrevistada tinha 42 anos no momento da entrevista, morou em um povoado de Capela e atualmente mora na cidade, tem 4 irmãos, viúva e sem filhos, tem ensino fundamental incompleto.

⁵⁴ Nome trocado

⁵⁵ Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea

disso aí”, mas muitas não são.

Uma das estratégias utilizadas pelos patrões, além da manutenção da própria contratação informal, é a barganha ao dizer que consegue pagar mais se não tiver que pagar os direitos legalmente. Soma-se a esse quadro o fato de que, em pesquisa de 2020, 70% das trabalhadoras domésticas ouvidas disseram desconhecer seus atuais direitos. (TEIXEIRA, 2021, p.73)

Juliana⁵⁶ fala sobre isso ao contar uma situação em que foi enganada pelo patrão “[A gente fez um acordo](#), porque eu tava precisando do dinheiro, aí eu fiz um acordo com ele. (JULIANA, 2021). Porém, ele não cumpriu o combinado e fingiu que nunca tinha feito acordo, “Eu fiquei muito triste! **Eu tinha ele como se fosse da família**, sabe, tinha muita consideração, ele não me pagou e eu pedi pra sair” (JULIANA, 2021).

Outro dado relevante para compreender a desvalorização do trabalho doméstico remunerado após a PEC são os salários das trabalhadoras e as disparidades entre mulheres negras e brancas, entre regiões do Brasil, entre as formais e informais, e entre diarista e mensalista. A renda média das domésticas em 2018 era de R\$ 877,00, sendo que o salário mínimo era R\$ 954,00. Quando falamos de Nordeste estamos tratando da região que paga menos às suas trabalhadoras, em 2017 somente o Sul e Sudeste possuíam médias salariais acima do salário mínimo, “já no Norte e no Nordeste, esses montantes eram consideravelmente inferiores: no Nordeste, em 2018, a média salarial paga era equivalente a 58% do salário mínimo e, no Norte, os valores médios pagos correspondiam a 70%” (PINHEIRO et al, 2019). A respeito dessa diferença salarial por região, Márcia, que trabalhou no Rio de Janeiro e em Aracaju, faz algumas ponderações:

[Aqui em Sergipe, tive... algumas experiências boas, mas a metade horrível!](#) Porque eu sou daqui, mas o povo daqui não gosta de pagar direito, o povo daqui acha que porque ‘tá’ pagando um salário tem que tirar o seu ‘couro’, não te dá valor, não respeita você, entendeu? Acha que... **tipo, tá ali você tem seu horário, oito horas trabalhados, você tem direito a sentar, tem direito a almoçar, tem direito a descansar, não! Você parece uma máquina! Ai, isso aí é terrível.** No Rio de Janeiro já é o contrário, ‘cê’ vai pra uma casa trabalhar são 4, 5 empregadas, 3 empregadas, é babá, é auxiliar de cozinha, é faxineira, é passadeira, é tudo junto, aqui não, aqui você faz tudo num apartamento só. (MÁRCIA, 2021)

Perguntei se todas essas trabalhadoras do Rio recebiam o dinheiro corretamente e ela respondeu que sim, e afirmou que ganhava mais na capital carioca do que em Aracaju. Segundo a entrevistada, tudo que ela aprendeu de trabalho e de direitos foi no Rio de Janeiro, trabalhou como baby-sitter apenas aos fins de semana, também como babá, cuidadora de idosos e doméstica, “na minha carteira, Graças a Deus, tenho tanta função!”. Márcia também relatou

⁵⁶ Entrevistada tinha 33 anos no momento da entrevista, morou no Povoado Curral dos Bois em Simão Dias, e mora atualmente nesta cidade. Solteira, tem uma filha e ensino médio completo.

que trabalhou para um casal de juízes e que eles a incentivaram a conhecer os próprios direitos

Lá eu aprendi o que é valor, lá eu aprendi a me valorizar, comecei a aprender a partir deles [...] conversava muito com eles e eles falavam, se valorize! Vocês são muito importantes, tem que saber dar o preço pelas coisas que vocês fazem, você vai pra um lugar fazer uma faxina, é tanto, se a pessoa disser, “não vou pagar”, “tá bom, então ‘to’ indo, tchau.” [...] **Aqui em Sergipe é a necessidade e o medo de ouvir: Não! Aquele... “ah vai me mandar embora, não vai me chamar mais”, eu vejo muito isso. E aqui você trabalha, trabalha, e você não... tipo, você pode passar até 10 horas da noite, final do mês você só vai receber aquele salário, ninguém vai dizer assim, “ah você ficou até tal hora vou te dar 50 reais a mais”, nada!** Lá no Rio você pode trabalhar, tranquilamente, lá o pessoal faz questão de trabalhar até mais tarde porque quando você chega no final do mês, ‘tá’ tanto, as vezes nem espera o final do mês, no fim do expediente “tá aqui seu dinheiro, tome.” Você tem valor, aqui não. [...] E na época, minha filha ‘tava’ recém-nascida, então eu ganhava muito presente, essas coisas, isso também é gratificante. Aqui em Sergipe você não ganha nada! Mais fácil tirar de você do que dar. (MÁRCIA, 2021)

Quando analisado o recorte racial em 2016, é constatado que domésticas brancas ganham mais do que as negras, a média nacional é que as mulheres negras recebiam 84% do que as brancas obtinham, o Nordeste se destaca nesse quesito como a região de maior equiparidade, com o percentual de 96% (esta também é a segunda região com a menor diferença percentual entre mulheres brancas e negras na profissão, 6,8%, perdendo apenas para a região Norte com 6,1%. A região com maior diferença na proporção entre mulheres negras e brancas é a região Sudeste com 10,5%.) (PINHEIRO et al, 2019, p.12 e 36). A respeito das diferenças salariais entre as formalizadas e informalizadas, Pinheiro et al (2019) relata:

Também é importante destacar que há diferenças salariais significativas a depender da existência ou não de vínculo empregatício entre a trabalhadora e a família contratante. Ou seja, os rendimentos variam de forma expressiva se as trabalhadoras são diaristas ou mensalistas e, ainda, se possuem carteira assinada ou não. Ao considerar os dados da PNAD Contínua para 2017, nota-se que as trabalhadoras domésticas que têm suas carteiras de trabalho assinadas auferem rendimentos que são, em média, 80% superiores aos das que não contam com essa garantia. Naquele ano, enquanto as trabalhadoras formalizadas recebiam salários mensais médios de R\$ 1,2 mil, aquelas que se encontravam na informalidade recebiam somente R\$ 684. (PINHEIRO et al, p. 36, 2019)

Além disso, há uma discrepância entre as categorias mensalista e diarista na formalização. Dentre as mensalistas, 24% possuem carteira assinada, enquanto somente 4,2% das diaristas tem a mesma possibilidade, assim as primeiras conseguem ter uma renda maior em comparação com a segunda. Pinheiro et al (p. 37, 2019) também destaca que as mensalistas tem uma carga horária maior do que as diaristas e por isso é importante analisar o valor da hora trabalhada e assim, chega à conclusão que “a renda das diaristas é bastante superior às das mensalistas: enquanto as primeiras ganhavam, em 2018, R\$ 8,4 por hora trabalhada, as últimas possuíam renda-hora de apenas R\$ 5,9”, porém como a diarista trabalha menos horas do que a mensalista o valor no final do mês acaba sendo menor. Com as entrevistadas também foi

perguntado sobre a diferença entre as duas modalidades de trabalho, e foi unânime, todas disseram que como diarista se ganha mais, mas o trabalho é bem mais cansativo.

Eu acho melhor... (pausa) assim... pela, pela parte financeira a diarista é melhor porque ganha mais, ganha mais, só que assim eu acho que a mensalista você... é menos cansativo, porque a diarista, digamos, 'cê' vai 3 dias na semana, você não vai todos os dias, a casa não vai tá tão arrumada quanto você estando todos os dias, entendeu? Ai você vai trabalhar no outro dia que você for, você vai trabalhar o dobro... (pausa) você vai trabalhar o dobro, aí é complicado. [...] Como você 'tá' ali todos os dias (mensalista), você sabe o que você vai fazer, olhe amanhã já organizei isso, amanhã... e a diarista não, você fez isso hoje, amanhã você não vai fazer, quando você for no outro dia não vai 'tá' mais como você deixou, vai ter que fazer tudo (ênfase no tudo) de novo e a mensalista não, você indo todo dia ali você consegue organizar muito melhor. (ADRIANA, 2021)

Só tem uma vantagem (sobre diarista, que ela afirmou ser mais cansativo) o salário é melhor. Porque assim, você trabalhado de segunda a sexta você tem direito a um salário mínimo, a 1100 reais, fora passagem que dá 140 de passagem que é o coletivo, então dá 1240 com passagem. Você trabalhando como diarista você tira 1600 dependendo... porque eu posso trabalhar 3 dias em uma casa e dois dias em outra casa, por exemplo, como eu, que 'tô' querendo arrumar mais dois dias. (SANDRA, 2021)

Agora na pandemia tive que trabalhar (de diarista), não gostei muito não, entendeu? Foi uma experiência muito (ênfase no Muito) cansativa, dou valor a todas as diaristas porque é cansativo, é pau! Só fica quem tem coragem, você tem que fazer tudo e mais um pouco em um dia só. [...] Quando é um apartamento com vidro de ponta a ponta!? Você tem que rebolar, minha fia, pra fazer tudo aquilo. Tem pessoas que faz assim, passa um ano pra arrumar uma faxineira, em ano e ano bota uma faxineira, aí você vai pegar aqueles 'box', não sei quantos anos de gordura pra você tirar aquilo tudo... aí pronto, quando você chega, você tá ótima, você vai trabalhar, tá beleza... quando você sai do apartamento, vai pegar ônibus, você está acabada, seus braços não 'tão' aguentando nem segurar nos ferros dos ônibus. (MÁRCIA, 2021)

Você ganha muito mais (como diarista), se você pegar patroas que reconheçam seu trabalho e reconheçam que seu serviço é só aquilo, entrar na casa, fazer a limpeza, modo geral, sem mexer em guarda-roupa, sem cozinhar, sem lavar, sem passar, a diarista é em primeiro lugar. Como mensalista você ganha seu salário, com seus direitos garantidos, você paga seu INSS e quando você trabalha realmente no seu horário também vale a pena. Então das duas formas, você tendo condições de pagar seu INSS você tem vantagens maiores, por exemplo, você consegue ter uma casa porque você ganha muito mais, você consegue ter um carro, porque você consegue ter um valor bem mais alto bem mais acessível do que a mensalista, mas como mensalista você tá amparada, você tá todos os dias, você separa as tarefas e você não fica sobrecarregada quando o patrão age com a lei, mas a maioria, 90% não age com a lei. (CRISTIANE, 2021)

A respeito dessas particularidades, o Sindoméstica não possui dados exatos, pois essas informações variam muito conforme as mulheres trocam de emprego, mas pela entrevista com Quitéria Santos (2021) e Maria Aparecida Santos (2021) ficou evidente que o número de domésticas que realmente estão formalizadas e recebendo todos os benefícios é muito reduzido. Além disso, as diaristas, mesmo que recebam mais por hora como aponta a pesquisa do PNAD 2017, ainda são as que mais trabalham pela coação de cumprir muitas tarefas em um único dia. Quitéria (2021) deixa claro que são poucas as mulheres que recebem corretamente e que esse

número é ainda menor quando se trata de mulheres vindas do interior do estado, segundo a vice-presidente, muitas destas ganham em torno de 300 a 400 reais por mês.

A respeito da idade dessas trabalhadoras, Coutinho et al (2018, p.11) aponta que “há uma redução do número de jovens atuando nesse setor, fator que, assim, abre possibilidades de inserção e permanência para mulheres em idade mais avançada” e essa informação coincide com os dados coletados na Casa da Doméstica. A faixa etária entre 40 e 49 anos é a mais presente, com 33,35% como pode ser visto na tabela 1, há uma predominância também entre 30 e 39 anos. A faixa acima dos 60 ficou com o número absoluto baixo pois foram consideradas as domésticas com até 62 anos, entretanto olhando a taxa por 100 mil habitantes o valor fica próximo do número encontrado para a faixa dos 30 aos 39 anos. E o menor percentual é da faixa etária entre 20 e 29 anos, com 11,40%, além disso, os dados relativos conforme a população feminina também apontam a menor taxa. Essa situação pode significar que as mulheres mais jovens têm conseguido quebrar esse ciclo e ingressar em outras profissões ou significar que esse baixo número de cadastros de mulheres jovens aconteça por falta de conhecimento na Casa e no Sindicato da Doméstica.

Tabela 1 - Faixa etária do total de domésticas cadastradas

Idade	Valor Absoluto	Porcentagem	Valor Relativo
20 A 29 anos	228	11,40%	114
30 A 39 anos	624	31,20%	374
40 A 49 anos	667	33,35%	509
50 A 59 anos	419	20,95%	477
60 A 62 anos	62	3,10%	310

Fonte: Casa da Doméstica, 2021. Organizada pela autora, 2021

Selecionando apenas os dados de Aracaju temos porcentagens semelhantes ao total, porém quando analisado o valor relativo vemos uma discrepância maior na capital entre a faixa dos 20 aos 29 anos com as demais faixas de idade, ver tabela 2. Não é possível afirmar, contudo esse aspecto pode indicar que as jovens aracajuanas conseguem ter mais possibilidades para quebrar o ciclo, com maior oferta de empregos e mais facilidade para acessar um curso superior.

Tabela 2 - Faixa etária das domésticas cadastradas de Aracaju

Idade	Valor Absoluto	Porcentagem	Valor Relativo
20 A 29 anos	103	10,20%	166
30 A 39 anos	293	29,01%	555
40 A 49 anos	349	34,55%	833
50 A 59 anos	231	22,87%	793
60 A 62 anos	34	3,37%	520

Fonte: Casa da Doméstica, 2021. Organizada pela autora, 2021

Pinheiro et al (2019) explica que no Brasil já ocorre um processo de envelhecimento da força de trabalho de modo geral, a concentração de trabalho está nas mãos de pessoas acima dos 30 anos, mas no caso das trabalhadoras domésticas esse processo tem sido mais intenso e a autora aponta algumas particularidades:

A primeira delas refere-se ao fato de que a proporção de mulheres idosas (com mais de 60 anos) cresceu de forma muito mais intensa para as trabalhadoras domésticas do que para as mulheres ocupadas de forma geral. Enquanto para estas últimas, entre 1995 e 2018, a variação foi positiva, porém muito leve, para as domésticas, o peso das mais velhas mais do que dobrou, indo de 3% para mais de 7%, com um pico de 8% em 2017. No outro extremo, é importante destacar que o peso das mais jovens se reduziu de maneira muito mais intensa para as trabalhadoras domésticas do que se pode verificar para o mercado de trabalho feminino de forma geral. [...] Assim, assiste-se a uma recomposição da força de trabalho no emprego doméstico em termos etários: as trabalhadoras jovens, de até 29 anos de idade, perdem espaço, passando de quase metade para pouco mais de 13% da categoria, em 2018; e as trabalhadoras adultas (entre 30 e 59 anos de idade) passam de 50%, em 1995, para quase 80% do total ao final da série aqui acompanhada. As idosas (com 60 anos ou mais de idade) também crescem ao longo dos anos (PINHEIRO et al, 2019, p.13 e 14)

Pinheiro et al (2019) também explica que a saída das mulheres jovens do trabalho doméstico acontece mais entre mulheres brancas do que negras, principalmente porque o principal motivo do afastamento do trabalho doméstico é o acesso à educação e são as mulheres brancas quem mais conseguem concluir os estudos nas escolas e ingressar em universidades. Contudo, a autora enfatiza que mesmo para as mulheres que continuam atuando como domésticas é visível como o nível de escolaridade aumentou em comparação com as trabalhadoras mais idosas e isso aconteceu principalmente pelas políticas educacionais:

[...] seja ao ensino básico (que resultou na universalização do acesso ao ensino fundamental), seja à educação superior (com as políticas de cotas, bolsas e financiamento estudantil). Ainda que este processo não tenha sido capaz de reverter a baixa escolaridade da categoria, é importante destacar que a juventude presente no trabalho doméstico já alcança hoje uma média que varia de 9,7 a 10,7 anos de estudo – o que já corresponde ao ensino fundamental completo e mais alguns anos do ensino médio. Não muito tempo atrás, este cenário seria inimaginável. As mulheres mais velhas, com idades acima de 70 anos, contudo, mal conseguiram concluir a primeira etapa do fundamental, apresentando média de 4,8 anos de estudo, que alcança 6 anos entre as brancas. (PINHEIRO et al, 2019, p.15)

Dentre as entrevistadas, metade delas possuem ensino médio completo, Juliana, Adriana e Márcia, com respectivamente, 33, 41, 46 anos. As demais mesmo tendo praticamente a mesma faixa etária não conseguiram concluir os estudos, Cristiane com 37 não concluiu o ensino médio e Sandra e Lúcia com 42 e 44 não tem ensino fundamental completo.

Após analisarmos dados mais quantitativos sobre o trabalho das domésticas o próximo subcapítulo tratará dos dados qualitativos revelados nas entrevistas sobre a vivência do dia a dia dessas trabalhadoras nas casas de seus patrões.

1.3. “É muita humilhação que a gente passa nas cozinhas dos outros”⁵⁷

Além da falta de regularização, as domésticas enfrentam muitos outros problemas. As entrevistadas contaram inúmeros casos de exploração, com excesso de trabalho e de carga horária, além dos assédios e discriminação. Sandra tem 20 anos de profissão, mora em Capela, e acha “que seria melhor varrer rua do que ser uma doméstica”, afirma que o trabalho de sua classe não é reconhecido, que elas são discriminadas e relata o abuso de horário pois já trabalhou das 5:30 da manhã até as 10 horas da noite, além disso, ela faz uma observação importante, quem dorme no trabalho não tem horário certo de trabalho, porque “pros ‘patrão’ se você dorme você é obrigada a trabalhar até a hora que eles querem”. Segue abaixo seu depoimento:

Eu trabalho há 20 anos, por mais que a lei tenha sido aprovada ainda não somos reconhecidas no mercado com bons olhos. A doméstica, ela é sempre discriminada, pode ter certeza do que ‘to’ te dizendo, é desvalorizada, infelizmente é. **Eu acho que seria melhor varrer rua do que ser uma doméstica, você passa por muita...** tem casas que são... tem casa que é melhor, essa que eu ‘to’ mesmo me respeitam acima de tudo, eu não tenho o que falar dessa casa que ‘to’ hoje, mas referindo as outras sim, tem muita humilhação, você não tem horário fixo de dormir... **O fato de você dormir no emprego você não tem carga horária certa de trabalho, entendeu, então pros ‘patrão’ se você dorme você é obrigada a trabalhar até a hora que eles quer, eu já trabalhei de 5 e meia da manhã a 10 da noite**, eu já trabalhei. (SANDRA, 2021)

Sobre essa carga horária excessiva, Pinheiro et al (2019) explica que:

a média de trabalho pago das mulheres ocupadas em emprego doméstico gire em torno de 32 horas, este valor é apenas uma média e muitas mulheres trabalharão mais ou menos horas do que essa referência. De fato, um quarto das trabalhadoras domésticas possui jornadas superiores a 40 horas semanais, sendo que 12% ultrapassam as 44 horas semanais previstas em lei. Entre as mensalistas, esta proporção alcança aproximadamente 16%. Ou seja, quase 2 em cada 10 trabalhadoras que atuam como mensalistas trabalham com jornadas superiores à estabelecida na LC no 150/2015, que permite jornadas de trabalho de até 44 horas semanais ou 8 horas diárias, sendo possível a realização de, no máximo, 2 horas extras por dia, as quais devem ser remuneradas com valor 50% superior à hora normal. (PINHEIRO ET AL, 2019, p.31)

Um aspecto interessante é que as mensalistas são as que mais ultrapassam as 44 horas semanais, provavelmente porque uma parte delas residem com seus patrões. É o caso de Lúcia, que assim como Sandra, também passou parte da vida morando no emprego: “minha vida toda trabalhei e morei na casa dos outros, não tinha horário de dormir, só tinha horário de levantar pra trabalhar, começa a trabalhar 5 da manhã e ‘arriava’ 10 da noite, tinha que trabalhar, tinha necessidade porque não tinha moradia, era difícil a vida.” (LÚCIA, 2021)

Ela relata a carga horária excessiva, semelhante ao que Sandra contou, das 5 horas da manhã até as 10 horas da noite. Em outro trecho da conversa Lúcia diz que o patrão pedia que ela cumprisse tarefas em qualquer horário, como lavar “os cachorros meia noite, 10 horas

⁵⁷ Fala de Lúcia

da noite”. Isso se relaciona diretamente com o que Sandra denunciou, sobre o patrão achar que a empregada pode trabalhar em qualquer horário simplesmente por morar na mesma casa que ele. A respeito dessa relação de proximidade da trabalhadora com a família que a contrata, a doutora em ciência sociais Coutinho et al (2018) relata:

O quanto a herança da escravidão é reforçada em função do contexto privado em que acontece o trabalho e em decorrência “da combinação entre a natureza da atividade e do modo como as pessoas da casa se relacionam com as atividades domésticas”, **o que implica estar subordinado às urgências e vontades do outro durante todo o tempo.** (SORATO, 2006, p. 234 Apud COUTINHO et al, 2018, p.4, grifo meu)

Além dessa exploração, Lúcia foi vítima de assédio sexual, a única das entrevistadas que tocou nesse ponto:

Mas quando eu trabalhava nas cozinhas dos outros até mandava eu lavar os cachorro meia noite, 10 horas da noite, patrão chutava a porta na hora que queria quando a gente tava dormindo, **as vezes a gente sofria assédio quando a gente não aceitava eles mandavam embora, quando morava na casa dos outros era muito ruim, agora dou Graças a Deus que tenho minha casa.** (LÚCIA, 2021)

Pergunto se ela já foi assediada no trabalho:

Já, muitas vezes [...] por isso que eu aluguei um quartinho pra morar com minha filha porque quando dormia lá as vezes... não foi todos mas em três casas que eu trabalhei eles faziam isso [...] **na última mesmo, era eu e outra menina, ele tirava a chave pra gente não fechar a porta, a gente escorava e ele empurrava a porta meia noite pra pegar a gente, a gente tinha que dormir no banheiro porque era onde tinha chave na porta... é muita humilhação,** a gente trabalha porque... é por isso que as vezes vão se prostituir, vão usar droga, vão pra debaixo da ponte, por causa desse tipo de coisa, as vezes as pessoas acham que tão ali porque gosta, mas não, as vezes foi porque passou por esse tipo de coisa e não superou. (LÚCIA, 2021)

Lúcia contou que já trabalhou como servente de pedreiro, perguntei se já tinha sido assediada nesse emprego e ela respondeu que não, porque tinham fiscais que monitoravam, em seguida a entrevistada enfatiza:

Onde eu sofri mesmo foi quando tava trabalhando e morando nas casas dos outros [...] as vezes as pessoas não têm paciência, eu **quando eu vim pra cá eu dormi até na rua porque tinha gente que me botava pra fora, as vezes eu dizia “não moça eu vou dormir, no outro dia eu vou embora” tá... ela: “vá simhora, eu não sou sua mãe nem seu pai” mandava embora e as vezes eu dormia até na rua.** (LÚCIA, 2021)

Pinheiro et al (2019, p.19) afirma que as trabalhadoras que moram no trabalho têm uma relação muito próxima “entre espaço da casa e da profissão e, conseqüentemente, do descanso e do trabalho, o que favorece a existência de práticas de exploração – como longas jornadas de trabalho – e de assédios, em especial, o sexual” e, infelizmente Lúcia passou por todas essas explorações. Por não ter uma moradia em Aracaju, quando era demitida não tinha onde dormir, ela precisaria encontrar um emprego imediatamente ou dormia na rua.

Uma pessoa do interior pra sobreviver aqui nas cozinhas dos outros passando humilhação... agora mesmo nessa pandemia eu fui trabalhar nas cozinha dos outros, depois que o restaurante fechou fui trabalhar numa casa que tinha 6 cachorros, tinha cágado, tinha passarinho, uma casa grande na Coroa do Meio, mas **mesmo assim eu tive que ficar... porque tinha minha filha pra sustentar, tinha água, tinha luz pra pagar**, mas Graças a Deus arrumei essa agora, trabalho de 8 até quando termino o serviço ela manda ‘simbora’ e é de carteira assinada.

Eu trabalho porque é melhor trabalhar de doméstica e ter como sobreviver do que se prostituir e também com filho a gente chega de noite em casa aí as vezes eles dizem ‘mãe tem dinheiro pra comprar um pão?’ a gente não ter, ou não ter dinheiro pra pagar uma água ou pagar a luz, aí eu trabalho, faço meu serviço, Deus me dá força e coragem pra ‘mim’ trabalhar mas não é bom porque as ‘humilhação’ que a gente passa, não é bom. **Onde eu trabalho agora nem almoço ela me dá**, eu como em casa porque ela não dá almoço, é muita humilhação que a gente passa nas cozinhas dos outros, é muita coisa... (LÚCIA, 2021)

Em todos os relatos de Lúcia há uma ênfase no quanto é ruim trabalhar como doméstica, em como é desvalorizada, ela sempre fala das humilhações que recebe e agradece pela casa, por ter como se afastar desse local de trabalho abusivo. Em dois momentos ela fala que a opção que tem é trabalhar como doméstica ou como prostituta, pois parou de estudar quando engravidou e esses seriam os únicos serviços que poderia ter com seu nível de formação e por isso incentiva os estudos das filhas, como ela conta: “tento dar o que eu não tive e estudo pra ela não passar o que eu passei na vida”. Nesses últimos trechos Lúcia diz que mesmo sofrendo humilhação tinha que aguentar os abusos, pela necessidade: “mesmo assim eu tive que ficar [...] porque tinha minha filha pra sustentar, tinha água, tinha luz pra pagar”.

Coutinho et al (2013, p. 1127) explica que a falta de empregos formais para todos cria a necessidade de sobreviver, e assim as pessoas tentam desenvolver qualquer atividade mesmo que submetidos a baixa remuneração e desrespeito. No Brasil, como o capitalismo chegou tardiamente, comparado com outros países, “o mercado de trabalho sempre foi heterogêneo e “não conseguiu estabelecer uma situação onde o emprego formal (aquele que possibilita garantias e direitos sociais) tenha se tornado algo generalizado” (Segnini, 2001, s/p)”. Coutinho et al (2013) afirma que esses trabalhadores informais podem se dividir entre os mais instáveis que dependem de “bicos” e os menos instáveis como as trabalhadoras domésticas, pois elas possuem uma certa estabilidade no emprego, mas sem ter seus direitos garantidos na maioria das vezes, como a autora explica:

Entre as ocupações informais tradicionais, pode-se citar o caso de trabalhadoras domésticas, também conhecidas como faxineiras ou diaristas, cujas atividades são exercidas, sem vínculo formal de trabalho, por mulheres prestadoras de serviços de limpeza, conservação e higiene em residências. Como veremos adiante, o emprego doméstico, exercido majoritariamente por mulheres, é uma ocupação pouco valorizada socialmente, e a informalidade é, muitas vezes, associada à precariedade das relações de trabalho. Sendo assim, a condição de diarista poderia ser compreendida apenas como atividade laboral desgastante, exercida por quem não tem opções. (COUTINHO et al, 2013, p. 1126)

Lúcia também diz que no atual emprego a patroa não dá almoço. Márcia trouxe um relato parecido:

Teve uma que eu trabalhei aqui (em tom de irritação) que a pessoa contava os ‘pão’, entendeu? Contava quantos ‘pão tinha’. Aí almoço fazia três ‘bife’, se tinha 4 pessoas na casa eu ficava sem comer o bife, obviamente. Aí eu comecei a levar minha comida, **como eu ‘tava’ pagando uma prestação, nem lembro do que era, eu tive que aguentar**, aí levava minha comida [...] aí teve o filho dela, que eu não sei aonde ele estava, sei que ele veio passar um final de semana, quando chegou ela mandava fazer comida, faça isso, faça aquilo, aí eu peguei minha marmitinha, esquentei no micro-ondas pra comer, aí o filho dela disse, “oxente, porque ela está comendo comida diferente da gente”, aí eu falei, “porque sua mãe!” (em tom de raiva), porque eu falo na cara, “porque sua mãe disse que não é pra gente comer a comida daqui, **empregado não come a comida daqui e empregado come depois que patrão come, se sobrar**”. Aí ele disse, “isso não existe não”; “aqui na casa de sua mãe existe! E eu só estou aqui até terminar de pagar minha prestação.” (MÁRCIA, 2021)

Essa é uma prática mais comum do que se imagina, de 6 pessoas entrevistadas metade delas relatou ter vivido essa restrição à alimentação, e neste último aparece mais uma vez a necessidade, Márcia afirma que teve que aguentar isso porque estava terminando de pagar uma prestação. Além delas, a terceira pessoa a relatar isso foi Cristiane:

A gente pra não perder o emprego a gente se submete e aceita muita coisa, não são todas, mas no meu caso eu aceito, **por necessidade** e fui colocando no mal costume, **medo de ficar desempregada, medo de não achar um patrão bom, porque já achei patrões ruins que me humilhavam muito e quando você acha alguém que lhe trata bem**, que você tem livre arbítrio pra fazer o que você quiser dentro de casa, o que quiser assim, como empregada doméstica **que você se sente à vontade, eles não te impedem de comer, de conversar, de sentar à mesa, de almoçar, de lanchar, tem uma convivência como se fosse familiar, então por esses motivos você se submete**, se sujeita a aceitar muitas coisas que você sabe que não é certo, e eles sabem. [...] Mas eu acho que o excesso de trabalho dos domésticos é... eu acho que é demais, exploram muito os funcionários, muito não é pouco não. (CRISTIANE, 2021)

Essa fala de Cristiane revela a submissão ao excesso de trabalho porque tem medo do desemprego e, segundo ela, tem medo de não encontrar um patrão bom. Mesmo relatando a exploração do seu atual trabalho ela acha seus patrões bons, porque eles não a “impedem de comer, de conversar, de sentar à mesa, de almoçar, de lanchar, tem uma convivência como se fosse familiar”, diferente de outros que a humilhavam muito. Antes de relatar isso ela explicou como são seus empregadores atualmente:

Eu acho um pouco explorador, talvez até em excesso, porque no meu caso, vou dizer por mim né, e sei de algumas amigas, o meu trabalho, **os meus patrões são muito bons, mas eles são muito exploradores, eles acham que não são, mas tipo, eu pego 7 da manhã e eu não tenho hora de largar, agora que eu to conseguindo sair 5 horas porque antes saia 6, saia 7, saia 8 horas da noite, eu lavo, eu passo, eu cozinho, eu fico com criança, é em excesso o trabalho**, é muita roupa é muita coisa... porque assim, se eu sou uma diarista eles sabem que minha obrigação é fazer a faxina. (CRISTIANE, 2021)

Os empregadores de Cristiane são exploradores, e ela sabe disso, tinha excesso de

trabalho e a carga horária era muito superior ao que diz a lei, ainda assim, eles são bons comparados com os patrões anteriores, que a humilhavam, não davam alimentação, não deixavam sentar à mesa ou ao menos conversar. Essa situação não deveria ser considerada boa, é o mínimo que um empregador pode oferecer, comida e respeito, se é que posso dizer que eles a respeitam.

Márcia também relata o excesso de trabalho e o acúmulo de funções:

É porque assim... era muito trabalho, muita coisa pra fazer, botaram tudo ao mesmo tempo, era cachorro, criança, tudo junto, aí o filho se separou da esposa foi pra casa também, aí ficou aquela coisa desesperadora, você cansada, você tinha que trabalhar de segunda a sábado, de segunda a sábado, eu me deu uma estafa muito grande, eu disse, “olha, preciso de férias”; “não, porque não pode, porque tô precisando”, tô precisando... 99% pensa mais nele do que na gente, aí eu disse, “tá certo, então eu preciso sair, eu vou sair”. Aí eu pedi pra sair. Passei um tempo em casa, eles não conseguiram ninguém porque ninguém vai aguentar fazer tudo e mais um pouco, porque hoje não existe, aí me chamaram de volta. Perguntei como estava o serviço depois de sua volta: Não, agora é diferente, porque a filha tá no apartamento dela com o marido e a babá e eu tô lá só no apartamento com o filho que está separado [...] o apartamento é muito grande, é na 13 de Julho, é uma mansão né. Minha filha, é um (apartamento) por andar, você ali só Jesus na causa. [...] Né brincadeira não, um andar inteiro!

Ainda tem dois cachorros que ela arrumou agora, de presente pra mim. Pergunto: você sai para passear com os cachorros também? Saía, eu digo: não guento, não vou não; mulher, pelo amor de Deus, aí eu digo: mulher não guento não. Eu tive covid e eu sinto muita dor aqui (no braço) entendeu, tipo, tô fazendo as coisas daqui a pouco sinto como se tivesse dormente o braço, então o cachorro quer me levar, eu digo: ói mulher, o cachorro tá me levando pra passear, não eu levando ele [...] Ela disse: o cachorro tá estressado, eu disse: eu também tô estressadíssima [...] ninguém me leva pra passear. (Risos) (MÁRCIA, 2021)

Márcia chegou num momento de esgotamento muito grande, pediu férias e não foi concedida e por isso se demitiu, como ela disse: “botaram tudo ao mesmo tempo [...] você cansada, você tinha que trabalhar de segunda a sábado”, havia um acúmulo de funções e ela não realizava apenas seu trabalho de diarista. Situação semelhante à de Cristiane que disse: “eu lavo, eu passo, eu cozinho, eu fico com criança, é em excesso o trabalho, é muita roupa é muita coisa... porque assim, se eu sou uma diarista eles sabem que minha obrigação é fazer a faxina”.

O cansaço é algo que aparece na fala de outras entrevistadas, Juliana vem de Simão Dias para trabalhar em Aracaju e por isso mora na residência de seus empregadores, ela afirmou que é trabalho muito cansativo e que ela não tem horário certo de trabalho, “vai até terminar o serviço”. Eu questionei se quando acaba o serviço ela sai pelo condomínio que trabalha para distrair e disse que as vezes sim para conversar com uma colega que trabalha em outra casa do condomínio, mas reitera que “é difícil, porque quando chega a noite” ela está “cansada” e prefere “ficar descansando”. Ávila e Ferreira (2014, p.35) percebem que as mulheres “se

referem ao momento de se deitar como o melhor momento do dia”, e Márcia também disse isso, que o melhor momento é: [quando eu chego em casa](#), tomo meu banho, estico as pernas, assisto televisão e tomo meu café. Cheguei, obrigada Senhor por mais um dia.

Além disso, algo que percebi conversando com algumas das trabalhadoras é o sentimento ambíguo que elas têm com seus empregadores, situação analisada por Coutinho et al (2018) em sua pesquisa. Segundo a pesquisadora, existem profissões onde há um distanciamento mais evidente entre empregado e empregador, entretanto, no trabalho doméstico remunerado a proximidade é muito grande e “quando se acrescenta o cuidado de pessoas, essa relação torna-se ainda mais intensa e complexa” (SORATO, 2016 Apud COUTINHO et al, 2018, p.5). Teixeira (2021, p.28) afirma que foi no período escravocrata que se iniciou “a ambiguidade representada pelo trabalho doméstico: o misto de afeto e de desigualdade, um afeto construído junto a relações desiguais e injustas de trabalho”.

As emoções assumem papel central nesta convivência contínua e diária na residência de outra família e o cuidado com os membros da mesma envolvem uma intensa aproximação e intimidade, a qual extrapola os limites das relações de trabalho, denotando o caráter ambíguo das relações no cotidiano laboral. (COUTINHO et al, 2018, p.15)

Cristiane, por exemplo, disse que seus patrões “são muito bons, mas eles são muito exploradores”, e Sandra falou em determinado momento: “[no meu caminho só apareceu gente boa](#)” e faz uma ressalva logo em seguida: “tudo bem, eu passei por maus bocados...”, fala semelhante à das entrevistas de Coutinho et al (2018, p.22), que falam do trabalho como “cansativo, pesado e ruim”, mas ao descrever a relação com as crianças que cuidam usam palavras como “gostoso, amor, paixão”, ou seja, há “uma pluralidade de emoções ambíguas”. Teixeira (2021, p.40) ressalta que “o problema dessas contradições é que traduzir essas relações de trabalho em afetividade mascara relações de poder e desigualdade”.

Juliana Teixeira (2021, p.136) traz seu próprio relato sobre a “relação de dubiedade” que tinha com a família que empregava sua mãe. Ao mesmo tempo em que ficava grata por ter sido bem acolhida pela patroa que lhe apresentou livros e incentivou os estudos, e graças a eles (patrões de sua mãe) que pôde ir ao mar do Rio de Janeiro que ela tinha tanta vontade de conhecer. Mas ao mesmo tempo, fica triste pela mãe, que não saía com eles quando iam à praia ou ao shopping, ela permanecia na casa trabalhando. Além disso, quando se lembra da infância, lembra de não ter a mãe do lado dela todos os dias e de vê-la chorando quando chegava do trabalho “por não se sentir valorizada, por se sentir humilhada.”

A aproximação que extrapola os limites do trabalho é algo relatado por Adriana,

que conta da relação de carinho que tinha com a pessoa que cuidava, e dentre tantas histórias, essa é única declaração que não tem nenhuma ressalva ruim sobre o trabalho:

Teve uma época que arrumei um à noite pra tomar conta de uma senhora, uma idosa, aí eu trabalhava de segunda a sexta à noite. [...] **A gente se dava super bem**, os filhos dela sempre falava “olha eu não sei, nem todo mundo que chegou aqui que ela gostava assim não, ela gosta muito muito de você”. Mas sabe o que é, eu tenho uma mãe doente, minha mãe é idosa então **eu cuido dela como eu cuido da minha mãe, então eu acho que era isso, esse cuidado, esse carinho que cativava ela.** (ADRIANA, 2021)

Relatos como este acima são raros porque mesmo quando elas afirmam que os padrões são “bons” muitas vezes há ressalvas, já as histórias de exploração são extremamente comuns. Em muitos momentos, como já percebido, elas falavam que teve “que aguentar” porque precisavam do dinheiro, além disso, na fala de Adriana ela conta que gosta do trabalho doméstico e enfatiza que a segurança de ter um salário fixo é muito importante:

É cansativo, mas pra mim é prazeroso [...] **só eu não ter que me preocupar com as contas no final do mês**, porque aqui eu me preocupo (no atual emprego como ambulante), aqui eu me preocupo porque nem todo dia eu tenho, não é uma coisa que é certa, não é certo aqui, um dia tem no outro dia não tem, e é assim. (ADRIANA, 2021)

Quitéria tem uma fala semelhante:

Pra mim era a única opção e eu fazia com carinho, claro, fazia tudo bem feito, não tinha outra opção e não tinha estudo para ter outra opção. Foi bom porque criei meus filhos com esse trabalho [...] isso me levou a grande alegria por essa razão, mas passei por grande humilhação, por assédio, comer restos, dormir mal naqueles quartos, naqueles depósitos de limpeza. (SANTOS, Q. 2021)

Essa situação de necessidade mantém a informalidade, como mostra a pós doutora em urbanismo, Itikawa (2015, p.27), “31% dos trabalhadores que iniciaram um empreendimento o fizeram pela impossibilidade de encontrar um novo emprego: são proprietários de pequenos negócios de baixa produtividade, não geram lucro, apenas garantem o próprio sustento e de sua família”. Além disso, a manutenção da informalidade também beneficia o capitalismo, pois mantém a acumulação desigual, estabelecendo “relações objetivas com o formal e o Estado, porém, normalmente em condições desfavoráveis de trabalho”. (ITIKAWA, 2015, p.20). Diante disso, fica claro que as domésticas se mantêm no trabalho não legalizado, sem carteira assinada, pela necessidade, e esse se torna um grande desafio a ser superado para que os direitos que a PEC das domésticas conquistou sejam, de fato, garantidos.

1.4 “Desde criança que eu trabalho na verdade, eu sempre vivi trabalhando”⁵⁸

⁵⁸ Fala de Cristiane

Cristiane tem uma história que simboliza muito bem o que é o trabalho doméstico infantil, ela tem um passado de muita pobreza e por conta disso foi submetida a tantas explorações. O relato dela é muito detalhado e foi contado a mim de modo muito transparente e agradeço muito pela confiança que ela teve comigo. Certamente o seu depoimento é o mais impactante, ao menos para mim, e por isso separei esse item para apresentar a sua narrativa:

Meus pais eram muito pobres, são marisqueiros, então **naquela época a gente passava fome, muita fome mesmo, eu morava num barraquinho de palha, de taipa e telhado de palha**, a gente passava muita dificuldade, aí **meu sonho era ter uma roupinha nova, porque eu nunca tinha tido**, eu nunca tinha condições de ter, **não tinha cama a gente dormia numa esteira**.

E as vezes, eu desmaiava de fome, porque eu ia pra escola, passava um dois dias sem ter muito o que comer e eu cansava de vim e até desmaiar, aí as pessoas sabiam que era fome porque viam os trajes né, as características e perguntavam se era fome e eu negava até a morte, mesmo as pessoas me oferecendo leite que achavam que era fome eu dizia que não era, olhe morrendo de fome (riso), **porque nem sempre tinha merenda da escola, era minha salvação da época, mas nem sempre tinha**.

Com 11 anos eu saí de férias, eu estudava na época no quinto ano, aí (riso) **fui pra Aracaju pro bairro Bugio** e minha mãe não sabia, mas ali eu tinha encontrado um emprego, um emprego de babá, aí **fiquei por 1 mês de férias como babá só que eles não sabiam, meus pais. Porque eu queria comprar uma bermuda e uma blusa pra poder ir assistir o 7 de setembro, porque eu nunca tinha ido, porque não tinha dinheiro pra passagem e nem tinha roupa pra vestir na época**, na época eu nunca tinha roupa, **aí era um sonho e eu consegui**, trabalhei ganhei meu dinheiro e comprei a roupa e fui pra ver o desfile de 7 de setembro na cidade de São Cristóvão. **Então comecei minha vida com 11 anos, de doméstica. E foi doloroso, porque era muito trabalho.** [...] Foi doloroso, porque eu tinha que cuidar da casa, eu lembro que eu tinha que lavar calça jeans e era muito pesado, tinha que fazer comida eu não sabia fazer comida direito, cuidar de uma menina, **era muita coisa e eu era muito criança, era muito doloroso, eu chorava todas as noites querendo ir pra casa, mas eu segurei pra ganhar 15 reais!** (Muita ênfase nos 15 reais, o salário mínimo na época era 70 reais, então hoje corresponderia a 230 reais) Mas naquela época 15 reais dava pra comprar roupa, naquela época dava pra um monte de coisa, era muito dinheiro, nunca me esqueço! (CRISTIANE, 2021)

Depois Cristiane relatou de quando foi para a casa da tia no Rio, e se sentiu escravizada por ela.

Depois eu fui ‘pro’ Rio, porque o sonho da minha mãe era que eu saísse... porque assim eu era uma criança muito estudiosa, aí com 13 anos minha mãe queria que eu fosse ‘pro’ Rio, pra ficar na casa do irmão dela e eu ter uma vida melhor, porque com 5 anos, mesmo meus pais não sabendo ler, não conheciam letra nem número, eu, com 5 anos conseguia ler já. Eu tinha uma mente mais aberta e aprendi a ler rápido, então eles tinham o sonho de eu ser gente, né, ‘pra’ não passar pelo que eles passaram. **Só que quando eu fui ‘pro’ Rio a experiência foi totalmente diferente, cheguei lá minha tia me botou pra trabalhar, eu fazia de tudo dentro de casa, eu era obrigada a fazer tudo, ela ‘tava’ me escravizando, eu dormia no chão, num lençol que eu tinha levado** e eu fui achando que seria totalmente diferente, mas passei pela mesma experiência dolorosa daqui de São Cristóvão. (CRISTIANE, 2021)

Ela vivia em situação de pobreza extrema com seus pais em um povoado de São Cristóvão, passando fome e como ela diz, a “merenda da escola” era sua “salvação da época,

mas nem sempre tinha”. Por isso, a mãe a mandou adolescente para a casa do irmão para que tivesse oportunidade de estudar em um bom lugar, e como ela própria diz, “ser gente”, melhorar de vida. Os pais sabiam que ela não teria uma vida diferente da deles caso não estudasse, mas a realidade encontrada não foi a prometida, como Cristiane narra: “ela ‘tava’ me escravizando”, a obrigando a trabalhar sem remuneração e sem ao menos lhe dar uma cama. Sobre situações como essa vivida por Cristiane, Carneiro explica:

[...] o trabalho doméstico ainda é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras. Nele, ainda são relativamente poucos os ganhos trabalhistas e as relações se caracterizam pelo servilismo. Em muitos lugares, as formas de recrutamento são predominantemente neoescravistas, em que meninas são trazidas do meio rural, sob encomenda, e submetidas a condições sub-humanas no espaço doméstico. (CARNEIRO, 2011, p.119)

Essa forma de trabalho doméstico é muito problemática, pois além de ser um trabalho infantil, elas não são remuneradas por “serem da família”. Quando essas meninas crescem naquele meio familiar fica a impressão de que é uma filha adotiva que ajuda nas atividades da casa (BERNARDINO-COSTA, 2015). Bernardino-Costa (2007, p.326) percebe que essa é uma realidade muito comum, pois durante a realização de entrevistas, muitas domésticas narraram essa história: começaram a trabalhar na infância depois que seus pais, de baixa renda, as entregaram para “famílias abastadas das médias e grandes cidades do Brasil”, com o intuito de receber uma educação melhor, mas se tornaram “trabalhadoras domésticas” ou “escravas domésticas”. Pinheiro et al (2019, p.18) também explica que “a história do trabalho doméstico [...] foi marcada pelas migrações de jovens meninas das cidades do interior, especialmente do Nordeste, para morarem nas residências de famílias que as “acolham” nas grandes cidades”. Toda essa descrição corresponde perfeitamente com o relato dado por Cristiane para esta pesquisa. Teixeira (2021) nota esse movimento migratório:

Em pesquisa anterior que realizei com 50 trabalhadoras domésticas no estado de Minas Gerais, muitas delas eram de famílias empobrecidas e do interior do estado, parte significativa vinha da região Nordeste do país, e tinham sido levadas ainda crianças ou adolescentes por familiares para trabalharem e morarem nas casas dos patrões. (TEIXEIRA, 2021, p. 42)

O fato é tão comum que até mesmo a escritora negra brasileira, Lélia Gonzalez, passou por essa situação. Leandro de Oliveira, Emicida, narra essa história no documentário “AmarElo – É tudo pra ontem”:

Jaime de Almeida foi capitão do Flamengo e pentacampeão pelo Rubro-negro. Um dia, ao acompanhar os treinos do craque, a família do Jaime recebeu uma proposta inusitada por um dos dirigentes do clube. Era pra que a irmãzinha do atleta fosse trabalhar como doméstica na sua casa. Anos depois, em uma entrevista aquela menininha descreveria o episódio dessa maneira:

“A gente tinha acabado de perder o nosso pai, fui babá de filhinho de madame. Você

sabe que criança negra começa a trabalhar muito cedo. Aí teve um diretor do Flamengo que queria que eu fosse pra casa dele ser uma empregadinha, daquelas que viram cria da casa. Eu reagi muito contra isso, então o pessoal terminou me trazendo de volta.”

E a menina cresceu, se formou em Filosofia e História, se tornou uma pensadora gigante, referência para figuras únicas do nosso tempo através da beleza e da força de seus pensamentos.

Seu nome é Lélia Gonzalez. (EMICIDA: AMARELO - É TUDO PRA ONTEM, 2020)

Quando Lélia Gonzalez (1984, p.229) diz “queria que eu fosse pra casa dele ser uma empregadinha, daquelas que viram cria da casa” me faz lembrar de outra citação da escritora, quando ela explica que a definição de mucama no Aurélio é “a escrava negra moça e de estimação”, aquela que fará as vontades de seus senhores/patrões, aquela mulher negra que os brancos toleram dentro de casa desde o período escravista. Como já mencionado, as mulheres negras conseguiram se inserir no mercado de trabalho mais facilmente do que os homens negros por esse motivo, e por conta desse costume escravista de ter uma pessoa servindo em casa a todo momento que a prática de “acolher” meninas se torna ainda tão corriqueira, e por isso Bernardino-Costa (2007, p.326) afirma que “nestes termos [...] a modernidade está evidentemente vinculada à colonialidade, que é o seu lado sombrio”. Atualmente, 120 mil crianças entre 5 e 17 anos estão em trabalho infantil doméstico, 7,1% do total de crianças em trabalho infantil no Brasil, segundo a mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)⁵⁹.

Retomando a história de Cristiane ela conta que suas colegas da escola, na tentativa de ajudá-la, conseguiram um serviço da casa de outra pessoa e assim receber alguma remuneração:

Pra ganhar dinheiro e ajudar minha mãe né, porque eu sabia que eles aqui passavam muita fome, e eu fui com 14 anos trabalhar numa casa de andar, cuidando de três crianças, Ave Maria, meu Pai (riso) três meninos, [...] mas fiquei por 11 meses ainda trabalhando, até que tive uma crise de choro e pedi pra vim ‘mimbora’ pro Nordeste de novo e consegui vim ‘mimbora’. (CRISTIANE, 2021)

Mais adiante ela detalha como foi essa experiência:

Eu já tava bem experiente, já sabia fazer tudo [...] então era de boa, só era muito pesado, **porque eu acordava 5 da manhã** tinha que fazer café, botar os 3 meninos pra escola, dar conta de almoço, dar conta da casa, de tarde eu ia pra escola também, porque ela me permitiu estudar, tinha que fazer janta, tinha que lavar roupa, tinha que

⁵⁹ PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2016-2019**. IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101777_informativo.pdf Acesso em: 28 de abr. de 2022

passar ferro, **ia dormir 1 hora, 2 horas da manhã, chorava que só!** E conseguia dar conta de tudo, fui muito ousada. (CRISTIANE, 2021)

Perguntei se teve algum problema com o patrão nessa casa:

Não, nunca tive graças a Deus, sempre fui muito querida. Eu disse que queria ver meus pais ela me deu as passagens e ela pegou um prejuízo porque eu vim de passagem comprada de vim e de voltar, porque eu vinha só visitar, só que aí eu não voltei mais. [...] **Mas foi uma experiência boa, eu aprendi a viver, aprendi a gostar de dinheiro, aprendi a gostar de comida, aprendi que nunca mais queria passar fome na minha vida!** (muita ênfase nessa frase) **Eu não queria porque era muito ruim, aprendi a gostar casa com piso, casa de telha porque eu não tinha isso na minha infância e eu sonhava em ser alguém!** Meu sonho era ser secretária de clínica, que eu achava a coisa mais chique do mundo na época! (risos) **Mas consegui ser gente mesmo sendo empregada doméstica,** e eu me orgulho do que eu faço. (CRISTIANE, 2021)

Sabe aquele momento em que ouvimos algo tão impactante que faltam palavras para descrever? É assim que me sinto agora, procurando em minha mente as melhores palavras para escrever. Foi nesse momento da escrita que eu pensei que não tem como passar textualmente a emoção e o tom da voz dela relatando, e por isso decidi colocar o áudio das falas ao longo do texto para que as pessoas que lerem essa dissertação possam sentir o que eu senti ouvindo. Ninguém deveria ter que “aprender a gostar de comida”, que “nunca mais queria passar fome” na vida ou aprender a gostar de ter uma casa com piso e telhado, isso é o mínimo que qualquer pessoa deveria ter. Outros pontos poderiam ser discutidos, mas sinto que não preciso falar mais nada, porque o relato dela fala por si só, como a pobreza extrema submete as pessoas a situações de exploração que ninguém deveria passar.

Cristiane também falou bastante do cansaço que sente após eu perguntar se ela tem algum sonho para o futuro:

Já tive (sonhos para o futuro), **hoje não tenho... não sei... hoje tá assim sabe, eu tenho vontade de ficar na minha casa!** To sem condições de... não sei... eu tinha sonhos que hoje é como se tivesse bloqueado, **eu não tenho mais força de vontade de estudar, não tenho vontade de fazer curso,** e tudo isso eu tinha antigamente. Hoje eu não sinto mais essa vontade, **eu tenho necessidade de ter minha aposentadoria, tenho necessidade... tenho desejo de ficar na minha casa, cuidar dos meus filhos, porque tem dias que eu tô que eu digo: Senhor, não aguento mais, que é muito cansativo,** da hora que eu chego a hora que eu saio eu não paro, só paro pra ir no banheiro e tenho que comer, mas eu não paro é o dia todo, **aí a gente pega os ônibus todos em pé,** não sento de jeito nenhum, não tenho sorte de me sentar, então **tem dias que chego com os pés inchados, as mãos que eu não aguento nem fechar, não aguento fazer mais nada, até respirar dói de tão cansada!** **Aí eu tenho vontade de descansar!** Eu não penso nem em trabalho. Um dia, Senhor, **eu quero ter condições de ficar na minha casa cuidando dos meus filhos e descansar.** Hoje eu tô desse jeito. Eu acho... Ontem até por ironia eu tava dizendo a meu esposo, **eu já trabalhei tanto** (ênfase no tanto) **e eu só tenho 37 anos, mas eu já trabalhei tanto, que hoje eu tô tão** (ênfase novamente) **cansada que parece que eu tenho uma idade maior, e eu sou nova, mas eu tenho tanto cansaço físico, meu corpo não tem... não tenho mais aquela força de vontade que eu tinha, de ânimo, porque o cansaço me toma!** (CRISTIANE, 2021)

Comentei que ela começou muito nova, tem 37 anos e 26 de trabalho.

Isso de doméstica, mas minha mãe sempre foi marisqueira eu já acordava... **desde os 7 anos, que eu ia pra maré, tirar marisco, a gente saía 3 horas da manhã debaixo de chuva pra poder ir pescar, chegava da escola... E quando eu chegava da escola eu tinha que buscar minha mãe na maré, e era 1 hora andando e voltando com peso na cabeça! Andando no sol quente, descalça!** Tudo isso já vem desde a minha infância que eu trabalho, pra ir pegar lenha... tinha que buscar lenha e era muito longe, era 1 hora andando, vinha com cesto de lenha na cabeça, **então desde criança que eu trabalho na verdade, eu sempre vivi trabalhando. [...] Então eu ando muito cansada, nem tenho mais projetos. Eu tinha. Hoje não tenho mais.** (CRISTIANE, 2021)

São 30 anos de trabalho. O tempo de contribuição para que a mulher possa se aposentar. Mas isso não vai acontecer agora para ela, ainda mais depois que ela relatou que três patrões a enganaram porque não pagavam o valor referente ao INSS. Depois de todos os relatos que ouvi esse foi o mais tocante para mim, eu parei de escrever com nó na garganta duas vezes e depois que ouvi o relato de Lúcia achei que nenhum outro iria me tocar tanto, porque sou muito sensível a histórias de assédio, mas a fala de Cristiane me entristece mais, fico minutos parada, pensando como continuar a escrita.

Sei que não é uma situação comparável, mas essa fala sobre o cansaço me fez lembrar do auge do meu período depressivo, quando não tinha forças pra fazer nada. Quando ela fala que “tinha, hoje não tenho mais” força de vontade, me faz lembrar do que pensava sobre mim mesma, de como eu tinha energia e disposição no início da faculdade e como isso foi se esvaindo de mim, a ponto de não conseguir me levantar da cama e Cristiane relatou ter sofrido com a depressão e esse cansaço que naturalmente ela sentiria é ampliado pela doença.

Hoje eu tenho trauma, eu sofri depressão, devido as coisas ruins que aconteceram e é como se uma parte da minha mente tivesse bloqueado, eu tenho dificuldade, hoje eu tenho facilidade de esquecer tudo, não consigo segurar muita coisa na minha mente, porque esqueço muito rápido, como se fosse um bloqueio, infelizmente. (CRISTIANE, 2021)

Acho que dói mais porque essa dor eu sei um pouco como é, enquanto todas suas experiências são tão distantes da minha realidade, além disso, eu tenho condições financeiras de me cuidar. Faço terapia há quase 4 anos e tenho acompanhamento com psiquiatra. Cristiane não tem isso, e penso que só a necessidade de sobreviver a faz todos os dias levantar da cama, porque ela não tem outra opção. Lúcia também relatou ter sofrido com depressão, e ela foi outra entrevistada que passou por muitas dificuldades ao longo da vida. E são inúmeras pessoas que passaram por situações difíceis devido às desigualdades sociais (diferente do meu caso) e não tem como se tratar, porque doenças mentais ainda são negligenciadas no Brasil, mesmo tendo, “de acordo com a OMS, cerca de 5,8% da população brasileira” sofrendo “de depressão – um

total de 11,5 milhões de casos. O índice é o maior na América Latina e o segundo maior nas Américas, atrás apenas dos Estados Unidos, que registram 5,9% da população”.⁶⁰ Além disso, estima-se que “a propensão das mulheres à depressão seja o dobro da dos homens”⁶¹, e analisando através das interseções de gênero e raça vemos que as mulheres negras sofrem mais do que as brancas, como percebido em uma pesquisa de Smolen⁶² e Araújo⁶³ (2017) os “sintomas de depressão foram vistos mais em mulheres negras (52,8%) do que mulheres brancas (42,3%)”.

a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração. (CARNEIRO, 2011, p.118 e 119)

Existem poucos estudos nacionais relacionando depressão e classe social. De acordo com uma pesquisa do Ibope, realizada sob encomenda da Associação Brasileira de Familiares, Amigos e Portadores de Transtornos Afetivos (Abrata), de dez anos atrás, as classes C e D são as mais vulneráveis à depressão – a pesquisa identificou sintomas depressivos em 25% das pessoas desse estrato social, contra 15% das classes A e B. (MARQUES; GIACOMO, 2018)

Na matéria da BBC Brasil feita por Marques e Giacomo (2018) é discutido o estigma da depressão na população pobre, mostrando como é difícil o acesso a tratamento pelo SUS, pela falta de profissionais e pelos medicamentos oferecidos, apenas seis tipos dentre a grande gama de remédios existentes no mercado hoje para o tratamento de transtornos mentais. A reportagem ouviu uma psicóloga social e escritora, Gabriela Moura e Kelly Pereira, uma paciente do SUS no tratamento da depressão:

"Na periferia, as pessoas estão na correria o tempo todo, buscando sobreviver, tendo que trabalhar muitas horas por dia, passar muitas horas no transporte público. Acaba que, às vezes, ela precisa escolher onde ela vai depositar a energia e o tempo dela, se é buscando tratamento para uma doença que é pouco falada, pouco explorada ou se é buscando uma sobrevivência ganhando um salário irrisório, mas que pelo menos garanta uma subsistência", diz Gabriela Moura.

Para Kelly, cujo pai também sofreu de depressão, uma pessoa pobre não poderia se dar ao luxo da doença.

"Vi meu pai se matar todos os dias para sustentar nossa família, de segunda a segunda, saindo às quatro da manhã e chegando à noite. Sem folga, sem férias, sem nada. Meus vizinhos passando fome, muitos com vários filhos sem ter condições de criar,

⁶⁰ LABOISSIÈRE, Paula. No Dia Mundial da Saúde, OMS alerta sobre depressão. **Agência Brasil**, Brasília, 07 de jul. de 2017. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-04/no-dia-mundial-da-saude-oms-alerta-sobre-depressao> Acesso em: 15 de abr. de 2022

⁶¹ ANGIOLILLO, Francesca. Mais afetadas pela depressão, mulheres não recebem diagnóstico em 70% dos casos, diz estudo. **Folha UOL**, 07 de mar. de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/mais-afetadas-pela-depressao-mulheres-nao-recebem-diagnostico-em-70-dos-casos-diz-estudo.shtml> Acesso em: 15 de abr. de 2022

⁶² Mestre em Saúde Coletiva

⁶³ Doutora em Saúde Pública

morando em barracos de madeira praticamente dentro do córrego, eu olhava pra eles e pensava: eles não têm depressão, eles não podem ficar doentes, senão morrem de fome. Não podem se dar ao luxo de não levantar da cama." (MARQUES; GIACOMO, 2018)

Cristiane afirma que ela não pode parar de trabalhar, mesmo com o marido empregado, pois só um salário mínimo não dá para sobreviver hoje: “**um salário só não dá não! Só o salário é a cesta básica, que nem dá pra gente comer como antes**, um queijinho pra entrar, um danone... **é tudo limitado, porque tá muito caro**, tem que ser dois trabalhando, um só não dá, pra ter um conforto né.” (CRISTIANE, 2021)

Diante do que foi relatado e apresentado ao longo do capítulo, é evidente a pobreza leva as pessoas à informalidade e muitas vezes à exploração dentro do trabalho, e por estarem em situação de vulnerabilidade precisam se submeter a esse tipo de situação. As mulheres negras são as que mais enfrentam esse problema e um dos trabalhos bastante realizados por elas desde o período escravocrata é o emprego doméstico, sendo um dos mais desvalorizados no mercado. Muitas mulheres em situação de pobreza acabam migrando para outras regiões com intuito de melhorar as condições de vida, mas infelizmente, muitas delas continuam vivendo em situação de pobreza, ou conseguem aumentar a renda sendo submetidas a trabalhos informais e exploratórios. O próximo capítulo abordará melhor como essas migrações acontecem e como ocorreram e ocorrem em Sergipe.

“Sonhei que eu residia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. Eu ia festejar o aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu ia comprar-lhe umas panelinhas que há muito ela vive pedindo. Porque eu estava em condições de comprar. Sentei na mesa para comer. A toalha era alva ao lírio. Eu comia bife, pão com manteiga, batata frita e salada. Quando fui pegar outro bife despertei. Que realidade amarga! Eu não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, as margens do Tietê. E com 9 cruzeiros apenas.” (JESUS, Carolina Maria. Quarto de despejo. 1960)

2 “EU PEGO A ESTRADA”⁶⁴

Dentre as seis mulheres que entrevistei, uma morou até os 13 anos em Japaratuba e hoje mora em Aracaju e duas delas tem residência em cidades do interior, Capela e Simão Dias, (ver localização na figura 15) e trabalham na capital durante a semana, no regime de dormir na casa de seus empregadores. São elas, Lúcia, Sandra e Juliana, respectivamente, a primeira se mudou para a capital com 14 anos para trabalhar como doméstica depois de ter engravidado e ter sido expulsa de casa por estar solteira, Sandra trabalha há 20 anos como doméstica e já passou pelas experiências de dormir na casa de uma sobrinha na própria capital e dormindo na casa dos patrões e Juliana é a que mora mais distante, 100km da capital, e volta para o interior aos fins de semana.

Lúcia simboliza muitas mulheres que migraram definitivamente para Aracaju para estar próximo das oportunidades de trabalho, ela foi impelida para isso devido às condições de vida que tinha. Morava na casa dos patrões e era mais explorada por isso, passando, inclusive, por situações de assédio, logo procurou “um quartinho para alugar” como descreve, e quando pode participar do Programa Pró Moradia conseguiu conquistar a tão sonhada casa própria.

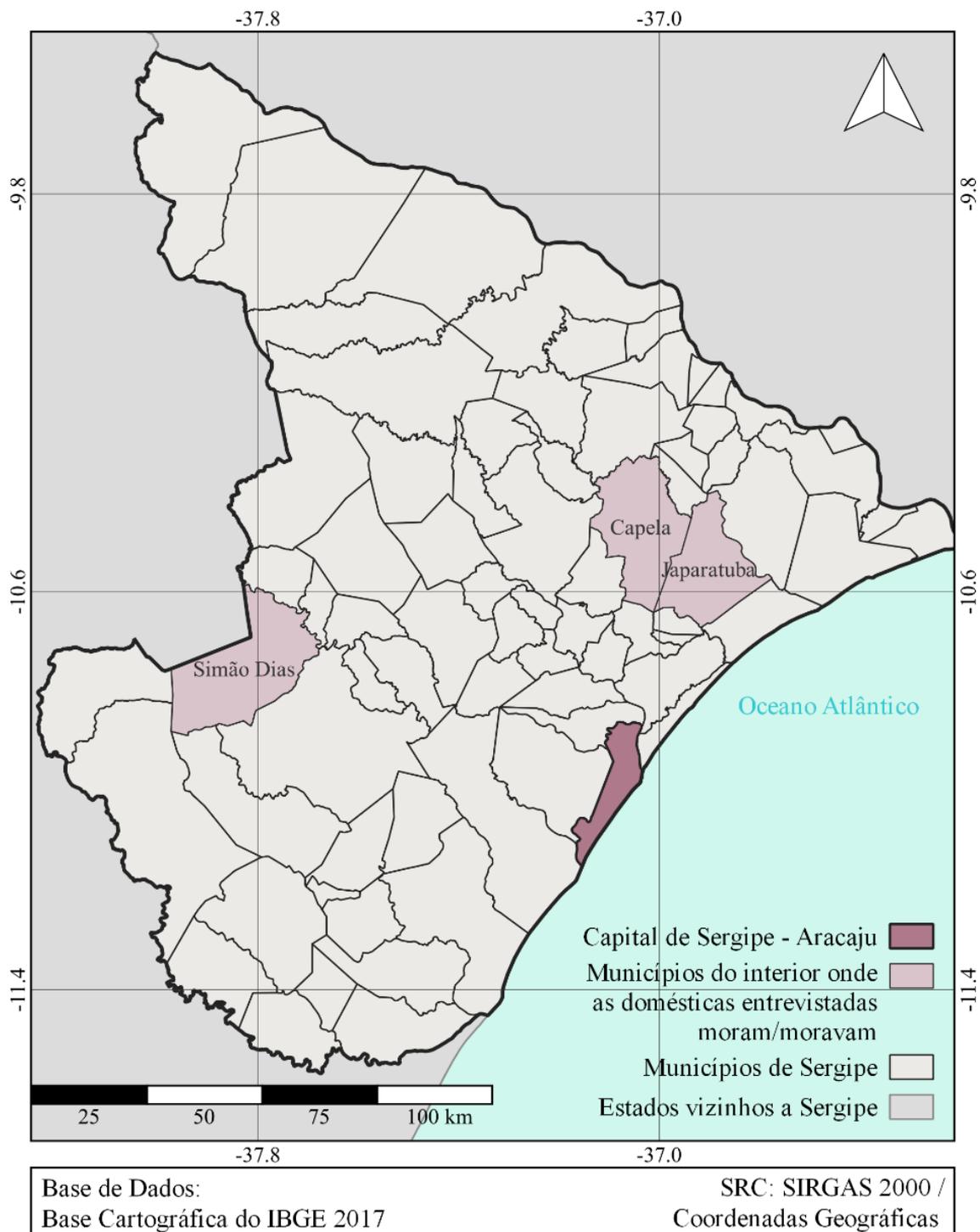
Sandra sai de Capela na terça-feira de manhã de táxi lotação, percorre 66km para trabalhar na capital, fica até a quinta-feira⁶⁵ e a tarde volta para sua cidade natal com o mesmo modal. Esses táxis são comuns em várias cidades do interior que montam cooperativas e funcionam com lotação, algumas cooperativas têm itinerário fixo e outras deixam cada pessoa no seu destino dentro da capital. Márcia Santos (2017, p.144), doutora em geografia, explica que “esse tipo de transporte opera a partir de concessão municipal. Dessa forma, deveria transportar passageiros somente pelo sistema de fretamento”, mas na prática não acontece dessa forma, e o principal funcionamento desses táxis é como lotação.

A entrevistada citada também explica que esse modelo de transporte é mais seguro e mais confortável do que o ônibus, e ainda chega mais rápido, 1 hora de táxi e 1 hora e 45 de ônibus. Juliana de Simão Dias também utiliza esse meio para ir para Aracaju. No caso dos táxis que tem a opção de te deixar no seu destino final é muito mais vantajoso pois não precisa

Figura 15 - Localização das cidades de Capela, Japaratuba e Simão Dias

⁶⁴ Fala de Sandra

⁶⁵ Ela está tentando encontrar casas para fazer faxina na segunda e na sexta, mas no momento da entrevista era essa configuração



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022

pegar ônibus dentro da capital, como é o caso de Juliana, principalmente porque ela trabalha na região do Mosqueiro, onde o acesso por transporte público é escasso. Santos (2017, p.143) explica que os veículos de pequeno porte têm crescido muito “no setor informal do transporte de passageiros [...] sobretudo pela ampla flexibilidade no itinerário e maior agilidade nos deslocamentos. No âmbito intermunicipal, o maior destaque é para os táxis que se deslocam entre uma cidade e outra.”

Sandra afirma que não se incomoda de dormir no trabalho e voltar para Capela aos fins de semana e que não tem vontade de morar na capital: “[meu amor](#), sinceramente eu não troco meu interior pela capital de Aracaju não [...] prefiro Capela, não tenho problema não de dormir, **no dia eu pego a estrada.**” (SANDRA, 2021). Ela também afirma que seu lazer é no interior. Sua cidade, inclusive, é famosa no estado pelo São Pedro de Capela, festa de rua muito popular: “[não é porque eu sou de Capela não](#), mas é a melhor de Sergipe [...] deu uma paradinha agora depois da pandemia, mas que pega fogo, Capela pega” (SANDRA, 2021).

Apesar de gostar muito de sua cidade, Sandra sempre trabalhou em Aracaju, pois os empregos em sua cidade se resumem a “uma lojinha”, onde não se paga muito, ou servidor da prefeitura, por isso sua opção é migrar para onde tem mais oportunidades de trabalho e onde vai ganhar melhor em comparação a sua cidade. Juliana também relata isso e conta que as pessoas não pagam um salário fora da capital.

Cristiane e Márcia migraram para o Rio de Janeiro logo que começaram a trabalhar como doméstica e somente anos depois retornaram para Sergipe se instalando na Região Metropolitana. E dentre as 6 entrevistadas, somente Adriana permanece morando no mesmo lugar desde que nasceu, em um povoado de Nossa Senhora do Socorro.

Essas três mulheres também saem da Região Metropolitana e se deslocam para trabalhar em Aracaju, e esse é um movimento muito comum, das pessoas irem em direção à capital por conta da maior oferta de empregos, pela centralidade que a capital representa no estado. Quitéria Santos (2021), inclusive, havia me informado durante a entrevista que muitas das domésticas que trabalham na capital vêm do interior do estado. Os dados numéricos sobre isso não existiam, contudo, a Casa da Doméstica possuía um grande acervo de fichas cadastrais de domésticas que procuraram a instituição em busca de emprego.

Como a Casa da Doméstica atua intermediando as contratações entre patroas e empregadas, muitas trabalhadoras possuem cadastro na Casa, contendo os dados pessoais, comprovante de residência, tipo de trabalho procurado (babá, cuidadora de idosos, cozinheira, etc) entre outros documentos. E, da fundação da Casa até o momento da entrevista em março de 2021 eram 14.133 mulheres que tinham se cadastrado e as fichas de inscrição permanecem guardadas em um arquivo físico na sede da instituição. Com esse material era possível ter informações importantes sobre o perfil das domésticas de Aracaju e onde elas moravam, por isso, com a permissão da vice-presidente do Sindicato, Quitéria, e da presidente da Casa, Jaqueline, recolhi o endereço e o ano de nascimento das mulheres cadastradas.

Para definir um número de fichas em papel que seriam coletadas foi pensada na seguinte estratégia: segundo dados da OIT de 2017, o Brasil possui a maior concentração de domésticas por habitante do mundo, são 3 para cada 100 pessoas⁶⁶ (ALVES, 2019, p.80), com essa proporção é possível presumir o número de domésticas trabalhando em Aracaju; a população aracajuana é composta (segundo a estimativa de 2021 do IBGE Cidades⁶⁷) por 672.614 pessoas e 3% desse total corresponde a aproximadamente 20 mil domésticas (exatamente 20.178); a partir desse pressuposto foi definido que seriam aferidas 2 mil fichas mais recentes, representando 10% do total de domésticas e sendo um recorte que conseguiria retratar de modo significativo o perfil dessa trabalhadora.

A coleta foi feita in loco, com os devidos cuidados por conta da pandemia da Covid-19, com o uso correto da máscara e do álcool em gel. A sala que eu fiquei era bem ventilada e foi usada somente por mim e mais um auxiliar voluntário⁶⁸ que me ajudou a colher as informações. A ordem do levantamento foi iniciar dos cadastros mais novos para os mais antigos, eram recolhidos os anos de nascimento e o endereço. Acerca deste último era anotado o conjunto habitacional, bairro ou cidade a depender do caso. Quando eram mulheres residentes no interior era anotado o nome da cidade, quando eram residentes da capital era anotado o nome do bairro e quando eram moradoras de Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão era recolhido o bairro, conjunto ou sede.

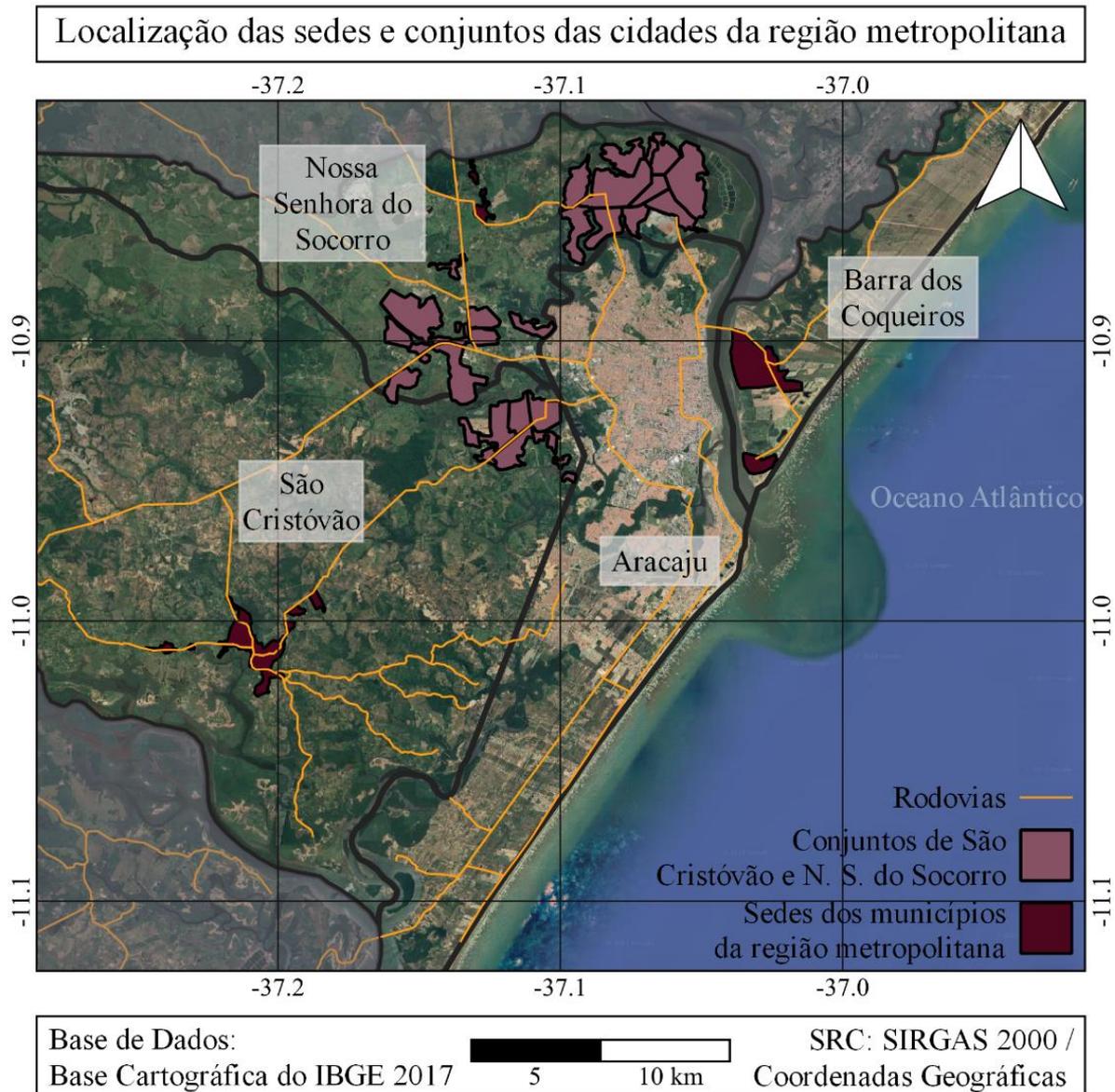
Essa distinção foi pensada pela forma como os mapas seriam apresentados, para analisar o estado de Sergipe somente as cidades seriam necessárias, no caso de Aracaju somente os bairros eram necessários, mas no caso de Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão existem duas particulares: primeiro, as sedes estão distantes da fronteira com Aracaju e segundo, muitos conjuntos habitacionais são bastante conhecidos e têm a mesma importância de um bairro para o município, e são eles que estão próximos do limite entre os municípios (ver figura 16). Por esse motivo se mostrou necessário recolher os nomes dos conjuntos/bairros e da sede para poder distinguir a quantidade de pessoas que moram mais próximo e mais distante da capital. No caso da Barra dos Coqueiros não tinha indicação de nenhum conjunto habitacional no cadastro, provavelmente porque os conjuntos se encontram na sede.

⁶⁶ WENTZEL, Marina. O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo. **BBC Brasil**, 28 de fev. de 2018. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953#:~:text="Há%20dois%20fatores%20majoritários%20que,vão%20além%20do%20trabalho%20doméstico](https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953#:~:text=). Acesso em: 14 de fev. de 2021.

⁶⁷ **Portal Cidades do IBGE**. 2021. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju/panorama> Acesso em 12 de mai. de 2021

⁶⁸ Bruna Elena Soares Santos e Joás Oliveira de Meneses Valença foram ao Sindicato comigo para realizar a coleta, cada um em dias diferentes, agradeço a ambos pela disposição e pela ajuda essencial nesse trabalho.

Figura 16 - Localização das sedes e dos conjuntos dos municípios da Região Metropolitana.



Fonte: Desenvolvido pela autora com imagem do Google Earth e Bases Cartográficas Contínuas do IBGE 2017, 2021

A última ficha coletada foi cadastrada em 2010, por conta disso algumas mulheres não estavam mais em idade “produtiva”⁶⁹ no ano atual, assim descartei as domésticas que nasceram antes de 1959 e considerei as mulheres com idade entre 21 anos (pessoa mais jovem registrada) a 62 anos. É possível que durante esses 11 anos entre cadastro e coleta algumas informações não correspondam à realidade atual, Quitéria Santos (2021) relatou que algumas fichas são atualizadas quando a cadastrada informa a mudança de endereço e durante a coleta

⁶⁹ O recorte foi realizado pensando na idade prevista para mulheres se aposentarem, porém é recorrente que as trabalhadoras domésticas continuem trabalhando por mais tempo. A pessoa de mais idade registrada nasceu em 1944, sendo a ficha mais antiga do ano de 2010 fica claro que essa trabalhadora tinha no mínimo 67 anos quando realizou o cadastro.

percebi isso, mas é provável que nem todas façam a atualização.

Algumas fichas tinham a observação “cancelada” significando, segundo Quitéria Santos (2021), que aquela doméstica não fazia mais parte da Casa, seja problemas de comportamento, por mudança de profissão ou mudança de estado. Logo, é provável que do número recolhido nem todas permaneçam em atividade ou morem no mesmo local, contudo esse recorte permanece válido e legítimo, pois mostra a realidade do momento do cadastramento.

O recolhimento dessas informações foi surpreendente para mim, pois não imaginava que tantas mulheres viessem do interior do estado e inclusive dos estados vizinhos. Esses dados trouxeram uma nova perspectiva para este trabalho, que até o momento da coleta pretendia focar apenas no município de Aracaju, e devido a isso foi considerado expandir a análise de dados para além da capital. Dessa forma, esse capítulo iniciará explorando os motivos que fazem as domésticas entrevistadas migrarem e quais desafios que isso implica na vida dessas mulheres, e depois apresentará alguns dos resultados encontrados na coleta a nível estadual e da Região Metropolitana, cruzando essas informações com dados socioeconômicos do IBGE.

2.1 “Quando eu vim do interior, aí eu sofri muito”⁷⁰

Clarissa Alves (2019) explica que o principal motivo da migração é “melhorar de vida”, que significa, na maioria das vezes, ter acesso a mais oportunidades de trabalho, aumentar a renda e, assim, reduzir a pobreza. Isso fica claro na fala das entrevistadas, Juliana, inclusive, relata que pensa em sair do emprego e encontrar algum em sua cidade, mas o medo de não conseguir um bom salário a mantém em Aracaju. Por conta disso, o fluxo migratório mais comum de ser encontrado é de pessoas partindo “de regiões periféricas para regiões centrais do capitalismo” (ALVES, 2019, p.63), onde existem mais oportunidades de trabalho, além disso, as cidades-destino, em alguns casos, podem ser “relativamente empobrecidas, contando que sejam menos do que o local de partida das trabalhadoras” (ALVES, 2019, p.63).

A autora também evidencia que quando os homens migram em busca de emprego, normalmente é “para trabalhar na construção civil ou indústria” e as mulheres migrantes fornecem “serviços de assistência e cuidado” (ALVES, 2019, p.62). Helene (2019, p.956) complementa que essas atividades de cunho reprodutivo são as “mais informalizadas, mal

⁷⁰ Fala de Lúcia

remuneradas e desvalorizadas no mundo do trabalho” e, dentro deste universo, “a trabalhadora doméstica vai constituir a categoria mais vulnerável, devido à baixa remuneração e ao grau de precariedade”. Esses trabalhos informais aos quais as mulheres se submetem estão muito relacionados à pobreza, e Itikawa (2015) analisa que esta situação está diretamente ligada com a forma que o mercado de trabalho foi desenvolvido em nosso país. Em sua pesquisa, a autora compara essa situação em três países, África do Sul, Brasil e Índia, e afirma que:

A formação peculiar do mercado de trabalho nos três países não está desassociada da estrutura fundiária concentradora que mantém sistematicamente considerável parcela da população urbana à margem do acesso à terra e ao emprego formal. Os históricos coloniais dos três países tiveram um padrão de exclusão social que foram mantidos pela elite local nas respectivas repúblicas, através da combinação entre marco regulatório e acesso excludentes ao mercado de trabalho e ao espaço urbano. (ITIKAWA, 2015, p.9).

Itikawa (2015, p.10) discorre que nos três países ocorreu uma “industrialização com baixos salários e empregos insuficientes” e, por isso, grande parte das pessoas não conseguiram um trabalho formalizado. Além disso, a industrialização impulsionou a migração de pessoas para trabalhar nessas fábricas, principalmente no início do século XX, entretanto, a doutora em geografia, Maria Encarnação Sposito (2000) elucida que esses migrantes iam em busca de uma esperança de melhorar “de vida” e quando chegavam na nova cidade não tinham condições financeiras suficientes para escolher onde morar, pelo contrário, eram pessoas pobres vindas de outras localidades tentando uma estabilidade financeira e que não tinham opção a não ser ocupar os locais mais baratos, normalmente às margens da cidade. Por isso, a urbanização que aconteceu após o crescimento das indústrias não eliminou a exclusão já existente nas cidades, como Itikawa (2015) explica:

A urbanização rápida no século XX e a exclusão sistemática de grande parcela de trabalhadora(e)s à margem dos regimes fundiário e salarial regimentais fizeram renovar o repositório de práticas excludentes, patriarcais e autoritárias, mesmo nos períodos de crescimento econômico. A discrepância entre o rural e o urbano é ainda imensa: a concentração fundiária na área rural em 2010 no Brasil, por exemplo, mostra que apenas 2% das propriedades abocanhavam metade da área ocupada (Barbosa, 2012). A população urbana corresponde a 84,4% do total da população brasileira. (IBGE, 2014). Desse contingente, 34,5% moravam em moradias inadequadas, segundo a relatora da moradia na ONU (Rolnik, 2009). (ITIKAWA, 2015, p.10)

Itikawa (2015) continua demonstrando que desde o final do período escravista no Brasil até a Constituição de 1988 o acesso à propriedade foi mantido nas mãos de poucos e que isso é uma maneira efetiva para manter as desigualdades. Em 1850, “a Lei de Terras, impediu o acesso à terra aos recém-libertos” (ITIKAWA, 2015, p.36), pois não foi considerado um direito social e sim um bem econômico. Somente com lutas sociais que houve algum avanço e a atual Constituição no Artigo 5 garantiu o direito à propriedade e afirmou que esta deve ter

uma função social⁷¹. Contudo, “muito pouco foi praticado no Brasil para transformar a terra em um direito social” (ITIKAWA, 2015, p.37). Além disso, como mostrado no capítulo anterior, os recém libertos foram excluídos também do trabalho assalariado, e por isso a informalidade foi o único caminho possível para eles e, conseqüentemente, “o acesso à terra e à moradia acabam sendo igualmente informais e precários.” (ITIKAWA, 2015, p.12) e como Carneiro (2011, p.102) afirma “o acesso ao emprego e ao trabalho é condição primordial para a reprodução da vida, e sua exclusão é também a primeira forma de negação desse direito básico da cidadania”. Beatriz Nascimento já apresentava essa situação em 1976:

Num dos polos desta hierarquia social encontramos o senhor de terras, que concentra em suas mãos o poder econômico e político; no outro polo, os escravos, a força de trabalho efetiva desta sociedade. Entre estes dois polos encontramos uma camada de homens e mulheres livres, vivendo em condições precárias, sem meios de vida. Por estar assim definida, a sociedade colonial se reveste de um caráter patriarcal que permeia toda sua estrutura, refletindo-se de maneira extrema sobre a mulher. (NASCIMENTO, 1976, p.103)

Por conta dessa manutenção da desigualdade, uma parcela considerável da população brasileira vive em situação de pobreza, acaba sendo impelida à migração e captada “em lugares mais desenvolvidos economicamente que o seu de origem” para “que realizem o ‘trabalho sujo’”, aquele “que ninguém mais deseja fazer” (ALVES, 2019, p.76). Alves (2019) aborda em sua tese que essas migrações ocorrem internacionalmente, mas ressalta que no Brasil o que acontece amplamente são as migrações internas, de regiões menos favorecidas para as mais ricas, e por isso o movimento Nordeste-Sudeste é muito comum, como o realizado por Cristiane e Márcia.

Afora a contratação de mulheres de outros países, persiste ainda um fenômeno que, em países como o Brasil, se mostra com clareza em termos de migrações internas: os deslocamentos de mulheres de regiões precarizadas para regiões mais desenvolvidas/industrializadas dentro do mesmo país, em busca de melhores condições de vida, se deparando, estas migrantes, com uma das únicas propostas de trabalho que lhes é oferecida: fornecer trabalho reprodutivo. (ALVES, 2019, p.74)

As 6 mulheres entrevistadas migraram, ou migram, para a capital sergipana fornecendo trabalho reprodutivo, pois para muitas delas é opção que restou, como relatado por Lúcia e Cristiane e pela falta de escolaridade, que fruto da pobreza, como se pode notar no depoimento de Sandra:

Eu não tive (condições de concluir os estudos e acessar a faculdade) eu não vou mentir, eu não tive, meus pais eram de roça, então a minha opção foi... como eu quis uma vida livre cedo, então enfrentei casa de cozinha pra... entendeu? Pra me manter,

⁷¹ XXII - é garantido o direito de propriedade; XXIII - a propriedade atenderá a sua função social; BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 13 de dez. de 2022

eu sou muito independente, então a única opção que tinha foi casa de família, mas eu gosto do que eu faço [...]. **Eu parei de estudar na sexta série, justamente pelas condições financeiras que meus pais não tinham, até um absorvente eu não tinha esse direito**, meus pais não tinham, então botei na minha mente que ia trabalhar pra ser independente como eu fui, fui trabalhar como doméstica com 19 anos. (SANDRA, 2021)

Aqui chamo a atenção para a pobreza menstrual, tema que chegou na mídia entre 2021 e 2022 depois do atual presidente, Jair Bolsonaro, ter vetado trechos do projeto de lei nº 14.214 que distribuiria absorvente para as meninas, mulheres e homens trans “em situação de vulnerabilidade extrema, em situação de rua, presidiárias, internadas em unidades socioeducativas e estudantes de baixa renda de escolas públicas”⁷². Porém, com a pressão da mídia e da população o Congresso Nacional derrubou o veto em março de 2022⁷³. Quando Sandra explica porque parou de estudar relata a pobreza e que não tinha o direito nem de um absorvente, e como ir para a escola menstruada? O projeto de lei foi proposto também como uma forma de garantir que pessoas com útero não perdessem aula por não ter um absorvente, afinal, como Paola Lima (2021) da Agência Senado explica “a falta do absorvente afeta diretamente o desempenho escolar dessas estudantes e, como consequência, restringe o desenvolvimento de seu potencial na vida adulta.”

Dados da ONU apontam que, no mundo, uma em cada dez meninas falta às aulas durante o período menstrual. No Brasil, esse número é ainda maior: uma entre quatro estudantes já deixou de ir à escola por não ter absorventes. Segundo a PNS 2013, a média de idade da primeira menstruação nas mulheres brasileiras é de 13 anos, sendo que quase 90% delas têm essa primeira experiência entre 11 e 15 anos de idade. Assim, a maioria absoluta das meninas passará boa parte de sua vida escolar menstruando. Com isso, perdem, em média, até 45 dias de aula, por ano letivo, como revela o levantamento “Impacto da Pobreza Menstrual no Brasil”, encomendado por uma marca de absorvente e feito pela consultoria Toluna. O ato biológico de menstruar acaba por virar mais um fator de desigualdade de oportunidades entre os gêneros. (LIMA, 2021)⁷⁴

Esse problema atingiu Sandra, que não conseguiu concluir os estudos. A entrevistada também conta que se tivesse tido a oportunidade de ir pra faculdade seria engenheira civil.

[Se eu tivesse oportunidade de enfrentar uma faculdade eu só queria ser engenheira.](#) É, porque eu amo... eu acho que eu nasci com um dom, tipo, se você tiver fazendo alguma

⁷² FERNÁNDEZ, Melissa. Pobreza menstrual: Bolsonaro veta distribuição gratuita de absorvente. **Congresso em foco UOL**, 07 de out. de 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/pobreza-menstrual-bolsonaro-veta-distribuicao-gratuita-de-absorvente/> Acesso em: 08 de mai. de 2022

⁷³ Derrubado o veto à distribuição de absorventes para mulheres de baixa renda. **Agência Senado**, 10 de mar. de 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/10/derrubado-o-veto-a-distribuicao-de-absorventes-para-mulheres-de-baixa-renda> Acesso em: 08 de mai. de 2022

⁷⁴ LIMA, Paola. O que é pobreza menstrual e por que ela afasta estudantes das escolas. **Agência Senado**, 29 de jul. de 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/o-que-e-pobreza-menstrual-e-por-que-ela-afasta-estudantes-das-escolas> Acesso em: 08 de mai. de 2022

coisa da parte de engenharia e eu botar o olho eu digo ‘isso aqui tá errado’, entendeu? **Então eu seria engenheira, com certeza.** (SANDRA, 2021)

Essa fala me lembra de uma cena do filme *Estrelas Além do Tempo* que conta a história real de três mulheres negras que trabalharam na NASA. A cena que me recordei está mostrada na figura 17, de um engenheiro judeu questionando Mary Jackson que era matemática da NASA, o porquê de ela não tentar passar pelo processo seletivo de engenheiros da agência, afinal tem todas as qualificações dos demais engenheiros que lá trabalham:

Figura 17 - Frame de *Estrelas Além Do Tempo*



Fonte: Theodore Melfi, 2017⁷⁵

⁷⁵ Disponível na plataforma de filmes Disney+

Na vida real, Mary Jackson se torna a primeira engenheira negra da NASA⁷⁶.

Retomando os relatos das entrevistadas, Cristiane também não conseguiu concluir os estudos por ter começado a trabalhar muito cedo:

Já fui chegando (do Rio) na outra semana arrumei emprego de babá e já fui trabalhar com 14 anos de novo, aí conheci meu esposo, começamos a namorar e um ano depois fomos morar juntos e estamos juntos até hoje, fui morar com ele com 16 anos. Aí continuei trabalhando como doméstica, trabalhando e estudando, mas não concluí, eu não consegui (em tom de decepção) porque era muito pesado, aí no primeiro ano eu parei. (CRISTIANE, 2021)

Comentei que conciliar trabalho e estudo é muito difícil: “é... mas assim, tudo é força de vontade, né, eu que desisti, eu já tava sofrendo tanto **que eu deixei de estudar, ou uma coisa ou outra, o trabalho...** mas eu tinha capacidade de terminar.” (CRISTIANE, 2021)

Quitéria Santos (2021) também interrompeu os estudos por um período, ela morava em um povoado de Alagoas que não tinha transporte escolar e a escola era distante, por isso estudou até a sétima série. Ela se mudou para Aracaju durante a construção do Shopping RioMar sendo cozinheira, e em 2006 conheceu o Sindicato quando fez o curso chamado TDC – trabalho, doméstico, cidadão, era um curso noturno de segunda a sexta de duração de 1 ano que ensinava a cuidar de idoso e criança, informática, culinária. Ela conta que depois desse curso, se sentiu despertada para terminar os estudos e como seus filhos estavam crescidos pôde voltar à escola e concluir o ensino fundamental e médio.

Diante disso, é perceptível que para Lúcia, Cristiane e Sandra a situação de pobreza, e a gravidez na adolescência no caso de Lúcia, influenciaram diretamente na saída delas da escola e com escolaridade baixa as oportunidades de emprego são menores. Por outro lado, Márcia, Adriana e Juliana conseguiram completar os estudos, mas no caso das duas últimas, como uma reside em um povoado rural e a outra em uma cidade pequena no interior do estado, as oportunidades de trabalho são escassas, assim como foi para Lúcia que passou a morar em Aracaju e para Sandra que se desloca toda semana até a capital.

No depoimento de Sandra, ela deixa claro que queria ter independência financeira: “botei na minha mente que ia trabalhar pra ser independente”, e por isso foi trabalhar como doméstica. Alves (2019) também fala desse desejo feminino, de migrar para encontrar a sua emancipação profissional, algo extremamente importante para as mulheres para não ficarem a

⁷⁶ ALI, Shirin; GRAY, Melissa. Nasa renomeia sede em homenagem a Mary Jackson, 1ª engenheira negra da agência. **CNN Brasil**, 26 de fev. de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/nasa-renomeia-sede-em-homenagem-a-mary-jackson-1-engenheira-negra-da-agencia/> Acesso em: 20 de mai. de 2022

mercê da dominação masculina, como citado no capítulo anterior, além disso, as mulheres brancas conseguem fazer isso mais facilmente delegando o trabalho reprodutivo para as mulheres negras, em sua maioria. E, com a formação do mercado de trabalho brasileiro e a desigual distribuição de terras, emprego e renda baseada nos pilares patriarcais e raciais, a “feminização da pobreza” acomete, principalmente, a mulher negra chefe de família.

Pobreza essa que, segundo Falú, “não é só econômica: é pobreza de direitos, de serviços, de educação, de entrada formal segura (mercado de trabalho), de mobilidade segura, de segurança e não ter medo da violência pelo simples fato de serem mulheres” (FALÚ, 2017, p.167 Apud COTA, 2021, p.74)

Carneiro (2011, p.121) chama a atenção a outro termo cunhado pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier, “matriarcado da miséria”, e afirma que “o ápice da exclusão social no Brasil poderia ser retratado por uma mulher negra, chefe de família das regiões do Norte ou Nordeste do país”, e por isso, são essas mulheres que mais migram para cidades “mais desenvolvidas” em busca de melhores condições de vida. Por outro lado, são as mulheres, majoritariamente brancas, que trabalham em empregos com melhor remuneração que possuem condições financeiras de contratar essas migrantes para realizarem o “seu” trabalho reprodutivo.

Marcondes (2014), doutora em administração pública, elucida que delegar esse cuidado para outras pessoas é uma forma de ter mais tempo livre para lazer, para se exercitar, para estudar, para desenvolver diversas outras atividades necessárias para qualquer pessoa e para ampliar as possibilidades de encontrar um emprego melhor. As mulheres que não têm essa possibilidade sofrem muito mais com a dupla jornada e a divisão sexual do trabalho. Por isso Marcondes (2014) afirma que a emancipação que as mulheres conquistaram é uma pseudoemancipação, pois está vinculada intimamente ao trabalho precarizado de outra mulher negra.

Alves (2019, p.76) enfatiza que “os deslocamentos das mulheres geram uma demanda em sua própria família para a realização do trabalho reprodutivo”. Ou seja, as atividades de cuidado de sua casa e família também precisam ser realizadas por outra pessoa, como os homens não compartilham esses deveres com as esposas e como muitas delas são chefes de família sozinhas, esse trabalho é repassado para outra mulher. Assim, “a saída das mulheres em busca de trabalho remunerado fora de sua própria cidade” origina uma “cadeia de assistência” que interliga três mulheres, a patroa, a doméstica, e a terceira pessoa “que normalmente é alguma mulher da própria família” da trabalhadora “como mães, avós, tias etc. Neste contexto, ‘as mulheres mais pobres criam os filhos das mais ricas, enquanto mulheres ainda mais pobres – ou mais velhas ou mais rurais, lhes criam os filhos’” (HOCHSCHILD,

2004a, p. 196 Apud ALVES, 2019, p.76).

Dentre aquelas que contam com algum tipo de ajuda para cuidar dos(as) filhos(as) pequenos(as), remunerado ou não, 36% afirmam que esta ajuda vem dos homens; 11% apontam a ajuda profissional; apenas 5% dizem que esta ajuda vem de alguma instituição; a grande maioria aponta que esta ajuda vem de outras mulheres (64%). Estas mulheres são filhas e mães, mas também vizinhas e parentes. A solidariedade entre mulheres é o principal recurso com o qual a grande maioria das entrevistadas conta para enfrentar as tensões geradas pela divisão sexual do trabalho. (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p. 26)

Essa situação foi descrita por Quitéria Santos; aos 22 anos, grávida e com dois filhos, decidiu se separar e trabalhar como doméstica em Maceió, para isso teve que deixar seus filhos com sua mãe no povoado rural de Alagoas e só tinha folga a cada 15 dias para ver filhos. Dentre as entrevistadas, Sandra é a única que não tem filhos, porém me contou de uma prima dela que deixa os 3 filhos com a avó enquanto ela trabalha durante toda a semana em Aracaju. Situação igual a de Juliana, sua filha de 10 anos fica com a avó em Simão Dias, a mãe da entrevistada sai do povoado rural onde mora para a cidade cuidar da neta e Juliana convive com a filha somente aos fins de semana, por conta disso ela tem vontade de arrumar outro emprego:

[Eu queria justamente por causa da minha filha](#), não reclamando de nada daqui, assim do serviço entendeu? Mas só por causa da distância porque eu não fico com ela, aí isso é muito complicado. Pergunto se ter sonho de no futuro mudar de profissão. Aah... é o que eu mais quero na vida (risos) só tá me faltando coragem pra tomar essa decisão [...] é que assim, eu tenho medo sabe, de lá na frente eu precisar de um e não encontrar, porque aqui eu ganho super bem, aí meu medo é esse”. Eu Pergunto: o ideal seria encontrar um emprego em Simão Dias? Juliana: É, mas só que é muito difícil mulher, o pessoal lá paga muito pouco, não paga um salário. (JULIANA, 2021)

Cristiane quando ia pro trabalho pagava uma pessoa pra ficar com os filhos até os 3 anos, depois dos 3, colocou a mais velha num colégio integral até os 6 anos, depois foi pra meio período e a partir desse momento ficava com a avó, a quem também pagava: “[eu pagava 200 reais](#), mas depois ela foi se apegando, foi se apaixonando e não foi mais recebendo e eu dei Glórias a Deus (risos)” e o filho sempre ficou com a avó “ele tem um amor pela avó, mais a avó do que a mim, é uma benção. Ele diz: Mãe Vó, é assim que ele diz”.

Hirata e Kergoat (2007) também fazem essa análise falando no contexto internacional e por isso utiliza os termos Sul-Norte, que corresponderia no Brasil a Nordeste-Sudeste, ou Interior-Capital:

Na perspectiva das faxineiras, empregadas domésticas, babás e cuidadoras, o que representariam os termos conciliação e delegação? Elas também realizam uma delegação do trabalho doméstico e familiar a outras mulheres, mas com consequências muito diferentes sobre a vivência dessas mulheres e de seus filhos [...] a servidão doméstica provoca para a migrante uma ruptura da relação mãe-filho: “diferentemente do que ocorre com os empregadores do Primeiro Mundo próspero, ela não pode viver com sua família e, ao mesmo tempo, incumbir-se dela economicamente. Essas migrantes do Sul, para fazer “o trabalho das mulheres” do Norte, deixam seus próprios filhos aos cuidados das avós, irmãs, cunhadas, e às vezes só voltam para casa depois

de longos períodos, o que acarreta “o traumatismo inevitável dos filhos que deixaram em seu país”. (HIRATA, KERGOAT, 2007, p.605)

Como as autoras enfatizam, essas migrantes têm uma ruptura com seus próprios filhos, e essa situação foi relatada por Lúcia, como já foi dito, o motivo de ter começado a trabalhar aos 14 anos como doméstica foi ter engravidado aos 13 e ter sido expulsa de casa pelo seu pai por ser “mãe solteira”. Ela contou que as pessoas da “roça” a criticavam por isso e quem a acolheu foi uma tia. Após 1 mês de resguardo do parto cesárea, ela foi trabalhar como gari, mas ficou apenas seis meses porque passava mal constantemente com o calor. Por isso, sua tia, que já tinha muitos filhos, encontrou uma “casa de família” em Aracaju para que ela trabalhasse na função de babá, que seria “mais fácil”. Por conta disso, Lúcia teve que deixar sua filha sob os cuidados de sua tia em Japarutuba e foi para Aracaju cuidar dos filhos dos outros e morando na casa dos patrões. Essa situação a distanciou de sua primogênita, pois tinha folga somente uma vez por mês: “[tanto é que ela nem me chama de mãe](#) porque não teve tanta... a convivência, aí ela chama minha tia de mãe.” (LÚCIA, 2021)

Essa situação faz lembrar da discussão sobre a Mãe Preta, as mulheres negras tendo que cuidar primeiro dos filhos dos patrões e depois dos seus.

Lúcia ainda conta:

[Meu pai mais minha mãe tinha...](#) eu tinha 13 irmãos no interior não tinha como voltar pra casa, já tinha filha aí meu pai não aceitava mais [...] depois que eu tive filho com 13 anos foi que ficou mais difícil porque quando tava em casa meu pai tinha uma olaria, nós, todo mundo trabalhava, mas depois que engravidei com 13 anos ele não aceitou mais eu trabalhar em casa, mas quando era em casa era mais fácil, sofria mas ‘tava’ junto dos irmãos, mas depois que passou a parte de ficar na casa dos outros é tudo mais difícil. (LÚCIA, 2021)

No depoimento fica claro o machismo da comunidade que ela morava e de seu pai que não a acolheu depois que foi abandonada pelo pai da filha, e por isso teve que trabalhar ainda adolescente “na casa dos outros”. Com 16 anos, engravidou novamente depois de um namoro rápido, nenhum dos pais assumiu as filhas. Durante a segunda gravidez alugou um “quartinho” para morar, antes ela não tinha onde ficar, somente na casa dos patrões, e com o quarto pode voltar para casa depois do trabalho, Lúcia explica: “[essa eu criei](#), com muita dificuldade, dormindo no quartinho (inaudível) criei ela Graças a Deus, hoje ela é formada tá se formando enfermeira [...] ela trabalhou pra pagar o curso dela, porque era só eu e ela aí não tem como.” (LÚCIA, 2021)

A terceira filha de Lúcia é adotiva, ela relata que seu irmão teve uma filha e morava na casa do pai dela e como estavam passando necessidade “pegou a menina pra criar” com 3

meses, hoje ela tem 11 anos e Lúcia mora somente com ela, pois sua filha do meio se casou e saiu de casa, mas continua morando perto dela.

A outra não tinha como criar, eu era muito pequena não sabia de nada da vida [...] aí como eu já tinha essa filha que eu deixei com minha tia quando eu vi o meu irmão passando a mesma coisa aí eu peguei ela, **pelo menos dessa culpa eu acho que eu aliviei um pouco**. (LÚCIA, 2021)

Lúcia continua:

Sempre trabalhei em função das minhas filhas [...] Tento dar o que eu não tive e estudo pra ela não passar o que eu passei na vida, e que não vai passar né porque eu jamais... se acontecer o que aconteceu comigo eu jamais vou deixar acontecer [...] é estudar **pra não precisar trabalhar na casa de um e na casa de outro porque é a pior vida que a gente pode ter**. (LÚCIA, 2021)

Chamo atenção para a afirmação de que sempre trabalhou em função de suas filhas e enfatiza a educação como fundamental para as filhas para que elas não passem pela mesma experiência dela, essa é uma frase comum em relatos femininos, Ávila e Ferreira (2014) também relatam isso:

Para as mulheres que têm filhos/as, a garantia de mantê-los estudando para um futuro diferente do seu é a grande aposta no futuro. Em geral para as mulheres que têm filhos/as, há uma transferência imediata de projeção do futuro para eles e elas quando interpeladas sobre seus projetos de vida. Garantir que as crianças e os/as jovens estudem aparece como um valor fundamental, como algo que lhes faltou, o que foi insuficiente, em suas próprias experiências e que constitui um déficit de realização pessoal que impacta suas possibilidades para definir como quer estar no mundo e sobre sua qualidade de vida, isto é, ter um melhor trabalho e uma realização pessoal como indivíduo (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p. 36)

Além disso, Lúcia afirma que sofreu muito quando saiu do interior para a capital, enfrentou muitas dificuldades por morar no trabalho como foi dito, e essa fala simboliza a migração por necessidade financeira, a esperança de uma vida melhor se esvai e o que encontra é mais sofrimento, pois como a entrevistada conta no interior ela “sofria, mas ‘tava’ junto dos irmãos”, mas quando foi para Aracaju tudo ficou mais difícil.

É importante ressaltar que Aracaju é o destino final dessas mulheres migrantes pela centralidade que a capital representa no estado, inclusive exercendo influência em cidades fora de Sergipe. E, pensando no contexto sergipano de migrações, o próximo tópico abordará como Aracaju se tornou uma centralidade para o estado e mostrará os resultados encontrados pela coleta realizada na Casa da Doméstica.

2.2 Do interior para a capital

Como foi mostrado ao longo desse trabalho, a oferta de mão de obra reprodutiva feita pelas migrantes femininas é muito comum, e o deslocamento que ocorre em Sergipe, e nos

demais estados brasileiros, é de sair dos interiores para a capital. Isso acontece porque a economia é o principal fator que origina a centralidade de um município, que atrai um maior fluxo de bens e pessoas, como o doutor em geografia, Marcelo de Souza (2005) define:

A centralidade de uma cidade, é função, acima de tudo, de sua capacidade de ofertar bens e serviços para outros centros urbanos, estabelecendo, desse modo, uma área de influência. Essa centralidade, portanto, é de natureza, acima de tudo, econômica. Uma cidade será tanto mais complexa e possuirá uma posição tanto mais elevada na hierarquia da rede urbana, quanto mais ela possuir essa capacidade de ofertar bens e serviços e capturar uma área de influência maior. (SOUZA, 2005, p.57)

Segundo o relatório que analisa as regiões de influência das cidades 2018, feito pelo IBGE (2020, p.69), quanto maior a centralidade e a influência de um centro urbano, maior é o “alcance espacial, que é a distância máxima que a população dispersa se dispõe a percorrer para comprar o bem ofertado” ou para ter acesso à determinado serviço. Por isso, o IBGE (2020) classifica diferentes níveis de centralidade que são as metrópoles, capitais regionais e centros sub-regionais. No caso de Sergipe a hierarquia começa pela capital, Aracaju, e depois para os centros sub-regionais que se divide em dois: A, média populacional de 120 mil habitantes; B, média de 70 mil habitantes; Em Sergipe somente Itabaiana se enquadra na categoria A e Propriá/SE, Estância (SE), Lagarto (SE) e Nossa Senhora da Glória (SE) se enquadram na categoria B. No mapa da figura 18 é possível ver o alcance espacial que cada centralidade possui e que Aracaju é o maior polo e por isso é a cidade que mais atrai migrantes.

Essa influência de Aracaju é recente no estado, pois a capital sergipana até 1855 era São Cristóvão, que por esse motivo, inclusive, é chamada carinhosamente de Cidade Mãe de Sergipe. A mudança foi motivada pela dificuldade que São Cristóvão tinha para escoar a produção de cana de açúcar pelo Rio Vaza Barris, que é estreito e sinuoso, e por isso foi transferida para Aracaju que é banhada pelo Rio Sergipe. Nesse período a atual capital só possuía alguns povoados rurais e não tinha infraestrutura urbana, por isso foi necessário projetar e construir a cidade do zero (CRUZ, 2016).

Figura 18 - Região de influência em Sergipe

capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir” e o Estado destina esse capital excedente para obras, e assim se estabelece uma ligação entre a urbanização e o capitalismo.

No final da década de 1960 começava a exploração dos recursos minerais do território sergipano. Minerais importantíssimos não só, no desenvolvimento da cadeia econômica e social do estado, mas também do país. A partir daí foram instaladas as infraestruturas para a exploração desses minerais, a exemplo da Petrobrás, a unidades de produção de amônia e ureia, fertilizantes utilizados na indústria agrícola brasileira e mundial (IBGE, 1981). (SANTOS, 2016, p.63)

Além da Petrobrás, houve “a implantação da Universidade Federal de Sergipe⁷⁷, em 1968; a construção do Terminal Marítimo de Carmópolis, em 1970; a construção do Distrito Industrial de Aracaju, em 1971; e, finalmente, da implantação da Petromisa, em 1976, e da Nitrofértil, em 1978” (RODRIGUES, V. 2017, p.32) que foram cruciais para o desenvolvimento industrial-econômico de Aracaju e das cidades limítrofes. Por isso, nesse período, ocorreu uma forte migração dentro de Sergipe por conta desse crescimento industrial (RODRIGUES, V. 2017).

Vera França (1999) citada por SANTOS (2016, p.67), afirma que esse conjunto de transformações provocou uma migração de sergipanos, que haviam ido para outros estados, de volta para sua terra natal, para estar perto de seus familiares e usufruir do crescimento econômico que ocorria no estado, principalmente na capital. Clarissa Alves (2019, p.75), analisa os dados do IBGE 2012 e complementa essa discussão mostrando que houve uma redução no quadro geral de migrações entre regiões do país (de 3,3 milhões entre 1995 e 2000 a 2 milhões entre 2004 e 2009), e confirma esse movimento de retorno da população para seus estados de origem. Márcia e Cristiane também simbolizam esse retorno. Todavia, “as regiões Norte e Nordeste continuam sendo as que contêm o maior número de emigrações nos últimos dez anos” (ALVES, 2019, p.75).

Um outro fator que estimulou o crescimento das cidades no Brasil de modo geral, foi a migração da zona rural para a zona urbana, principalmente para as capitais, como aconteceu como as entrevistadas. Das seis entrevistadas, cinco moravam em povoados rurais, e somente uma delas continua morando na zona rural, as demais passaram a morar na sede de suas cidades, ou se mudaram para Aracaju. Segundo o mestre em geografia e sergipano, Valdemir dos Santos (2016), esse êxodo acontecia por conta “da pecuarização, da concentração da terra e, em determinadas áreas, da modernização da agricultura” (SANTOS, 2016, p.63) e em Aracaju, isso aconteceu, principalmente, entre os anos de 1980 a 1991.

⁷⁷ Campus Aracaju

A concentração de terra, a modernização de algumas áreas do campo e a pecuarização crescente no interior, além do crescimento econômico verificado no litoral do estado a partir das ações de industrialização do poder público, orientaram a população interiorana a se dirigir para Aracaju à procura por melhores salários, condição de vida e moradia. (RODRIGUES, V. 2017, p.32)

Santos (2016) explica também que além da capital, as cidades mais próximas de Aracaju também receberam migrantes:

Na década de 1980, o governo do estado de Sergipe encomendou um estudo sobre o Aglomerado Urbano de Aracaju, compreendido pelos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão, perfazendo, portanto, uma área com população de 371.820 habitante, o que representava 32,5% da população estadual, em apenas 6,2% da área do estado. Contudo, Aracaju concentrava maior parte dessa população, 78,9%, conseqüentemente, maior densidade demográfica, 1.666 hab/km² (LERNER, 1983). De acordo com o autor ocorreu um acentuado fenômeno migratório. Os estudos identificam uma população residente composta por 42,7% de migrantes, sendo que destes, 51,4% residem no aglomerado urbano há mais de 10 anos. (SANTOS, 2016, p.64)

São Cristóvão e, principalmente, Nossa Senhora do Socorro apresentaram grande crescimento populacional nesse período. Essas cidades, assim como Aracaju, foram beneficiadas pelas construções de conjuntos habitacionais, principalmente na década de 1980, que conseguiram dar suporte para os migrantes (aqui cabe ressaltar que o Conjunto das Domésticas é um desses conjuntos), afinal a maioria deles tinham baixa renda e só conseguiram residência nos conjuntos que se localizavam nessas cidades ou na Zona Norte de Aracaju, em moradias autoconstruídas e muitas delas precárias. Lygia Carvalho (2013), sergipana e mestre em arquitetura e urbanismo, explica que o projeto para construir a capital de forma ordenada se aplicava em áreas planas, que corresponde à região central em direção à Zona Sul. A Zona Norte é uma região acidentada que não se encaixa nesse perfil, por isso não atraiu os interesses imobiliários, se tornou o local mais barato para se morar naquele momento. Afinal, a terra no sistema capitalista se torna uma mercadoria e isso se tornou o pilar para a formação do espaço urbano. (SPOSITO, 2000), logo as “diferenças econômicas, de poder, status e etc. entre grupos sociais se refletem no espaço, determinando ou, pelo menos, influenciando decisivamente onde os membros de cada grupo podem viver” (SOUZA, 2005, p.67).

Retomando a atuação da Petrobrás, foi descrito que uma massa de migrantes chegou à capital para trabalhar na empresa e que esta deu um retorno financeiro importante para cidade, pensando nisso há uma possibilidade destas pessoas que migraram para Aracaju tenham se instalado nos bairros que hoje são compostos por uma classe média alta, entre o Centro e a Zona Sul e que são as mulheres dessas famílias que delegam o trabalho doméstico para outras mulheres.

Por outro lado, as trabalhadoras domésticas devem se localizar principalmente na Zona Norte e nos municípios da Região Metropolitana de Aracaju. Essa era minha hipótese antes de concluir a coleta de dados feita na Casa da Doméstica, porém os resultados encontrados mostraram que uma grande parte das mulheres tem residência no interior do estado, em cidades distantes da capital e até em municípios na Bahia e Alagoas. Logo o próximo tópico apresentará esses resultados e como eles se relacionam com dados socioeconômicos do Censo Demográfico do IBGE de 2010.

2.2.1 Resultados Sergipe

Durante a coleta dos dados me surpreendi com a quantidade de mulheres que vinham de cidades do interior, em entrevista com Quitéria Santos (2021) fui informada que muitas delas eram interioranas, mas não imaginei que era um número tão expressivo. Quando compilei as informações foi percebido que 22,30% das mulheres moravam no interior do estado, em seguida aparecem as mulheres da Região Metropolitana, correspondendo a 27% e por fim, 50,70% delas reside na própria capital. Ver tabela 3.

Tabela 3 - Porcentagem das residências das domésticas por setores

Região	Valor Absoluto	Porcentagem
Aracaju	1014	50,70%
Região Metropolitana	540	27,00%
Cidades do interior	446	22,30%

Fonte: Casa da Doméstica, 2021. Organizada pela autora, 2021

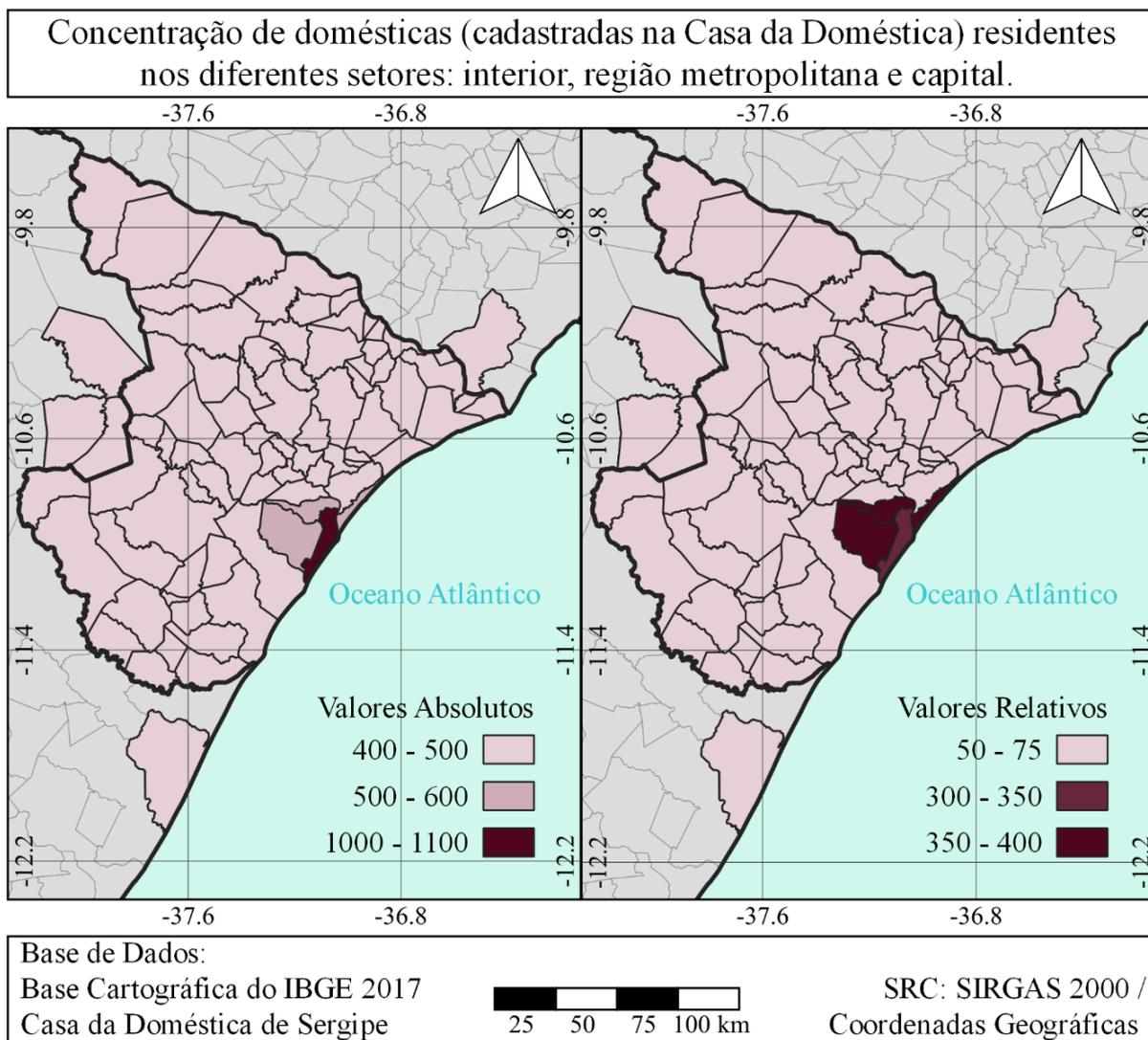
Para analisar esses dados de concentração com base na população de cada cidade foi feito o valor relativo, considerando a taxa por 100 mil habitantes do sexo feminino, dessa forma teríamos uma representação mais adequada da proporção de domésticas residentes em região analisada. Ver tabela 4 e mapas da figura 19. A partir dessa perspectiva, a Região Metropolitana apresenta a maior concentração com 398 domésticas por 100 mil habitantes enquanto Aracaju ficou com taxa de 332. Os dados de população feminina são do Censo Demográfico de 2010.

Tabela 4 - Taxa por 100 mil habitantes dos setores, Aracaju, Região Metropolitana e interiores

Região	População Mulheres 2010	Taxa por 100 mil hab.
Aracaju	305.665	332
Região Metropolitana	135.769	398
Cidades do interior	635.567	70

Fonte: Censo Demográfico do IBGE 2010. Organizada pela autora, 2021

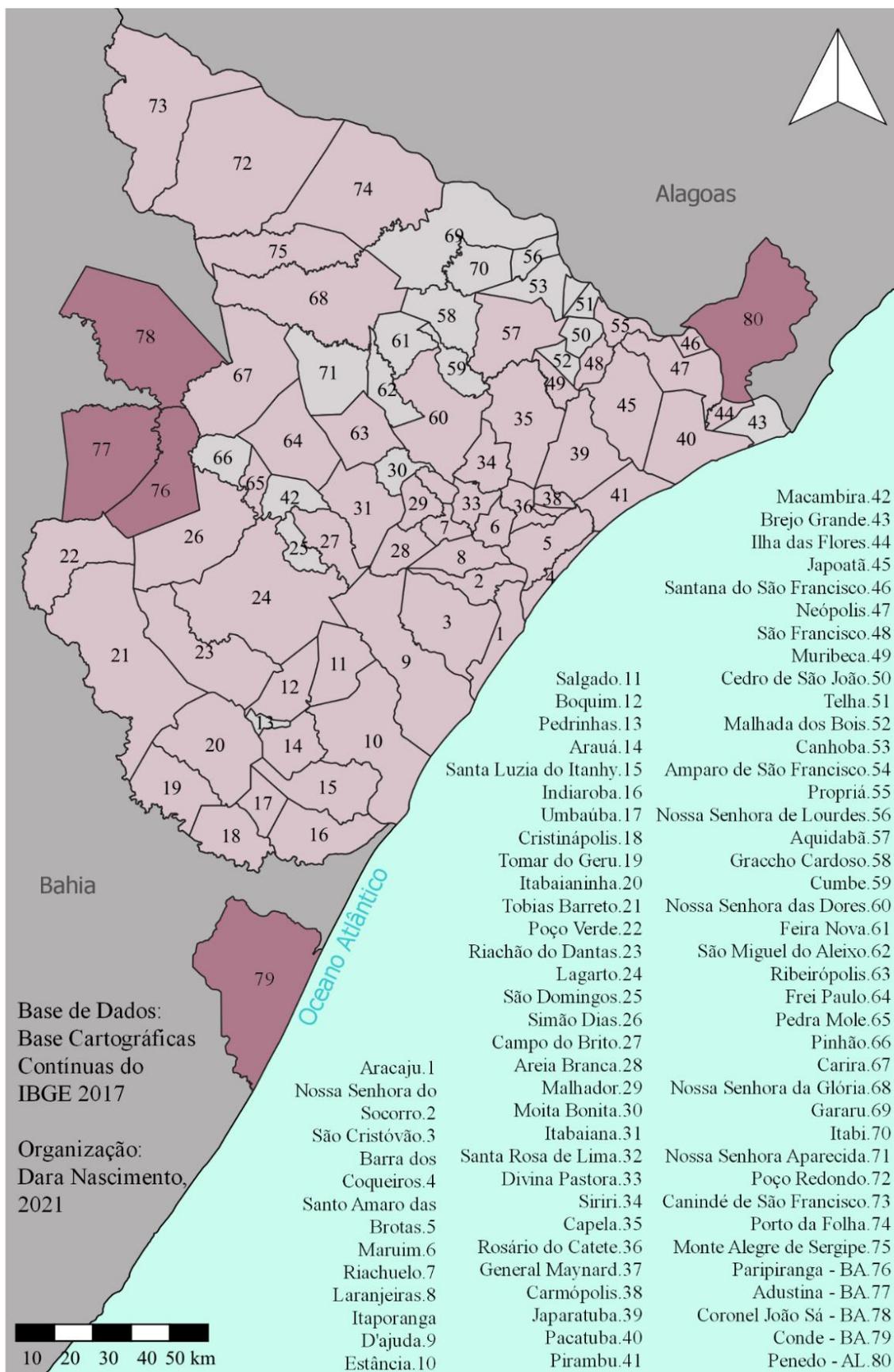
Figura 19 - Comparativo dos mapas de concentração de domésticas por setor.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022

Mesmo que a taxa por habitantes não tenha sido alta como a da Região Metropolitana e da capital, o número absoluto de pessoas que vem de cidades do interior do estado foi surpreendente, principalmente, porque algumas delas vêm de cidades muito distantes de Aracaju e algumas inclusive vem do interior da Bahia e de Alagoas. O mapa da figura 20 mostra as cidades onde residem mulheres cadastradas na Casa da Doméstica, sendo em lilás as cidades sergipanas e em roxo as cidades de estados vizinhos.

Figura 20 - Cidades onde domésticas cadastradas na casa da doméstica possuíam residência.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022

São quatro mulheres cadastradas com residência na Bahia: uma de Coronel João

Sá, uma de Paripiranga, uma de Adustina, e uma do Conde, sendo esses dois últimos municípios que não fazem fronteira com Sergipe. Também há uma cadastrada em Penedo, Alagoas, sendo que na divisa entre esses dois estados está o Rio São Francisco e a travessia acontece por meio de lanchas e balsas que tem movimento frequente durante todo o dia.

Essas cidades citadas estão em um raio de distância entre 100 a 150 km de Aracaju e, ainda assim, existem cidades de Sergipe com distâncias ainda maiores, entre 150 a 200 km, como é o caso de Poço Redondo e Canindé de São Francisco, respectivamente, onde tem, somadas, cinco domésticas cadastradas. É provável que essas mulheres que vêm das cidades mais distantes durmam no trabalho pois não há condições físicas e financeiras de se deslocar todos os dias desses municípios para a capital. Pensando nisso, separei as cidades do interior pela distância delas até a capital, mostrando o valor absoluto e relativos de domésticas residentes nessas cidades. Ver tabela 5:

Tabela 5 - Taxa por 100 mil habitantes das cidades interioranas e cidades da Região Metropolitana

	Cidade	Valores Absolutos	Taxa por 100 Mil	Total	Percentual
Raio de 30 km	Itaporanga	98	642	190	42,6%
	Laranjeiras	59	428		
	Maruim	19	228		
	Riachuelo	14	292		
Raio de 50km	Areia Branca	10	120	60	13,95%
	Carmópolis	5	73		
	Divina Pastora	7	328		
	General Maynard	1	66		
	Malhador	4	67		
	Pirambu	7	168		
	Rosário do Catete	3	63		
	Salgado	5	52		
	Santo Amaro	16	276		
	Santa Rosa de Lima	2	57		
Raio de 75km	Campo do Brito	2	23	76	17,04%
	Capela	14	90		
	Dores	9	72		
	Estância	17	51		
	Frei Paulo	1	14		
	Itabaiana	13	29		
	Japaratuba	8	94		
	Muribeca	2	55		
	Ribeirópolis	3	35		
Siriri	7	174			

	Aquidabã	3	29		
	Araúá	9	167		
	Boquim	10	77		
	Japoatã	5	77		
	Indiaroba	7	90		
	Lagarto	8	17		
Raio de 100km	Propriá	1	7	75	16,82%
	Santa Luzia do Itanhy	4	63		
	Riachão do Dantas	10	104		
	Pedra Mole	2	135		
	São Francisco	4	237		
	Simão Dias	1	5		
	Umbaúba	11	96		
	Carira	1	10		
	Coronel João Sá-BA	1	12		
	Cristinápolis	5	61		
	Nossa Senhora da Glória	1	6		
	Ilha das Flores	1	24		
Raio de 130km	Neópolis	7	75	29	6,5%
	Pacatuba	2	31		
	Santana do São Francisco	5	269		
	Penedo-AL	1	3		
	Paripiranga-BA	1	7		
	Tobias Barreto	3	12		
	Tomar do Geru	1	16		
	Adustina-BA	1	13		
	Conde-BA	1	8		
Raio de 150km	Itabaianinha	6	31	11	2,47%
	Porto da Folha	1	8		
	Poço Verde	1	9		
	Monte Alegre	1	15		
Raio de 175km	Poço Redondo	4	11	4	0,9%
Raio de 200km	Canindé de São Francisco	1	8	1	0,22%

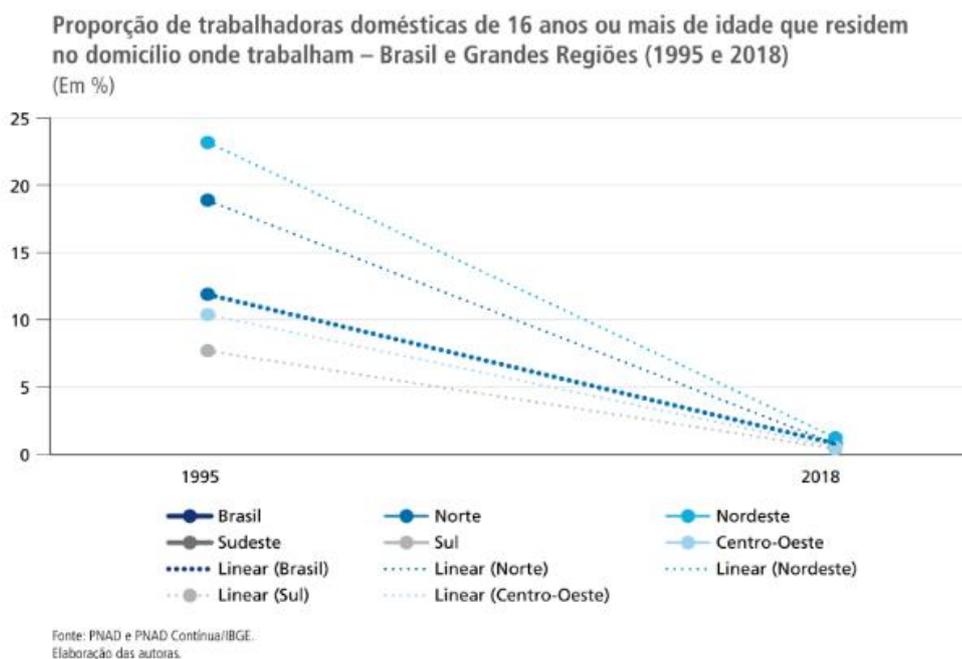
Fonte: Dados coletados na Casa da Doméstica, Censo Demográfico do IBGE 2010. Organizada pela autora, 2021

Muitas dessas mulheres de regiões mais distantes devem dormir na casa dos patrões, contudo, a maioria delas possuem residência em suas respectivas cidades, como é o caso de Juliana. Já Lúcia por muito tempo não tinha residência nenhuma em Aracaju, e apesar de ter a casa da tia em Japarutuba muitas vezes não conseguiria voltar para lá ao ser demitida, e por isso chegou dormir na rua. Sobre isso Pinheiro et al (2019) afirma que:

Hoje (2018), essa é uma realidade muito pouco significativa no conjunto do trabalho doméstico: menos de 1% das trabalhadoras, cerca de 46 mil mulheres, residiam no mesmo domicílio em que trabalhavam, fenômeno que se repete em todas as regiões do país e entre trabalhadoras brancas e negras. Vale notar que em 1995, ano em que o Retrato inicia sua série histórica, essa proporção alcançava 12% das trabalhadoras, com uma variação regional significativa, que ia de 23% no Nordeste a 8% no Sudeste e no Sul. (PINHEIRO ET AL, 2019, p.18)

Comparando as porcentagens de 1995 para 2018 houve uma queda bastante significativa da porcentagem total de trabalhadoras que residem no emprego, de 12 para 1%. E o Nordeste era a Região com maior número de domésticas nesse tipo de trabalho, 23%, e apesar de Pinheiro et al (2019) não especificar a porcentagem exata é possível ver no gráfico apresentado pelas autoras que a Região Nordeste ainda é a que mais possui mulheres sua residência é no próprio trabalho, ver figura 21:

Figura 21 - Gráfico 8 do texto para discussão “Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua.



Fonte: Pinheiro et al (2019, p.19)

Considerando essa porcentagem de 2% para o Nordeste e considerando que em Aracaju tem por volta de 20 mil domésticas, isso representa que 400 trabalhadoras ainda residem no trabalho, ou seja, sua moradia é a mesma de seu patrão e para elas não há para onde “voltar” e não há como “sair” do ambiente de trabalho, que muitas vezes é um local de exploração como mostrado no capítulo anterior. Em valor absoluto, 400 é número muito alto.

Contudo, pelos dados da tabela 5 podemos deduzir que a porcentagem de pessoas que dormem no trabalho em Aracaju, mesmo tendo residência em outra cidade, é muito maior.

Considerando nossas entrevistadas, Sandra mora no trabalho e a cidade dela, Capela, está num raio de até 75km, e Lúcia, antes de ter residência em Aracaju, também residia no emprego e sua cidade, Japaratuba, também está num raio de até 75km. Se consideramos, dentro do nosso recorte, que a partir desse raio todas essas mulheres dormem no trabalho, teremos 196 domésticas, que corresponde a 9,8% do total. Se considerarmos que todas as mulheres a partir do raio de 50km dormem no trabalho temos uma porcentagem de 12,8%. É possível que algumas delas não durmam no trabalho, mas ainda assim é um número bastante expressivo.

Ainda observando os dados da tabela 3 e considerando o número de mulheres que moram fora da Grande Aracaju⁷⁸, 446 pessoas, mais da metade das domésticas vem de um raio de até 50km de sua cidade para a capital, um total de 56,05%. Entre os raios de 50 a 100 km são 151 mulheres, 1/3 do total das mulheres interioranas, uma quantidade considerável quando analisada a distância percorrida. E 10,09% vêm de cidades entre 100 e 200km.

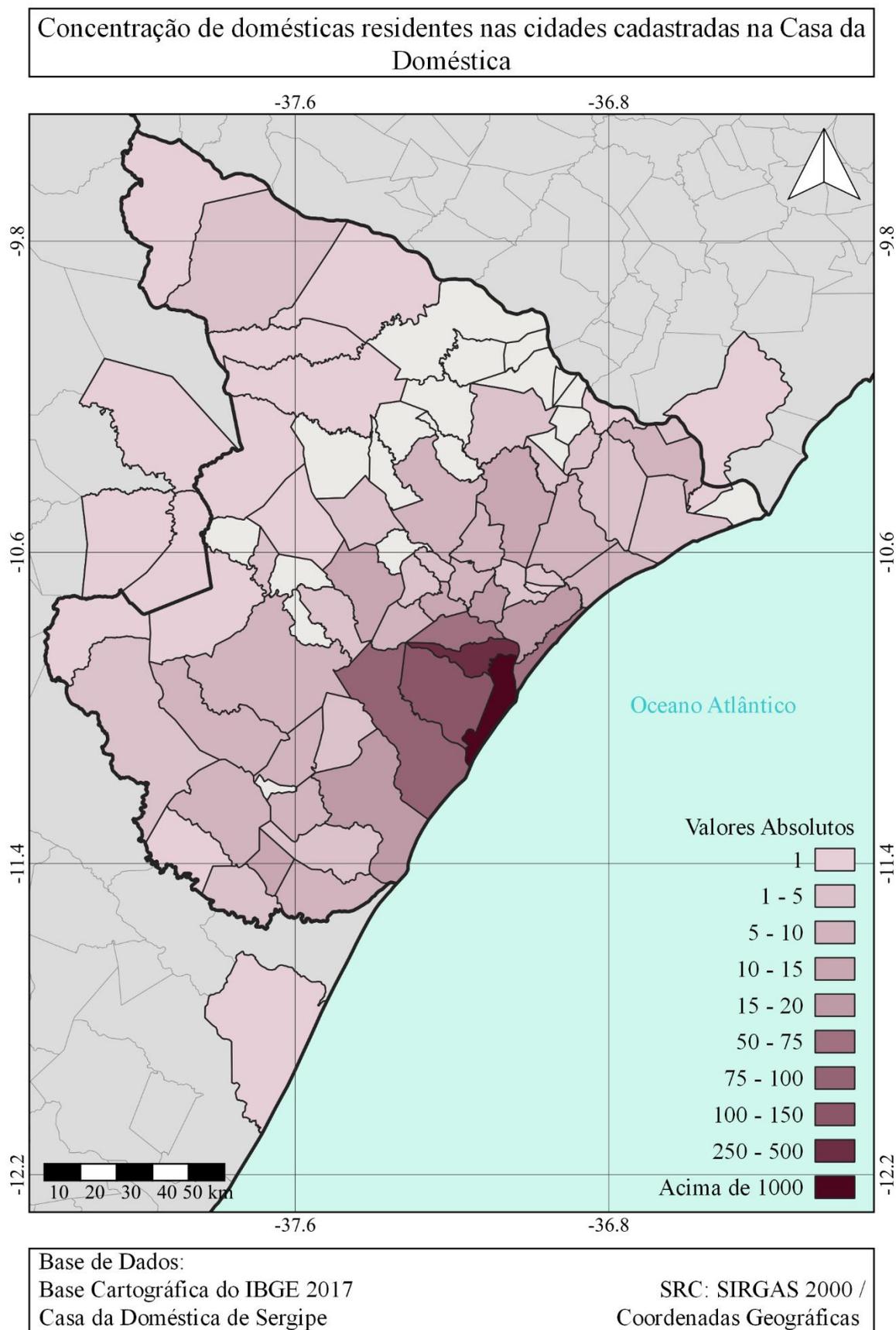
O mapa da figura 22 mostra a concentração de domésticas cadastradas nos municípios sergipanos e das 5 cidades de outros estados. São 16 municípios com apenas 1 mulher cadastrada, um total de 28% do total de municípios, 18 cidades têm entre 2 a 5 domésticas cadastradas, 13 cidades têm entre 6 a 10, 4 cidades entre 11 a 15 e 3 cidades entre 16 a 20 domésticas cadastradas, depois desse número vem Barra dos Coqueiros e Laranjeiras com 53 e 59, depois Itaporanga com 98, São Cristóvão com 141, Socorro com 346 e Aracaju com 1014 domésticas. No mapa fica claro que quanto mais próximo da capital maior a concentração de mulheres.

Contudo, quando analisados os valores relativos por 100 mil habitantes do sexo feminino⁷⁹, ver figura 23, confirmamos que a maior concentração de domésticas vem, na verdade, de Itaporanga D'Ajuda com 642 domésticas para cada 100 mil habitantes, seguido de Laranjeiras com 428 para 100 mil, e só depois as cidades da Região Metropolitana: Nossa Senhora do Socorro com 419, Barra dos Coqueiros com 415 e São Cristóvão com 348 e por fim, a capital, com 332. Outras cidades próximas da capital com índices consideráveis são Divina Pastora com 328, Riachuelo com 292, Santo Amaro com 276 e Maruim com 228. Outras cidades com raios maiores e que apresentam um alto índice, acima de 200, são, São Francisco e Santana do São Francisco, com 237 e 269 domésticas para cada 100 mil habitantes do sexo feminino, respectivamente.

⁷⁸ Aracaju e Região Metropolitana

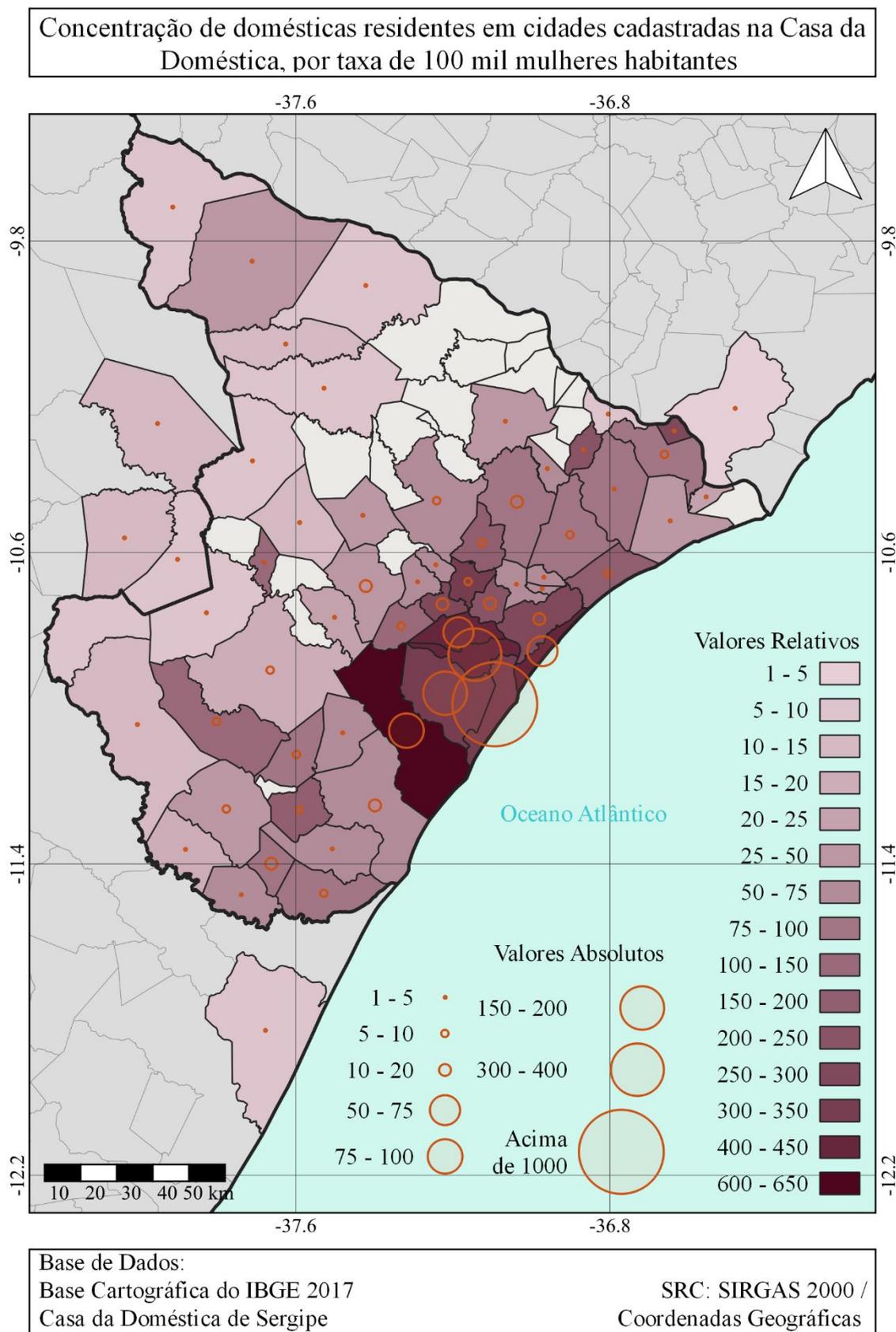
⁷⁹ Os dados de população feminina são do Censo Demográfico do IBGE de 2010

Figura 22 - Concentração de domésticas, valor absoluto



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022

Figura 23 - Concentração de domésticas das cidades cadastradas, valor relativo



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022

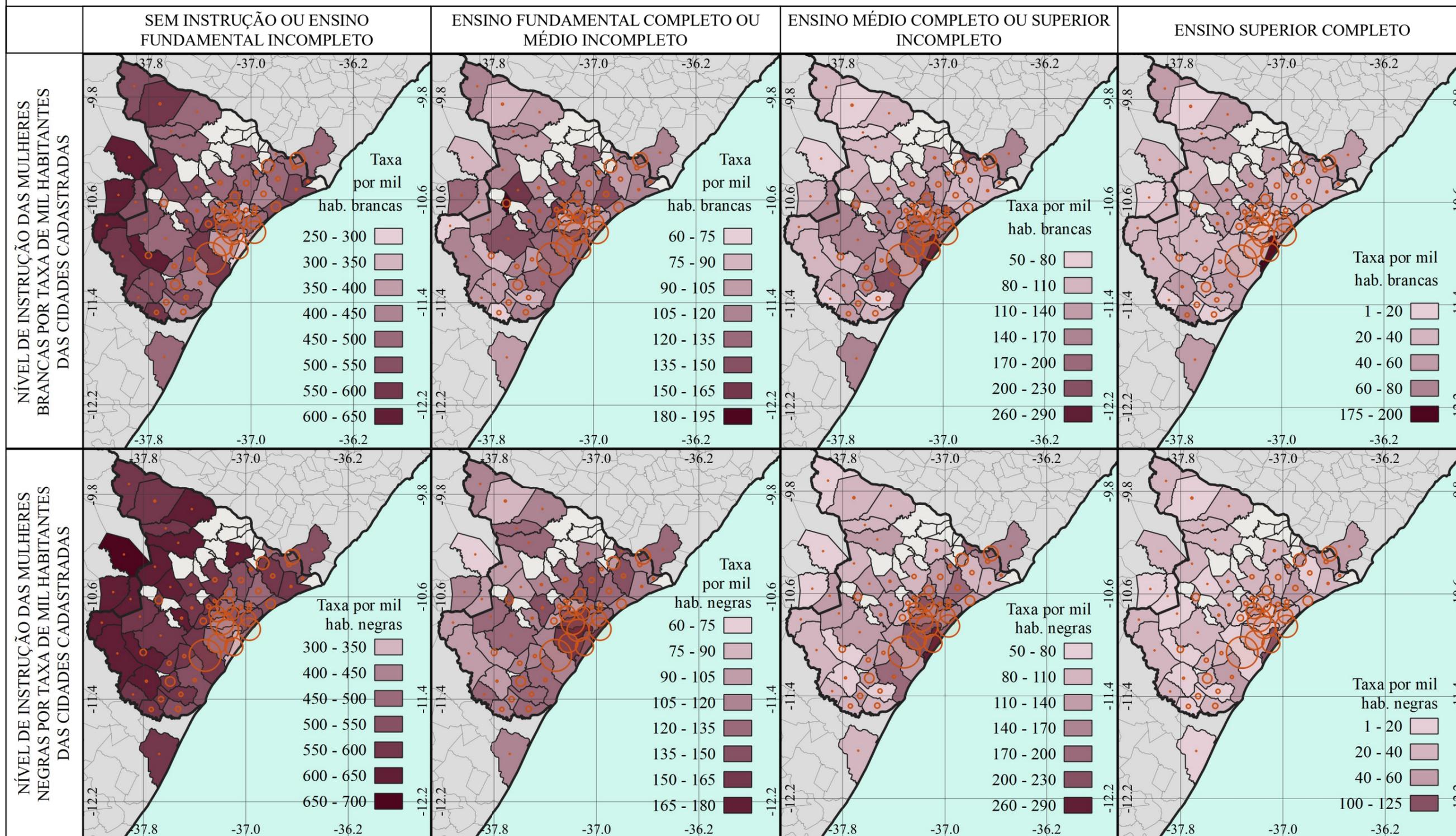
Observando por esse viés, relativo à população, percebe-se que a concentração de domésticas que trabalham em Aracaju e moram em outras cidades fica mais heterogênea e que mais municípios em torno da capital apresentam índices altos, e quando observado apenas valores absolutos essa concentração não era perceptível. Contudo, seja em números absolutos ou relativos a maior parte das domésticas que trabalham em Aracaju moram num raio de até 50km da capital.

Diante das tabelas e mapas apresentados fica claro como as mulheres do interior de Sergipe se deslocam cotidianamente para a centralidade da capital em busca de emprego. Além disso, os valores relativos à população trazem uma nova perspectiva dessa migração, pois mostra como as cidades envolta de Aracaju possuem altas concentrações de domésticas em comparação à capital, com destaque principalmente para Itaporanga. Para entender melhor as condições desses municípios com domésticas cadastradas o próximo tópico abordará as condições socioeconômicas dessas localidades.

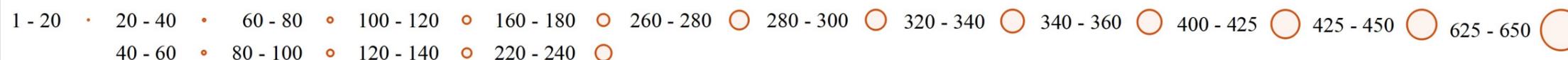
2.2.2 Dimensão socioeconômica de Sergipe

Para compreender melhor essa dimensão socioeconômica das cidades cadastradas e considerando que normalmente as mulheres negras são as que mais realizam o trabalho doméstico remunerado, foi feito um mapa comparando a instrução e a renda de mulheres negras e mulheres brancas. Ver figura 24 (ressaltando que os valores relativos de domésticas foram feitos baseados nos dados encontrados na Casa da Doméstica relativos à população feminina de cada cidade). No primeiro mapa, sobre o nível de instrução, analisando o todo, é perceptível que conforme a escolaridade aumenta menos concentração aparece nas cidades do interior e aumenta na capital, e vice-versa, além disso, as cidades mais distantes são as que apresentam maior índice de mulheres sem instrução ou com fundamental incompleto. Quando comparado os mapas de instrução entre mulheres negras e brancas é perceptível que na capital as mulheres brancas apresentam vantagem nesse quesito em comparação com as negras, contudo, no interior do estado a diferença não é tão significativa.

Figura 24 - Mapa comparativo do nível de instrução de mulheres negras e mulheres brancas



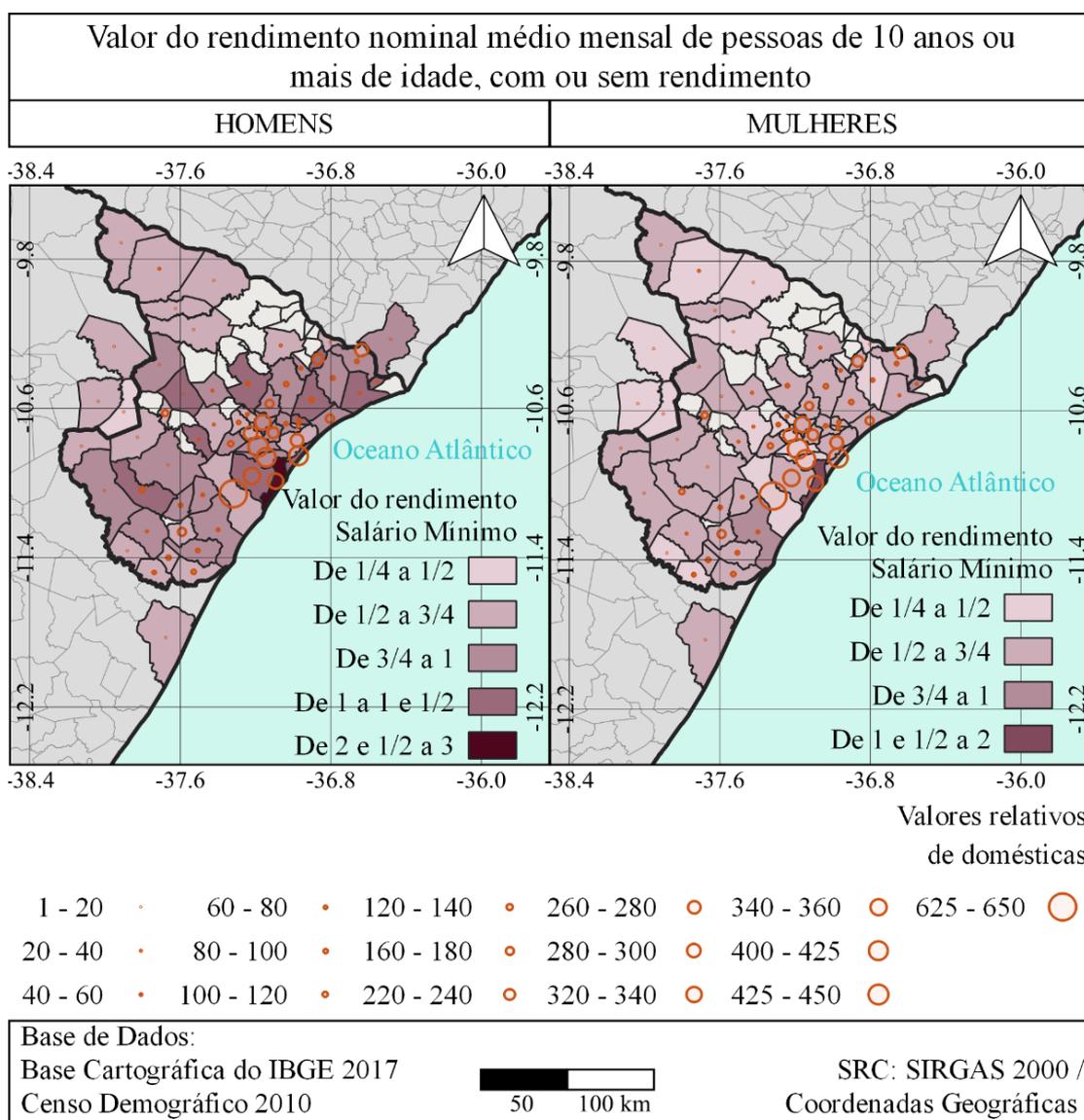
Valores relativos de domésticas



Fonte: Base Cartográfica do IBGE 2017; Censo do IBGE 2010; Organização: Dara Nascimento, 2021

Para analisar renda foram encontrados dois parâmetros no Censo do IBGE 2010, pessoas com rendimento e pessoas com ou sem rendimento, no primeiro conseguimos analisar mais fielmente a diferença salarial entre gênero e raça, em contrapartida quando olhamos o valor médio mensal das pessoas com ou sem rendimento temos mais dimensão do nível de renda de toda a população da cidade, por isso, as duas categorias foram consideradas. Primeiro analisamos a renda geral da população e percebemos a diferença de rendimentos entre homens e mulheres, ver a figura 25 (os valores relativos de domésticas são baseados na coleta feita na Casa da Doméstica).

Figura 25 - Mapa comparativo de renda de homens e mulheres, com ou sem rendimento



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022

É perceptível a diferença de renda em algumas cidades do interior, o homem tem rendimento maior do que as mulheres em muitas cidades. Apesar da renda de muitos deles ser

menor que um salário mínimo, ainda existem municípios onde os homens ganham mais do que um salário e quando olhamos a renda feminina apenas na capital as mulheres ganham mais do que um salário, além de mais cidades apresentarem renda feminina inferior a meio salário mínimo. Em Aracaju fica mais evidente a discrepância salarial entre homens e mulheres, eles recebem até 3 salários mínimo, enquanto elas só chegam a 2. Ver detalhes na tabela 6, em vermelho são os rendimentos abaixo de 1 salário mínimo e em negrito as rendas menores que ½ salário mínimo. O ordenamento da tabela está em ordem decrescente dos rendimentos dos homens.

Tabela 6 - Rendimento médio nominal mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com ou sem rendimento na semana da pesquisa.

Cidades	Pessoas com ou sem rendimento		Mulheres com ou sem rendimento	
	Homens	Mulheres	Urbanas	Rurais
Aracaju (SE)	1497,96	921,18	-	-
Itabaiana (SE)	659,29	384,71	426,20	227,70
Carmópolis (SE)	654,05	289,34	314,05	188,39
Barra dos Coqueiros (SE)	620,06	353,31	335,29	454,24
Campo do Brito (SE)	589,56	351,02	451,75	238,45
Propriá (SE)	589,28	361,55	386,69	192,72
São Cristóvão (SE)	578,91	355,23	379,16	205,79
Estância (SE)	577,37	359,49	385,65	189,23
Santo Amaro das Brotas (SE)	576,53	279,33	277,37	284,86
Nossa Senhora do Socorro (SE)	566,87	318,83	321,77	218,77
General Maynard (SE)	547,71	277,74	338,19	163,70
Lagarto (SE)	515,01	345,01	410,38	268,45
Frei Paulo (SE)	505,13	398,30	477,26	272,04
Maruim (SE)	501,04	254,97	291,46	135,39
Rosário do Catete (SE)	500,63	326,96	359,86	238,93
Ribeirópolis (SE)	480,68	352,27	373,20	298,13
Capela (SE)	470,44	301,85	369,88	162,47
Penedo (AL)	466,96	331,90	383,36	165,33
Tobias Barreto (SE)	454,57	370,09	427,45	239,15
Laranjeiras (SE)	444,96	235,62	257,84	146,92
Pedra Mole (SE)	435,28	340,94	437,42	270,63
Salgado (SE)	429,73	319,03	425,99	257,35
Riachuelo (SE)	420,05	347,78	372,63	194,89
Nossa Senhora da Glória (SE)	413,31	330,41	403,29	173,89
Areia Branca (SE)	410,07	292,18	339,03	247,28
Siriri (SE)	410,02	246,44	339,16	174,56
Nossa Senhora das Dores (SE)	407,27	290,05	358,37	154,33
Divina Pastora (SE)	406,34	277,05	337,34	213,66

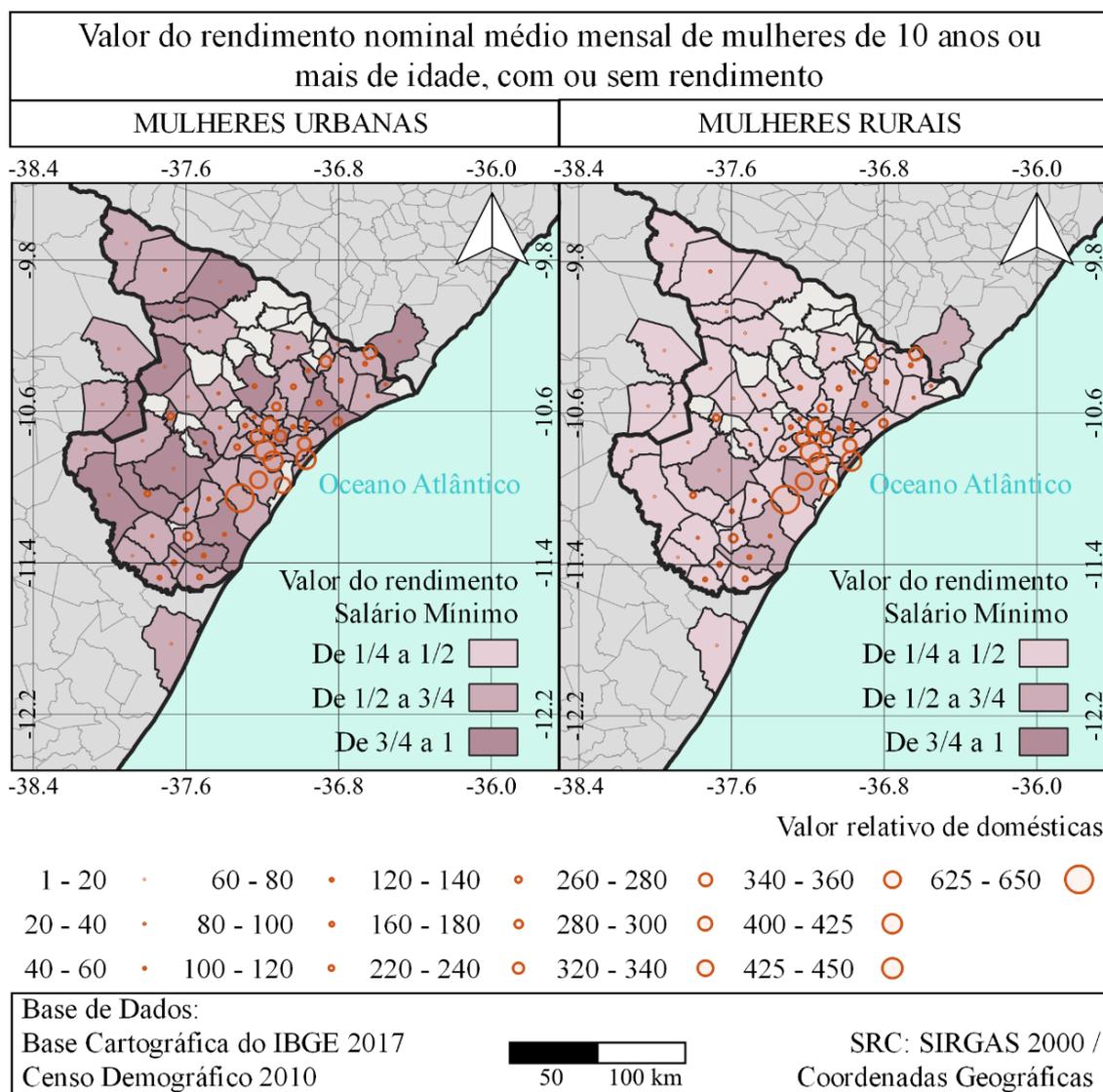
Boquim (SE)	404,54	307,64	356,58	214,34
Muribeca (SE)	400,77	281,30	385,74	189,00
Malhador (SE)	400,45	341,55	389,06	297,48
Carira (SE)	399,78	305,86	383,92	196,45
Simão Dias (SE)	396,47	300,74	371,63	215,47
Japaratuba (SE)	388,36	292,52	376,14	209,66
Umbaúba (SE)	381,38	282,17	322,72	207,52
Neópolis (SE)	379,38	292,31	393,00	147,40
Pirambu (SE)	377,64	254,43	303,35	183,74
Canindé de São Francisco (SE)	372,17	284,27	348,69	191,01
São Francisco (SE)	368,57	271,83	295,65	215,22
Paripiranga (BA)	366,27	276,71	410,25	199,30
Itabaianinha (SE)	364,13	256,67	318,11	190,13
Aquidabã (SE)	358,75	295,42	367,24	192,63
Japoatã (SE)	357,50	251,37	293,29	229,10
Itaporanga d'Ajuda (SE)	346,01	218,54	257,03	192,25
Coronel João Sá (BA)	337,34	233,36	302,64	180,95
Conde (BA)	336,53	272,76	366,41	159,59
Araúá (SE)	328,22	262,12	322,56	217,20
Poço Verde (SE)	323,91	298,58	346,95	228,71
Cristinápolis (SE)	322,36	251,23	334,35	154,88
Indiaroba (SE)	314,10	245,35	337,73	189,53
Porto da Folha (SE)	311,22	226,74	280,68	193,94
Monte Alegre de Sergipe (SE)	309,98	225,04	271,32	150,60
Santana do São Francisco (SE)	297,93	265,46	296,86	203,81
Santa Luzia do Itanhy (SE)	279,97	209,21	294,40	181,96
Santa Rosa de Lima (SE)	272,76	231,55	261,22	191,76
Riachão do Dantas (SE)	271,32	233,10	314,60	204,06
Adustina (BA)	267,10	230,57	302,93	186,49
Tomar do Geru (SE)	264,39	232,45	334,73	162,79
Poço Redondo (SE)	263,70	240,19	394,15	173,88
Ilha das Flores (SE)	232,17	236,97	250,15	213,40
Pacatuba (SE)	230,77	243,83	404,84	197,06

Fonte: Censo Demográfico do IBGE 2010. Organizada pela autora, 2022.

Na tabela fica claro como a renda feminina é baixa, em Itaporanga d'Ajuda e Laranjeiras, cidades fora da Região Metropolitana que possuem uma grande concentração de moradoras que trabalham como domésticas em Aracaju, a renda não chega a meio salário mínimo, assim como as três cidades da Bahia, Adustina, Coronel João Sá e Paripiranga, e algumas outras cidades com grande raio de distância da capital: Poço Redondo, Porto da Folha, Nossa Senhora da Glória, Cristinápolis, Tomar do Geru e Santana do São Francisco com mais de 130km de distância de Aracaju.

A tabela 6 também mostra os rendimentos das mulheres rurais e urbanas, achei importante considerar essa diferença de localidade por perceber nas entrevistas que 5 das 6 mulheres entrevistadas moraram ou moravam na Zona Rural. Três delas contaram da situação de pobreza em que viviam nos povoados, Lúcia, por exemplo, conta que em seu povoado só chegou luz e água em 2012, antes as mulheres carregavam água na cabeça, lavavam roupa na fonte e “ia pra roça”. Essa é uma situação comentada por Raquel Rolnik, é comum que em localidades em que falta água as mulheres se desloquem a pé por “vários quilômetros diariamente carregando baldes ou latas” (ROLNIK et al., 2011, p. 15 Apud HELENE, 2019, p. 960), semelhante à situação relatada por Cristiane que na sua infância ajudava sua mãe a transportar os mariscos entre sua casa e a “maré”, “com peso na cabeça”. Pensando nisso, comparei a renda das mulheres urbanas e das rurais e, nesse caso, não considerei Aracaju pois a capital não possui zona rural. Ver figura 26.

Figura 26 - Mapa comparativo de renda de mulheres rurais e urbanas, com ou sem rendimento



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022

Os resultados mostram claramente como a zona rural apresenta menor renda em comparação com a urbana. Em nenhum dos casos a renda média mensal é maior ou igual a um salário mínimo, a maior renda das mulheres urbanas é na cidade de Frei Paulo com R\$477,26⁸⁰, e a maior renda rural é da Barra dos Coqueiros, com R\$454,24, única⁸¹ cidade onde a renda rural é maior do que a urbana. Além disso, a segunda maior renda rural é de R\$298,13, uma diferença de R\$156,11 em comparação com a Barra dos Coqueiros, contudo, quando analisamos a renda das mulheres urbanas a variação dos valores entre as cidades é mínima. Por fim, apenas Ilha das Flores tem renda média mensal de mulheres urbanas menor que meio salário mínimo, enquanto são 51 cidades onde as mulheres rurais possuem rendimento menor que meio salário mínimo, sendo o menor valor de R\$135,39.

Analisar a renda de pessoas com ou sem rendimento pode representar melhor o nível salarial geral, contudo, observar do ponto de vista de quem está empregado também é um aspecto interessante pois retrata mais fielmente a desigualdade de renda por gênero e raça. A tabela 7 mostra esses valores comparando a renda de homens e mulheres e de mulheres brancas e negras. Em vermelho são os rendimentos menores que meio salário mínimo e ordenamento da tabela está em ordem decrescente dos rendimentos dos homens.

Tabela 7 - Rendimento médio nominal mensal de pessoas com 10 anos ou mais, com rendimento na semana da pesquisa.

Cidades	Pessoas com rendimento		Mulheres com rendimento	
	Homens	Mulheres	Brancas	Negras
Aracaju (SE)	2093,96	1456,13	1963,63	1167,41
Carmópolis (SE)	1075,24	555,97	647,46	499,79
Barra dos Coqueiros (SE)	1027,01	705,25	824,17	650,06
Santo Amaro das Brotas (SE)	1007,40	501,92	509,22	447,15
General Maynard (SE)	976,85	519,38	570,25	521,66
Propriá (SE)	908,39	591,87	677,36	548,52
Estância (SE)	897,71	589,84	691,77	535,68
Nossa Senhora do Socorro (SE)	887,93	558,60	593,68	532,15
Itabaiana (SE)	882,54	602,98	720,21	521,03
São Cristóvão (SE)	872,56	594,32	585,40	577,15
Rosário do Catete (SE)	841,74	563,75	549,05	595,72
Maruim (SE)	815,82	468,26	434,33	477,99
Laranjeiras (SE)	810,55	506,88	438,22	572,28

⁸⁰ Salário mínimo de 2010 era R\$510,00

⁸¹ A diferença entre a renda rural e urbana é de quase 120 reais, a outra cidade com renda rural maior é Santo Amaro das Brotas mas a diferença é de 7 reais.

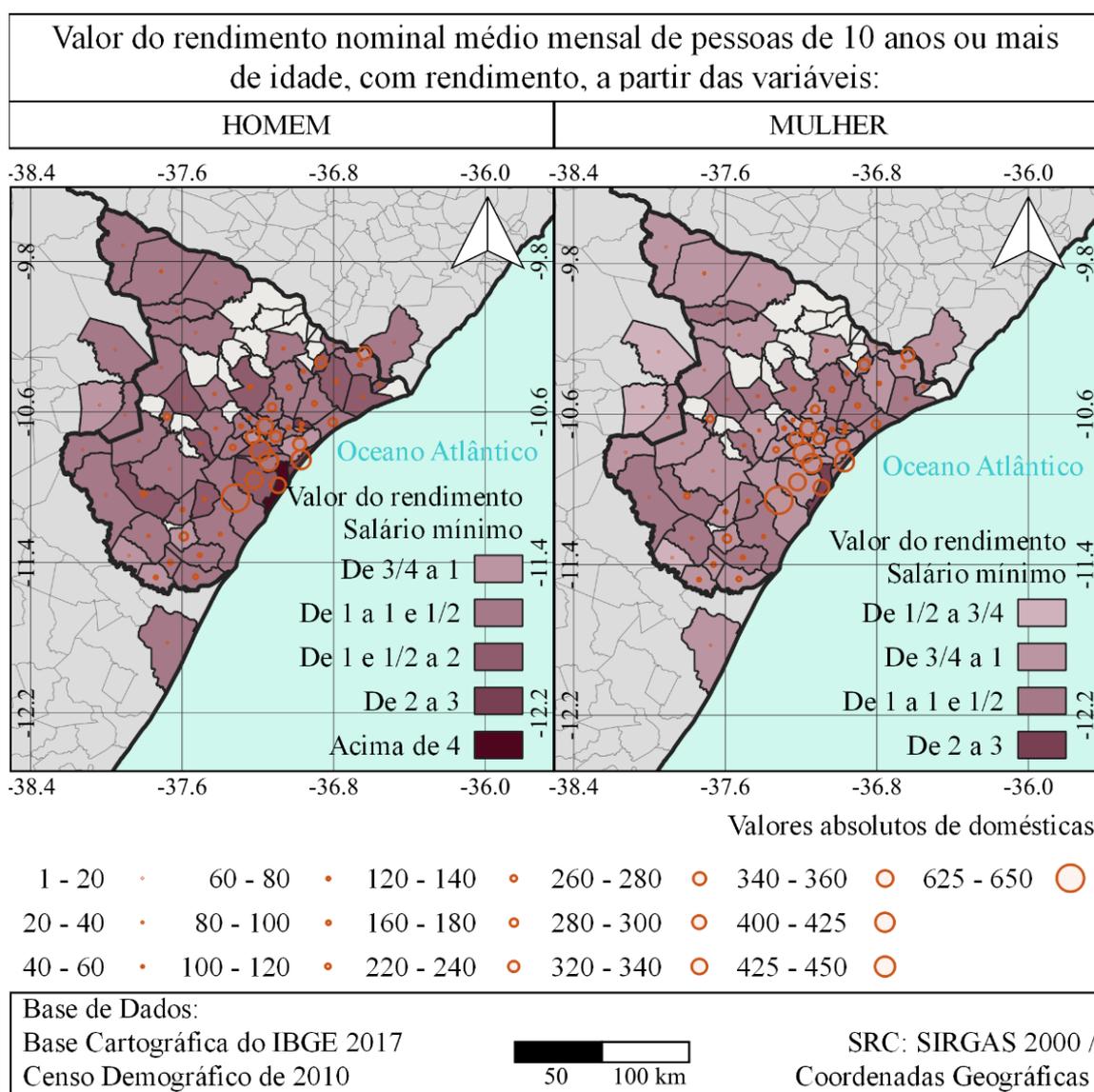
Campo do Brito (SE)	792,20	526,47	583,29	438,27
Penedo (AL)	759,91	585,48	709,46	498,74
Capela (SE)	743,28	592,42	1009,25	468,00
Riachuelo (SE)	734,24	601,32	776,21	495,91
Neópolis (SE)	734,13	522,06	595,04	483,69
Frei Paulo (SE)	729,47	626,12	885,75	492,54
Lagarto (SE)	710,94	521,35	577,96	497,21
Japarutuba (SE)	704,96	526,93	486,95	582,99
Pedra Mole (SE)	690,21	470,48	567,90	513,50
Tobias Barreto (SE)	675,26	525,73	605,33	470,17
Divina Pastora (SE)	664,95	466,62	490,07	466,19
Canindé de São Francisco (SE)	657,61	486,70	648,53	410,66
Pirambu (SE)	656,32	431,92	471,48	401,12
Paripiranga (BA)	656,18	453,60	515,78	426,25
Ribeirópolis (SE)	652,49	512,43	546,97	537,49
Areia Branca (SE)	651,42	475,98	573,04	442,20
Siriri (SE)	650,94	445,48	514,44	427,89
Nossa Senhora das Dores (SE)	648,39	486,49	614,05	385,48
Muribeca (SE)	648,15	464,88	582,52	432,57
Nossa Senhora da Glória (SE)	646,88	520,42	572,58	441,19
Itaporanga d'Ajuda (SE)	629,15	418,35	488,46	401,26
Conde (BA)	628,74	478,56	807,52	410,33
Simão Dias (SE)	622,40	480,19	593,57	408,04
Aquidabã (SE)	613,30	475,48	574,38	371,88
Salgado (SE)	613,19	532,13	630,93	443,15
Boquim (SE)	604,14	473,85	538,13	398,27
Carira (SE)	600,96	443,82	509,53	382,01
São Francisco (SE)	591,48	443,76	524,75	587,75
Porto da Folha (SE)	583,57	388,53	505,71	343,12
Monte Alegre de Sergipe (SE)	581,98	406,85	434,72	377,27
Japoatã (SE)	577,42	397,78	468,84	444,56
Poço Redondo (SE)	550,82	429,26	382,32	556,65
Malhador (SE)	544,26	503,63	595,60	511,10
Indiaroba (SE)	535,84	404,07	402,33	425,52
Umbaúba (SE)	527,63	443,20	496,35	458,24
Coronel João Sá (BA)	525,97	363,05	413,62	362,60
Poço Verde (SE)	521,66	450,90	457,76	436,19
Santa Luzia do Itanhy (SE)	515,16	360,54	383,45	377,50
Pacatuba (SE)	512,35	406,42	416,85	419,02
Itabaianinha (SE)	511,85	401,21	425,35	368,72
Araúá (SE)	509,68	433,95	445,04	376,69
Cristinápolis (SE)	509,38	414,61	474,15	409,59
Santa Rosa de Lima (SE)	508,68	399,30	395,14	408,31
Santana do São Francisco (SE)	492,77	439,28	363,01	434,93
Adustina (BA)	486,33	367,38	408,16	367,88

Ilha das Flores (SE)	468,71	411,29	534,87	357,79
Riachão do Dantas (SE)	442,94	400,68	422,73	392,82
Tomar do Geru (SE)	401,57	372,15	367,61	350,51

Fonte: Censo Demográfico do IBGE 2010. Organizada pela autora, 2022.

Observando a renda de homens e mulheres é perceptível que os rendimentos masculinos são maiores, em nenhuma cidade a mulher ganha mais do que o homem. Além disso, em apenas 8 municípios os homens recebem menos que 1 salário mínimo enquanto as mulheres recebem esse valor em 39 municípios. O percentual do rendimento feminino em comparação ao salário masculino varia bastante, de 49% a 92%, contudo, em um pouco mais de 2/3 das cidades as mulheres recebem entre 60% a 80% do salário dos homens. Ver figura 27

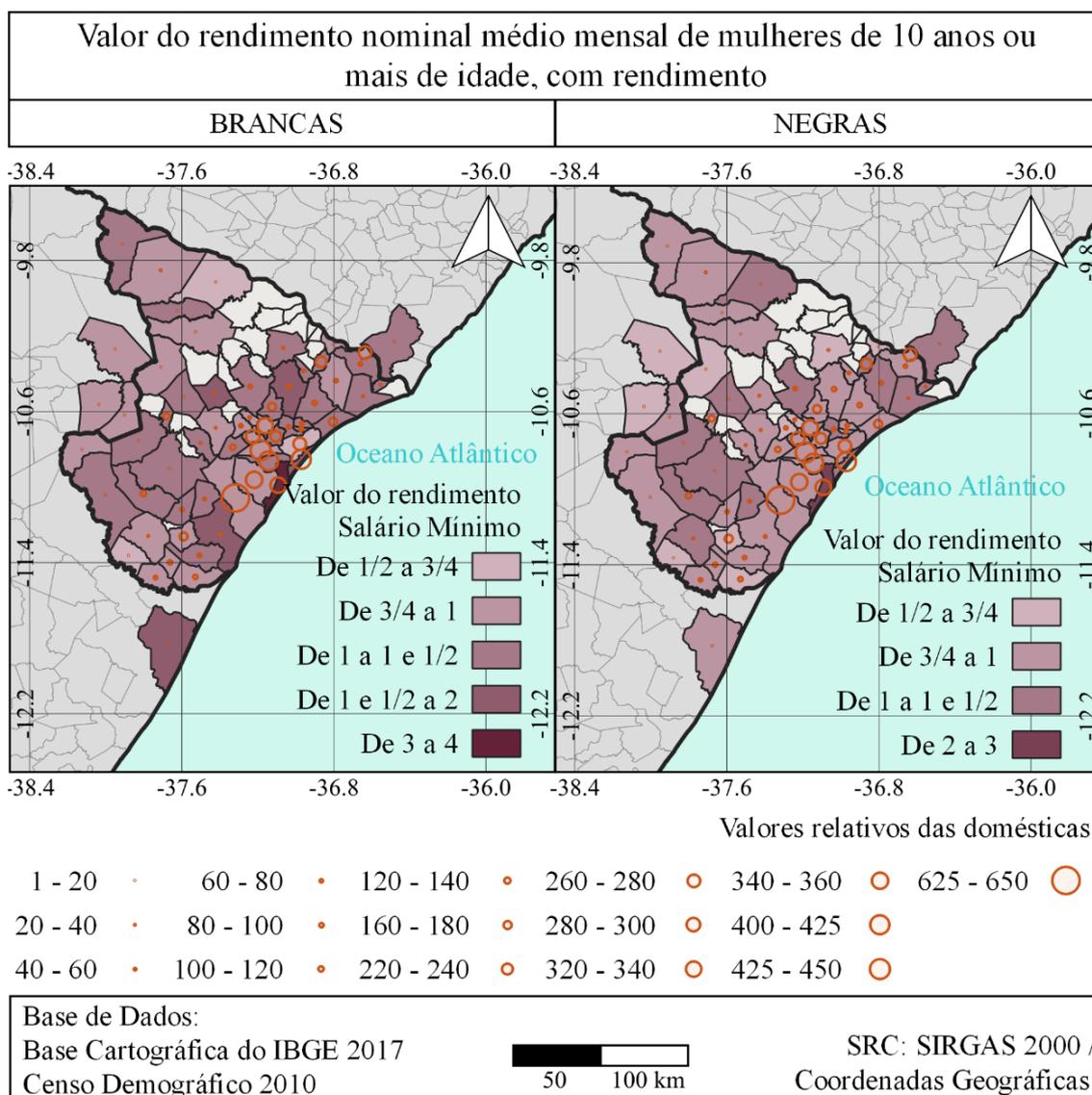
Figura 27 - Mapa comparativo de renda de homens e mulheres com rendimento



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022

Quando olhamos o viés racial, figura 28 e tabela 7, vemos uma variação maior entre o percentual do salário das mulheres negras em comparação com as brancas, entre 46% a 145%. Em 10 municípios as mulheres negras recebem mais do que as brancas, sendo Poço Redondo e Laranjeiras com a maior diferença salarial, acima de R\$130,00, algo que não ocorre quando observado o gênero, as mulheres sempre recebem menos que os homens. Apesar disso, em 44 municípios as mulheres negras têm renda inferior a um salário mínimo, contra 25 municípios onde as mulheres brancas possuem esse mesmo nível salarial. A diferença é mais evidente na capital, onde o rendimento das mulheres brancas chega até 4 salários, enquanto das mulheres negras só alcança 3 salários. Por fim, menos de 1/3 das mulheres negras recebem entre 60% a 80% do salário das mulheres brancas e pouco mais de 1/3 recebe entre 80% a 100%, ou seja, entre gênero a diferença é mais pronunciada, enquanto racialmente a diferença salarial diminui.

Figura 28 - Mapa comparativo de renda de mulheres brancas e negras, com rendimento



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022

Diante dessas informações é evidente que o nível educacional das mulheres e a pobreza se apresenta com mais ênfase nas cidades interioranas, e por isso a migração se torna uma realidade para essas trabalhadoras que buscam emancipação financeira e melhoria de vida. Além disso, a diferença salarial entre homens e mulheres é mais evidente do que entre as mulheres negras e brancas, principalmente nas cidades do interior, a diferença geralmente é mais perceptível na capital sergipana. Talvez, o fato de os municípios interioranos terem menos oportunidades de trabalho abranja as mulheres de modo geral, sem tanta distinção entre cor, e em Aracaju essa situação racial se apresenta com mais ênfase, mostrando que quando existem mais possibilidade de trabalho são as mulheres brancas que conseguem alcançar melhores remunerações. É necessário levar essas observações também para a Região Metropolitana e analisar essas particularidades nas cidades limítrofes de Aracaju, e o próximo tópico focará nessa região.

2.3 Região metropolitana

Como foi mostrado na tabela 3 e 4 a Região Metropolitana tem uma parcela expressiva de domésticas trabalhando em Aracaju, 27% do total quando olhamos o valor absoluto, e um número ainda maior quando observado os valores relativos à população feminina, maior inclusive do que a própria capital. A tabela 8 mostra os valores absolutos de cada cidade que compõe a RM e fica evidente que a maioria das domésticas que trabalham em Aracaju e moram nessa localidade são da cidade de Nossa Senhora do Socorro, com 64,07%, e a Barra dos Coqueiros aparece com 9,81% porcentagem baixa considerando as demais cidades, inclusive, em números absolutos é mais baixo do que Itaporanga D’Ajuda e Laranjeiras, cidades do interior e que não fazem parte da Região Metropolitana.

Tabela 8 - Porcentagem das residências das domésticas entre as cidades da Região Metropolitana

Região	Total Ind.	Porcentagem
Barra dos Coqueiros	53	9,81%
N. S. do Socorro	346	64,07%
São Cristóvão	141	26,11%

Fonte: Organizada pela autora, 2021

O baixo número de domésticas vindo da Barra poderia ter relação com uma população menor com relação às demais cidades da RM, por isso foi feito os valores relativos pela população utilizando uma taxa por 100 mil habitantes, e, dessa forma, as taxas entre as cidades ficaram com valores mais equiparados, a tabela 9 mostra esses números. Nossa Senhora

do Socorro continua com a maior concentração, 419 domésticas para cada 100 mil habitantes, entretanto, diferentemente dos valores absolutos, São Cristóvão ficou com concentração menor do que a Barra dos Coqueiros que ficou com a taxa muito semelhante à de Socorro.

Tabela 9 - Taxa por 100 mil habitantes das cidades da Região Metropolitana

Região	População Mulheres 2020	Taxa por 100 mil hab.
Barra dos Coqueiros	12764	415
N. S. do Socorro	82540	419
São Cristóvão	40465	348

Fonte: Censo Demográfico do IBGE 2010. Organizada pela autora, 2021

Por conta dessa alta concentração de domésticas, é importante olhar para essa localidade com atenção para entender os motivos por trás desse número elevado. Conhecendo a história dessa região surge a hipótese que a grande quantidade de trabalhadoras domésticas residindo nessa localidade é decorrente da chegada de muitos migrantes empobrecidos, principalmente a partir da década de 1980, que se estabeleceram nas cidades vizinhas a Aracaju.

Além disso, com a construção de conjuntos habitacionais nessas cidades houve um incentivo à migração e ao recebimento dessa população na Região Metropolitana e essas informações se cruzam com os dados encontrados na coleta feita na Casa da Doméstica, quando observamos a localidade exata da residência das mulheres cadastradas notamos que praticamente 80% das domésticas de Nossa Senhora do Socorro mora nos conjuntos habitacionais e só 1/5 na sede. E, em São Cristóvão vemos uma proporção mais igualitária entre sede e conjuntos, praticamente meio a meio, ver tabela 10.

Tabela 10 - Divisão entre sede e conjuntos de N. S. do Socorro e São Cristóvão, das residências das domésticas

	N. S. Do Socorro		São Cristóvão	
	Sede	Conjunto/ Povoado	Sede	Conjunto/ Povoado
Valores Absolutos	70	276	72	69
Porcentagem	20,23%	79,77%	51,06%	48,94%

Fonte: Organizada pela autora, 2021

Talvez essa diferença entre conjunto e sede ocorra pelo menor número de conjuntos são cristovenses próximos de Aracaju em comparação com Socorro, apesar disso, é interessante perceber como é expressiva a população nesses conjuntos próximos à capital. Para entender melhor o porquê disso, esse subcapítulo abordará como ocorreu a formação dessas cidades, como essa construção da RM atraiu e acomodou os migrantes que vinham em busca da capital,

como as domésticas se distribuem nesse espaço e por fim, mostrará a relação entre a concentração de domésticas com os dados socioeconômicos.

2.3.1 A um passo da capital

A Região Metropolitana de Aracaju, principalmente São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro receberam boa parte dos migrantes em busca de melhoria de vida na capital, a questão financeira e o valor da terra são os principais motivos para isso, contudo, o fato desses dois municípios terem tido investimentos para a construção de conjuntos habitacionais também foi crucial para absorver essa população que pretendia se mudar dos interiores do estado para Aracaju. Por conta disso, os interesses capitalistas avançaram para além dos limites urbanos da capital sergipana e o setor imobiliário atuou amplamente nessas cidades. Como o arquiteto Vinícius Rodrigues (2017) elucida:

Os municípios limítrofes à Aracaju, entre eles Nossa Senhora do Socorro, passaram a ser objetos da expansão comandada pela capital do estado, desencadeada pelo crescimento populacional e pelo desenvolvimento econômico fruto de uma política nacional. Esses núcleos na periferia apareceram, dessa forma, como alternativas para abrigar o excedente populacional que cada vez mais se dirigia à Aracaju e como formas de expansão da própria capital, que guardava seus terrenos à espera de valorização e espraiava-se em direção aos seus limites:

Assim, a partir da década de 70, a COHAB já encontra dificuldades quanto à aquisição de terrenos para implantação de conjuntos habitacionais em Aracaju. O poder político mostra-se frágil diante dos proprietários fundiários urbanos e, ao invés de fazer valer a função social da terra, vai empurrando a cidade para áreas mais distantes, iniciando, assim, a aquisição de terrenos nos municípios limítrofes: São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e, posteriormente, Barra dos Coqueiros. (FRANÇA, 1999, p. 84-85). (RODRIGUES, V. 2017, p.34).

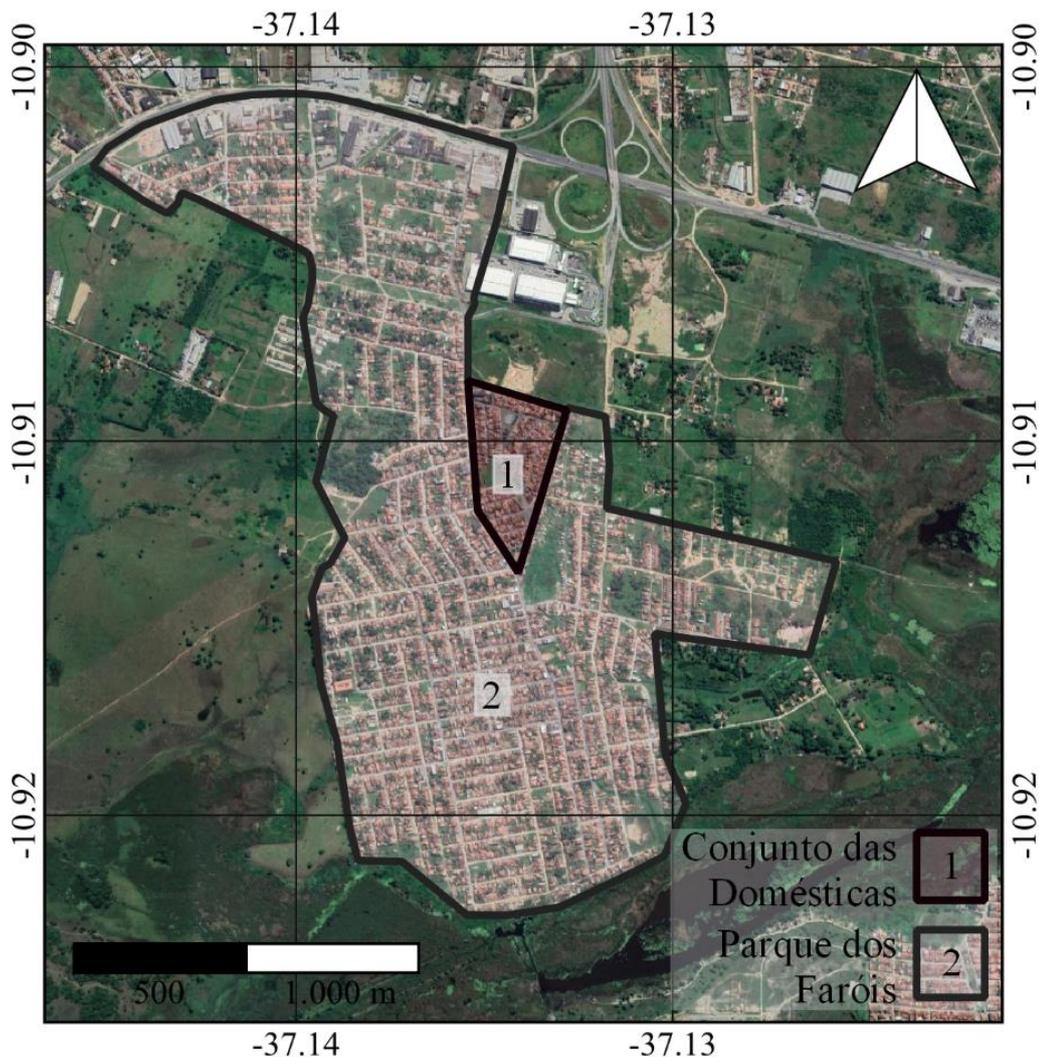
Rodrigues, V. (2017) detalha que a construção de grandes rodovias, o parcelamento de terra e o surgimento de novos loteamentos foram os principais fatores que fragmentaram o território de Nossa Senhora do Socorro, a partir da década 1970. Esses novos loteamentos eram instalados próximos às rodovias que se conectavam com Aracaju e distantes da sede municipal, “citam-se: Pai André, em 1975; a primeira etapa do Parque dos Faróis, em 1978; e o Povoado Sobrado, ao Sul do município, em 1978.” (RODRIGUES, V. 2017, p.29). Depois desses loteamentos, o primeiro conjunto habitacional construído pela COHAB no município foi o Conjunto Célia Cabral Duarte em 1981, ver figura 29, conhecido como Conjunto das Domésticas:

De acordo com os dados coletados na CEHOP⁸² (2016), o Conjunto Célia Cabral Duarte, construído em duas fases, teve sua primeira etapa concluída em setembro de 1983, entregando 200 unidades habitacionais. A segunda etapa, finalizada em junho de 1985, entregou 197 residências. Este conjunto foi implantado em um terreno doado

⁸² Antiga COHAB

pela Fundação Manoel Cruz, próximo às vizinhanças do loteamento Parque dos Faróis. A doação resultou em um barateamento do custo final da residência e tornou propícia sua aquisição pelas empregadas domésticas, sendo justamente esta categoria de trabalhadoras o público-alvo da implantação do conjunto (FRANÇA, 1999, p. 108-109 Apud RODRIGUES, V. 2017, p.29).

Figura 29 - Localização do Conjunto das Domésticas



Fonte: Google Earth, Bases cartográficas contínuas de 2017. Desenvolvido pela autora, 2022

A atual presidente do Sindomésticas, Maria Aparecida Santos (2021), conta que esse Conjunto foi uma grande conquista da Associação das Domésticas em 1981. A presidente relatou praticamente as mesmas informações mostradas na citação anterior, que a construção iniciou em 1981 e acabou em 1985, que fica localizado no bairro Parque dos Faróis e que o terreno foi uma doação e, por isso o custo final da obra saiu mais barato e as casas ficaram mais acessíveis para as empregadas domésticas. A única diferença entre a citação e a entrevista de Maria Santos (2021) é sobre quem doou o terreno, a presidente diz que a propriedade foi cedida pelo Bispo da Diocese de Aracaju, Dom Luciano e não pela Fundação Manoel Cruz. Em

pesquisa na internet não encontrei nenhuma informação sobre essa fundação apenas a localização, na praça da Olímpio Campos, onde fica a Catedral Metropolitana de Aracaju, logo conclui que essa fundação pode ter relação com a Igreja Católica. Maria Santos (2021) relata que 200 domésticas que faziam parte da associação conseguiram a residência, mas só foram beneficiadas as que tinham filhos, além disso, a documentação da casa era em nome da mulher, podendo ser passada para filhas, sobrinhas e em caso de venda a negociação também ocorria entre mulheres.

A construção de conjuntos em Nossa Senhora do Socorro se iniciou próximo aos loteamentos que se localizavam às margens das rodovias BR 101 e BR 235, e segundo Rodrigues, V. (2017b, p.28) esse processo “tanto contribuiu para a ocupação e a urbanização do território, como tornou-se refúgio para a população interiorana que buscava, sobretudo em Aracaju, melhores condições de vida”.

Todavia, apesar dessa localidade ter começado a ser povoada primeiro, é o Complexo Habitacional Taiçoca que hoje abriga o maior contingente populacional de seu município, são “20 mil unidades habitacionais” que abrigam “uma população em torno de 125 mil habitantes” (RODRIGUES, V. 2017, p.35), correspondendo a 70% da população total estimada no município no ano de 2016⁸³. A proposta para a construção desse complexo surgiu com o objetivo de abrigar a população que trabalharia no Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro. O Distrito não foi construído como planejado, mas o complexo habitacional recebeu uma grande quantidade de pessoas que trabalhavam em Aracaju e buscavam uma localidade mais barata para morar.

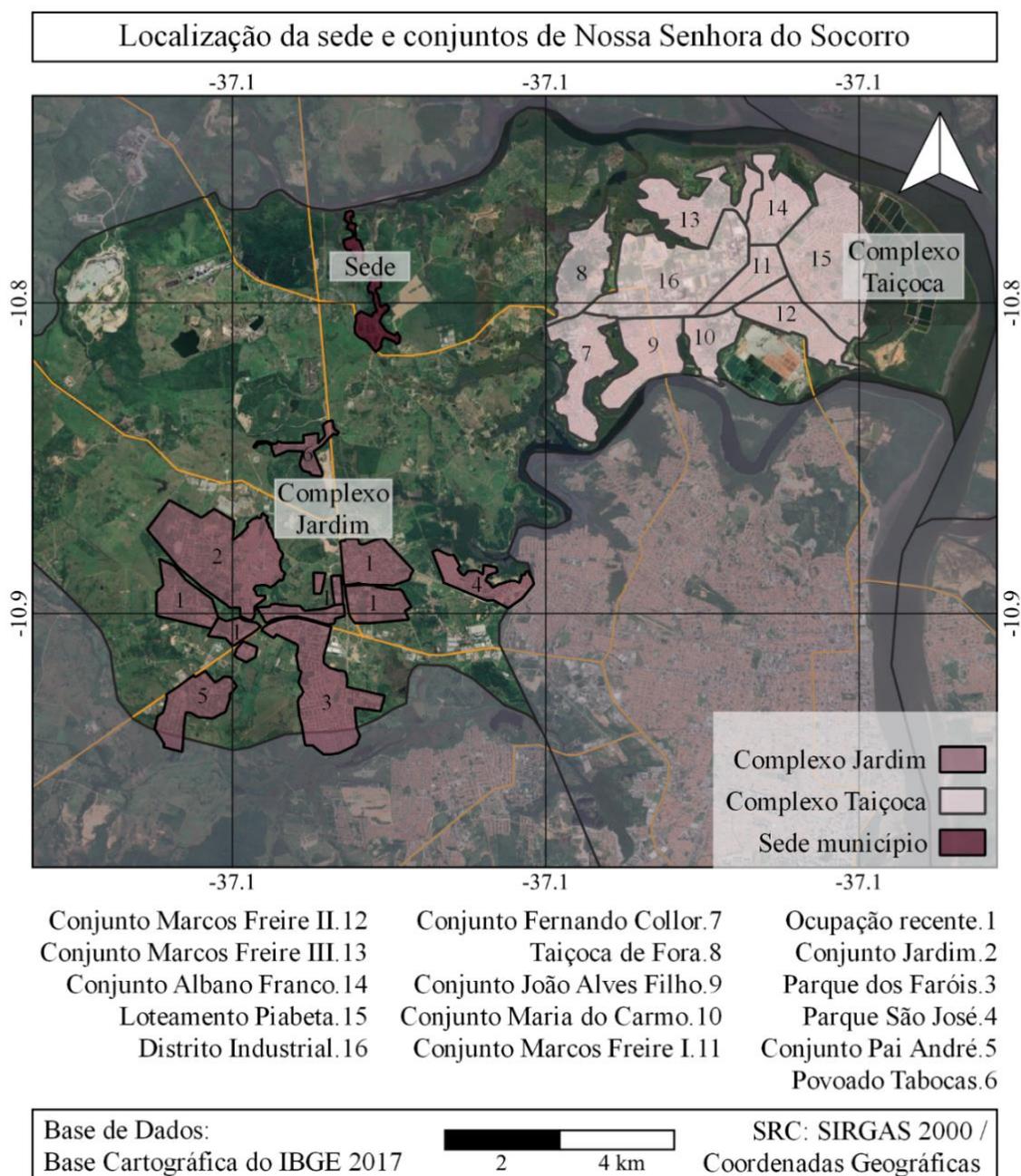
Ao chegarem em Aracaju, adquiriram casas localizadas nos conjuntos habitacionais da própria cidade, tendo muitos que repassar as casas por não conseguirem pagar as prestações. Muitas dessas famílias migraram para o entorno de Aracaju, para conjuntos onde a prestação era menor ou, mesmo, para os loteamentos localizados no entorno dos conjuntos (FRANÇA, 1999, p. 84 Apud RODRIGUES, V. 2017, p.34)

O Complexo Habitacional Taiçoca é composto pelos conjuntos Marcos Freire I, II e III, Albano Franco, Fernando Collor e João Alves Filho, Loteamentos Piabeta e São Braz e o povoado rural Taiçoca de Fora. A localização do complexo é afastada de sua sede municipal e próxima da zona limítrofe de Aracaju e como Rodrigues, V. (2017, p.37) define, o complexo habitacional é a “nucleação mais importante do município e onde se concentram as principais

⁸³ Município de Nossa Senhora Do Socorro – SE. **Prefeitura em Pauta**. Disponível em <https://www.prefeituraempauta.com.br/cidade/2741/sergipe/nossa-senhora-do-socorro.html#:~:text=Município%20de%20Nossa%20Senhora%20Do%20Socorro%20-%20SE,-Nossa%20Senhora%20Do&text=Em%202015%20o%20total%20de,estimada%20foi%20de%20181.928%20habitantes>. Acesso em 22 de nov. 2022

transformações responsáveis pela grande dinamização experimentada por Nossa Senhora do Socorro nas últimas três décadas”. Diante disso, Socorro tem três divisões principais, sua sede, os conjuntos e loteamentos próximos às rodovias federais que chamarei de Complexo Jardim e o Complexo Taiçoca, como mostra a figura 30.

Figura 30 - Mapa com localização dos conjuntos e sede de N. S. do Socorro

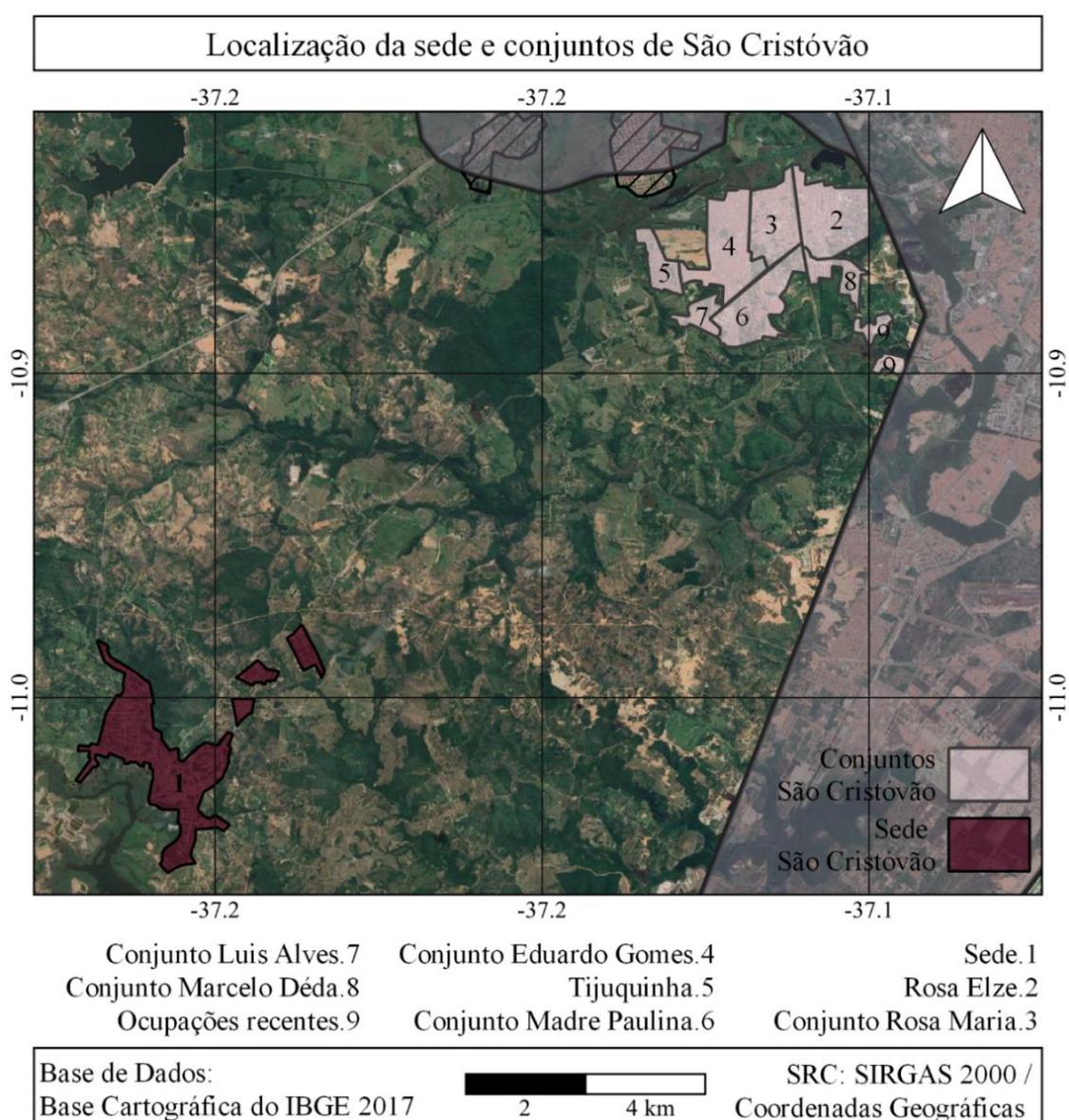


Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022

Em São Cristóvão a atuação da COHAB começou em 1984 com a construção do primeiro conjunto habitacional, o Eduardo Gomes, com 3.109 unidades habitacionais e localizado a “4 km do Campus Universitário e a 6 km da malha urbana de Aracaju”

(MENEZES, 2011, p.3). No caso da Cidade Mãe, antes mesmo da atuação da COHAB, se iniciou um parcelamento do solo e formação de alguns loteamentos próximos de onde seria construída a Universidade Federal de Sergipe (UFS) em São Cristóvão. A transferência do Campus Aracaju para o novo Campus Cidade Universitária em 1981 gerou um crescimento populacional na área e também houve uma valorização dos terrenos próximos da Federal, e assim, a região se transformou em “objeto da especulação imobiliária”, por conta disso, houve “a intensificação de dois loteamentos periféricos, o Jardim Rosa Elze e o Jardim Rosa Maria.” (MENEZES, 2011). Ver figura 31:

Figura 31 - Mapa da localização da sede e conjuntos de São Cristóvão



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022

O bairro Rosa Elze “está localizado [...] a 4 km de Aracaju e a 14 km da sede

municipal [...], trata-se duma região inserida em perímetro urbano, porém, completamente destacada da área urbana da sede, e muito mais ligada à região periférica de Aracaju”. (MENEZES, 2011, p.1). O crescimento populacional que se iniciou nesse bairro após a instalação da UFS foi muito alto e se tornou a região mais populosa de São Cristóvão, com aproximadamente 50 mil habitantes, segundo o pesquisador. O bairro é composto por vários loteamentos e conjuntos, e forma com o Eduardo Gomes uma centralidade de serviços e comércios atualmente.

O sergipano Cássio Menezes (2011), especialista em gestão urbana e planejamento municipal, relata que essas duas localidades foram beneficiadas por infraestruturas trazidas pelo poder público após a mudança do campus para São Cristóvão, foram feitas melhorias no acesso a transporte e de novos empreendimentos, e além de valorizar o solo da Cidade Mãe, também valorizou as terras de Aracaju, “pois o processo de parcelamento da zona rural de São Cristóvão para fins urbanos proporcionou o aparecimento de loteamentos e conjuntos habitacionais nas áreas limítrofes com a capital” (MENEZES, 2011 p.3). Menezes (2011) conta que a localização do terreno para a construção da Universidade Federal foi escolhida com esse objetivo:

De acordo com Lima (2006), a escolha da área para construção do Campus Universitário, obedecia a uma proposta de metropolização vigente a época, a qual consistia na construção de conjuntos habitacionais para diminuir o déficit habitacional de Aracaju e, concomitantemente, reduzir a concentração de pessoas na capital, acentuando ainda mais a especulação imobiliária na região. Logo:

O avanço habitacional direcionado pelo município de Aracaju sobre as terras circunvizinhas do município de São Cristóvão fazia parte do processo de pré-metropolização da cidade de Aracaju, onde se observa com bastante clareza ser esta uma estratégia para valorização do solo da capital. (SOUZA, 2005, p.97). (MENEZES, 2011, p.2)

Até o momento fica evidente como o Poder Público atuou em favorecimento do mercado imobiliário na capital e nessas duas cidades vizinhas. Aracaju estava recebendo uma grande migração de pessoas após a implantação da Petrobrás e o aumento da industrialização, porém na lógica de capitalista a terra se torna uma mercadoria e quanto mais próximo da malha urbana com boa infraestrutura mais cara se torna a moradia naquele espaço. Por isso os conjuntos habitacionais em Socorro e em São Cristóvão foram os grandes receptores da população mais pobre que migrou para trabalhar na capital sergipana, Nossa Senhora do Socorro inclusive teve um aumento populacional enorme num período de 10 anos. Em 1980 possuía “13688 habitantes (cerca de 1,20% da população total do estado)” e em “1991, este município passa a abrigar 67.574 habitantes, uma variação extraordinária de 393,67% em relação à década anterior e participação de 4,53% do total da população sergipana”. (RODRIGUES, V. 2017, p.37)

O dado evidencia a forte corrente migratória que levou até Nossa Senhora do Socorro um contingente populacional excedente que procurava, sobretudo em Aracaju, melhorias de vida, emprego e moradia. As condições encontradas na capital, como já dito, tornaram-se uma barreira para a população interiorana que para lá se dirigia, restando aos migrantes a ocupação dos terrenos aos arredores de Aracaju. (RODRIGUES, V. 2017, p.37)

Em outro momento o autor reafirma:

Nesta conjuntura, Nossa Senhora do Socorro se estabeleceu como um grande polo de pobreza, conforme atraiu parte das correntes de migração da população pobre que se dirigia à Aracaju, mas que era obrigada, diante das condições encontradas na capital e pela ação desenvolvida pelo Estado através da COHAB/SE, a ocupar tais áreas. (RODRIGUES, V. 2017, p.43)

Com essas informações fica claro o motivo da concentração de domésticas na Região Metropolitana ser maior do que em Aracaju, e, como o autor explica, os loteamentos em torno da UFS, das rodovias e com a construção do Complexo Taiçoca uma grande massa de trabalhadores migrou para esses polos. Diante disso, desenvolvi um mapa mostrando a concentração de domésticas residentes em cada um desses polos e também em cada conjunto/loteamento/bairro das cidades metropolitanas. A figura 32 demonstra o comparativo dessa concentração e tabela 11 mostra todos os valores absolutos, não foi feito os valores relativos por não ter dados populacionais de cada região analisada.

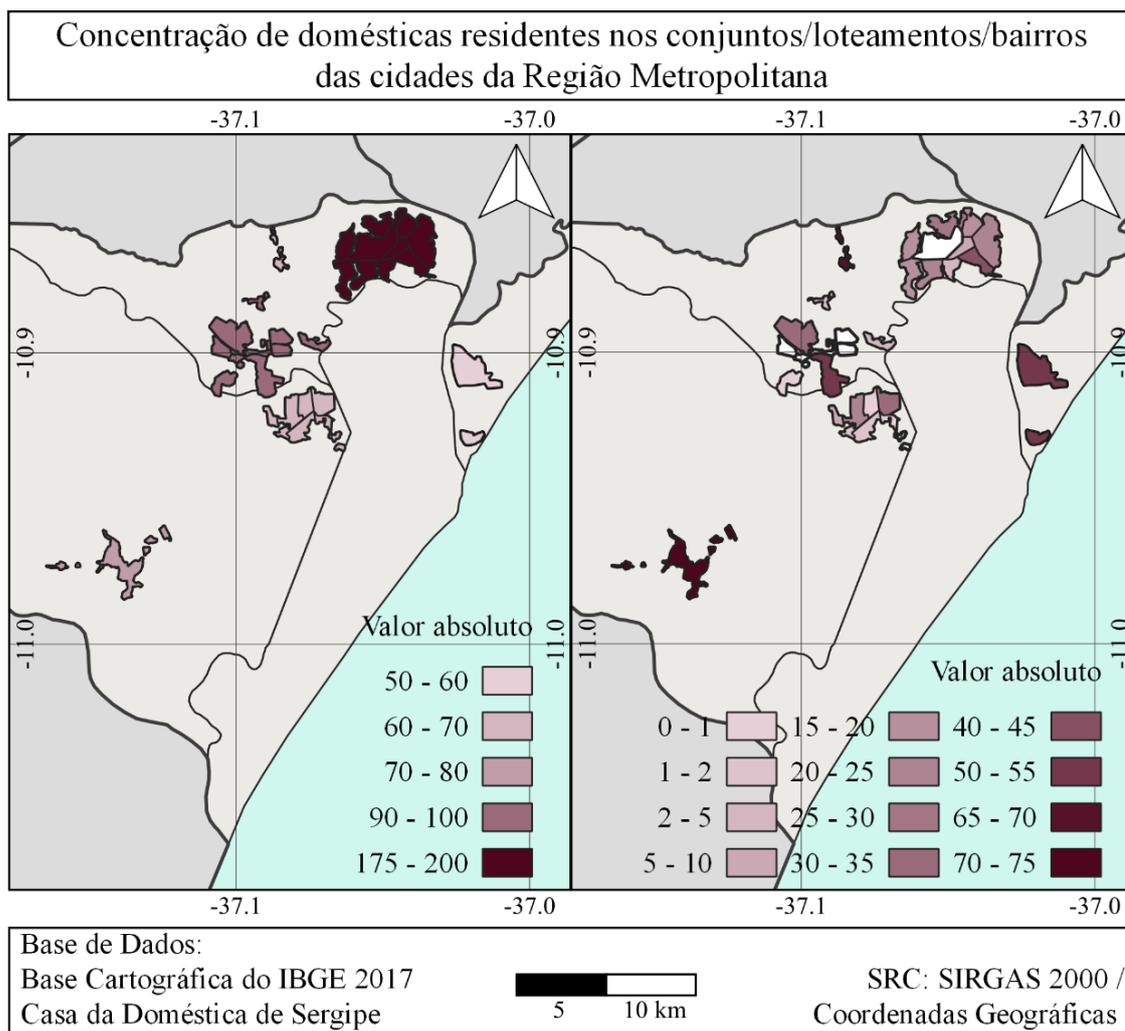
Tabela 11 - Concentração de domésticas por setor e conjunto/loteamento/bairro da Região Metropolitana.

Bairro/Conjunto	Quantidade Domésticas	Setores	Quantidade
Barra Dos Coqueiros	53	Sede	53
Conj. Albano Franco	17	Complexo Taiçoca	183
Conj. Piabeta	23		
Conj. João Alves	23		
Conj. Maria Do Carmo	5		
Conj. Fernando Collor	20		
Conj. Marcos Freire 1	9		
Conj. Marcos Freire 2	42		
Conj. Marcos Freire 3	28		
Taiçoca De Dentro	16	Complexo Jardim e Parque Dos Faróis	93
Parque Dos Faróis	51		
Lot. Pai André	1		
Pov. Tabocas	2		
Lot. São José	5		
Conj. Jardim	34	Sede	70
N. S. Do Socorro	70		
Rosa Elze	32		
Conj. Rosa Maria	1		
Conj. Luis Alves	2	Conjuntos UFS	69

Conj. Madre Paulina	2		
Conj. Marcelo Deda	1		
Conj. Eduardo Gomes	23		
Tijuquinha	8		
São Cristóvão	72	Sede	72

Fonte: Casa da Doméstica. Organizada pela autora, 2022

Figura 32 - Concentração de domésticas nos conjuntos/lotamentos/bairros e sede das cidades da Região Metropolitana



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022

O mapa deixa claro que a maior concentração está no Complexo Taíçoca, provavelmente por ser uma região com grande contingente populacional, como não foram encontrados os dados populacionais de cada região não é possível ter o valor relativo, contudo, fica evidente que grande parte das domésticas da RM moram nesses conjuntos próximos à capital. Além disso, não foram encontrados dados socioeconômicos de cada localidade e por isso essa análise será feita o município como um todo. Outro detalhe importante é que além das

três cidades da RM, Itaporanga D’ajuda e Laranjeiras apresentaram taxas por 100 mil habitantes bastante expressivas, inclusive, maiores do que as da Região Metropolitana e por isso, o próximo subcapítulo analisará os dados gerais de Aracaju e RM, junto de Itaporanga e Laranjeiras que demandam essa atenção pela elevada concentração de domésticas em seus municípios.

2.3.2 Grande Aracaju + Itaporanga e Laranjeiras

A porcentagem de mulheres que vem do interior para Aracaju dentro do raio de 30km é de 42,60%, como mostrado na tabela 5, e aqui dou destaque para Itaporanga e Laranjeiras que em números absolutos têm mais mulheres cadastradas do que Barra dos Coqueiros. Pensando nisso, fiz uma tabela com essas duas cidades do interior e com as cidades da Região Metropolitana comparando as distâncias entre a sede desses municípios até Aracaju (considerando a Rodoviária Nova⁸⁴ como o ponto final em Aracaju) e comparando os valores absolutos de domésticas nessas localidades (sendo considerado em São Cristóvão e Socorro apenas a quantidade de mulheres que moram na sede do município pois é o ponto mais distante para a capital). Ver o mapa da figura 33 e tabela 12.

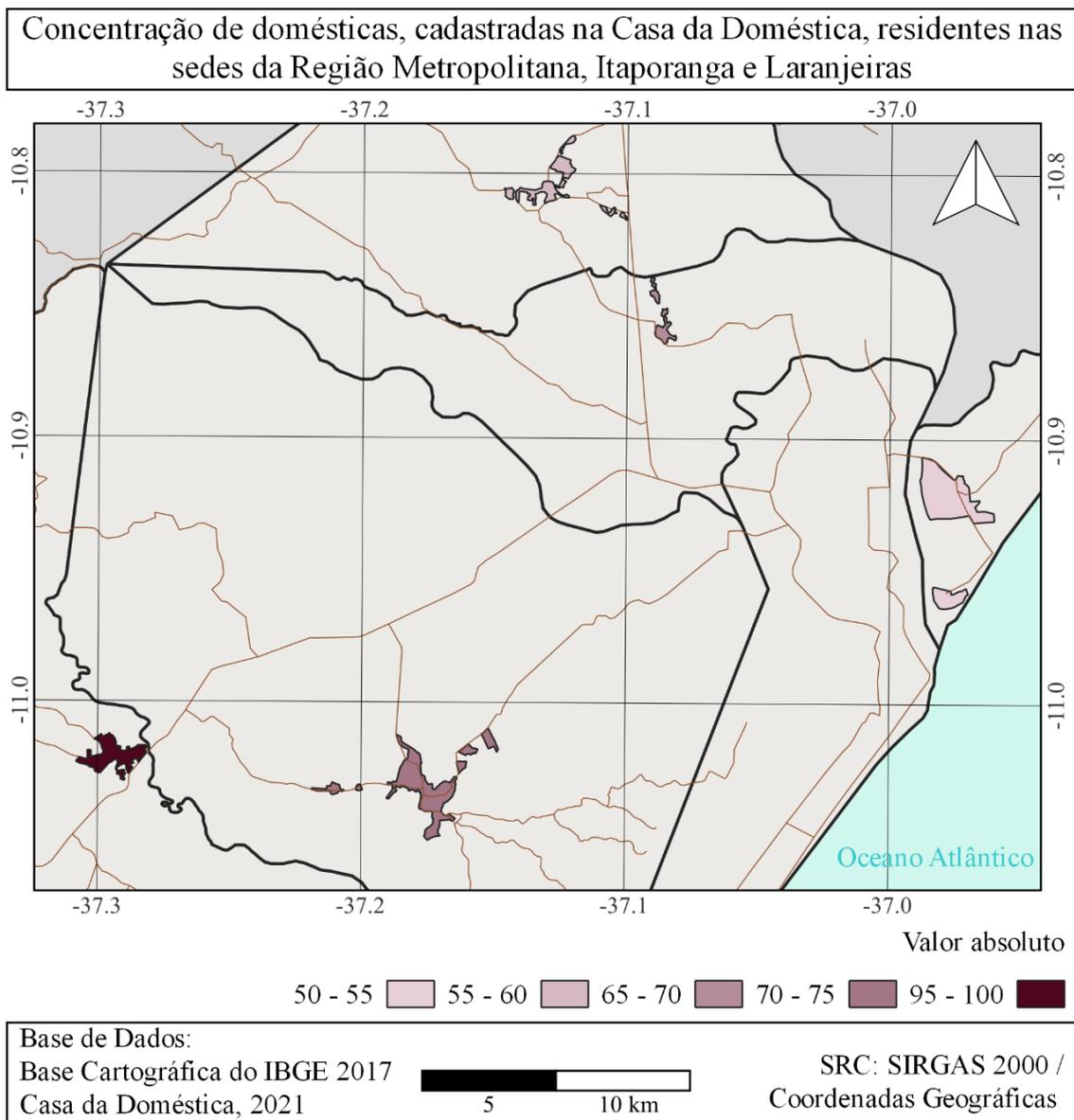
Tabela 12 - Comparação da distância e quantidade de domésticas entre Itaporanga e Laranjeiras para Aracaju com a distância das sedes da Região Metropolitana para Aracaju

Cidade	Valor Absoluto	Km sede para Aracaju
Barra dos Coqueiros	53	15km
São Cristóvão (Sede)	72	20km
N. S. do Socorro (Sede)	70	14km
Laranjeiras	59	20km
Itaporanga D’Ajuda	98	30km

Fonte: Organizada pela autora, 2021

Figura 33 - Localização e concentração de domésticas nas sedes das cidades da Região Metropolitana, Itaporanga e Laranjeiras.

⁸⁴ Terminal Rodoviário José Rollemberg Leite, conhecido como Rodoviária Nova, fica localizado na Zona Oeste e recebe ônibus das cidades interioranas e também os ônibus integrados da Grande Aracaju.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2021

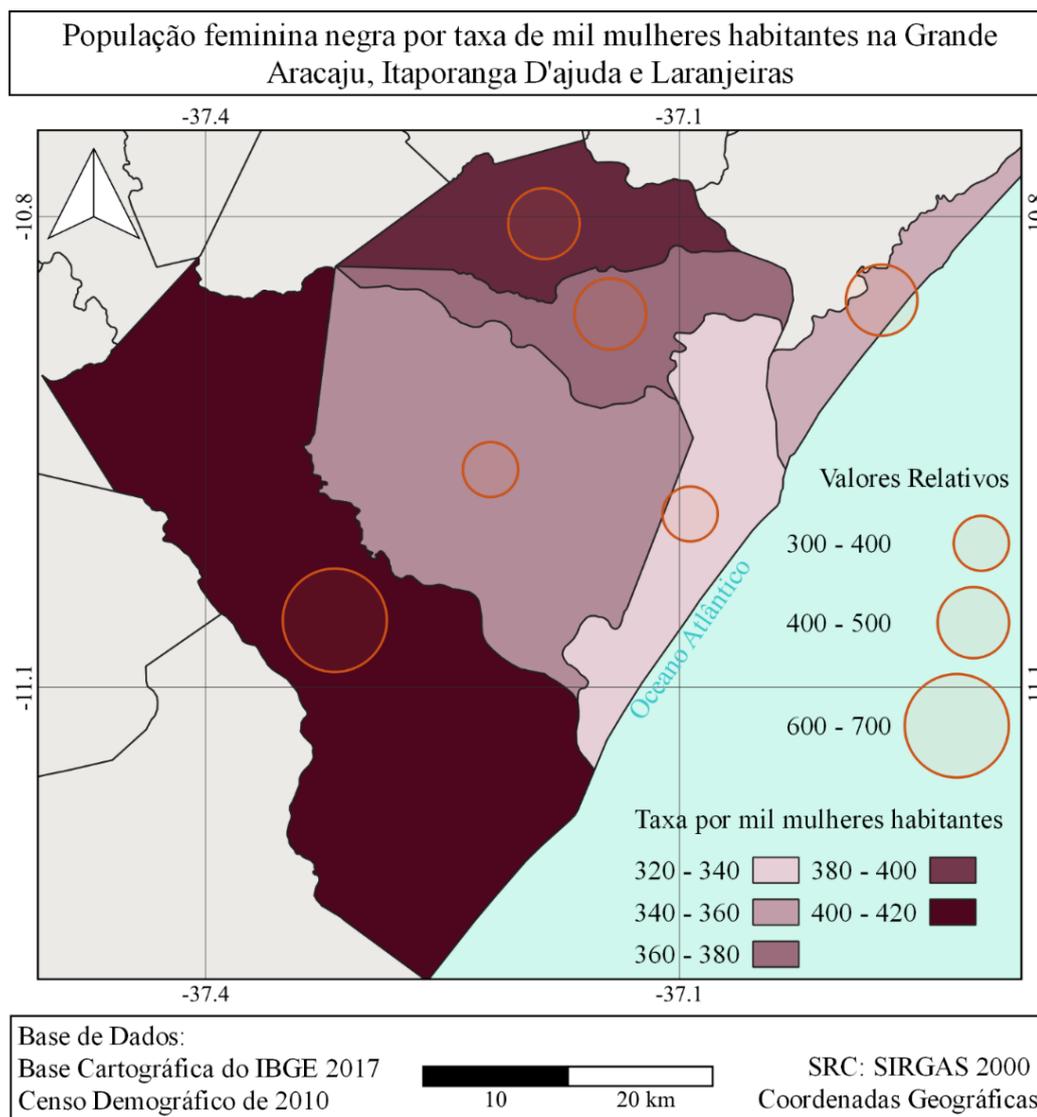
Com essa tabela 12, constatamos que Laranjeiras tem uma distância um pouco maior comparado com a Barra e ainda assim tem número maior de domésticas. Já Itaporanga possui a maior distância entre a sede e a capital, e fica bem claro no mapa da figura 33, e ainda assim o número de domésticas é maior do que todas as cidades comparadas. É importante ressaltar também que não é apenas a distância que deve ser considerada, pois o meio de transporte para chegar a Aracaju é diferente entre as cidades da Região Metropolitana e as demais. No caso de Itaporanga e Laranjeiras o transporte intermunicipal não está integrado com o sistema de transporte público de Aracaju, o que significa pagar duas passagens para chegar ao destino final na capital, diferentemente da Barra, Socorro e São Cristóvão que tem um sistema integrado e as domésticas só pagam uma passagem mesmo que precise pegar mais de

um ônibus para ao trabalho. Também é possível que estas mulheres utilizem o táxi lotação organizado por cooperativas.

É fato que nem todas as domésticas que trabalham em Aracaju possuem cadastro na Casa da Doméstica, logo essa concentração de mulheres cadastradas em determinada cidade pode significar que mais domésticas daquela região conhecem a Casa, e mostra uma relação de solidariedade entre as mulheres que ao conhecer a Casa da Doméstica indica para outras pessoas. Inclusive no momento do levantamento era comum encontrar duas ou três fichas seguidas de pessoas residentes na mesma cidade o que pode indicar que algumas delas iam juntas para fazer o cadastramento.

Para complementar o estudo, foram traçados comparativos dos dados dessas cidades com dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, a análise também se estende à capital (o próximo capítulo apresentará as informações por bairro). O mapa da imagem 34 mostra a população de mulheres negras desses municípios pela taxa de mil habitantes mulheres. Percebemos que Itaporanga d’Ajuda tem a maior população negra por 100 mil habitantes e Aracaju a menor o que pode justificar a maior taxa de domésticas de uma em comparação com a outra, assim como Laranjeiras que vem em segundo lugar.

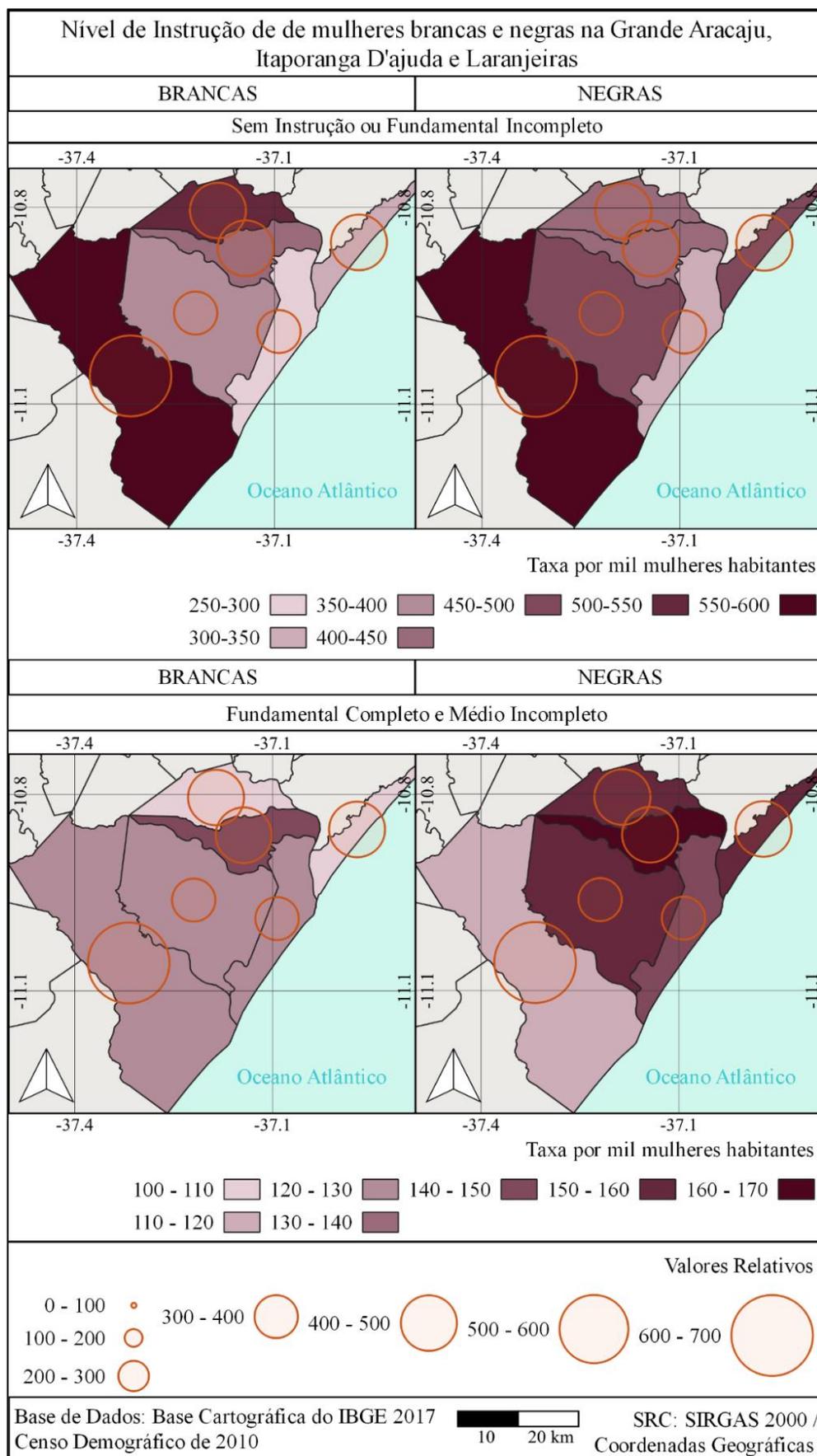
Figura 34 - Mapa com a concentração da população negra na Grande Aracaju, Itaporanga e Laranjeiras.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022

Também foi destacado o nível de instrução das mulheres nessas seis cidades, Aracaju apresenta os melhores índices, tendo as menores taxas de mulheres sem instrução e ensino fundamental incompleto e as maiores com ensino médio completo e superior completo. Laranjeiras e Barra dos Coqueiros apresentam os maiores índices de mulheres brancas sem instrução e ensino fundamental incompleto com certa distância das demais cidades, mas quando analisado as mulheres negras com esse mesmo nível de instrução todas os municípios apresentam taxas semelhantes por exceção de Aracaju. Outro dado que chamo a atenção é a discrepância entre a capital e as demais cidades quando o nível de instrução é o superior completo e ressalto a diferença na capital de mulheres negras e brancas que completaram a faculdade. O mapa da figura 35 e a tabela 13 apresentam todos os dados sobre os níveis de instrução nas 6 cidades comparadas.

Figura 35 - Mapas comparando o nível de instrução das mulheres brancas e negras na Grande Aracaju, Itaporanga D'ajuda e Laranjeiras.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022

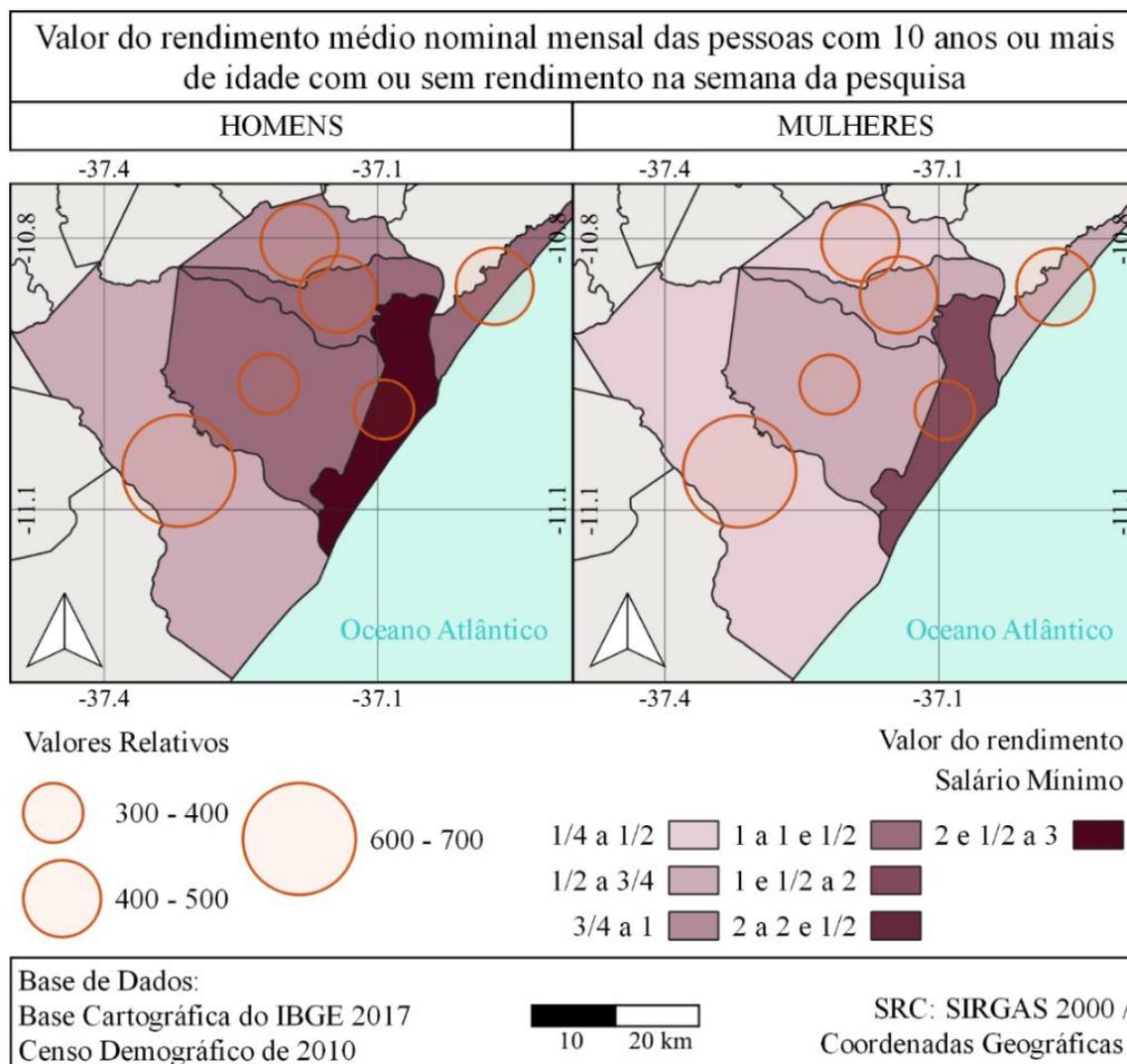
Tabela 13 - Taxa de mulheres brancas e negras na grande Aracaju, Itaporanga e Laranjeiras, relativo a cada nível de instrução

	Brancas (taxa mil hab. mulheres)				Negras (taxa mil hab. mulheres)			
	Sem instrução e Fund. Incomp.	Fund. Compl. e Médio Incompl.	Médio Compl. e Sup. Incomp.	Sup. Compl.	Sem instrução e Fund. Incomp.	Fund. Compl. e Médio Incompl.	Médio Compl. e Sup. Incomp.	Sup. Compl.
Aracaju	255	127	283	191	340	143	276	109
Barra dos Coqueiros	328	109	192	45	493	157	177	31
Itaporanga D'ajuda	559	126	121	24	558	114	125	20
Laranjeiras	513	104	196	15	447	151	192	26
Nossa Senhora do Socorro	416	141	183	21	448	166	210	17
São Cristóvão	393	121	201	36	451	158	210	37

Fonte: Censo Demográfico do IBGE 2010. Organizada pela autora, 2022

Observando os rendimentos de pessoas com 10 anos ou mais, com ou sem rendimento é perceptível que os homens ganham muito mais do que as mulheres, o valor que as mulheres recebem corresponde entre 52 a 63% do que os homens ganham, sendo a cidade de Itaporanga com a menor diferença de valores, contudo é também o local onde homens e mulheres possuem o menor rendimento dentre os seis municípios analisados, e Laranjeiras apresenta a maior diferença de valores entre gênero e com as mulheres recebendo menos do que a metade de uma salário mínimo. Também são essas duas cidades onde os homens recebem menos que 1 salário mínimo. Ver mapas da figura 36.

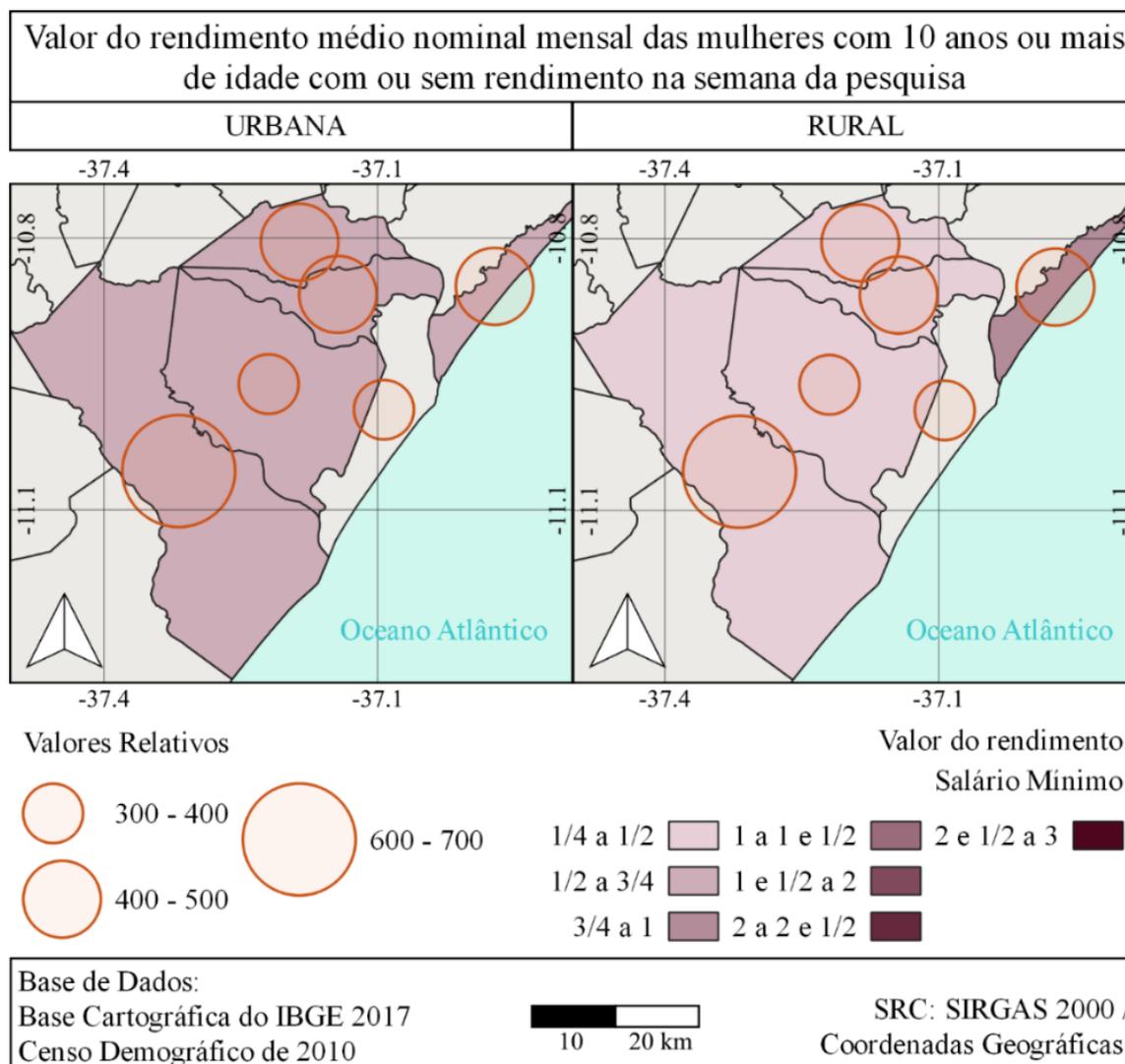
Figura 36 - Mapa comparando o rendimento de homens e mulheres com 10 anos ou mais, com ou sem rendimento, na Grande Aracaju, Itaporanga e Laranjeiras.



Fonte: Censo Demográfico do IBGE 2010. Desenvolvido pela autora, 2022

Quando olhamos a renda urbana e rural percebemos que somente na Barra as mulheres rurais recebem mais do que as urbanas e nos demais municípios todas as mulheres rurais recebem menos que $\frac{1}{2}$ salário mínimo e todas as urbanas recebem menos que 1 salário. Ver mapas da figura 37.

Figura 37 - Mapa comparando o rendimento de mulheres urbanas e rurais com 10 anos ou mais, com ou sem rendimento, na Grande Aracaju, Itaporanga e Laranjeiras.



Fonte: Censo Demográfico do IBGE 2010. Desenvolvido pela autora, 2022

A tabela 14 apresenta o comparativo entre esses rendimentos, em vermelho estão os valores abaixo de um salário mínimo e em negrito abaixo de $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

Tabela 14 - Rendimento médio nominal mensal de pessoas com 10 anos ou mais, com ou sem rendimento na grande Aracaju, Itaporanga e Laranjeiras

Cidades	Pessoas com ou sem rendimento		Mulheres com ou sem rendimento	
	Homens	Mulheres	Urbanas	Rurais
Aracaju	1497,96	921,18	-	-
Barra dos Coqueiros	620,06	353,31	335,29	454,24
Itaporanga D'ajuda	346,01	218,54	257,03	192,25
Laranjeiras	444,96	235,62	257,84	146,92
Nossa Senhora do Socorro	566,87	318,83	321,77	218,77
São Cristóvão	578,91	355,23	379,16	205,79

Fonte: Censo Demográfico do IBGE 2010. Organizada pela autora, 2022.

Observando os dados das pessoas com rendimento no momento da pesquisa é notado a diferença salarial entre gêneros, as mulheres ganham entre 62% a 69% do salário masculino, sendo Itaporanga e Laranjeiras as cidades onde as mulheres recebem menos que um salário e os homens possuem o menor rendimento dentre os 6 municípios. Quando analisado entre raças existem mais particularidades; primeiro, em Laranjeiras as mulheres negras recebem 24% a mais que as brancas; segundo, em Aracaju o salário das mulheres negras é 59% do salário das mulheres brancas, a capital é onde a diferença é mais discrepante, e as demais cidades o percentual varia de 78% a 98%, sendo São Cristóvão o município com a menor diferença salarial. Suponho que fora da capital a diferença seja menor porque ambas as raças enfrentam dificuldades para encontrar empregos com boas remunerações, como Juliana e Sandra que moram no interior (mesmo não sendo as mesmas cidades analisadas aqui) relatam, enquanto na capital fica mais evidente a diferença salarial por ocuparem posições de trabalho muito distintas, assim como foi evidenciado no subcapítulo anterior. Ver tabela 15 e figura 38⁸⁵:

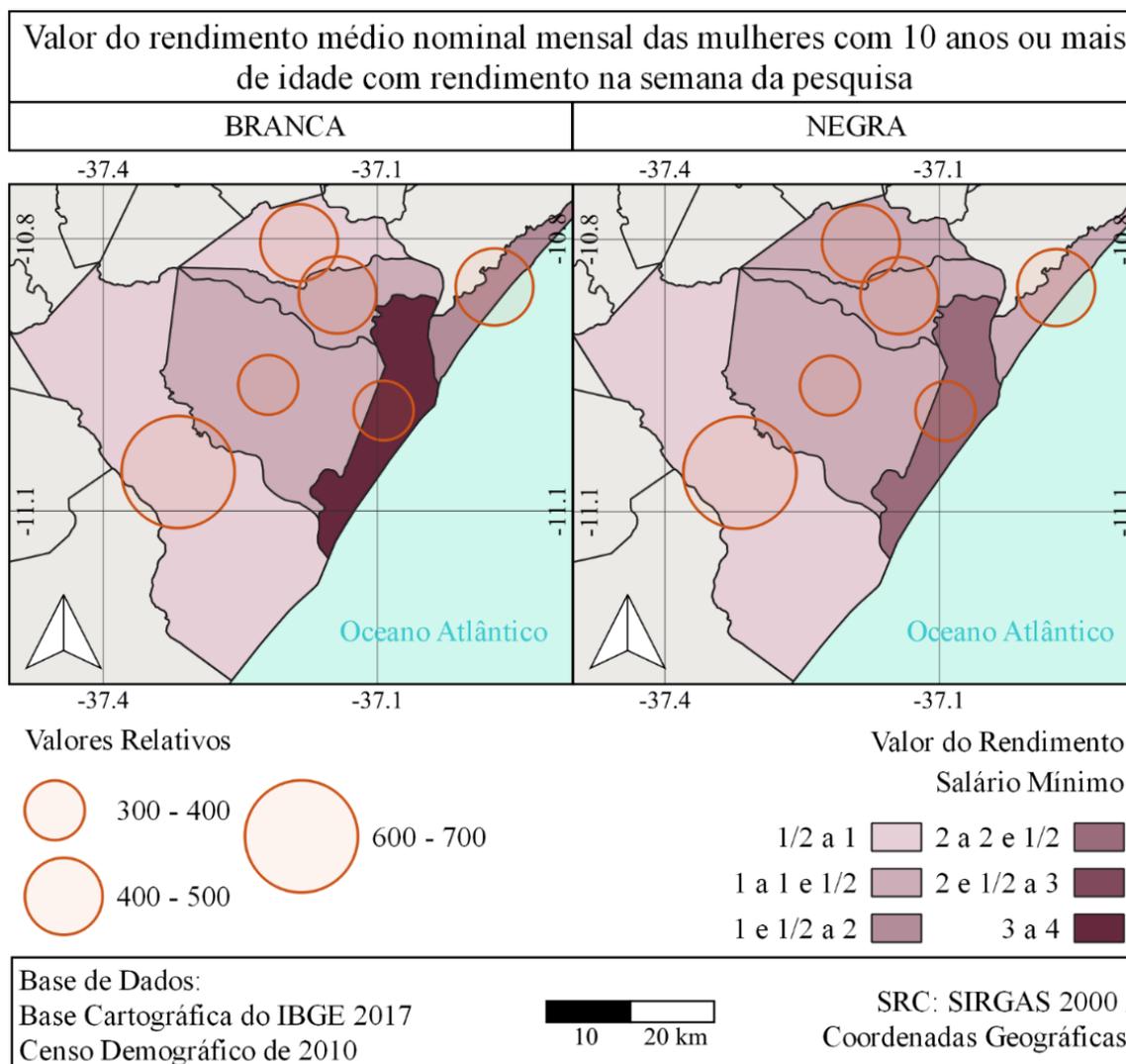
Tabela 15 - Rendimento médio nominal mensal de pessoas com 10 anos ou mais, com rendimento na grande Aracaju, Itaporanga e Laranjeiras

Cidade	Pessoas com rendimento		Mulheres com rendimento	
	Homens	Mulheres	Brancas	Negras
Aracaju	2093,96	1456,13	1963,63	1167,41
Barra dos Coqueiros	1027,01	705,25	824,17	650,06
Itaporanga D'ajuda	629,15	418,35	488,46	401,26
Laranjeiras	810,55	506,88	438,22	572,28
Nossa Senhora do Socorro	887,93	558,60	593,68	532,15
São Cristóvão	872,56	594,32	585,40	577,15

Fonte: Censo Demográfico do IBGE 2010. Organizada pela autora, 2022

Figura 38 - Comparativo de renda média nominal mensal de mulheres brancas e negras com 10 anos ou mais, com rendimento na Grande Aracaju, Itaporanga e Laranjeiras.

⁸⁵ Não fiz o mapa dessa categoria entre homens e mulheres porque o resultado imagético era igual ao mostrado na imagem 36.



Fonte: Censo Demográfico do IBGE 2010. Desenvolvido pela autora, 2022

Diante desses parâmetros fica evidente que Itaporanga e Laranjeiras apresentam os menores rendimentos e os piores índices de escolaridade, além de possuírem uma alta taxa de mulheres negras por mil habitantes femininas. Todas essas características coincidem com o perfil majoritário das trabalhadoras domésticas e talvez explique o porquê esses municípios apresentam taxas tão altas de domésticas trabalhando em Aracaju mesmo com a distância maior em comparação com a Região Metropolitana e com o transporte para chegar à capital não sendo integrado à malha rodoviária da RM.

Antes de aprofundar sobre o sistema de transporte público na Grande Aracaju, o próximo capítulo diminuirá a escala e focará na capital sergipana mostrando como o espaço urbano aracajuano foi construído, a concentração de domésticas por bairro da capital e como essa concentração dialoga com os dados de renda, população negra e escolaridade das mulheres.

Aracaju é fruto de um projeto político [...] A população que vivia na área planejada era a que podia pagar os preços inflacionados do solo e cumprir as famosas posturas. Em contrapartida, aos mais pobres e aos negros recém-libertos restavam os espaços fora do quadrado de Pirro, onde se fazia vistas grossas aos dispositivos legais. Nesse contexto, Aracaju já nasce segregada. (VILAR, 2006, p. 49 Apud SOUZA, A. 2016, p.71).

3 AS DOMÉSTICAS DE ARACAJU

Aracaju é a maior centralidade do estado de Sergipe, a capital atrai muitas pessoas em busca de empregos, e destas algumas fazem o traslado diário ou semanal entre as cidades onde moram e Aracaju e outras acabam se mudando permanentemente. Percebemos esse movimento no capítulo anterior e dentre as entrevistadas temos o exemplo disso, mulheres que fazem viagens semanais para as cidades onde são residentes e temos o exemplo de Lúcia que morava em Japarutuba e hoje é residente do Porto Dantas, bairro da zona norte de Aracaju, que possui baixa escolaridade e uma das maiores concentrações de pobreza.

Diante disso, assim como foi feito no capítulo anterior, vamos mostrar os resultados encontrados na coleta realizada na Casa da Doméstica mostrando as concentrações de domésticas por bairro em Aracaju, mas antes de analisar estes resultados vamos compreender como a forma que a cidade foi construída, seguindo interesses privados, segregou a população territorialmente por classe e raça deixando a população negra e pobre afastada dos centros de trabalho e lazer, e dificultando os deslocamentos, principalmente das mulheres (tópico que será aprofundado no capítulo 4).

3.1 A construção do espaço urbano em Aracaju

A cidade é palco de conflito de interesses, entretanto, são os interesses dominantes os que prevalecem, baseados nos valores que regem a sociedade, por isso, o modelo de cidade construída hoje, fundamentada em ideia capitalistas, patriarcais e raciais, é adequada para um número mínimo de pessoas. Esse é um problema que o planejamento urbano enfrenta, pois em vez de ser usado em benefício da maioria, tem sido usado como instrumento beneficiador do capitalismo através da associação do Estado com o mercado imobiliário.

Segundo Lefebvre “o espaço tornou-se para o Estado, um instrumento político de importância capital. O Estado usa o espaço de uma forma que assegura seu controle dos lugares [...]” A organização espacial, portanto, representa a hierarquia de poder. O design espacial é um instrumento político de controle social que o Estado usa para promover seus interesses administrativos. (GOTTDIENER, 1997, p.130)

Jane Jacobs, uma ativista política e teórica urbana estadunidense, foi pioneira em pensar um planejamento urbano mais inclusivo, mesmo não falando diretamente na perspectiva de gênero é evidente que foi sua experiência como mulher e mãe que a fez refletir sobre como construir cidades mais seguras. Como Cota (2021, p.31 e 32) explica, no final dos anos 1950, Jacobs passou a criticar a “o modelo de planejamento que ocorria nos Estados Unidos”, demonstrou quais seriam as características que tornam um espaço seguro e defendeu “a

diversidade urbana e os usos mistos contra o planejamento monofuncional e focado em infraestrutura”.

Mãe de três filhos, Jacobs vivia a cidade a partir da realização das atividades de seu dia a dia, conectadas com as tarefas destinadas ao gênero feminino na reprodução da vida cotidiana. E pôde trazer à tona uma crítica ao que se produzia pelo urbanismo até então, feito, sobretudo, por homens brancos de países do Norte, que não estavam presentes nos espaços da reprodução cotidiana da vida na cidade, e sim em seus escritórios, vendo e desenhando a cidade “de cima”: “planejadores e projetistas são, em sua maioria, homens. (HELENE, 2019, p.961)

Souza (2005) ressalta, assim como Helene (2019), que os planejadores muitas vezes fazem parte do grupo dominador e reproduzem os antigos problemas, também acrescenta que os problemas no planejamento são planejados, que nada na cidade acontece por acaso. Dentro desse debate, Rodrigues, C. (2017) explica que as pressões do capital:

[...] atacam diretamente a morfologia da cidade, transformando seus espaços, localizando novas centralidades, gentrificando, localizando os setores sociais e estabelecendo suas identidades: condomínios fechados, conjuntos do Minha Casa Minha Vida faixa 1, favelas, bairros de classe média, etc.; externo a um eixo de valor de consumo, o espaço público vai sendo gradativamente sufocado, seja pela privatização, seja pelo abandono das gestões urbanas. (RODRIGUES, C. 2017, p.3)

Essa situação descrita por Rodrigues, C. (2017) é facilmente identificada em Aracaju quando se analisa a formação da cidade; e no caso da capital sergipana, o Estado se utilizou da construção de conjuntos habitacionais para beneficiar as empresas imobiliárias. Como a Petrobrás teve grande influência na capital, esta conseguiu dar retorno financeiro suficiente para grandes investimentos na cidade e por isso a COHAB teve uma participação expressiva em Aracaju (FRANÇA, 2011).

Para entender como a articulação Estado/mercado imobiliário impactou o espaço aracajuano influenciando também sua região metropolitana é necessário entender a atuação da COHAB (Companhia Estadual de Habitação) e da INOCOOP (Institutos de Orientação a Cooperativas Habitacionais) que construíram juntas, entre os anos de 1967 e 2002, 26.535 habitações, que corresponde a 23% dos domicílios existentes na capital, no ano de 2000 (FRANÇA, 2011).

Carvalho (2013) apresenta em sua dissertação como o Estado fragmentou o espaço urbano aracajuano ao implantar cada conjunto disperso da malha urbana existente. A figura 39 mostra um comparativo de mapas desenvolvidos por Carvalho (2013) em que mostra a implantação dos conjuntos construídos no intervalo entre 1960 a 1988 em contraponto com a evolução da malha urbana de Aracaju no mesmo período. Em laranja está identificada a malha urbana, em verde os conjuntos da COHAB e em azul os da INOCOOP. (CARVALHO 2013).

Figura 39 - Evolução da malha urbana de Aracaju entre 1960 e 1988 com destaque aos conjuntos habitacionais.



MALHA URBANA EM 1960



MALHA URBANA EM 1970



MALHA URBANA EM 1980



MALHA URBANA EM 1988

LEGENDA:

	LIMITE MUNICIPAL
	FERROVIA
	MANCHA URBANA
	PERÍMETRO DOS CONJUNTO COHAB/CEHOP
	PERÍMETRO DOS CONJUNTOS INOCOOP

Fonte: (CARVALHO 2013)

Esse período entre 1960 e 1990 é crucial para entender as dinâmicas urbanas do território aracajuano, França (2011, p.56) relata que esse momento marca uma nova fase “de intervenção do Estado sobre a cidade’ (LOUREIRO, 1983, p.71)” pois foi “quando o capital imobiliário, junto ao Governo começou a retalhar áreas periféricas do intraurbano e de municípios vizinhos”. (FRANÇA, 2011, p.56)

Esse espraiamento na cidade beneficiava o mercado imobiliário e proprietários fundiários, pois a construção desses conjuntos afastados deixava vários terrenos vazios entre a área adensada e o conjunto, favorecendo a especulação imobiliária. Souza (2005, p.86) elucida que “a expansão urbana, em vez de acompanhar eixos bem definidos [...] avança em todas as direções como uma mancha de óleo, ao mesmo tempo, avança em ‘saltos’, devido a presença dos ‘vazios urbanos’ a serem debitados na conta da especulação imobiliária”. Sposito (2013) complementa dizendo que essa é uma forma de adquirir terras com baixo preço para que depois se possa alcançar um elevado valor de troca em conformidade com os gestores urbanos. “O Estado [...] passou a ser um especulador, vendendo muitos terrenos públicos para pagar suas dívidas. A classe dominante aproveitou para realizar seus investimentos imobiliários.” (SPOSITO, 2005, p.56)

Este alargamento, evidentemente, beneficiou os proprietários fundiários, através da prática de valorizar vazios através da contribuição do Estado. O que aconteceu em Aracaju é explicado pela teoria de Santos, M. que afirma “um primeiro momento do processo especulativo vem com a extensão da cidade e a implantação diferencial dos serviços coletivos” (2005, p.107). O autor ainda reforça que “é assim que a especulação se realimenta e, ao mesmo tempo, conduz que as extensões incorporadas ao perímetro urbano fiquem cada vez maiores” (2005, p.107). (FRANÇA 2011, 58)

Além disso, Sarah França (2011), sergipana e doutora em arquitetura e urbanismo, aponta que o número de construtoras em Aracaju aumentou quase 900% em 20 anos, passou de 18 em 1970 para 174 em 1990 (“coincidentemente”, duas décadas de grande atuação da COHAB e INOCOOP), e isso transformou a capital sergipana em um grande estoque de terras esperando por especulação imobiliária.

O interesse político aliado aos grandes proprietários de terra vem moldando uma “colcha de retalhos” para a organização espacial de Aracaju, onde muitas áreas permanecem desocupadas e são “esquecidas” pelo Estado para posterior valorização,

através da implantação da infraestrutura urbana. Terras que podem ser também valorizadas com a localização de um “catalisador” (como por exemplo, um supermercado) ou até mesmo apenas com a implantação de arruamento, sendo suficiente para a promoção da especulação imobiliária. (NOGUEIRA, 2004, p.322 Apud FRANÇA, 2011, p. 91).

É perceptível na figura 39 que há uma tendência de crescimento para a Zona Sul (região plana) e que antes da malha urbana avançar eram implantados os conjuntos habitacionais distantes que obrigavam que o Município levasse infraestrutura e, conseqüentemente, valorizasse os terrenos do entorno. Conforme a malha urbana avançava para a Zona Sul, a partir de 1960, as classes altas começaram a se deslocar para essa região, ao contrário das classes menos abastardas que passaram a ocupar os terrenos acidentados da Zona Norte e que não apresentavam relevância para os promotores imobiliários. No mapa é notável que o crescimento para a Zona Norte não foi tão rápido como o da Zona Sul, pois não havia interesse naquela área. (FRANÇA, 2011) (CARVALHO, 2013).

Rodrigues, V. (2017, p.33) chama atenção de como o poder público foi operante na formação socioespacial através da COHAB (que foi a companhia mais atuante na construção de conjuntos habitacionais) com o objetivo de erradicar as “condições subnormais de moradia [...] tendo como público-alvo uma população de baixa renda”, porém não atingiu esse objetivo. Apesar da grande construção de habitações, foi irrisória a porcentagem de casas destinadas a população de baixa renda, a maioria dessas residências foram destinadas a pessoas com renda entre 3 a 10 salários mínimos. A COHAB favoreceu o mercado imobiliário e proprietários fundiários, em consonância com o poder público, “elevando os preços da terra dentro da malha urbana consolidada de Aracaju e fazendo com que essa população fosse marginalizada para a periferia e ocupasse terrenos mais baratos, sem infraestrutura e com precariedade na oferta de serviços” (RODRIGUES, V. 2017, p.34). Por conta disso a “favelização periférica”, como França (2011) denomina o fenômeno, se expandiu em Aracaju.

Outra circunstância que escancara essa articulação é a indução para que a Aracaju cresça em direção à Zona de Expansão da cidade, através de uma manobra na legislação aracajuana. Após a Lei Federal nº 6766/79 definir que apenas áreas urbanas poderiam receber loteamentos foi aprovada uma outra legislação em Aracaju em 1982 que tornou todo o perímetro da cidade como área urbana mesmo tendo locais rurais, para que todo o município pudesse receber loteamentos. A lei nº 873 substituiu a zona rural pela chamada Zona de Expansão Urbana (ZEU) que após quase 40 anos ainda possui regiões com traços rurais (FRANÇA 2011). [Rever figura 2.](#)

Souza (2005, p. 76) chama essas áreas de franja rural-urbana que são “aqueles espaços preteritamente rurais, mas que, mais e mais, são tomadas por uma lógica urbana de uso de terra [...], sendo a agricultura algo puramente residual, ou um verniz, uma aparência que esconde a essência mais profunda”. Souza (2005, p. 28) afirma que as grandes áreas de pastagens são uma maquiagem dessas glebas que esperam por valorização para depois de muitos anos se “tornarem condomínios fechados de alto status”.

Esse procedimento dispersou a urbanização de Aracaju ao longo da Zona de Expansão que ainda concentra a maior parte dos lotes vazios da cidade. Logo que a lei foi aprovada, as glebas da região não tinham infraestrutura e os donos das terras esperavam receber esses investimentos do Poder Público para assim valorizar suas propriedades. O principal investimento realizado foi a infraestrutura rodoviária, em 1981 já havia sido concluída a Rodovia dos Naufrágos e em 1988 a Rodovia José Sarney. [Rever localização na figura 2.](#)

Essas rodovias foram os elementos de valorização das terras da ZEU, como França (2011) expõe após o término da José Sarney começaram a surgir casas de veraneio, loteamentos fechados e condomínios horizontais e na década de 1990 foram construídos 13 condomínios ao longo da rodovia. Os primeiros moradores dessa região eram residentes de bairros ricos, como 13 de julho, Jardins, Coroa do Meio e Atalaia e que buscavam um local mais isolado, com proximidade de praias mais “privativas” e ter a possibilidade de morar em uma casa de modo seguro. É importante destacar que no momento da construção da via as glebas já eram propriedade de construtoras e esperavam do Estado uma melhoria na região. (FRANÇA 2011)

Posteriormente, empresas como Diniz e Habitacional S.A., implantaram seus condomínios de forma espalhada, valorizando, propositalmente, mais ainda, os terrenos vagos, confirmando o fenômeno da especulação e do ganho do capital imobiliário, fortalecendo a dispersão urbana. (FRANÇA 2011, 77)

Essa dinâmica de tornar áreas rurais em urbanas para poder fazer loteamentos em áreas distantes da cidade mostra um interesse das construtoras em poder fazer grandes empreendimentos. A Zona de Expansão era um ambiente propício para isso, havia grandes glebas onde era possível construir condomínios horizontais de luxo e atrair a classe rica para esses espaços através do discurso publicitário. O fato de as imobiliárias já serem donas dessas glebas antes do Poder Público chegar com a infraestrutura rodoviária mostra que essas empresas já especulavam que essas terras seriam valorizadas. “O papel do Estado nessas políticas foi de suma importância para urbanização dispersa e fragmentação do território, pactuado com o mercado privado na construção das moradias e na valorização das áreas a ele pertencente.” (FRANÇA 2011, 57). A figura 40 mostra como essa região foi ocupada.

Figura 40 - Malha urbana de Aracaju em 2000



Fonte: (CARVALHO 2013)

Essa organização espacial reflete a dominação existente na cidade através da interferência do Poder Público e, quando o Estado atua dessa forma, está negando os direitos básicos para a maior parcela da população, expulsando os pobres de áreas centrais e colocando-os na periferia, isso viola o direito à cidade que inclui ter acesso à moradia digna, acesso ao transporte público e às infraestruturas básicas. Construir bairros de luxo para os mais ricos deixando as pessoas de baixa renda às margens é criar uma segregação residencial e colocar apenas nas mãos dos mais ricos a capacidade de usufruir do espaço urbano de modo confortável, seguro e digno. Por isso, as trabalhadoras domésticas enfrentam a exaustão do deslocamento para o trabalho o que leva algumas delas a preferirem dormir na casa dos patrões como é o caso de Sandra. Como Harvey (2014) afirma:

A qualidade da vida urbana tornou-se uma mercadoria para os que tem dinheiro, como aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais e baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso à economia do espetáculo, tornaram-se aspectos fundamentais da economia política urbana. (HARVEY, 2014, p.46)

Além disso, vale ressaltar que no Brasil, quem tem mais dinheiro tem a pele mais clara, pois classe e raça estão intimamente ligadas por todo histórico da escravidão e o pós-abolição. Ou seja, são os brancos quem mais usufruem de qualidade de vida na cidade, enquanto a população negra se encontra às margens do espaço urbano, em locais onde o setor imobiliário não tem interesse. Por isso, o próximo capítulo abordará como a fragmentação urbana é racializada e sendo possível ver territorialmente que as pessoas negras ocupam as áreas mais precarizadas da cidade.

3.2 Espaço urbano segregado e racializado

A forma como o espaço é produzido fragmenta a cidade, deixa pessoas de baixa renda em locais sem infraestrutura, constrói conjuntos habitacionais distantes da área urbana mais adensada, favorece a especulação imobiliária e cria condomínios de luxo que se enclausuram através de seus muros. Souza (2005) afirma que essa segregação residencial é um produto exclusivamente urbano muito mais frequente nas grandes cidades do que nas pequenas,

[...] resultado de vários fatores, os quais em si, são altamente problemáticos: da pobreza (e do racismo, sobretudo em uma situação como a dos EUA) ao papel do Estado na criação de disparidades espaciais em matéria de infraestrutura e no favorecimento dos moradores de elite (principalmente em um país como o Brasil). Superar ou reduzir a segregação depende da superação ou a redução desses problemas. (SOUZA, 2005, p.84)

O autor também reforça como esse processo é fruto da associação Estado-mercado

imobiliário.

O Estado, tradicional promotor da segregação residencial (junto com o capital imobiliário, ou tendo este por trás...), ao investir diferencialmente nas áreas residenciais da cidade e estabelecer estímulos e zoneamento e outras normas de ocupação do espaço que consolidam a segregação, atua, também, como agente repressor, via de regra na tentativa de “colocar os pobres no seu devido lugar”. (SOUZA, 2005, p.90)

Diante disso, a diferenciação dos espaços residenciais no Brasil é decorrente principalmente da renda que está intrinsecamente ligado ao fator racial. Souza (2005) explica que por conta da pobreza e da terra ter se tornado uma mercadoria muitas pessoas foram forçadas a viver em determinados locais menos atraentes, do ponto de vista financeiro, e com menos infraestrutura. Ornat e Silva (2007, p. 179) chamam isso de segregação forçada, um grupo social “que tem poucas opções de residência, quase nulas” acaba morando onde o capital urbano permite. Os autores também definem um outro tipo de segregação realizado pelas classes dominantes que têm a opção de morar onde quiserem e escolhem se autosegregar em “condomínios exclusivos, horizontais ou verticais”.

Souza (2005) tem o mesmo pensamento de que a elite escolhe se afastar, e essa decisão está muito vinculada a ideia de buscar por segurança, mas complementa que essa parcela da população consegue fazer isso porque possui acesso a meio de transporte particular que facilita a mobilidade pela cidade. Ornat e Silva (2007) enfatiza que o local de moradia e a forma como as pessoas conseguem se locomover impacta diretamente na qualidade de vida.

A localização do homem no espaço é um elemento que influencia na qualidade de sua existência. Milton Santos afirma que “cada homem vale pelo lugar onde está: seu valor como produtor, consumidor e cidadão depende de sua localização no território”. [...] Se forem considerados dois indivíduos com o mesmo rendimento, um deles residindo em um local que fornece pouca acessibilidade aos serviços do urbano, este estará em desvantagem locacional em relação ao outro indivíduo que possui facilidade em acessar os serviços do urbano. (ORNAT; SILVA, 2007, p.179)

Pessoas de classe econômica mais alta se locomovem com muito mais facilidade e segurança e percorrem distâncias maiores sem problemas, ao contrário das pessoas mais pobres, se elas moram longe do local de trabalho precisam se deslocar em transporte coletivo e a pé e enfrentar longas distâncias, assim ficam mais expostos à criminalidade e a locais inseguros. Como Ornat e Silva (2007, p. 177) afirmam “grupos sociais de alta renda possuem maiores possibilidades de deslocamento, e os grupos de baixa renda enfrentam mais obstáculos a serem superados”. Os autores também reforçam como a fragmentação urbana é prejudicial para a mobilidade:

A fragmentação é materializada pela paisagem produzida pela justaposição dos diferentes usos do solo, onde aparecem o centro da cidade, as periferias, as áreas industriais e comerciais, áreas residenciais de alta e baixa rendas, favelas e

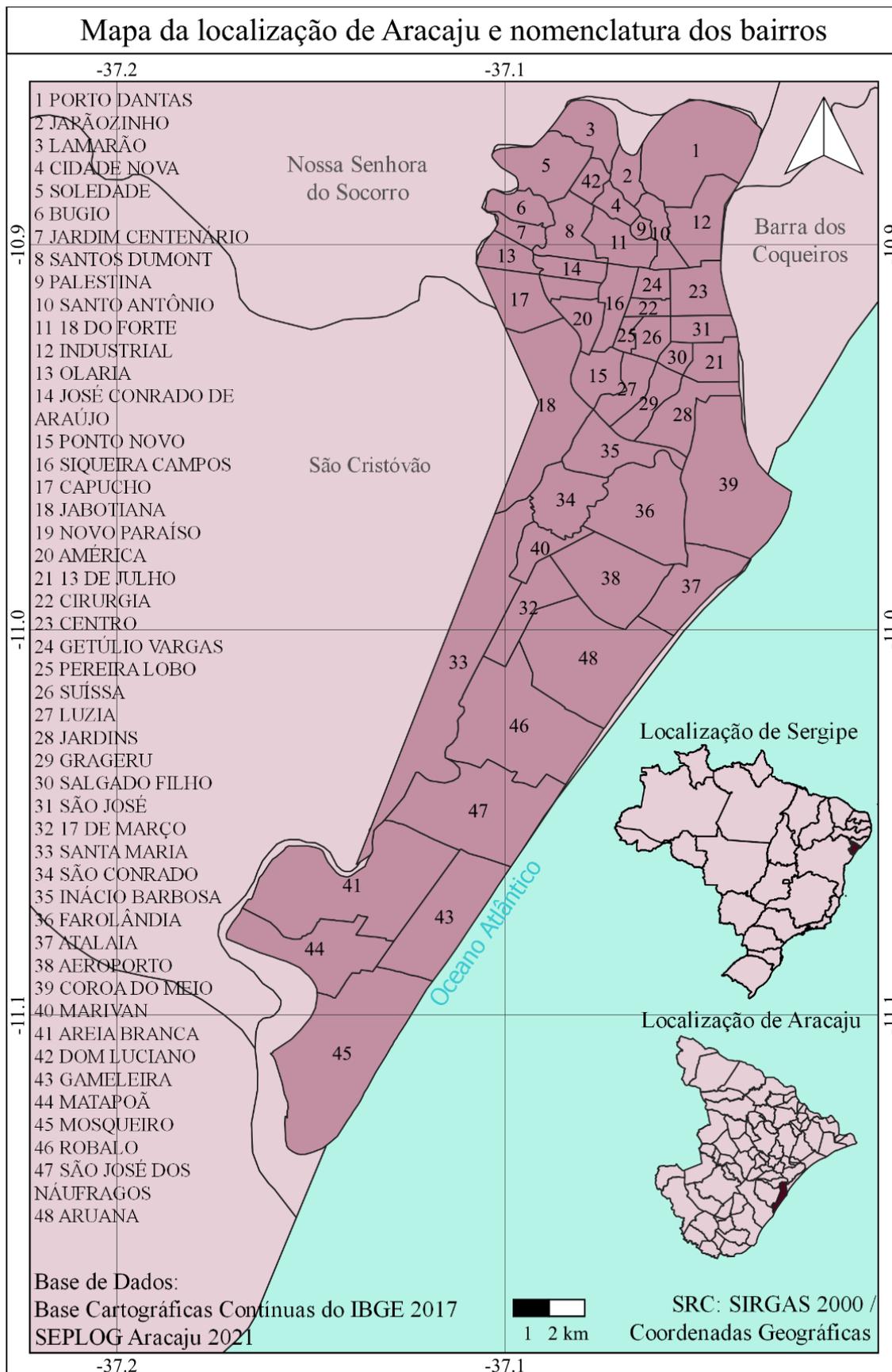
condomínios exclusivos. A complementaridade entre os fragmentos do urbano é constituída por deslocamentos de várias naturezas e intensidades e, para esta discussão, privilegia-se o deslocamento de pessoas e os elementos que constituem estes deslocamentos. (ORNAT; SILVA, 2007, p.178)

Diante disso fica claro como a associação entre Estado e mercado imobiliário reforça as opressões sociais através do território urbano, sendo as esferas raça e classe claramente percebidas nesse território por meio da fragmentação espacial. Como Souza (2005) ressalta:

Os espaços residenciais, como se sabe muito bem, também se diferenciam entre si sob o ângulo socioeconômico. No Brasil, ao menos de forma direta, a variável renda é a principal definidora dessa diferenciação. O que não quer dizer, contudo, que, indireta ou mediatamente, outros fatores, especialmente o fator étnico (“racial”), não esteja entrelaçado, historicamente com o fator renda: a maioria dos moradores de favela nas cidades do Sudeste, do Nordeste e do Centro-Oeste do Brasil é afrodescendente [...], e mesmo no Sul do país, onde há uma presença muito mais expressiva de brancos pobres residindo em favelas, boa parte da população favelada descende de escravos africanos. (SOUZA 2005, 66)

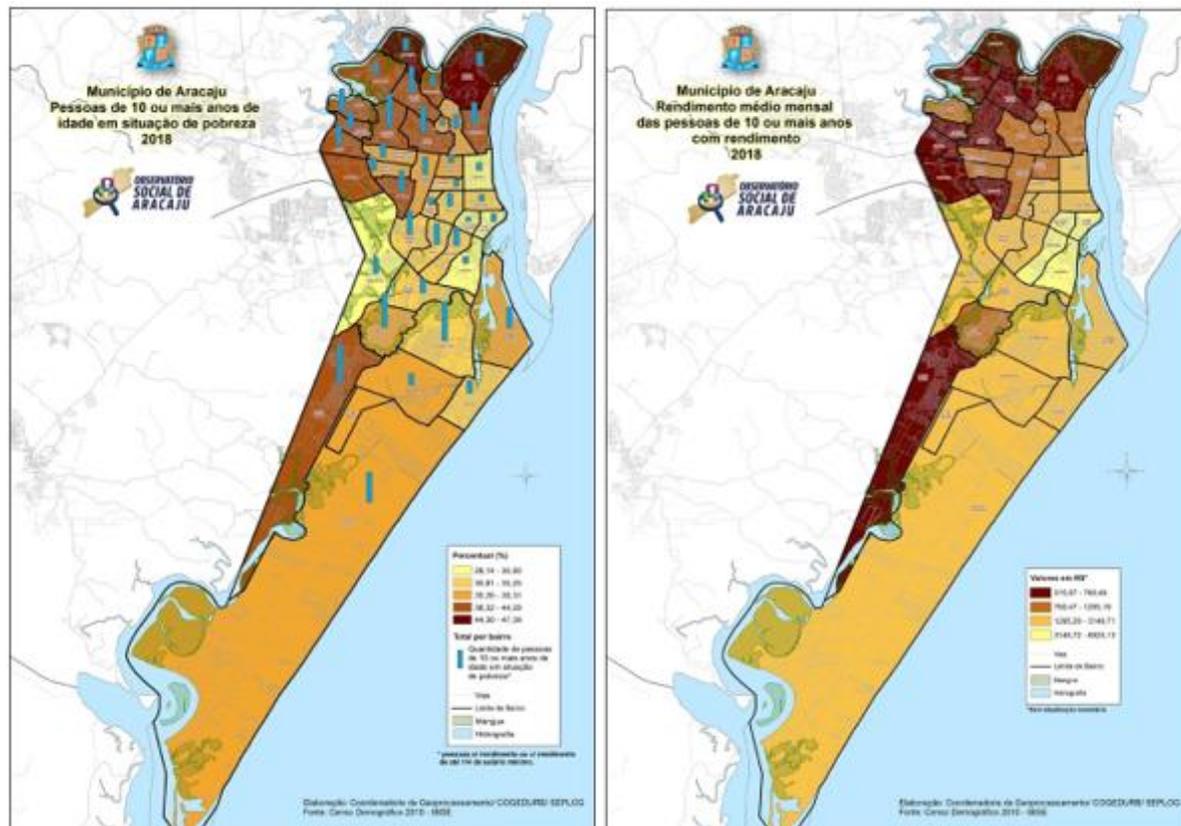
A segregação urbana é um fenômeno socioespacial que revela o poder dominante do capitalismo e racismo na construção da cidade. Para exemplificar vejamos a configuração socioespacial de Aracaju através dos mapas realizados pela Secretaria Municipal da Família e Assistência Social de Aracaju em 2019. (O mapa da figura 41 mostra a localização de Aracaju e seus bairros para melhor compreensão das figuras a seguir). A figura 42 mostra dois mapas um com a quantidade de pessoas de 10 anos ou mais em situação de pobreza e o outro mostra os rendimentos médios mensais de pessoas acima de 10 anos e que tinham rendimento, respectivamente, quanto mais escuro maior a concentração de pessoas em situação de pobreza e menor rendimento.

Figura 41 - Mapa da localização de Aracaju e nomenclatura dos bairros



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022

Figura 42 - Pessoas com 10 anos ou mais em situação de pobreza e rendimento médio mensal das pessoas acima dos 10 anos, por bairro de Aracaju



Fonte: Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, 2019

Quando olhamos o primeiro mapa percebemos que os bairros com maior concentração de pessoas em situação de pobreza são Porto Dantas e Lamarão, na Zona Norte, mas os demais bairros dessa região também apresentam uma concentração considerável, com exceção da Palestina e Santo Antônio. Outros bairros que merecem destaque são América, Capucho e Olaria na Zona Oeste e na Zona Sul o Santa Maria, que em valores absolutos tem o maior contingente.

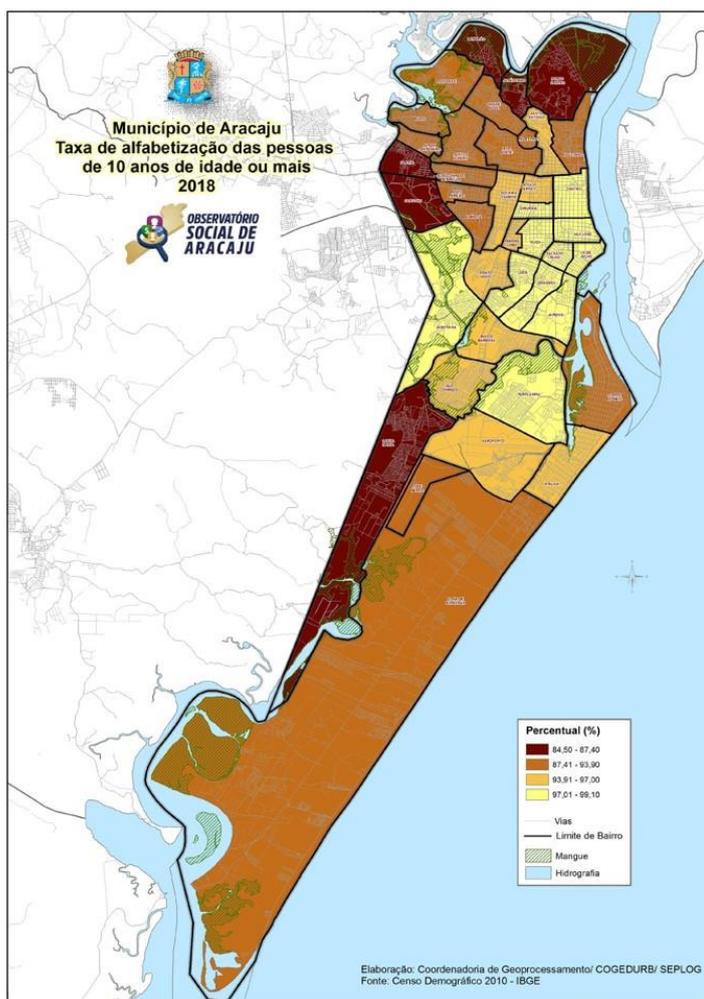
Quando analisamos o rendimento percebe-se um agravamento em vários bairros como o Santa Maria, Olaria, Capucho, América, Jardim Centenário, Santos Dumont, Japãozinho, Cidade Nova e Soledade além dos bairros Lamarão e Porto Dantas que já tinham muitas pessoas em situação de pobreza no outro mapa. Os locais de maior rendimento se concentram na Zona Leste, Jardins, 13 de Julho, Grageru e Salgado Filho. Aqui concluímos que os bairros centrais são os locais onde moram pessoas de maior renda familiar e conforme avança para as extremidades o mapa fica mais escuro mostrando que a maioria de pessoas de baixa renda moram na periferia. Além disso, a desigualdade de renda é bastante alta, “enquanto no bairro Jardins, o valor do rendimento médio dos moradores era de R\$ 6.925,13, (maior

rendimento entre todos os bairros da capital), o Japãozinho, tinha uma média de R\$515,07, apenas 7,4% do valor do rendimento médio mais alto” (SEMFAS et al, 2019, p. 11).

Além da condição de pobreza derivada dos baixos rendimentos, parte dessas comunidades sofre com problemas socioambientais, devido, principalmente, às características geográficas desses territórios. Estes problemas estão relacionados à deficiência no saneamento básico que vai desde a drenagem de águas pluviais e esgotamento sanitário irregular até destinação inadequada de resíduos sólidos. Os bolsões de pobreza, localizados nos bairros Porto Dantas, Japãozinho e Santa Maria são pontos com extrema vulnerabilidade social, com famílias vivendo em condições precárias, marcadas por altos índices de analfabetismo e baixa escolaridade, que dificultam o acesso ao mercado de trabalho formal, comprometem as relações sociais no território e relegam a sua população a formas de emprego precárias e até degradantes. (SEMFAS et al, 2019, p. 9).

A respeito da escolaridade o SEMFAS et al (2019, p.25) desenvolveu um mapa com a taxa de alfabetização de pessoas acima dos 10 anos. Essa taxa é fundamentada nos índices de pessoas que sabem ler e escrever e está mostrada na figura 43.

Figura 43 - Taxa de alfabetização de pessoas com 10 anos ou mais, em Aracaju.



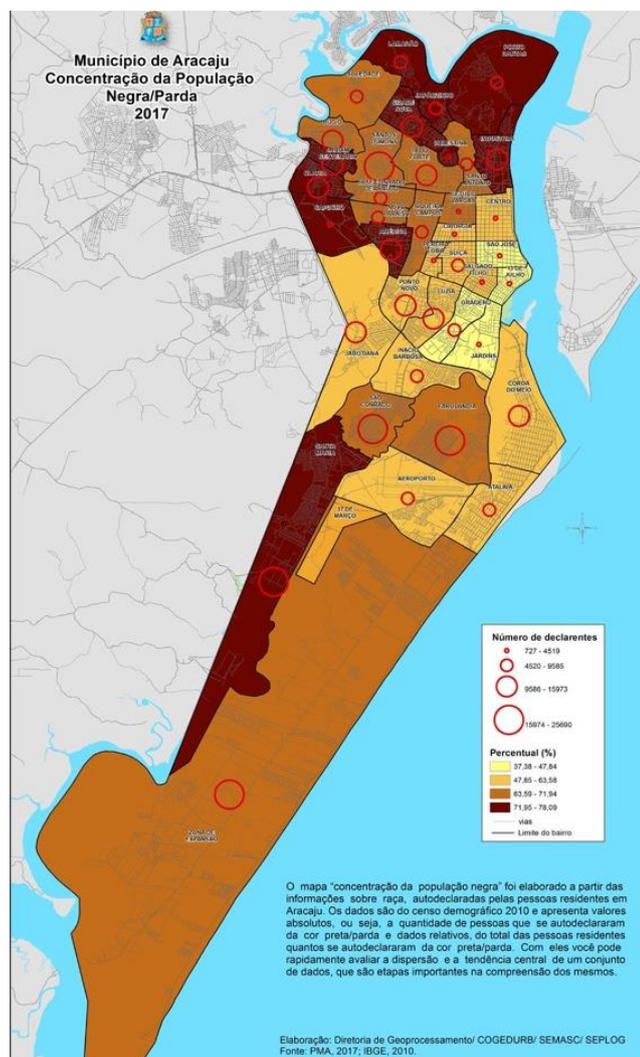
Fonte: Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, 2019

É notável que as regiões com maior rendimento médio coincidem com taxas de

alfabetização maiores e vice versa, “os bairros Santa Maria, Japãozinho e Porto Dantas, bairros com maiores índices de pobreza, a taxa de pessoas não alfabetizadas gira em torno de 15%, comprovando a correlação entre pobreza e analfabetismo.”

O último mapa realizado pela SEMFAS et al (2019) relevante para a nossa análise está apresentado na figura 44 com a concentração de pessoas negras e pardas, quanto mais escuro o bairro maior a concentração. Comparando com os dois mapas anteriores é perceptível que os bairros com menor rendimento são os que tem maior concentração de mulheres negras e pardas, somente o Santos Dumont e Soledade não coincidem no mapa de rendimentos e no mapa de pessoas negras e pardas. Esses dados conversam diretamente com a citação de Souza (2005), que os fatores raciais e de classe se entrelaçam e se manifestam no território urbano.

Figura 44 - Concentração de pessoas negras e pardas por bairro de Aracaju



Fonte: Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, 2019

Como já descrito anteriormente, é comum que pessoas de baixa renda morem em

áreas periféricas, não é uma verdade absoluta, em algumas cidades podemos ver diferentes ocupações no território municipal, Sposito (2013) inclusive afirma que é comum pensar que o centro é o local dotado de infraestrutura e que a periferia é o local da precariedade, mas que nem sempre isso se reflete no solo urbano. Existem situações no qual as pessoas se deslocam para a região central depois de ter sido abandonada pelo mais ricos, como colocado por Sposito (2000) e também de ocuparem ambientes sem atratividade financeira para o mercado imobiliário como morros, grotas, beira de rios, lugares ambientalmente frágeis como abordado por Souza (2005). Como Aracaju é formada por grandes planícies, com áreas de relevo na Zona Norte, quase toda a cidade é atrativa para as construtoras, logo, com exceção dos condomínios de alta renda da ZEU, Aracaju tem seguido esse padrão de ocupação do solo de pobres concentrados na periferia e mais ricos no centro.

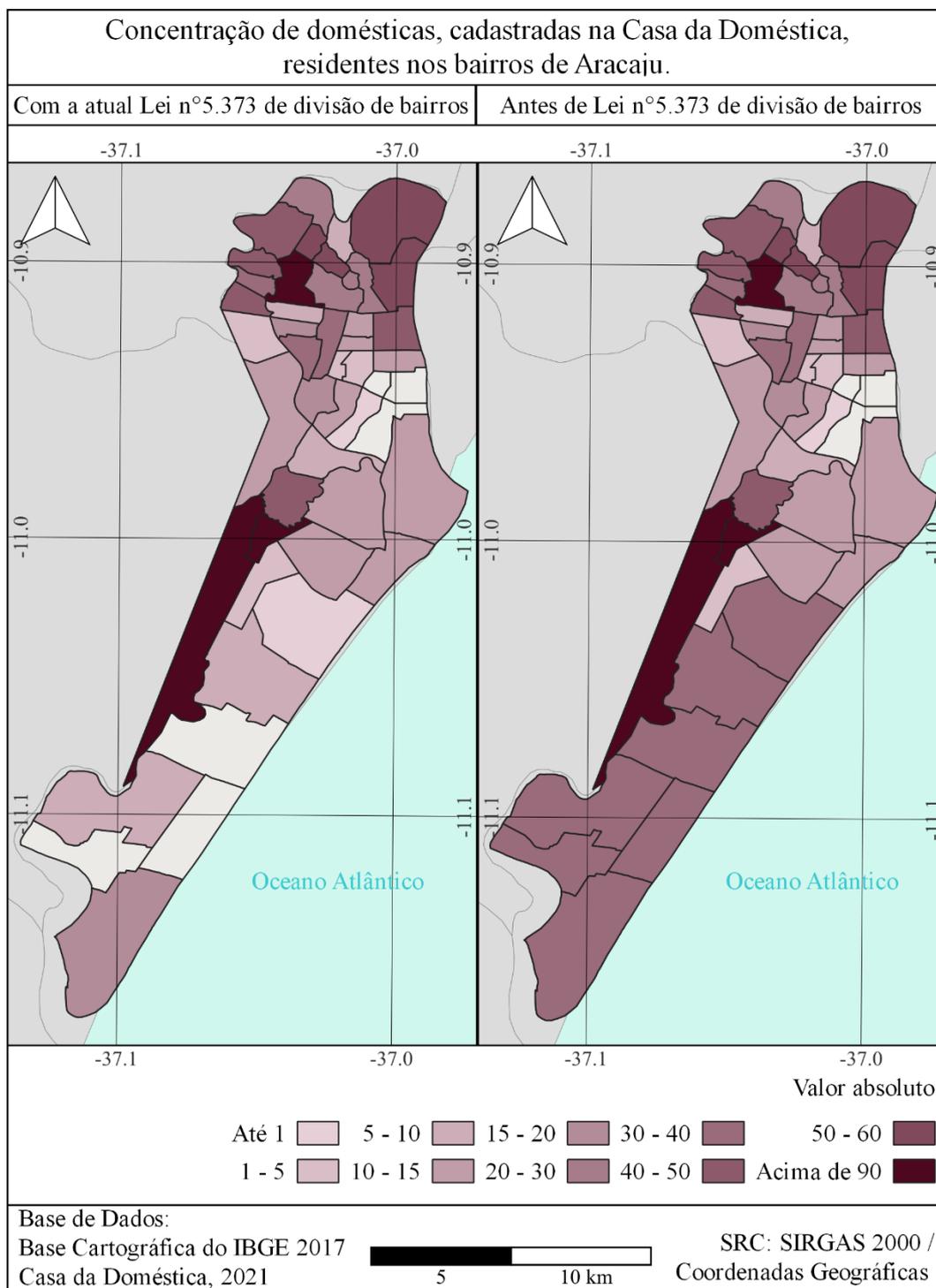
Diante desses mapas é possível supor que a maioria das domésticas, que são mulheres negras, pobres e com baixa escolaridade na maioria das vezes, moram nas regiões mais periféricas da cidade e se deslocam para os bairros mais centrais para trabalhar. Para comprovar essa hipótese o próximo tópico deste capítulo analisará os resultados encontrados na Casa da Doméstica.

3.3 Resultados Aracaju

Assim como mostrado anteriormente a nível estadual este capítulo apresenta os resultados coletados na Casa da Doméstica a nível municipal, analisando Aracaju e seus bairros, por isso, este último subcapítulo começa expondo a concentração de domésticas residentes em cada bairro aracajuano e encerra a dissertação com a localidade principal dessa pesquisa. Principal por ser a centralidade do estado de Sergipe e por ser o local onde essas mulheres trabalham.

Seguindo a mesma ordem do segundo capítulo, os primeiros mapas da figura 45 mostram a concentração de domésticas nos bairros de Aracaju. Foi necessário mostrar dois mapas com uma diferença na divisão na Zona de Expansão Urbana, pois a lei nº5.373 sancionada no dia 12 de março de 2021 dividiu essa Zona em 6 bairros: São José dos Náufragos, Robalo, Areia Branca, Matapuã, Gameleira e Mosqueiro. Essas localidades eram povoados, então no cadastro tinha registro de alguns deles: Areia Branca, Robalo e Mosqueiro e por isso esses dados foram recolhidos. A região da Aruana já era considerada bairro, mas também estava inserida na chamada Zona de Expansão.

Figura 45 - Mapa comparativo da concentração de domésticas cadastradas na casa da doméstica residentes nos bairros de Aracaju



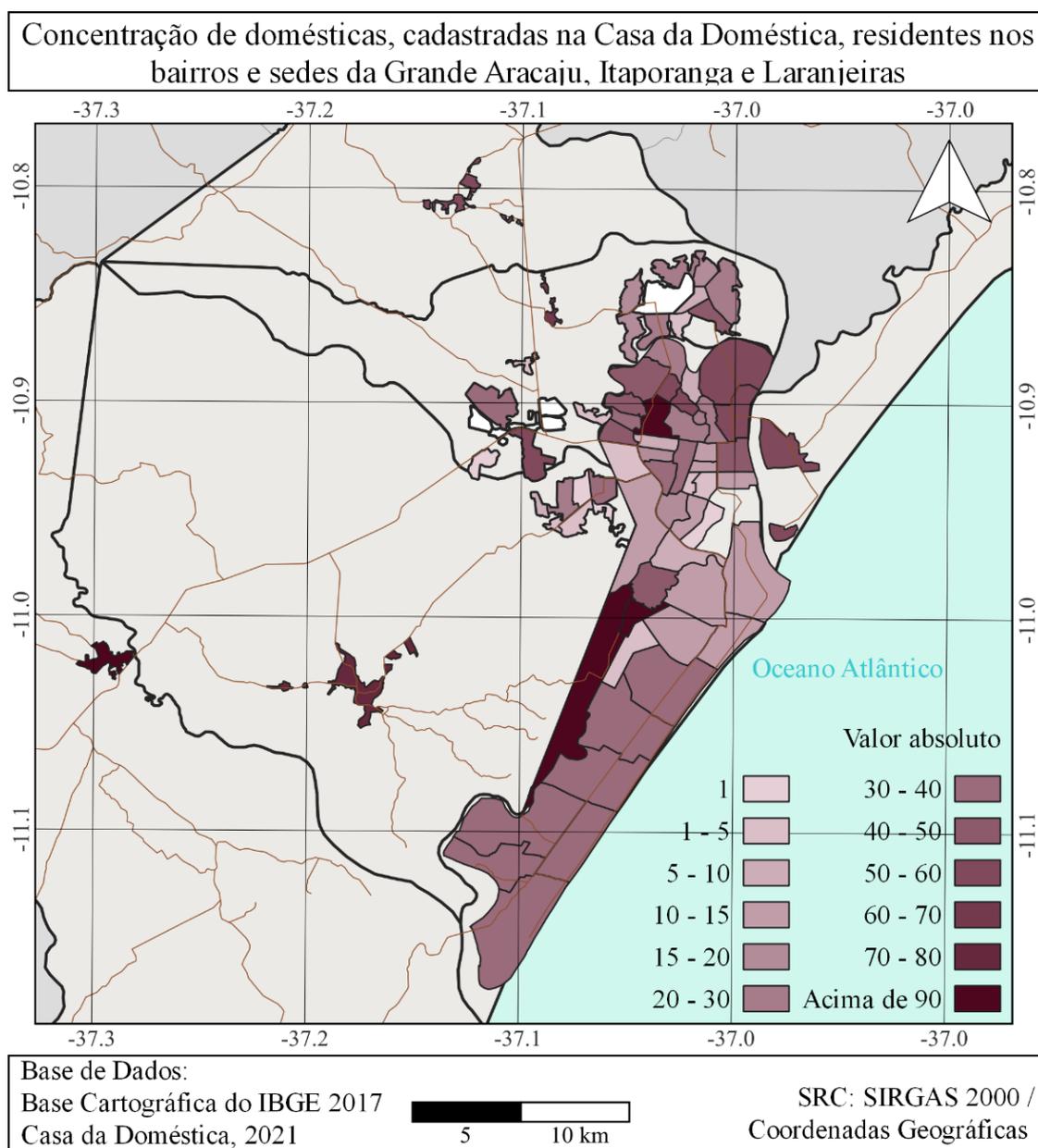
Fonte: Desenvolvido pela autora 2022

Um outro detalhe nos mapas são os bairros Marivan e Dom Luciano, essas duas localidades se encontravam inseridas nos bairros Santa Maria e Cidade Nova, mas em 2018 e em 2019 essas duas localidades se tornaram bairros. Como a maior parte dos cadastros recolhidos foram feitos antes dessas modificações se optou por manter no mapa a divisão antiga,

por isso as informações que se aplicam ao Marivan e Dom Luciano são as mesmas do Santa Maria e Cidade Nova, respectivamente. (O mapa da [figura 41](#) mostra a localização dos bairros).

Nesse mapa da figura 45 fica claro como a maior parte das domésticas moram na Zona Norte, e como dois bairros apresentam altas concentrações no valor absoluto, são eles o Santos Dumont e Santa Maria com mais de 90 mulheres cadastradas, número próximo ao de Itaporanga que possui 98 domésticas cadastradas, ver mapa da figura 46.

Figura 46 - Mapa da concentração de domésticas cadastradas na casa da doméstica residentes nos bairros e sedes da Grande Aracaju, Itaporanga e Laranjeiras



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022

É perceptível que conforme se aproxima da região central mais rica mais claro fica

o mapa, significando que menos domésticas moram nesses bairros. No Jardins, 13 de Julho e Salgado Filho, não há nenhuma moradia de doméstica, coincidentemente os bairros de maior renda. Segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 esses bairros tem renda mensal familiar de R\$ 13.852,00, R\$ 10.098,00 e R\$ 7.899,00, respectivamente. (Lembrando que em 2010 o salário mínimo era R\$ 510,00).

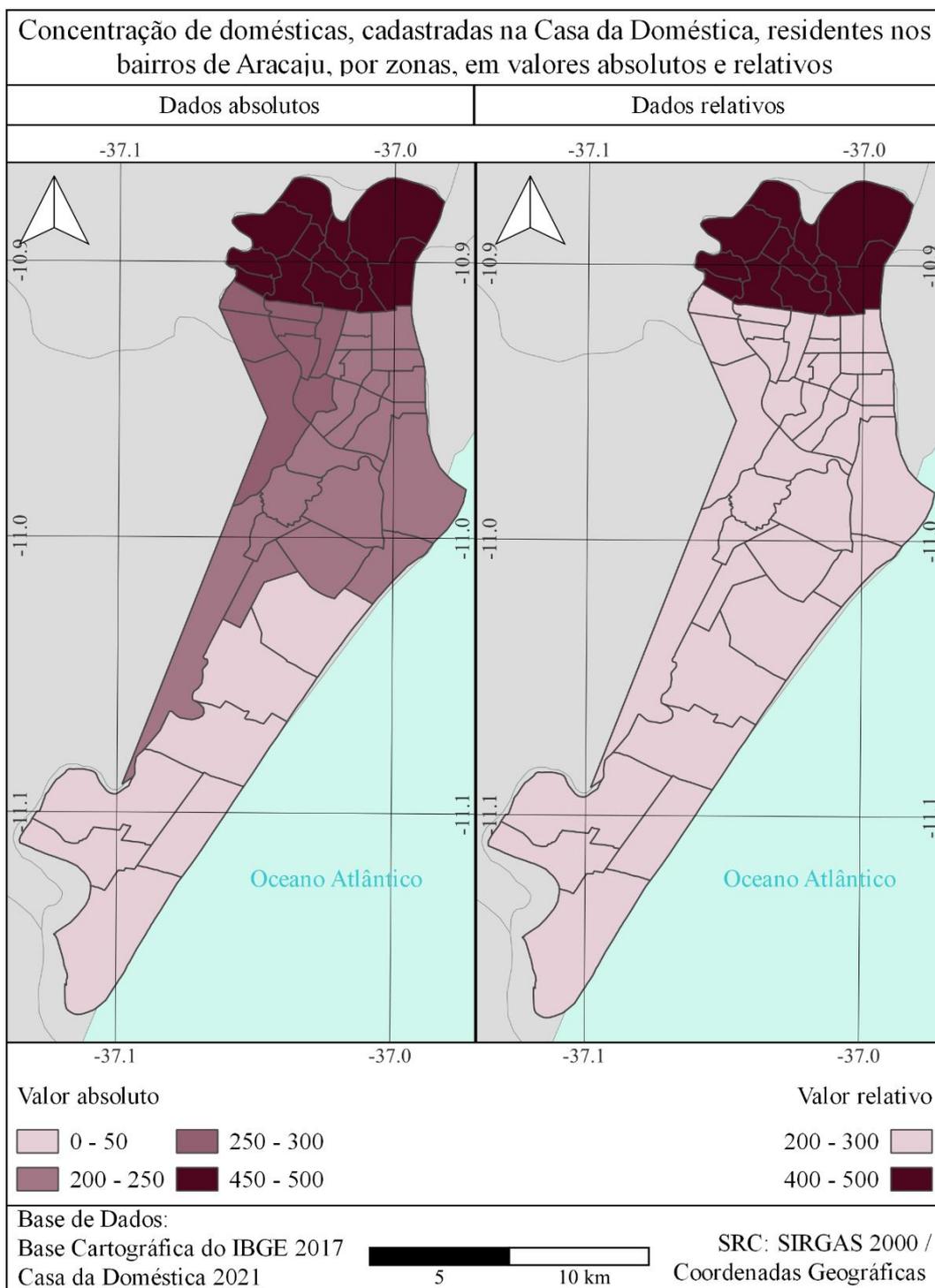
Os mapas da figura 47 complementam a análise de dados mostrando a concentração por zona e comparando os valores absolutos com os relativos. Quase metade das trabalhadoras cadastradas moram nos bairros da Zona Norte, com 48,32%, seguido pela Zona Sul, Oeste e por fim Leste. Cabe ressaltar que na Zona Norte as porcentagens entre bairros não possuem muita variação, porém o de maior concentração de domésticas é o Santos Dumont representando 19% do total das residentes.

Na Zona Sul quase todos os bairros tem menos de 2% de concentração, exceto o São Conrado e Santa Maria, estes representam, respectivamente, 18% e 40% de todas as domésticas que moram nessa Zona. Um outro detalhe é que a Farolândia e o Inácio Barbosa mesmo sendo bairros com renda mais elevada tem 13 e 9 mulheres cadastradas, respectivamente, mas vale ressaltar que algumas dessas mulheres moravam em loteamentos considerados favelas como é o caso do Loteamento Senhor do Bomfim na Farolândia que tem 3 mulheres cadastradas e o Pantanal no Inácio com 2 mulheres cadastradas.

Na Zona Oeste os que se destacam são, na ordem decrescente, Olaria, América e Siqueira Campos, variando entre 3,65% a 4,93%, sendo a Olaria o bairro com maior concentração de domésticas dessa zona, representando 27% do total. A Zona Leste, zona com bairros com maior renda, possui uma concentração bastante baixa, somente o Centro concentra mais domésticas nessa Zona, representando 42,5% do total. A Zona de Expansão possui a menor porcentagem, 3,35%, sendo que a maioria das pessoas dessa Zona vem do Mosqueiro, região bastante afastada das regiões centrais de Aracaju.

Contudo, quando observado os valores relativos à população feminina de cada zona percebemos que a taxa está equiparada nas Zonas Sul, Leste e Oeste, e a Zona Norte realmente se destaca na concentração de domésticas residentes.

Figura 47 - Mapa comparativo da concentração de domésticas cadastradas na casa da doméstica residentes em Aracaju por zonas, em valores absolutos e valores relativos.

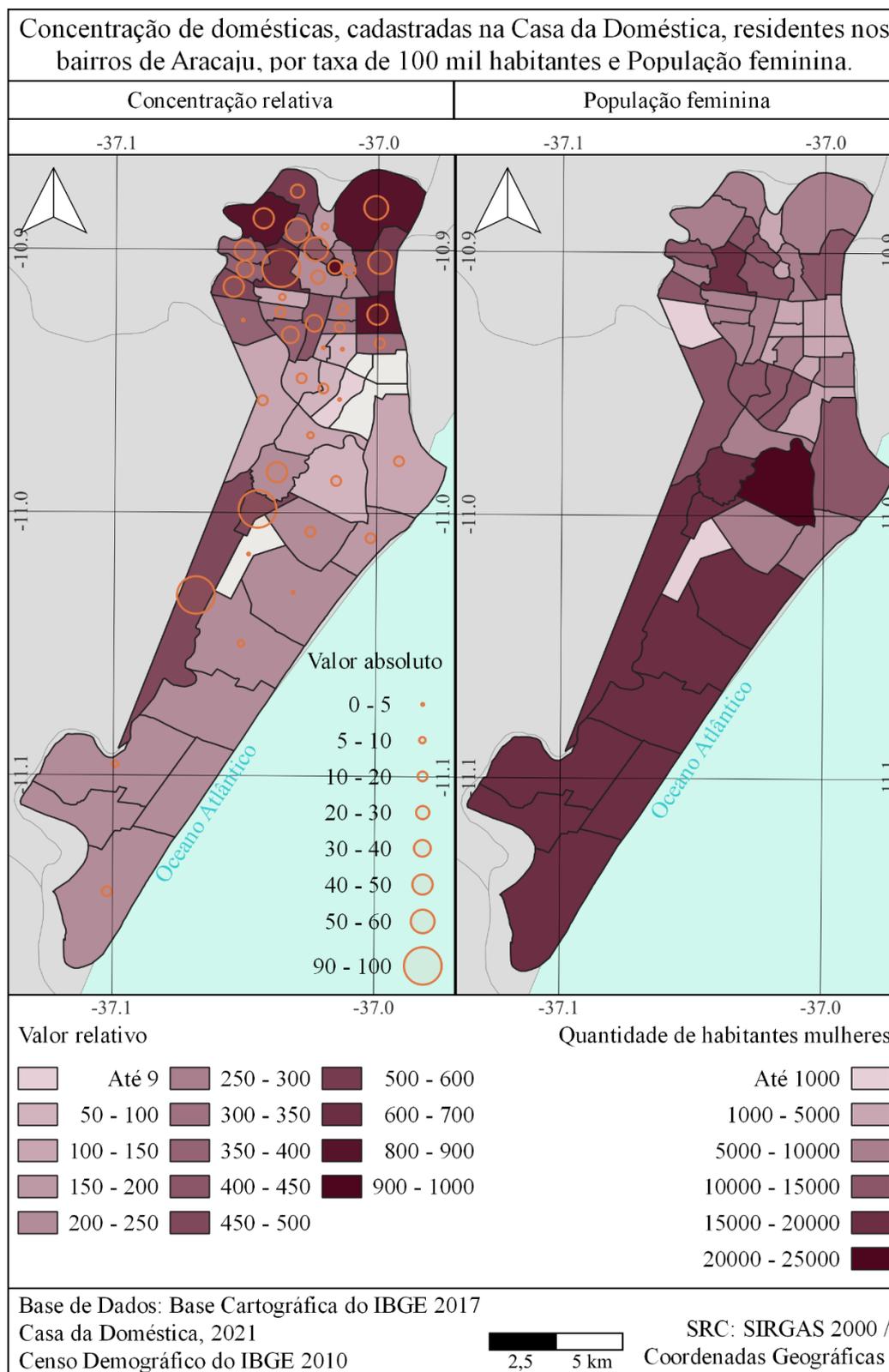


Fonte: Desenvolvido pela autora 2022

Também foi feita a relação da concentração de domésticas baseado na população feminina pelos dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 (ver a tabela 16 e os mapas da figura 48) o primeiro mapa exibe a concentração de domésticas por taxa de 100 mil habitantes e o segundo os bairros mais populosos. Dessa forma é notável que mesmo alguns bairros tendo uma grande população de mulheres a concentração de domésticas não necessariamente é alta, como o caso da Farolândia, bairro mais populoso de Aracaju e com um

dos menores índices.

Figura 48 - Comparativo da concentração de domésticas residentes em Aracaju por taxa de 100 mil habitantes e população feminina



Fonte: Desenvolvido pela autora 2022

Além disso, os dados relativos apresentam uma concentração diferente em comparação aos dados absolutos, o bairro Palestina, por exemplo, que não tem um número tão alto de domésticas aparece com a proporção mais alta, 952 domésticas a cada 100 mil habitantes. Os bairros Santa Maria e Santos Dumont que tinham a maior porcentagem em valores absolutos, com 9,37% e 9,17%, aparecem agora com 489 domésticas por 100 mil habitantes e 606 domésticas por 100 mil habitantes, respectivamente. Todos esses dados estão demonstrados na tabela 16.

Tabela 16 - Valores absolutos, relativos e porcentagem de domésticas residentes por bairro e zona de Aracaju

Zona	Percentual Zona	Bairro	Valor Absoluto	Percentual Bairro	Valor Relativo
Zona Norte	48,32%	Porto Dantas	52	5,13%	831
		Japãozinho	9	0,89%	183
		Lamarão	27	2,66%	512
		Cidade Nova	55	5,42%	437
		Soledade	45	4,44%	809
		Bugio	41	4,04%	378
		Jardim Centenário	33	3,25%	390
		Santos Dumont	93	9,17%	606
		18 do Forte	29	2,86%	214
		Industrial	58	5,72%	530
		Palestina	25	2,47%	952
		Santo Antônio	23	2,27%	297
Zona Oeste	18,24%	Olaria	50	4,93%	491
		J. Conrado de Araújo	10	0,99%	125
		Capucho	2	0,20%	368
		Jabotiana	11	1,08%	105
		Novo Paraíso	19	1,87%	278
		América	38	3,75%	398
		Siqueira Campos	37	3,65%	403
		Ponto Novo	18	1,78%	126
Zona Leste	9,96%	13 de Julho	-	-	-
		Jardins	-	-	-
		Salgado Filho	-	-	-
		Grageru	1	0,10%	9
		São José	12	1,18%	316
		Luzia	12	1,18%	92
		Suissa	5	0,49%	70
		Pereira Lobo	4	0,39%	106
		Cirurgia	12	1,18%	345
		Getúlio Vargas	12	1,18%	287
		Centro	43	4,24%	880

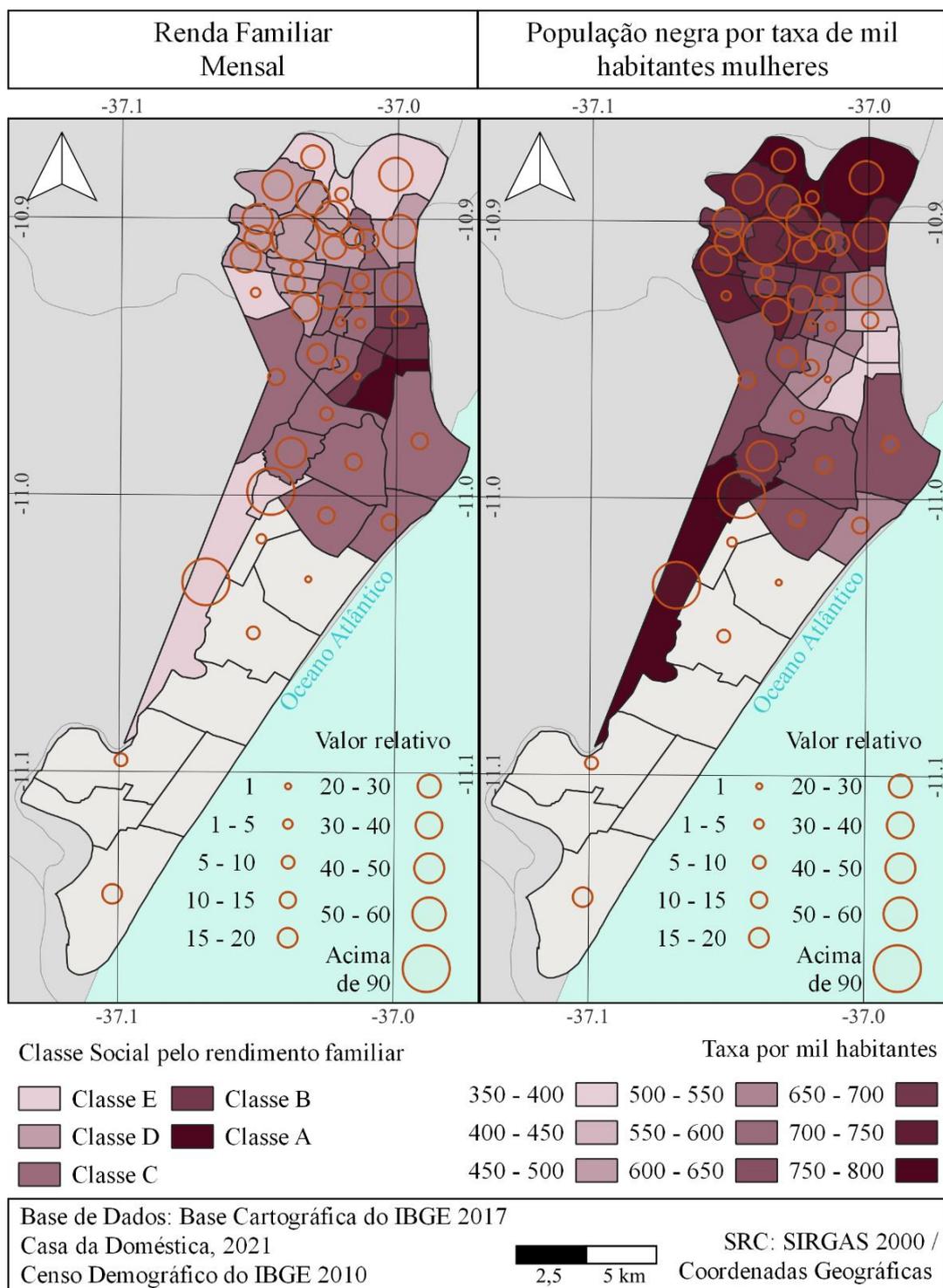
Zona Sul	20,12%	Inácio Barbosa	9	0,89%	104
		Coroa do Meio	14	1,38%	124
		Aeroporto	14	1,38%	218
		Atalaia	11	1,08%	158
		Farolândia	13	1,28%	54
		São Conrado	45	4,44%	241
		17 de março	3	0,30%	-
		Santa Maria	95	9,37%	489
ZEU	3,65%	Gameleira	-	-	
		Matapuã	-	-	
		São José dos Naufrágos	-	-	
		Mosqueiro	17	1,68%	209
		Areia Branca	7	0,69%	
		Aruana	1	0,10%	
		Robalo	9	0,89%	

Fonte: Casa da Doméstica, 2021. Organizada pela autora, 2021

Os bairros com maior concentração, acima dos 800, são, Palestina, já citado, Centro, Porto Dantas e Soledade, e os bairros com menor concentração, abaixo de 100 são, Grageru com 9, Farolândia com 54, Suíssa com 70 e Luzia com 92 domésticas por 100 mil habitantes, bairros com renda familiar considerável, R\$ 6.724,91, R\$ 3.141,78, R\$ 4.784,45 e R\$ 4.589,58, classe média e média alta, segundo o Censo Demográfico do IBGE 2010. Além da renda, outro aspecto relevante é a concentração de mulheres negras por bairro, por isso a figura 49 apresenta o comparativo entre a população negra por mil habitantes ao lado do mapa com a renda familiar mensal, separando os bairros pela classe social, sendo Classe A as famílias com renda superior a 20 salários mínimos, B entre 10 e 20, C entre 4 e 10, D entre 2 e 4 e E as famílias com até 2 salários mínimos.

Esse comparativo mostra que a maior parte das domésticas moram nos bairros com maior concentração de mulheres negras e com classes mais baixas, quanto mais a renda cresce mais branca é a população. Esses últimos mapas reafirmam os dados nacionais de que as domésticas são mulheres racializadas e pobres. Os bairros da Zona de Expansão e o 17 de Março não possuem informações de renda no Censo Demográfico de 2010, por isso aparece em branco nos mapas. A tabela 17 apresenta os valores da renda familiar.

Figura 49 - Mapa comparativo entre a população negra por mil habitantes e a renda familiar mensal, separando os bairros pela classe social



Fonte: Desenvolvido pela autora 2022

Tabela 17 - Bairros aracajuanos divididos por classe social definida com base na renda familiar mensal

Bairro	Renda Familiar Mensal	Classe
Porto Dantas	814,54	
Marivan	843,38	Classe E
Santa Maria	843,38	

Japãozinho	878,33	
Capucho	943,24	
Lamarão	986,28	
Olaria	1083,40	
Soledade	1105,03	
Jardim Centenário	1122,34	
Santos Dumont	1252,15	
América	1261,11	
Cidade Nova	1261,47	
Dom Luciano	1261,47	Classe D
Bugio	1529,47	
Industrial	1535,49	
Palestina	1593,84	
Novo Paraíso	1594,84	
18 do Forte	1596,53	
J. Conrado de Araújo	1949,46	
São Conrado	2053,18	
Getúlio Vargas	2106,31	
Santo Antônio	2194,77	
Siqueira Campos	2384,38	
Aeroporto	3133,92	
Farolândia	3141,78	
Ponto Novo	3191,33	
Cirurgia	3289,23	Classe C
Jabotiana	3394,51	
Coroa do Meio	3610,47	
Centro	3842,53	
Pereira Lobo	3924,61	
Inácio Barbosa	4039,80	
Luzia	4589,58	
Atalaia	4633,67	
Suissa	4784,45	
São José	5949,68	
Grageru	6724,91	Classe B
Salgado Filho	7899,78	
13 de Julho	10098,86	
Jardins	13852,16	Classe A

Fonte: Censo Demográfico do IBGE 2010. Organizada pela autora 2022

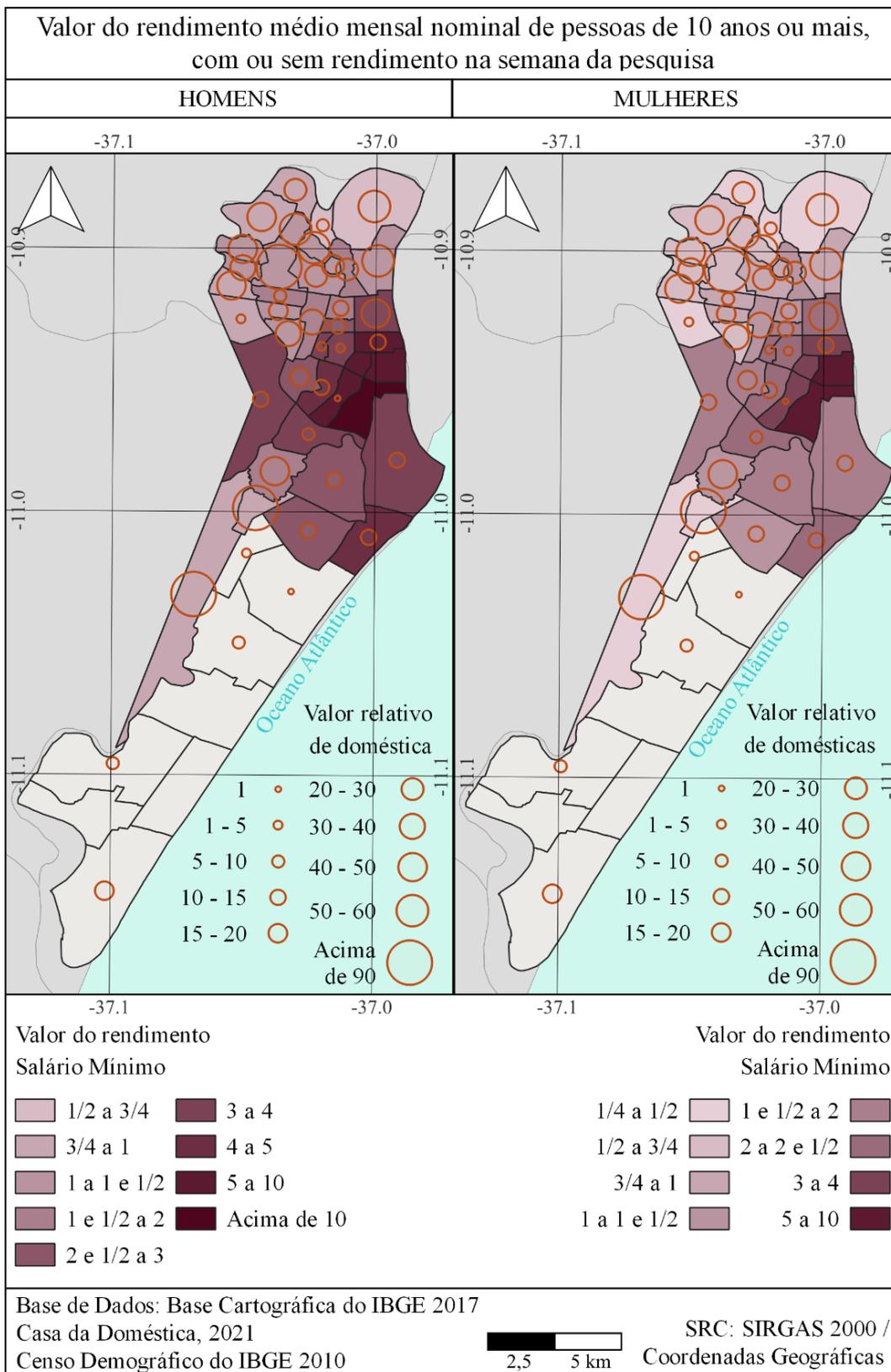
Quando analisada diferença salarial pelos mapas das imagens 50 e 51 percebemos que a diferença mais evidente entre gênero do que entre raça. Em 8 bairros os homens tem renda menor que um salário mínimo, enquanto as mulheres tem renda menor que um salário em 19 bairros. Quando observamos a diferença entre brancas e negras esse número está bem mais próximo como pode ser visto na tabela 18:

Tabela 18 - Valor da renda média nominal mensal das pessoas com ou sem rendimento

Cidade	Homem	Mulher	Branca	Negra
Porto Dantas	368,25	200,24	212,76	206,40
Japãozinho	380,68	213,18	239,84	222,63
Marivan	392,78	209,08	224,07	206,70
Santa Maria	392,78	209,08	224,07	206,70
Lamarão	449,45	245,27	261,02	263,73
Capucho	459,11	217,12	225,25	200,66
Olaria	490,52	265,47	277,73	263,05
Soledade	504,00	273,69	281,93	276,23
Jardim Centenário	522,81	280,22	286,40	289,37
América	537,34	299,02	334,07	293,32
Cidade Nova	566,93	310,92	328,67	337,62
Dom Luciano	566,93	310,92	328,67	337,62
Santos Dumont	567,86	306,29	322,49	307,42
Industrial	634,32	410,19	467,32	391,96
Novo Paraíso	650,04	417,00	402,43	424,15
Bugio	655,34	372,61	374,16	390,64
Palestina	682,14	394,30	435,86	359,93
18 do Forte	687,26	406,80	427,65	413,17
J. Conrado de Araújo	811,51	506,88	499,25	525,59
Getúlio Vargas	847,45	633,77	719,07	632,49
Santo Antônio	876,37	616,34	792,68	534,50
São Conrado	920,83	561,45	595,07	571,74
Siqueira Campos	1009,72	636,13	756,08	646,99
Cirurgia	1343,68	876,30	1080,47	738,20
Ponto Novo	1450,13	861,52	932,71	800,74
Aeroporto	1474,43	730,11	932,03	658,48
Farolândia	1477,53	874,69	1028,83	840,00
Jabotiana	1555,84	952,12	1032,16	905,33
Pereira Lobo	1580,34	1072,76	1239,57	888,31
Coroa do Meio	1688,92	862,86	1124,61	657,60
Centro	1742,99	1253,20	1496,82	1056,85
Inácio Barbosa	1854,72	1146,04	1318,88	940,62
Suissa	2006,27	1255,71	1495,69	959,71
Luzia	2082,76	1247,66	1331,40	1169,69
Atalaia	2215,41	1230,86	1533,10	954,09
São José	2876,08	1580,02	1743,34	1346,89
Grageru	3103,48	1776,97	1909,58	1566,90
Salgado Filho	3483,00	1822,54	1962,66	1598,55
13 de Julho	4599,08	2648,07	2854,25	1974,30
Jardins	6491,67	3345,92	3673,66	2426,33

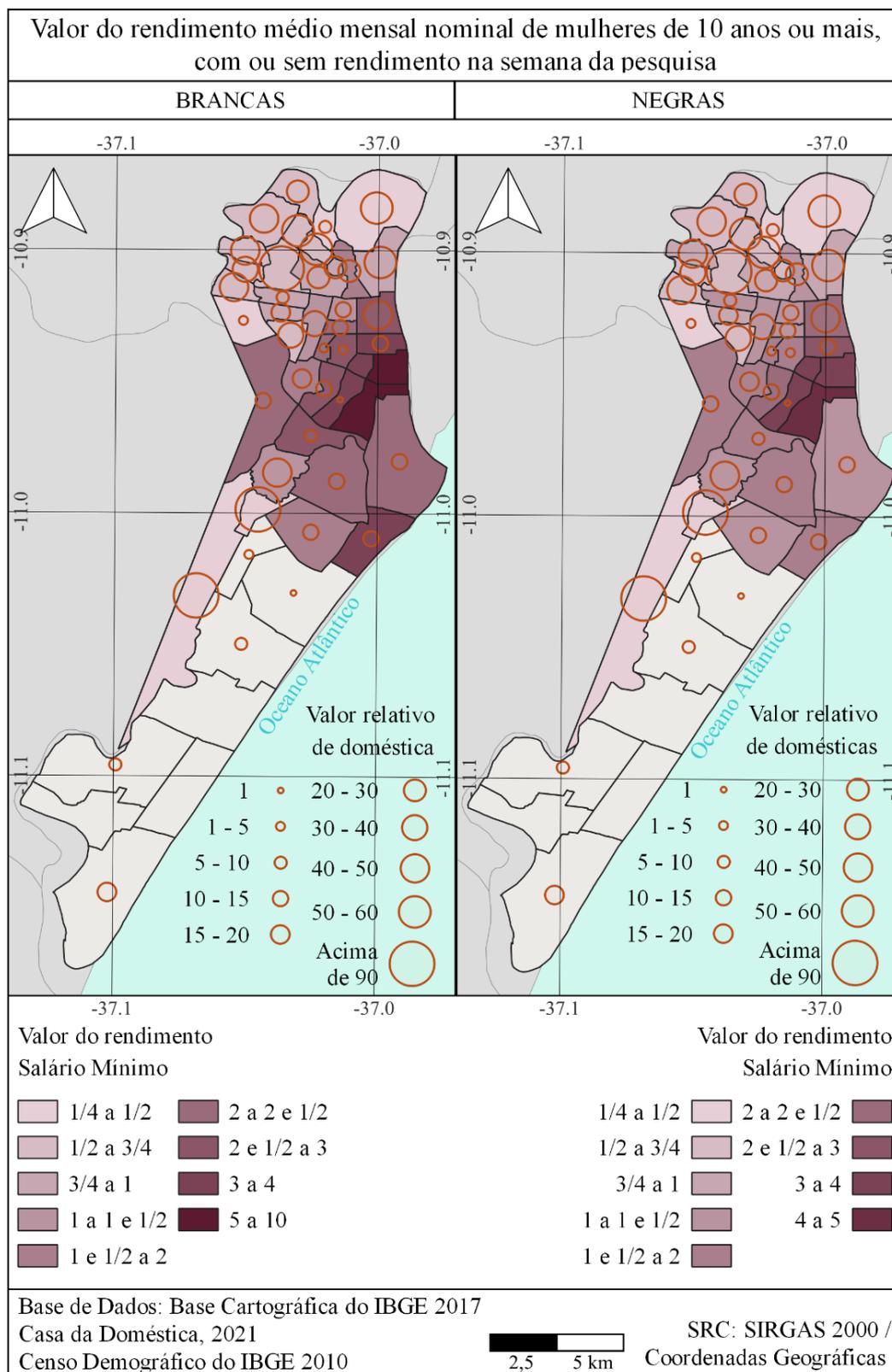
Fonte: Censo Demográfico do IBGE 2010. Organizada pela autora 2022

Figura 50 - Valor do rendimento mensal nominal de pessoas de 10 anos ou mais, com ou sem rendimento na semana da pesquisa



Fonte: Desenvolvido pela autora 2022

Figura 51 - Mapa comparativo do valor do rendimento médio mensal nominal de mulheres de 10 anos ou mais, com ou sem rendimento



Fonte: Desenvolvido pela autora 2022

As mulheres têm rendimento de 47% a 74% do rendimento dos homens, uma grande variação. Além disso, na maior parte dos bairros a renda feminina é até 60% da masculina, e somente 3 bairros apresentam porcentagem maior que 70%. O bairro Capucho, um dos mais pobres, é onde tem a maior diferença, seguido pelos bairros, Aeroporto, Coroa do Meio, Jardins e Salgado Filho, o que me chamou atenção por serem localidades com renda mais elevada, com exceção do Capucho. O Jardins e o Salgado Filho são o primeiro e o terceiro de maior renda na capital e apresentam uma das maiores diferenças, com as mulheres recebendo 51% e 52% da renda dos homens.

Segundo dados do IBGE, as mulheres brasileiras em 2019 recebem 77% da renda dos homens e “a desigualdade de rendimentos do trabalho era maior entre as pessoas inseridas nos grupos ocupacionais que auferem maiores rendimentos [...] nos quais as mulheres receberam, respectivamente, 61,9% e 63,6% do rendimento dos homens” (IBGE, 2021, p.4). Esses últimos dados mostram uma diferença menor do que os números obtidos no Censo Demográfico do IBGE de 2010, e os dados de cor e renda também são bem diferentes do encontrado em Aracaju:

As razões de rendimentos entre categorias de cor ou raça e de sexo indicam que o diferencial por cor ou raça é maior do que o diferencial por sexo. Enquanto as mulheres receberam 78,7% do valor dos rendimentos dos homens, em 2018, as pessoas de cor ou raça preta ou parda receberam apenas 57,5% dos rendimentos daquelas de cor ou raça branca. [...] Destaca-se a vantagem dos homens brancos sobre os demais grupos populacionais, sendo que a maior distância de rendimentos ocorre quando comparados às mulheres pretas ou pardas, que recebem menos da metade do que os homens brancos auferem (44,4%). O segundo grupo de maior vantagem é o da mulher branca, que possui rendimentos superiores não só aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens dessa cor ou raça (razões de 58,6% e 74,1%, respectivamente). (IBGE, 2019, p.3)

Na maioria dos bairros aracajuanos as mulheres negras têm rendimento entre 70% a 98% da renda das mulheres brancas, em 6 bairros a porcentagem fica entre 58% a 70% e em 7 as mulheres negras ganham entre 1% a 5% a mais do que as brancas, diferença praticamente irrisória, além disso, nos bairros mais pobres a desigualdade de rendimento é menor. Esses valores do Censo Demográfico do IBGE 2010 diferem bastante dos dados mais recentes de 2018 no caso racial e 2019 quando se trata de gênero. É evidente que estamos comparando a média nacional com dados específicos da capital sergipana, logo pode ser que os valores tenham melhorado em algum nível, mas o mais provável é que a questão regional interfira na diferença entre a média brasileira e a média dos bairros aracajuanos.

Diante desses dados, se confirma a hipótese de que a maioria das mulheres que trabalham como doméstica e moram em Aracaju residem em bairros mais periféricos, com

menores rendas e escolaridades, as informações coincidem com as referências bibliográficas e estatísticas nacionais. Além disso, com os dados iniciais deste capítulo fica evidente que existe uma segregação territorial que mantém as pessoas pobres e negras às margens da cidade. Por isso, o próximo capítulo abordará como essa fragmentação urbana dificulta o deslocamento das pessoas dentro da capital, principalmente das mulheres. O capítulo tratará não apenas de Aracaju, mas da RM pois os quatro municípios compartilham do mesmo sistema de transporte público.

A volta pra casa⁸⁶

Trabalhadora voltando pra casa
Perguntando pra Deus: "Por que não tenho
asas?"
Pra voar pelos ares e voltar para o lar
A real, ônibus cheio dói só de pensar
[...]
Nove horas o trabalho é bem mais suave
Que as duas horas balançando na condução
O dia inteiro dando duro
Uma volta cansativa, ainda desce bem no ponto
mais escuro
A violência subindo de nível
Do receio da solidão a sensação da mulher é
horrível
Ela caminha, semblante preocupado
Escuridão, o bar da rua se encontra fechado
[...]
É hora de voltar pra casa
Trabalhador só quer chegar bem
Infelizmente não tem asas
E precisa das ruas, e das linhas do trem
A condução está tão cara
Conforto é o que não tem
Mas o trabalhador encara essa rotina
Sem nunca depender de ninguém

Danilo Albert Ambrosio (Rincon Sapiência)

⁸⁶ Rincon Sapiência. Rincon Sapiência - A Volta pra Casa. YouTube, 27 de nov. 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=vSVY1rzAW9w>

4 DESLOCAMENTO ATÉ A CASA DO PATRÃO

Para que o espaço urbano seja utilizado é necessário o deslocamento, seja para ir a um mercadinho próximo de casa, ou ao posto de saúde do bairro, ou visitar um parente em um bairro distante, ou ir para trabalho em outra cidade, a locomoção é inevitável e fundamental para a vida das pessoas. Alguns desses percursos podem ser feitos a pé, bicicleta, para outros esses modais são inviáveis e é necessário um transporte público, ou veículo particular.

Nas grandes cidades onde a atuação das relações capitalistas é mais evidente e o espaço urbano mais fragmentado esses deslocamentos podem ser maiores ou menores. É comum que alguns bairros não tenham muitos bens e serviços e a população precise fazer grandes deslocamentos para ter acesso aos mesmos. Além dessa relação dentro de um município, esse movimento também ocorre entre cidades, onde uma oferece mais oportunidades de emprego, mais serviços e a população de cidades menores se deslocam para as maiores, por isso “os meios de comunicação, especialmente os transportes foram fundamentais para estabelecer um elo entre as cidades e o mundo exterior a elas”. (SANTOS, 2016, p.30)

O espaço intra-urbano, ao contrário [do espaço regional], é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho [...], seja enquanto consumidor [...]. Exatamente daí vem, por exemplo, o enorme poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços [...], que geram e atraem a maior quantidade de deslocamentos (viagens), pois acumulam os deslocamentos de força de trabalho – os que ali trabalham – com os de consumidores – os que ali fazem compras e vão aos serviços. (VILLAÇA, 2001, p.20 Apud RODRIGUES, V. 2017, p.21)

Santos (2016) ressalta que o transporte tem uma grande importância na integração da rede urbana e que no Brasil essa comunicação se iniciou com a construção de ferrovias e posteriormente com as rodovias. Essas estradas aparecem “como um elemento orientador no processo de integração do espaço, a partir de uma rede que se estabelece e liga os mais distintos lugares, sejam regionais, nacional ou até mesmo internacional. No espaço urbano das grandes cidades não poderia ser diferente” (SANTOS, 2016, p.31).

Em Aracaju, por exemplo, conforme o município se expandia e extrapolava os seus limites, foi necessária a ampliação das estradas para conectar esses locais com as demais áreas urbanas, e por consequência ocorria a especulação dos terrenos vazios, como foi o caso da Rodovia José Sarney e a Rodovia dos Náufragos na Zona de Expansão Urbana, como será demonstrado adiante. Além disso, a presença da rodovia BR 101 e BR 235 foi um pivô da construção dos loteamentos, como o Parque dos Faróis e Conjunto Jardins, em Nossa Senhora do Socorro. Esse elemento de comunicação é extremamente importante na formação das cidades orientando, inclusive, o crescimento urbano. Como Rodrigues, V. (2017) explica:

As vantagens locacionais dos terrenos situados às beiras do limite político-administrativo de Aracaju e a presença de um eixo de transportes fundamental para a comunicação com a capital foram de grande importância para Nossa Senhora do Socorro destacar-se entre os municípios vizinhos, abrigando, em outras palavras, a expansão da capital enquanto ente físico e econômico. A ponte sobre o Rio do Sal, que liga a capital à Nossa Senhora do Socorro a partir do bairro Lamarão até o Conjunto João Alves é tida como um dos primeiros investimentos públicos que permitiram a expansão da capital para dentro dos limites de Nossa Senhora do Socorro e orientou sua ocupação e seu desenvolvimento. (RODRIGUES, V. 2017, p.38)

Além disso, ao longo dos anos, as transformações que ocorreram no espaço urbano aracajuano e da Região Metropolitana têm relação evidente com os arranjos capitalistas na relação entre Estado e mercado imobiliário. Mark Gottdiener (1997), sociólogo norte-americano, comenta sobre essa articulação entre as duas instâncias e afirma que o Estado por meio de legislação e projetos de planejamento urbano favorece os interesses das empresas imobiliárias, transformando o território em um meio de controle social e fragmentando o espaço urbano. Como Helene (2019) explica:

Esse autor (Henri Lefebvre) parte da segregação socioeconômica para explicar as diferenças de acesso aos direitos dentro da cidade. Segundo ele, o morador pobre periférico, não apenas enfrenta longas horas de transporte público ao sair para trabalhar e voltar para casa, como é propositalmente alienado dos espaços urbanos de centralidade. O direito à cidade surgiria, portanto, como contrário à alienação provocada pela urbanização segregadora. (HELENE, 2019, p.961)

A formação do espaço na Grande Aracaju exemplifica essa situação de interesses capitalistas gerando um espaço fragmentado e por consequência com longos deslocamentos para a classe trabalhadora. Por isso, esse capítulo iniciará explicando como foi implantado o Sistema Integrado de Transporte na capital sergipana e RM, mostrará a precariedade desse sistema principalmente após a pandemia e como os trabalhadores têm sofrido com esse descaso na mobilidade da Grande Aracaju, abordará também as dificuldades que as mulheres enfrentam na utilização do transporte público e na mobilidade dentro de uma cidade fragmentada e como Aracaju se apresenta nesse contexto.

4.1 “Ah minha filha, quando se trata de ônibus é o pesadelo de muito ser humano!”⁸⁷

A relação entre Região Metropolitana e Aracaju é muito entrelaçada, e os deslocamentos de pessoas entre essas cidades é extremamente comum, por isso, é importante entender como esses municípios passaram a se integrar e como funciona o transporte público na Grande Aracaju. Um detalhe que chamo a atenção é que a capital possui rios nas fronteiras com as três cidades que fazem parte da RM e isso, de certa forma, dificultou a conexão com

⁸⁷ Relato de Sandra

essas três cidades limítrofes. Por isso, a construção de pontes ligando esses territórios facilitou a comunicação interurbana e integrou a cidade de modo mais rápido do que o transporte marítimo.

Em Nossa Senhora do Socorro, existe conexão com Aracaju por terra, nos loteamentos e conjuntos em torno da BR 101 e 235 até a Zona Oeste da capital, porém o Complexo Taiçoca é separado da Zona Norte pelo Rio do Sal, afluente do Sergipe. Na década de 1980 a primeira ponte, João Alves Filho, foi construída interligando o bairro Lamarão com o Conjunto João Alves e em 2004, foi construída a segunda ponte, a José Rollemberg Leite, entre o bairro Porto Dantas e o Conjunto Marcos Freire II (RODRIGUES, V. 2017).

Em São Cristóvão também existe uma fronteira por terra, porém a região mais urbanizada se conecta com a capital por uma ponte sobre um afluente estreito do Rio Poxim, a data de sua construção não foi encontrada, porém no texto de Menezes (2011) é citada que havia uma ponte de madeira na década de 1980.

A cidade que mais demorou para receber essa conexão terrestre foi Barra dos Coqueiros, a ponte Construtor João Alves foi construída em 2006 e até esse ano a conexão entre as cidades era realizada através de embarcações marítimas, os Tototós, como são chamados os barcos que fazem essa travessia entre Aracaju e a Barra até hoje, além disso, o Rio Sergipe era o mais largo dentre os citados. (SANTOS, 2016)

Nessa época, anos 80 do século XX, Aracaju já extrapolava seus limites municipais iniciando assim, um processo de conurbação com os municípios de São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros. Crescia principalmente em direção da praia, região sul e para oeste rumo à BR 101. Já na direção norte enfrentava maiores dificuldades de expansão por conta da topografia acidentada e dos limites com o rio do Sal, mas com a construção da ponte sobre o rio do sal rumo ao município de Nossa Senhora do Socorro, a construção de um complexo habitacional no mesmo município e de um complexo industrial aí também implantado guiou a marcha populacional nesta direção [...] Aracaju mantém ligação, inicial, com São Cristóvão a partir da rodovia João Bebe Água, esta que foi grande responsável pelo processo de crescimento e de conurbação entre os dois municípios. Quanto à ligação com a Barra dos Coqueiros, esta se dava diretamente pela via fluvial [...] (SANTOS, 2016, p.65)

Apesar deste autor citar que havia um processo de conurbação entre Aracaju e Barra dos Coqueiros em 1980, não foram encontradas outras fontes que confirmassem isso, inclusive porque não houve ação do mercado imobiliário na Barra dos Coqueiros como aconteceu com Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão nesse período citado, esse movimento ficou mais evidente após a construção da ponte, por isso reitero que, provavelmente, nessa década não havia processo de conurbação entre Barra e Aracaju. Apesar disso, considere a citação importante pois explica brevemente como ocorria a ligação entre Aracaju e as três cidades que compõem a Região Metropolitana, fundamentando o que havia sido explicado, além disso

reafirma que na década de 1980, havia um crescimento urbano através da construção de rodovias e conjuntos habitacionais.

Santos (2016) também explica que nessa mesma década, em 1986, Aracaju implantou o Sistema de Transporte Integrado (SIT), tomando como base o sistema implantado em Curitiba, dessa forma, Aracaju foi a segunda cidade brasileira a “ter um sistema integrado de transporte público coletivo de passageiro através do modal ônibus” (SANTOS, 2016, p.41), e com pagamento de uma única passagem, desde que os passageiros façam a conexão nos terminais. Essa rede se estendia até os municípios de Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, porém essas cidades não tinham terminal de integração, estes se concentravam apenas em Aracaju até 2009⁸⁸, ver tabela 19 e figura 52.

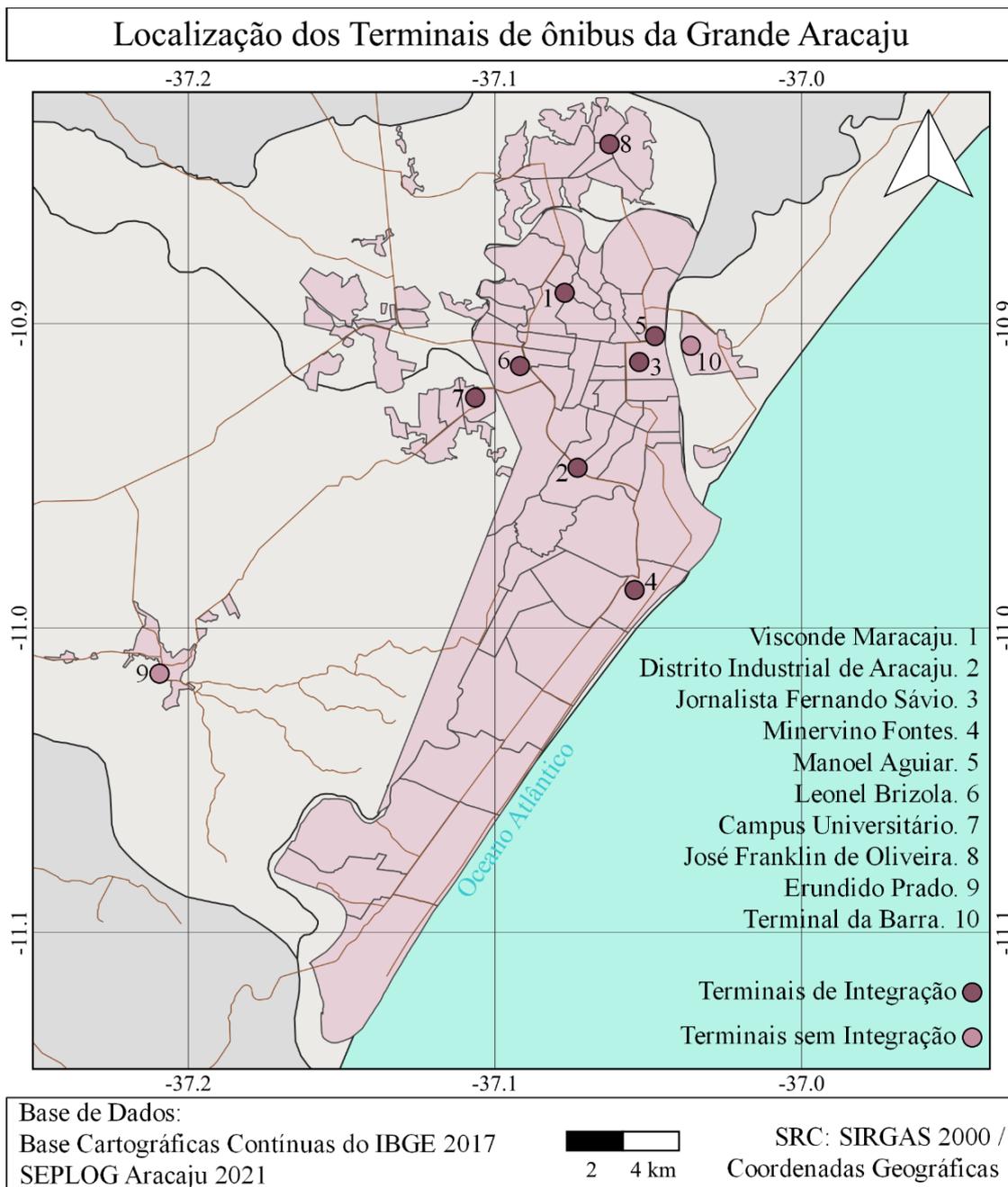
Tabela 19 - Terminais de integração do SIT/SIM

Nomes dos terminais	Ano de início de operação	Localização/ Bairro
Visconde Maracaju (Terminal Maracaju)	1987	Santos Dumont
Distrito Industrial de Aracaju (DIA)	1987	Inácio Barbosa
Jornalista Fernando Sávio (Rodoviária Velha)	1989	Centro
Minervino Fontes (Terminal Atalaia)	1990	Atalaia
Manoel Aguiar (Terminal do Mercado)	2000	Industrial
Leonel Brizola (Rodoviária Nova)	2006	Capucho
José Franklin de Oliveira (Terminal Marcos Freire)	2009	Marcos Freire II
Campus Universitário (Terminal da UFS)	Não Encontrado	Rosa Elze

Fonte: SMTT, 2010; SANTOS, 2016. Organizada pela autora, 2022

Figura 52 - Localização dos terminais da grande Aracaju

⁸⁸ 2009 foi o ano em que o Terminal de Integração Franklin de Oliveira Ribeiro foi construído em Nossa Senhora do Socorro, não encontrei a informação de quando o Terminal de Integração Campus, em São Cristóvão, foi construído.



Fonte: SMTT, 2010. Desenvolvido pela autora, 2022

Rodrigues, V. (2017, p.44) ressalta que em 1995 foi feita a Lei Complementar nº 25 que tornou a Barra, Socorro e São Cristóvão em Região Metropolitana junto com Aracaju, com o objetivo de “planejar políticas conjuntas de desenvolvimento urbano, além de fortalecer as relações entre os núcleos e ratificar a polarização da capital em relação aos demais territórios integrantes à sua área de influência”. Contudo, o mesmo autor relata que apesar da ponte José Rollemberg Leite ter sido construída em 2004, ligando Socorro e Aracaju, somente em 2008 começaram a passar linhas de ônibus pela ponte. Os terminais de integração em Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão foram construídos recentemente, e nesse momento foi estabelecido

o SIM, Sistema Integrado Metropolitano:

O complexo Rosa Elze, em São Cristóvão tem o terminal Governador Albano Franco (Terminal Campus), localizado ao lado da Universidade Federal de Sergipe, na Rodovia João Bebe Água, fazendo a conexão de todo esse complexo habitacional com a capital do estado, assim como com sua sede municipal. Ainda em São Cristóvão tem o Terminal Erundino Prado (Terminal Rodoviário de São Cristóvão, a rodoviária do centro da cidade) que funciona como terminal de integração. De igual maneira, em Nossa Senhora do Socorro, no complexo habitacional Taiçoca, foi inaugurado em 20 de setembro de 2009, após parceria entre a prefeitura de Aracaju e a do município de Socorro, o terminal de integração Franklin de Oliveira Ribeiro, localizado entre os conjuntos Marcos Freire I e II, o qual interliga não só esse município à capital, mas, sobretudo ao seu próprio território. Portanto, esses últimos constituem os terminais de integração do SIM, os quais estabelecem conexão com os demais terminais do SIT já que ambos fazem parte de um mesmo sistema de transporte coletivo. (SANTOS, 2016, p.94)

Santos (2016) afirma que o Terminal Erundino Prado é de integração, contudo, ele é um terminal rodoviário que funciona como ponto final das linhas e não atua integrado ao SIM, da mesma forma que funciona o terminal da Barra dos Coqueiros que passou a fazer parte do SIM em 2006 quando a ponte foi construída, contudo não é um terminal de integração e funciona como um ponto final das linhas.

Foi importante explicar o funcionamento do Sistema Integrado de Transporte e Metropolitano pois antes que a integração acontecesse existiam mais dificuldades na mobilidade dos usuários, como relatado pelas entrevistadas:

[Eu descia lá no Atacadão da Osvaldo Aranha](#) e ia a pé até lá, porque ela nesse tempo só dava duas passagem, nesse tempo o ônibus não entrava no terminal, só chegava até aqui e aí eu teria que pagar outra passagem [...] ele não entrava no terminal, ele tá entrando no terminal tem mais ou menos o que... uns 2 anos⁸⁹. Aí eu descia no Atacadão e ia a pé e voltava aí aos sábados ela ficava com medo, porque é mais perigoso, aí no sábado ela me dava as passagens, as quatro. (ADRIANA, 2021)

Cristiane conta de um episódio em que adoeceu quando tinha 11 anos e como foi difícil chegar ao hospital:

[...] [a gente foi no hospital aqui na cidade](#), em São Cristóvão e não tinha médico... tinha mas meu caso era bem urgente aí me mandaram pra Aracaju, e nós não sabia, minha mãe não sabia, a gente rodou rodou lá, eu nunca vou esquecer, eu desmaiando, andando no sol quente procurando esse Hospital Cirurgia e todo mundo ensinando errado, **porque na época não tinha terminais né, você descia num lugar e pra ir pra outro tinha que pagar passagem, e ela não tinha dinheiro da passagem... Foi andando, e nos perdemos, e andamos muito.** (CRISTIANE, 2021)

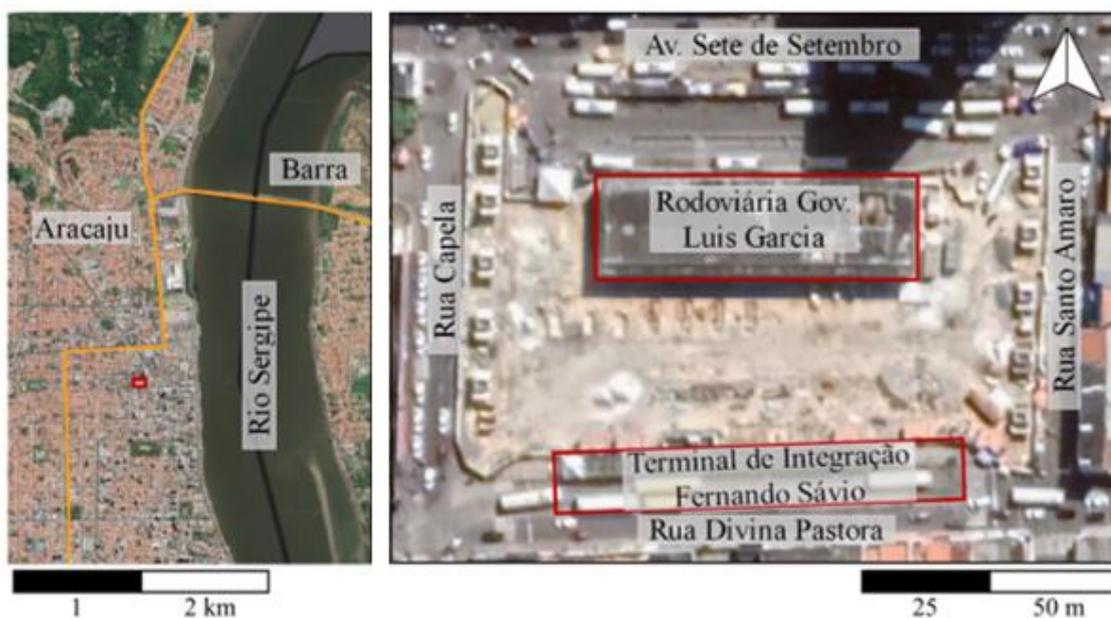
Ela ficou três meses internada e relata não ter recebido visitas de nenhum familiar nesse período, e dada a dificuldade de locomoção que eles enfrentavam na época e com a baixa condição financeira da família é possível que a ausência de visitas tenha sido em decorrência

⁸⁹ A integração aconteceu há mais tempo, mas no depoimento dessa entrevistada ela me relatou isso, porém o período que ela trabalhou nessa casa onde tinha que fazer esse percurso foi antes da PEC das domésticas.

disso.

Sobre os terminais da capital, o terminal de integração Jornalista Fernando Sávio fica localizado na mesma localidade do terminal rodoviário Gov. Luiz Garcia, hoje conhecido como Rodoviária Velha (ver figura 53). Não há integração entre os dois terminais, o primeiro recebe os ônibus da SIT e da SIM e o segundo recebe os ônibus intermunicipais das cidades de Sergipe e também alguns ônibus interestaduais.

Figura 53 - Localização da Rodoviária Velha do lado esquerdo e a distinção entre a Rodoviária Velha e o Terminal de Integração Fernando Sávio no lado direito.



Fonte: Google Earth, Bases cartográficas contínuas de 2017. Desenvolvido pela autora, 2022

Além da Rodoviária Velha, outro terminal que recebe os ônibus intermunicipais é o Terminal Rodoviário Gov. José Rollemberg Leite, chamada popularmente de Rodoviária Nova, e como sua localização é próximo da saída da cidade, ver figura 54, e tem maior infraestrutura esse terminal também recebe os ônibus interestaduais. Ao lado da Rodoviária Nova tem o acesso para o Terminal de Integração Leonel Brizola que integra o SIT/SIM, porém assim como a Rodoviária Velha, não existe integração entre ambos. (SANTOS, 2016).

Figura 5424 - Localização da Rodoviária Nova do lado esquerdo e a distinção entre a Rodoviária Nova e o Terminal de Integração Leonel Brizola no lado direito.



Fonte: Google Earth, Bases cartográficas contínuas de 2017. Desenvolvido pela autora, 2022

Quando me mudei para Aracaju conhecia pouco da cidade, tinha pegado ônibus poucas vezes, sempre com minha irmã, por isso ela me ensinou como funcionava o sistema, quais ônibus passavam pela avenida que eu morava e para quais terminais iam, para que eu pudesse me locomover sozinha. Eu aprendi bem rápido e achava fácil ir para qualquer lugar por conta disso, pois mesmo que não soubesse exatamente qual linha pegar sempre tinha algum fiscal no terminal para quem eu podia perguntar. Acredito que o fato de Aracaju não ser muito grande como outras capitais tenha facilitado também, porém o problema desse sistema de terminais de integração é que conforme a cidade cresce o terminal não suporta a quantidade de pessoas que chegam para pegar ônibus. Recentemente esse problema estava acometendo o Terminal do Mercado, e por esse motivo foi construído um novo Terminal, a figura 55 mostra o antigo terminal com uma ampliação improvisada com toldos, e a figura 56 mostra o novo Terminal inaugurado no dia 17 de março de 2022

Figura 55 - Antigo Terminal do Mercado



Fonte: Fotografia da autora, 2022

Figura 56 - Novo Terminal do Mercado



Fonte: Marcelle Cristinne/PMA, 2022. ⁹⁰

Outro problema desse sistema integrado é que existem situações onde a pessoa faz um trajeto maior do que o necessário para chegar ao local de destino, pois precisa pegar mais de um ônibus e fazer a conexão no terminal para não pagar a segunda passagem. Por isso, seria interessante utilizar não apenas os terminais de integração, mas também um bilhete que permitisse a pessoa fazer essas conexões em pontos usuais de ônibus. Como Helene (2019) explica:

A mobilidade não é pensada para trajetos pequenos e polarizados no entorno dos bairros habitacionais, mas, sobretudo, para os trajetos longos/pendulares entre residência e trabalho. Podemos observar tal fato de forma clara na estrutura viária típica de nossas cidades, radial, que liga centro e periferia, mas que não conecta entre si os bairros não centrais, sendo necessário, muitas vezes, um transporte até a área central para se locomover a um bairro vizinho, no qual se localizaria a escola das crianças, o mercado ou o posto de saúde mais próximo. O próprio bilhete de transporte poderia ser pensando de outra forma, para que reduzisse o custo da realização de diversas viagens no mesmo dia. (HELENE, 2019, p.961)

E essa situação descrita por Helene (2019) é ainda mais prejudicial às mulheres que fazem mais frequentemente esses trajetos curtos ligadas às atividades reprodutivas, como será aprofundado adiante.

Além disso, Santos (2016) aponta vários problemas que o transporte público aracajuano enfrenta, o autor diz que entre 2004 e 2006 é perceptível que “a frota total de ônibus em dias úteis cresceu 2,89% no intervalo de dois anos o que mostra aumento na demanda de usuários por essa modalidade de transporte” (SANTOS, 2016, p.103). Entretanto, o crescimento na Região

⁹⁰ Novo terminal dos mercados de Aracaju começa a funcionar e ambulantes reclamam de ainda não poderem comercializar no local. **G1 Sergipe**, 17 de mar. de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2022/03/17/novo-terminal-dos-mercados-de-aracaju-comeca-a-funcionar-ambulantes-reclamam-sobre-ainda-nao-poderem-comercializar-no-local.ghtml> Acesso em 11 de nov. de 2022

Metropolitana não foi tão evidente, mostrando que essa Região permanece negligenciada pelo sistema de transporte público, e além disso, o crescimento foi apenas em dias úteis, a frota do dia de sábado não aumentou e nos domingos diminuiu, demonstrando a lógica capitalista no sistema de transportes onde a necessidade é apenas ir ao trabalho e não usufruir a cidade para o lazer.

Outro dado analisado pelo autor foi o aumento de passageiros e de ônibus entre 2004 e 2010, e a conclusão é que houve “um crescimento no valor de pouco mais de 24,63% de passageiros transportados em relação ao ano de 2004 e um acréscimo de pouco mais que 12,41% no número de ônibus operantes em relação ao ano de 2004” (SANTOS, 2016, p.116), ou seja, o crescimento do transporte público não acompanhou o crescimento de passageiros, resultando, conseqüentemente, em superlotação dos ônibus.

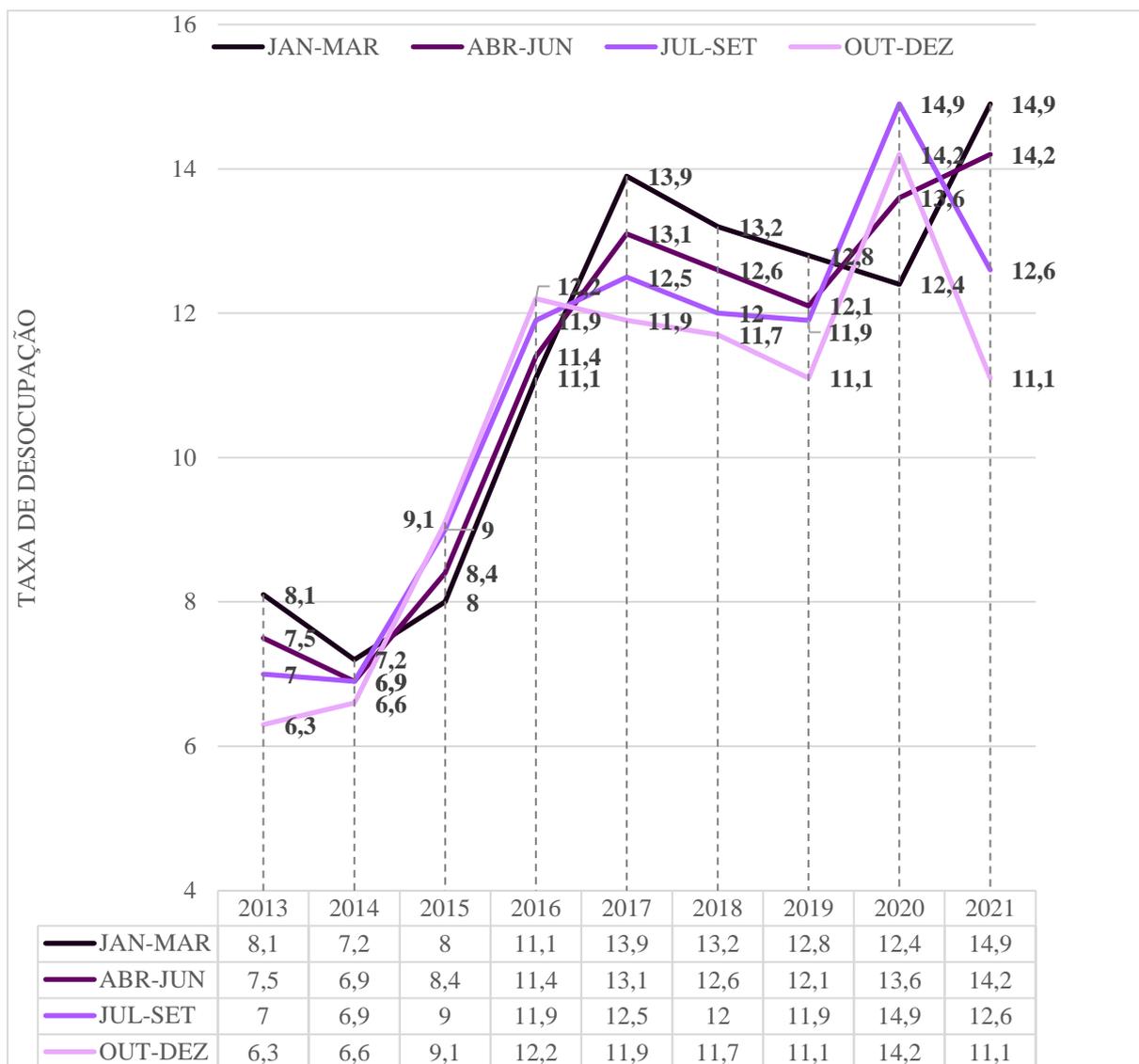
Por outro lado, entre 2010 e 2015 houve uma queda no número de passageiros, Santos (2016) percebe que caiu o número de usuários que utilizavam a carteirinha estudantil que paga meia passagem e caiu também o uso do vale transporte, dado pelas empresas aos seus funcionários. O autor interpreta que a redução do uso da carteirinha estudantil pode ter diminuído pela contratação de transportes particulares como vans e sobre redução do vale transporte o autor interpreta como uma “consequência da crise econômica vivenciada pelo país [...] sobretudo na redução dos postos de trabalho” (SANTOS, 2016, p.119), ou seja, a queda no uso do vale transporte é consequência direta da redução dos postos de trabalho formal em Aracaju. Santos (2016) ainda enfatiza, há 6 anos atrás, que:

O sistema vive um momento preocupante: sua frota é antiquada, mesmo com a inserção de alguns veículos novos – são carros altos, sem estrutura, sujos, com assentos desconfortáveis e alguns quebrados. O excesso desses elementos tem gerado uma insatisfação imensurável daqueles que usam o ônibus no dia a dia. (SANTOS, 2016, p.43)

O autor afirma que em 2016 a crise econômica já tinha reduzido os trabalhadores formais que tinham direito ao vale-transporte, contudo, com a presidência de Jair Bolsonaro a crise econômica só se agravou, principalmente após a pandemia. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD de 2021, divulgado em fevereiro de 2022⁹¹, mostra que a taxa de desocupação já vinha crescendo, mas teve seu pico durante a pandemia em 2020 e no início de 2021. No final deste ano o percentual era o mesmo do final de 2019, 11,1%. Ver gráfico da figura 57.

Figura 57 - Trajetória da taxa de desocupação, em porcentagem

⁹¹ PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Indicadores mensais produzidos com informações do 4º trimestre de 2021**. Rio de Janeiro, IBGE, 24 de fev. de 2022. Disponível em <https://static.poder360.com.br/2022/02/pnad-desemprego-24fev2022.pdf>. Acesso em 01 de dez. de 2022



Fonte: PNAD CONTÍNUA IBGE, 2022

Em abril de 2022, o site CNN Brasil⁹² publicou que o primeiro trimestre deste ano terminou com 11,2% de desemprego, a menor taxa desde o mesmo período de 2016, contudo, apesar do recuo no número de desempregados “a renda média do trabalhador registrou queda de 1,1% ante o trimestre anterior e de quase 10% na comparação anual”. Ou seja, mesmo empregadas, as pessoas tem ganhado menos e tem permanecido nesses empregos pela necessidade, além disso, comparando o primeiro trimestre do ano passado com o desse ano, houve um aumento da informalidade.

⁹² TUON, Lígia. Desemprego cai a 11,2% no trimestre até janeiro, menor taxa para o período desde 2016. CNN Brasil, São Paulo, 18 de mar. de 2022. Disponível em: [https://www.cnnbrasil.com.br/business/desemprego-cai-a-112-no-trimestre-ate-janeiro-menor-taxa-para-periodo-desde-2016/#:~:text=A%20taxa%20de%20desemprego%20no.Domicilios%20Contínua%20\(Pnad%20Contínua\).](https://www.cnnbrasil.com.br/business/desemprego-cai-a-112-no-trimestre-ate-janeiro-menor-taxa-para-periodo-desde-2016/#:~:text=A%20taxa%20de%20desemprego%20no.Domicilios%20Contínua%20(Pnad%20Contínua).) Acesso em: 01 de dez. de 2022

Por outro lado, também aumentou em 9,3% o número de pessoas com carteira assinada, contudo, vale ressaltar que a categoria das domésticas não registrou aumento nesse número. As entrevistadas também relataram o desemprego logo no início da pandemia e a contratação por meio da carteira assinada é muito difícil. Durante a pandemia, Lúcia perdeu seu emprego de carteira assinada em um restaurante e voltou para a vida de doméstica tendo que “aguentar” situações de exploração e a informalidade porque era isso ou passar fome. Adriana já estava trabalhando como ambulante antes da Covid-19 e permaneceu nesse mesmo trabalho, Sandra teve sua carga horária reduzida de 5 para 3 dias, além disso, sua patroa começou a pagar taxi por ser mais seguro, e quando ela chegava no trabalho tomava banho, trocava de roupa, trocava de máscara e não contraiu a doença. Juliana foi a única que permaneceu no emprego de doméstica da mesma forma que antes. Já Cristiane ficou três meses sem trabalho:

Ai eu passei um sufoco. Porque eles me deixaram em casa sem nenhum real e eu tinha cartão e fui pro SPC porque não tinha como pagar, eu fiquei depressiva porque eu fiquei muito contrariada, fiquei decepcionada porque eu não esperava que meus patrões fossem me deixar em casa desamparada, então pra mim foi... foi doloroso, foi assustador... o medo das mortes contínua, o desemprego, o desespero, então assim... tudo, o medo de perder a família, medo de ficar desamparada, até quando ia durar, o marido sozinho, a gente não esperava, nessa pandemia as contas altíssimas, eu tinha acabado de fazer uma casa então assim tava... tava naquela fase que gasta mesmo, nos acabamentos da casa, rebocando, botando piso, eu morava de aluguel, então... eu fiquei desesperada, pedreiro pra pagar e não tinha dinheiro, foi desesperador, desesperador. [...] Eles viram que não dava mais pra ficar sem, ligaram pra mim perguntaram se eu tinha condição de voltar e eu voltei. (CRISTIANE, 2021)

Sobre esse período Márcia afirma que foi:

Terrível, muito terrível, era... foi uma sensação péssima porque foi como se fosse todo mundo morrer, primeiro. Todo mundo fechava as portas! Eu tava fazendo congelado (comida congelada) pra 3 pessoas, duas me dispensou porque era idosa, tinha medo de morrer, na época eu tava pegando ônibus, comecei a pegar topic, sabe o que é né? Pegava topic, aí ela reclamava porque na topic vinha fechado no ar condicionado, ia ser pior... Aí eu digo, ai meu Pai amado! Pronto, fiquei só com uma. Aí na época eu tava morando aqui no Eduardo, tive que mudar pra São Cristóvão, aí fiquei lá morando em São Cristóvão, quando a situação melhorou as duas começou a me chamar de volta, pra ficar uma vez por semana, aí foi indo, foi indo, passou a ser duas vezes por semana e nessa brincadeirinha essa outra me ligou e perguntou se eu voltava, eu disse, olhe, é melhor ter uma coisa certa de carteira assinada do que acontecer isso. Não assinei minha carteira ainda porque estou me divorciando e estou com o nome de casada ainda. (MÁRCIA, 2021)

A entrevistada relatou que atuou muito no Sindicato das Domésticas nesse período da pandemia, fazendo campanhas para arrecadar alimentos: “**ajudei muita gente**, Graças a Deus, gravando os vídeos pedindo ajuda a população porque muitas pessoas passaram muita fome, as domésticas passaram muita necessidade.” (MÁRCIA, 2021).

Comentei que muitas domésticas foram dispensadas e que os patrões não

continuaram pagando:

Não pagava, e ficaram numa crise, tipo assim... Sempre as casas que a gente trabalhava tinha idoso, aí fazia assim o que: “ah pelo amor de Deus não pode vim, que vai matar minha mãe, vai matar meu pai, vai passar por isso então não vou poder ficar com você mais”, aí dispensava. Muita gente, muitas colegas minha da Casa da Doméstica são analfabeta, então só sobrevive daquilo. [...] o grupo que a gente tava, das domésticas, minha filha todo dia o pessoal: gente tem alguma cesta básica? Aí eu e Quitéria menina, correndo atrás de macaxeira, era milho, era abóbora, era cesta básica [...] Meu Deus do céu, era desesperador viu. Tinha gente que mandava áudio que a gente ficava ouvindo pedindo pelo amor de Deus que tava passando fome. (MÁRCIA, 2021)

Além das domésticas, os motoristas e cobradores de ônibus de Aracaju também sofreram, e têm sofrido com as condições precárias de trabalho, falta de pagamento e demissões. Vamos discorrer sobre esses pontos:

Primeiro: segundo a Folha de São Paulo, motoristas, domésticas e pedreiros foram os que mais morreram pela Covid-19⁹³ na cidade de São Paulo, e segundo uma análise do Instituto Pólis, as “áreas da capital menos afetadas pela doença são as de maior poder aquisitivo”, enquanto a população de baixa renda estava mais vulnerável tendo que transitar na cidade e percorrê-la em transportes superlotados, principalmente por conta da redução da frota de ônibus. Por conta disso, a categoria dos motoristas foi uma das mais afetadas pela doença, pois estavam muito expostos em seu ambiente de trabalho.

Segundo: em Aracaju a falta de pagamento dos funcionários gerou revoltas da classe e algumas greves foram iniciadas, o que prejudica a população geral que depende do transporte⁹⁴. São três empresas que atuam com esse serviço na capital e Região Metropolitana, são elas: Modelo (que inclui também os ônibus da Capital e Halley), Progresso (que inclui também os ônibus da Paraíso e Tropical) e Atalaia (empresa mais recente das 3). Os trabalhadores das duas primeiras são os mais afetados pela falta de pagamentos e as greves mais recentes ocorreram em fevereiro de 2022.

Esta foi a segunda greve nas empresas em apenas Halley, Capital e Modelo em apenas um mês. No início de janeiro passado, motoristas e cobradores paralisaram para protestar contra o não pagamento das férias, do 13º salário, e do FGTS, que há dois anos não era depositado. A paralisação desta segunda-feira afetou as linhas do bairro Porto Dantas, na zona norte de Aracaju, do conjunto residencial Marcos Freire e do complexo Taíçoca, ambos em Socorro. Ao todo 156 ônibus ficaram parados nas garagens das três concessionárias, afetando 19 linhas em Aracaju, nove em Nossa

⁹³ FREITAS, Cleyton. Motorista, pedreiro e doméstica são os que mais morreram por Covid. **Veja São Paulo**, 14 de fev. de 2022. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/motorista-pedreiro-e-domestica-sao-os-que-mais-morreram-por-covid/>. Acesso em: 04 de dez. de 2022

⁹⁴ Contudo é importante ressaltar que os grevistas não estão errados em reivindicar seus direitos e que a culpa desse movimento causar transtornos à população é, principalmente da administração pública que permite que essa categoria trabalhe de modo tão insalubre.

Senhora do Socorro e uma em São Cristóvão.

A crise do sistema de transporte coletivo da capital é gravíssima. No início deste mês, os trabalhadores das Empresas de ônibus Progressos, Tropical e Paraíso – pertencentes ao mesmo grupo – paralisaram as atividades para protestar contra o atraso dos salários e de parte do décimo terceiro de 2021. A greve retirou de circulação 125 ônibus das três concessionárias, que permaneceram estacionados em frente à sede do grupo empresarial por dois dias.⁹⁵

Terceiro: ocorreu durante a pandemia uma demissão em massa dos cobradores de ônibus, 256 funcionários. Dessa forma, os motoristas sofrem com o acúmulo de funções, a mais preocupante delas é dar o troco aos passageiros enquanto dirige, pois, esta tira a atenção do motorista na direção. Para diminuir essa carga, a SMTT (Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito) e a SETRANSP (Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Município de Aracaju) delimitaram algumas linhas de ônibus para funcionar sem aceitar dinheiro somente o Cartão Mais Aracaju. O sistema começou a funcionar em fevereiro de 2022, com “46 ônibus de 11 linhas do transporte público de Aracaju passam a ter sistema de bilhetagem totalmente eletrônica” (SALES, 2022)⁹⁶. A ideia é gradualmente aumentar a quantidade de ônibus que só aceitem o Cartão, que qualquer pessoa pode obter e a justificativa da SMTT e da SETRANSP é parar de usar o dinheiro para se tornar mais higiênico por conta da Covid-19, ver figura 58.

Figura 58 - Campanha para incentivar o uso do cartão Mais Aracaju em vez de dinheiro para embarque nos ônibus.

⁹⁵ Rodoviários encerram greve de ônibus em Aracaju. **Destaque notícias**, 14 de fev. de 2022. Disponível em: <https://www.destaquenoticias.com.br/acaba-greve-de-onibus-em-aracaju/#:~:text=A%20crise%20do%20sistema%20de,do%20décimo%20terceiro%20de%202021>. Acesso em: 04 de dez. de 2022

⁹⁶ SALES, Fernanda. 46 ônibus da Grande Aracaju atuam apenas com bilhetagem eletrônica a partir de terça (22). **AjuNews**, 21 de fev. de 2022. Disponível em: <https://ajunews.com.br/cidades/46-onibus-da-grande-aracaju-atuam-apenas-com-bilhetagem-eletronica-a-partir-de-terca-22/>. Acesso em 04 de dez. de 2022



Fonte: AracajuCard, 2022⁹⁷

Entretanto é nítido que essa atitude foi tomada por conta da demissão dos cobradores, Quitéria Santos (2021) foi entrevistada pela CUT para falar sobre o assunto e ela descreveu: “a gente olha pra esse cartão de transporte e só lembra dos trabalhadores demitidos”⁹⁸. Uma trabalhadora doméstica que não quis se identificar também relatou para a entrevista da CUT que:

A empresa Progresso não paga os motoristas em dia. Todo mês atrasa. Meu sobrinho não recebeu nem o 13º e as férias estão vencidas. No meio de uma crise dessas, demitir mais de 170 funcionários. Não tem mais cobrador no ônibus, e agora a gente paga com cartão. Mas o cobrador não desapareceu. Nem ele e nem a sua família. Ele agora é mais um desempregado passando fome.

A demora e a superlotação dos ônibus e terminais têm sido reclamação frequente nos jornais e em rede social, alguns registros de superlotação foram publicados em mídias sociais, como pode ser visto nas figuras 59 e 60. Além disso, no dia 21 de março deste ano os usuários do transporte público fizeram um protesto no Terminal Leonel Brizola reivindicando o aumento da frota de ônibus⁹⁹.

Figura 59 – À esquerda registro do dia 19 de março de 2021 mostra a superlotação dentro do ônibus da linha 600-2 - Circular Praias 2 que segue em direção à Zona de Expansão de Aracaju por volta das 6:30; à direita registro do dia 19 de abril de 2022, no Terminal DIA

⁹⁷ ARACAJUCARD. **Site do AracajuCard**, 2022. Site da empresa que administra a bilhetagem eletrônica de Aracaju e Região Metropolitana. Disponível em: <https://aracajucard.com.br> e https://aracajucard.com.br/wp-content/uploads/2022/02/03_Busdoor-01.png Acesso em 04 de dez. de 2022

⁹⁸ CORSO, Iracema. Em Aracaju, população se revolta contra demissão de 256 cobradores de ônibus. **CUT-SE Notícias**, 23 de fev. 2022. Disponível em: <https://se.cut.org.br/noticias/cade-o-cobrador-6a76> Acesso em 04 de dez. de 2022

⁹⁹ Usuários do transporte público da Grande Aracaju protestam em terminal. **FanF1**, 21 de mar. de 2022. Disponível em: <https://fanf1.com.br/cidades/2022/03/25699/usuarios-do-transporte-publico-da-grande-aracaju-protestam-e.html> Acesso em: 04 de dez. de 2022



Fonte: Instagram, 2021¹⁰⁰ e 2022¹⁰¹

Figura 60 - Foto da esquerda da linha 311 Rita Cacete/Zona Oeste superlotada, no dia 7 de abril de 2022; foto da direita de pixo no banco do ônibus, sobre o novo Terminal do Mercado e a falta de ônibus.



¹⁰⁰ GG SE. Enviado por um seguidor: A situação dos ônibus circular praias 1 e 2, Todo os dias 6 e 7 da manhã [...]. Aracaju, 19 de mar. de 2021. Instagram: @gatosegatase. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/CMniNokFVWB/?utm_source=ig_web_copy_link Acesso em: 19 de mar. de 2022

¹⁰¹ BSN NOTÍCIAS. Enviado por um seguidor: eu ainda estou à procura da cidade da qualidade de vida seu @edvaldonogueira [...]. Aracaju, 19 de abr. de 2022. Instagram: @bsnnoticias. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CciW1j2ldEo/?utm_source=ig_web_copy_link Acesso em: 19 de abr. de 2022

Fonte: Twitter, 2022¹⁰² e Instagram, 2022¹⁰³

As entrevistadas também mostram sua indignação com a qualidade no transporte público, Sandra diz:

Ah minha filha, quando se trata de ônibus é o pesadelo (ênfase nessa palavra) **de muito ser humano!** Se você pegar o ônibus 5 da manhã não é tão cheio, mas se você pegar por volta de 6:10! Muitos você não pega... [...] E outra! É em hora em hora que passa um ônibus, é muito pouco ônibus na linha. (SANDRA, 2021)

Adriana diz que no povoado dela só passa uma linha de ônibus com horários muito espaçados, dia de domingo tem apenas três horários e durante a semana os primeiros horários da manhã os ônibus são sempre lotados:

Então, ele sai de povoado em povoado, só que ele já sai cheio de lá do onde eu moro [...] o primeiro povoado que ele vai... ele sai aqui do centro aí vai pra lá pra onde eu moro, aí de lá ele vai pra outros povoados, só que quando ele sai de lá de onde moro já sai cheio, já sai gente em pé. [...] dos outros povoados aí é que sai em pé mesmo, se de lá já sai cheio. (ADRIANA, 2021)

Cristiane relata que quando vai ao trabalho demora 1 hora e meia para chegar e a volta entre 2 a 3 horas:

O trânsito não é muito (ida), mas os ônibus super lotados. (E na volta?) Três vezes pior do que a ida. Quatro vezes. (Concluí e ri). Eu saio as vezes 5... Pronto, eu saí 10 pras 5 ontem e só consegui pegar o carro 5 e 45, no ponto de ônibus aguardando, porque os que vinham, vinham muito cheios e eu não conseguia entrar e chega em casa quase 7 horas da noite. Geralmente dá 2, 3 horas de relógio, por causa da... do aumento de fluxo, é bem maior, todo mundo voltando, e os ônibus tão sempre lotados e geralmente você não consegue entrar no ônibus e eles demoram bem mais pra passar. (CRISTIANE, 2021)

Cristiane sai da sede de São Cristóvão e seu relato dialoga com o que foi contado por Márcia antes dela se mudar para o Eduardo Gomes. Quando pergunto se Márcia espera muito pelo ônibus ela conta:

Olhe, Graças a Deus não viu filha, por isso que eu vim morar aqui! Porque olhe, sofri tanto que eu chorava em São Cristóvão, ficava quase meia hora, vinha em pé me acabando, eu dizia, 'Meu Deus vou sair daqui!'. Aqui eu tenho opção, tem o 031 Eduardo, tem o 715 Tijuquinha e outros vários, fora a lotação, você pode ir de lotação também. (MÁRCIA, 2021)

A entrevistada também explica que tem casa própria na sede de São Cristóvão, mas optou por alugar essa residência para outra pessoa e com esse dinheiro pagar aluguel em alguma

¹⁰² Aracajuanes. (foto): @__clariana. Aracaju, 24 de mai. de 2022. Instagram: @aracajuanes. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cd82REsuh0v/?utm_source=ig_web_copy_link Acesso em: 27 de mai. de 2022

¹⁰³ WESS. Linha 311, mais um dia normal na vida do usuário do transporte público de Aracaju. [...] Aracaju, 07 de abr. de 2022. Twitter: @weesauto. Disponível em: <https://twitter.com/weesauto/status/1512088032534577152?s=20&t=xvImavK-ZWgRgwZ1FMKUTO> Acesso em: 07 de abr. de 2022

casa no Conjunto Eduardo Gomes, pois a espera pelos ônibus é bem menor e não são superlotados como os de São Cristóvão. Márcia relata que comprar uma casa no Eduardo Gomes é um dos sonhos dela¹⁰⁴, e não precisa ser um lugar grande porque: “[quando a gente trabalha fora](#), a gente só vem pra casa pra dormir, é como se fosse um hotel, faz uma coisinha, come e vai dormir.” (MÁRCIA, 2021)

Outro detalhe no depoimento de Márcia é sobre o táxi lotação, é necessário ressaltar que este modal que ela se refere não é o mesmo utilizado por Sandra e Juliana, apesar dos dois funcionarem de forma muito semelhante, pois como foi visto, os táxis do interior têm permissão municipal para realizar fretamentos, contudo burlam a legislação e funcionam como lotação. O táxi lotação da Grande Aracaju tem uma regularização específica e é gerenciado pela SMTT através do Decreto nº 061 do ano de 2002. Esse meio de transporte é muito comum em algumas localidades como a Zona Norte de Aracaju e nas três cidades da Região Metropolitana, justamente nas áreas onde o transporte público é mais escasso e negligenciado e por isso se torna uma opção alternativa para os usuários (SANTOS, 2016). Márcia Santos (2017, p.142) também enfatiza que:

Embora a informalidade no transporte de passageiros esteja presente em localidades com níveis de desenvolvimento diferenciados, são as áreas menos desenvolvidas que apresentam um maior número de transporte irregular. Isso se deve, sobretudo, à ausência de intervenção do poder público em ampliar e melhorar a qualidade do transporte, principalmente nas regiões mais longínquas dos centros econômicos. (SANTOS, 2017, p.142)

Lúcia também revelou usar esse meio de transporte, principalmente na pandemia. Ela relata que período como os ônibus eram mais lotados, preferia sair do Porto Dantas até o centro, mais de 4km, pra tentar pegar um taxi lotação. Esses táxis não são integrados com a linha de transporte público, geralmente têm um itinerário conectando essas localidades afastadas com o Centro de Aracaju, além disso a passagem tem valor único baseado na tarifa do transporte público, como define o Decreto nº061 de 2002 da SMTT¹⁰⁵:

TÁXI-LOTAÇÃO – veículo destinado ao transporte de passageiros sem utilização de taxímetro, com linha, roteiro e tarifa determinados e de acordo com o Decreto 1.084; [...] Art. 86. A tarifa para prestação de serviços de táxi-lotação não poderá ser superior a 1,5 (uma vez e meia) o valor da tarifa do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Aracaju. (SMTT, 2002, p.2 e 22)

E, apesar de ser um sistema de transporte crescente no interior e muito utilizado na

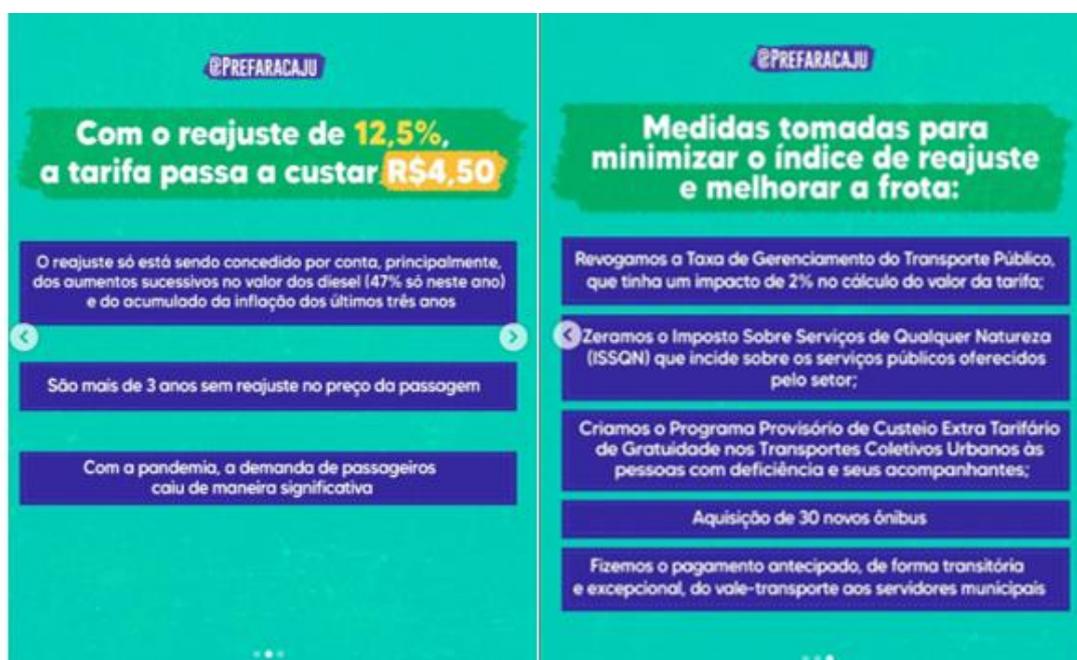
¹⁰⁴ E além disso, sonha em se formar em Farmácia e que pretendia tentar isso esse ano.

¹⁰⁵ SMTT. **Decreto Nº 061**. Regulamento do serviço público de transporte individual de passageiros por táxi do município de Aracaju. Aracaju, 13 de mar. de 2002. Disponível em: <http://www.smttaju.com.br/attachments/article/749/REGULAMENTO%20DE%20TÁXI.pdf> Acesso em: 09 de jan. de 2023

Grande Aracaju não há nenhuma referência sobre no Plano Diretor de Mobilidade de Aracaju de 2015.

Mesmo com toda a insatisfação dos usuários do SIM e com a baixa qualidade no transporte, no dia 13 de maio foi anunciado que a passagem iria aumentar, saindo de 4 reais para 4,50. No Instagram¹⁰⁶ da Prefeitura de Aracaju foi apresentada a justificativa do aumento e as medidas “reparatórias”, ver figura 61, contudo essas medidas não melhoram a qualidade geral do transporte, a aquisição de 30 ônibus novos não é suficiente e as demais medidas não interferem no dia a dia do cidadão da Grande Aracaju.

Figura 61 - Comunicado da prefeitura de Aracaju sobre o aumento da passagem de ônibus.



Fonte: Instagram da Prefeitura de Aracaju, 2022¹⁰⁷

Quem mais sente os defeitos desse sistema de transporte público são as mulheres periféricas, seja as mulheres que precisam sair todos os dias para o trabalho como também as que precisam resolver pendências no próprio bairro, como levar filhos no posto de saúde e escola. O fato de morarem distante das áreas mais centrais faz com que elas percorram longos percursos até o trabalho e percam horas do dia no transporte público, como ficou claro nos relatos das domésticas entrevistadas. Além disso, as mulheres possuem especificidades diferentes dos homens no deslocamento da cidade e por isso o próximo tópico abordará essas

¹⁰⁶ Rede Social online de compartilhamento de fotos e vídeos

¹⁰⁷ Prefeitura de Aracaju. **Após três anos e cinco meses sem reajuste, o valor da tarifa do transporte público vai ser atualizado [...]**. Aracaju, 13 de mai. de 2022. Instagram: @prefaracaju. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CdgybR4PxG5/?utm_source=ig_web_copy_link Acesso em: 09 de jan. de 2023

características.

4.2 Deslocamentos femininos

Como Daniela Cota (2019), arquiteta e urbanista e doutora em geografia, enfatiza, “mobilidade urbana significa não apenas como as pessoas se locomovem, mas também por onde, em que circunstâncias e com quais objetivos”, por isso é importante “repensar a forma como nossas cidades são ocupadas pelas diferentes pessoas, o uso que fazem dela e o tempo que despendem em seus deslocamentos” (COTA, 2019, p.1 e 2). São muitas especificidades que influem diferentemente em como e em quanto tempo se gasta nos deslocamentos. Os pós doutores em geografia, Márcio Ornat e Joseli Silva (2007), também pontuam que o direito ao transporte público é uma forma de garantir o direito à cidade, termo cunhado por Lefebvre em 1968:

[...] inaugurando conceitualmente o direito de apropriação do espaço urbano, tanto no sentido do direito de isso para atividades cotidianas como também do direito à participação dos habitantes como gestores do processo de produção das cidades. Assim, o “direito à cidade” significa direito “à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais” (LEFEBVRE, 2001, 139) (COTA, 2021, p.15)

Cota (2021, p.15) também ressalta que “a perspectiva de Lefebvre ainda apresenta uma visão homogênea do espaço urbano [...] baseado na imagem do homem branco heterossexual de classe média alta” e que cada grupo social se apropria dos espaços de formas distintas a depender das opressões que aquele grupo sofre, e por isso que o estudo interseccional é extremamente necessário para construir cidades mais igualitárias. Uma analogia usada pela estudiosa norte-americana sobre questões raciais, Kimberlé Crenshaw, para explicar a interseccionalidade é o encontro de avenidas. Uma mulher negra, por exemplo, se encontra num cruzamento entre duas vias, cada via representando um eixo de opressão, assim ela está mais sujeita aos impactos dos veículos vindos de dois lados, uma mulher branca está sujeita a menos impactos, e uma mulher negra e lésbica mais, por exemplo. (BERNARDINO-COSTA, 2015).

O espaço urbano não é neutro, é um reflexo das relações sociais, afinal, como Ana Fani Carlos (2013, p.53), doutora em geografia, relata, a sociedade e o espaço se produzem e se reproduzem continuamente “o que implica pensar na relação dialética sociedade/espaço (um se realizando no outro e através do outro)”. Souza (2005, p.99) também aborda esse aspecto dizendo que “o espaço social é ao mesmo tempo, um produto das relações sociais, e condicionador dessas mesmas relações”. A cidade reflete os valores da sociedade que a produziu, por isso se pode afirmar que o espaço não é apenas um local físico, estático, ele possui

significado, identificação e sentimento pelas pessoas que o experienciam. É o que Lefebvre distingue como espaço concebido e vivido:

Enquanto o espaço concebido (abstrato) consiste em uma representação do espaço – como aquela moldada pelo planejamento urbano –, o espaço vivido representa a experiência do indivíduo com o espaço, suas “relações de afetividade ou repulsão em relação às pessoas, aos espaços e às coisas” (SANTOS, 2015, p.174), os espaços de representação da vida, e se baseia nas abstrações de um mundo experimentado. (COTA, 2021, p.56)

Silva (2007) traz sua contribuição desse enfoque quando relata que o sujeito e o território estão intimamente relacionados e que os valores do sujeito se manifestam no espaço. Tendo em vista que as posições de poder são ocupadas majoritariamente por homens brancos e que são eles a frente das tomadas de decisões, inclusive na gestão das cidades, é possível concluir que os ideais que se manifestam no território são machistas e racistas, além disso, com a associação destes com empresas capitalistas ligadas ao setor imobiliários, os ideais de hierarquização de classes também aparecem. Por isso, “ao trabalharmos o espaço urbano de forma homogênea e universal – como fez o urbanismo modernista – estamos ‘escondendo’ certos sujeitos possuidores também de direitos” (COTA, 2021, p.38).

[...] a noção de território desenvolvida pela geografia baseada na teoria masculina heterossexual burguesa envolve um tipo de propriedade, conquistada historicamente pela violência, e imaginada e estruturada como uma 'fortaleza', como proteção de si e a exclusão de outros. [...] Nesse sentido, observa-se que há uma universalidade em termos de conquista espacial que se caracteriza como uma estratégia subjetiva de tornar invisíveis os outros oprimidos e capturados dentro do território. (SILVA, 2007, p. 122)

Por isso, cada corpo sente o espaço de forma muito particular, o que a arquiteta e urbanista, doutora em antropologia social, Paola Jacques (2008) chama de corpografia. Uma espécie de mapa corporal, uma “memória urbana inscrita no corpo, o registro de sua experiência da cidade, uma espécie de grafia urbana, da própria cidade vivida, que configura o corpo de quem a experimenta” (JACQUES; BRITTO, 2008, p.79). Dentro dessa perspectiva, algumas pesquisadoras de gênero como Cota (2019) e Gonzaga (2004), focam seus trabalhos em como a mulher se desloca e se apropria do espaço urbano.

Calió afirma que a cidade, produto de cada sociedade e suas contradições, reproduz espacialmente a situação de discriminação social vivida pelas mulheres, pois nela a divisão do espaço e do tempo expressa as mesmas divisões existentes na sociedade. E a maneira pela qual a cidade é estruturada afeta diretamente o tempo das mulheres: o importante fator da definição dos locais de moradia, dos equipamentos, do trabalho é o que determina seus trajetos, e se eles serão desgastantes ou gerarão contatos enriquecedores com a paisagem urbana. (GONZAGA, 2004, p.188)

E, como Cota (2019) ressalta:

[...] o uso que as mulheres fazem da cidade é diferente dos homens: como se deslocam, para onde se deslocam, para que se deslocam as mulheres e qual é o tempo gasto são temas não visibilizados e não incorporados nos planos e na gestão da mobilidade

urbana de forma específica e nem da política urbana de forma mais ampla. [...] os principais fatores que interferem na mobilidade das pessoas na cidade são: renda, idade, ocupação, escolaridade e gênero. (COTA, 2019, p.5)

A doutora em arquitetura e urbanismo, Terezinha Gonzaga (2004), enfatiza o conceito que Calió define como “lar expandido”, as mulheres como as mais responsáveis pelo cuidado da casa e filhos frequentemente estão utilizando a cidade para resolver questões que se relacionam com o ambiente doméstico como levar as crianças para a escola, o doente ao médico, fazer a feira no mercado, e por isso ela tem que “conciliar o emprego com os afazeres domésticos, com o horário da escola das crianças [...]. Por isso, as mulheres são as pessoas que mais conhecem o entorno próximo a sua casa (COTA, 2021, p.65), “seu direito de usufruir a cidade enquanto cidadã está diretamente ligado e condicionado a seu papel social.” (GONZAGA, 2004, p.188). Cota (2019, p.6) explica que “o principal problema enfrentado pelas mulheres está relacionado com a oferta de serviços públicos e privados que utilizam: a infraestrutura de transporte não coincide com as infraestruturas de serviços”. Além disso,

A literatura sobre mobilidade e gênero também salienta que além das mulheres se deslocarem mais no território e de forma menos linear e mais poligonal – por causa do mundo reprodutivo –, elas usam mais os meios de transporte e se deslocam mais à pé que os homens. As mulheres tendem a se deslocar mais, com viagens mais curtas e em horários mais variados, o que resulta em maior gasto de tempo e de dinheiro. Outra questão a se considerar é que como as mulheres estão mais inseridas no mercado informal de trabalho, os seus deslocamentos tendem a ocorrer muito mais cedo ou mais tarde do que os horários padrões para os quais o sistema de transporte é planejado. (COTA, 2019, p.11)

Por conta dessas particularidades, as mulheres vivem sempre numa luta para conciliar o tempo, pois, “a relação tempo-espço é ‘genderizada’” (ROSA, 2014, p.2 Apud COTA, 2019, p.5). “As mulheres – trabalhadoras dentro e fora de casa [...] apesar de toda a invisibilidade imposta pela cultura patriarcal, que as nega, as esquece, as desvaloriza” lutam pela sobrevivência, fazendo “um esforço gigantesco para tentar administrar o inadmissível” (GONZAGA, 2004, p.190). Ávila e Ferreira (2014, p.45) explicam que as mulheres vivem um dilema para equilibrar a vida profissional e reprodutiva:

A escassez de tempo é uma das principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres brasileiras, segundo a pesquisa. A permanência de uma rígida e injusta divisão sexual do trabalho, no contexto de ausência de políticas públicas que favoreçam o enfrentamento das jornadas extensivas de trabalho pelas mulheres, produz uma outra dimensão da pobreza entre elas – a pobreza de tempo. (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p.44)

Marcondes (2014) afirma que a escassez de tempo é um fato entre as mulheres negras que precisam “conciliar o inconciliável”, pois, apesar do tempo diário de 24 horas se aplicar a todos, as responsabilidades são diferentes nos contextos de raça e gênero. No caso da trabalhadora doméstica o dia se resume a desenvolver o mesmo serviço, durante o dia na casa

do outro e a noite em sua própria casa. A autora, em entrevista com algumas domésticas, percebe como elas precisam acordar cedo, deixar o café da manhã pronto para a família, seguir para o trabalho, a noite fazer o jantar e no fim de semana executar todas as outras tarefas que não conseguiram fazer ao longo da semana, lavar roupa, limpar a casa, lavar banheiro e preparar a comida da semana.

Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos com os cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos). Após “adiantar” os serviços caseiros, dirige-se à casa da patroa, onde permanece durante todo o dia. E isso sem contar quando tem de acordar mais cedo (três ou quatro horas da “manhã”) para enfrentar as filas dos postos de assistência médica pública, para tratar de algum filho doente; ou então quando tem de ir às “reuniões de pais” nas escolas públicas. (GONZALEZ, 1979, p.45)

Tudo isso se torna “uma exigência de tempo incompatível com as exigências de tempo do trabalho produtivo e que sobrecarrega as responsabilidades do trabalho reprodutivo.” (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p. 40). As autoras também afirmam que os longos deslocamentos nas grandes cidades agravam essa questão, e por isso “a situação dos transportes públicos contribui de maneira decisiva para a extenuação da capacidade física das mulheres, ampliando o cansaço gerado pela sobrecarga de trabalho”. (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p. 45)

Em relação ao transporte, duas situações aprofundam as dificuldades do cotidiano, a duração do tempo dos deslocamentos entre casa e local de trabalho remunerado que contribui no esgarçamento e na tensão vivida no cotidiano e a precariedade dos meios de transporte que leva à fadiga e à deterioração das condições de vida, produzindo um tipo de cansaço e exaustão física que se acumula àquelas causadas pela energia investida nas atividades do trabalho e pela precariedade das formas de trabalho a que estão expostas. Uma das participantes dos grupos de pesquisa chega a afirmar que “trabalhar não é ruim, ruim é o ônibus”. (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p. 40)

Tavares (2019, p.2) também aborda que as mulheres pobres que trabalham fora de casa são as que mais sofrem com a precariedade dos ônibus, além disso, muitas delas “se tornam domésticas para exercer também o trabalho doméstico nas casas e apartamentos das consideradas centralidades urbanas (que não se reduzem ao centro).”

Quando falamos de transporte, as evidências são mais explícitas. A maioria dos relatos da pesquisa realizada revela que grande parte do número de trabalhadoras(es) que saem antes das 5 e 6 horas da manhã em municípios da Baixada Fluminense, por exemplo, e antes das 6 e 7 horas nos bairros do subúrbio do Rio de Janeiro, são mulheres e, provavelmente, domésticas. Para quem vive nos bairros de classes média e alta do Rio de Janeiro (como Tijuca, Copacabana, Catete, Flamengo, Barra, Jacarepaguá), onde trabalham as domésticas entrevistadas, não é difícil perceber, pouco a pouco, mulheres chegando às portarias dos prédios residenciais que dominam a paisagem urbana dessas áreas. (TAVARES, 2015, p.108)

As domésticas que entrevistei também narraram essa situação, Márcia sai de casa 5:30, para chegar cedo ao trabalho e poder sair mais cedo também, “porque se tiver alguma

coisa pra resolver no comércio...” sobra algum tempo para isso. Lúcia conta do deslocamento que fazia até o trabalho na Zona de Expansão. Saía às 5 horas da manhã e chegava às 8h, pois perdia muito tempo esperando os ônibus, principalmente o Circular Praias 2. Quando descia no ponto de ônibus ainda caminhava 30 minutos. Na volta saía 17:30 e chegava em casa 19:30. Adriana, além de sair cedo enfrenta a pouca quantidade de ônibus em sua localidade

Eu moro distante pra caramba, eu saio 5h da manhã de casa. Pra fazer faxina quando é doméstica a gente sai 5h da manhã de casa, acorda 4 horas da manhã pra pegar o carro 5h da manhã, pra voltar pra casa no último carro que sai daqui 6 (18h) e 15 e chega em casa 7 (19h) e pouco, 7 (19) e meia por aí.” Se perder esse ônibus da volta? “Se perder tem que pegar um carro desse (ônibus da Coopertalse¹⁰⁸) que vai pra Itabaiana, desce no meio do caminho e vai a pé, ou consegue uma carona, alguém da família vai pegar. (ADRIANA, 2021)

Como Tavares (2015) explica, essas mulheres precisam fazer um grande deslocamento das periferias para as centralidades urbanas, para os bairros mais elitizados da cidade. Ao contrário delas, as mulheres ricas têm acesso a transporte particular e não fazem deslocamentos longos para trabalhar, por isso Tavares (2015, p.113) afirma que “os membros das famílias de classes média e alta, diferentemente das domésticas, têm seu cotidiano restrito às centralidades urbanas da cidade”. Muitas dessas pessoas só têm contato com as periferias pela presença das domésticas dentro de suas casas.

Por isso, o planejamento de mobilidade urbana deveria considerar as necessidades dessas mulheres periféricas, pois elas vivenciam o espaço urbano da periferia ao centro, elas sabem os problemas dos terminais, pontos de ônibus e dos transportes, entretanto como já afirmado, os interesses atendidos na cidade são os interesses dominantes e essas mulheres seguem sendo negligenciadas pela mobilidade urbana. Como Cota (2019) afirma:

De fato, nunca iremos entender a oportunidade de aumentar os itinerários e frequências de transporte público entre bairros residenciais se não observarmos a relação social entre mães que apoiam suas filhas com o cuidado de netas e netos; ou de implantar a parada de ônibus por demanda, segundo a qual as mulheres podem pedir ao motorista de ônibus para parar onde quiserem descer em períodos noturnos, especialmente em áreas em que não há fluxos comerciais ou pontuais entre áreas residenciais e onde são maiores as percepções de insegurança. Não veremos o problema da insegurança representado pelos bairros residenciais de moradias unifamiliares de alto nível, se não entendermos a sensação de solidão que as mulheres domésticas sentem quando precisam chegar cedo às casas de seus empregadores para que possam sair para trabalhar. Ruas em que não há janelas, lojas ou áreas públicas – porque a tipologia dominante é a de casas separadas das fronteiras públicas e protegidas do exterior por muros. Passar por estas ruas de carro pode não mostrar a sensação que alguém apresenta ao andar sozinho e com pouca iluminação – especialmente se for uma mulher. (COTA, 2019, p.6)

Gonzaga (2004, p.194) relata que uma pesquisa feita na Delegacia de Defesa da

¹⁰⁸ Cooperativa de Transporte Alternativo de Passageiros do Estado de Sergipe que faz transporte intermunicipal e até interestadual.

Mulher em Santo André “constatou que os estupros [...] aconteciam geralmente em lugares onde não havia comércio, nem iluminação” e onde se apresentavam “falhas no zoneamento da cidade”, como ocupação irregular ou mau uso do espaço, “tudo isso ainda mais prejudicado por falhas na implantação da infraestrutura de transporte e iluminação”. Esse tipo de situação também influencia nas escolhas diárias das mulheres quando se deslocam na cidade:

Por exemplo, uma mulher nem sempre escolhe um trajeto de deslocamento urbano pela sua distância, mas também, pela sensação de segurança que esse caminho proporciona. Quando há falta de iluminação, pouco movimento e falta de visibilidade (pontos cegos), é bem provável que a mulher mude seu percurso, mesmo que isso signifique andar mais. Nesse sentido, o desenho urbano afeta diretamente a vida das mulheres, ao propor, ou não, soluções que evitem esse tipo de configuração espacial segregante. (RODRIGUES, C. 2017, p.6 e 7)

Por isso é importante que o planejamento urbano incorpore a perspectiva de gênero e que as decisões sejam tomadas depois de conversar com a população. A participação popular para a construção e aprovação do Plano Diretor foi instituída pelo Estatuto da Cidade, entretanto enfrenta desafios a serem superados, como a arquiteta e urbanista argentina, Zaida Muxí, descreve para Cota em entrevista, para que as mulheres consigam participar é necessário pensar o horário adequado, ter espaço para crianças, desenvolver mais de uma metodologia, deixar as mulheres falarem primeiro e trabalhar somente com elas no primeiro momento. Sobre os problemas de transporte, Sandra comenta que “[as autoridades](#), eles não pensa no funcionário público, eles não pensam nisso, quem tem carro tem vantagem” logo, não conhecem as dificuldades encontradas pelos usuários do transporte público.

Contudo, Cota (2021, p.51) enfatiza que mesmo que a perspectiva de gênero fosse incluída no planejamento urbano, pouco mudaria na formação das cidades se esse instrumento fosse utilizado para favorecimento dos interesses capitalistas, pois não atacaria “as estruturas que geram cidades desiguais e excludentes”. Como Helene (2019, p.960) afirma “as intervenções urbanas, o urbanismo e o planejamento urbano e territorial são constituídos de modo a auxiliar a produção capitalista (o fluxo de mercadorias, a circulação de trabalhadores e o lucro); e não o bem-estar cotidiano de seus habitantes”.

A produção capitalista da cidade tem formado uma grande fragmentação urbana, que separa os espaços em áreas residenciais, comerciais, criando vazios urbanos, tornando os deslocamentos mais longos e inseguros e são as mulheres periféricas, em sua maioria negras, que mais sofrem com esses problemas. “Por isso, temos que pensar na produção e reprodução das relações sociais no espaço urbano [...] considerando as relações de poder de sexo, de raça, de classe, e a produção de desigualdades nas formas de uso da cidade” (COTA, 2021, p.37), para assim poder construir espaços mais seguros para essa parcela da população.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa passou por muitos desafios sejam pessoais ou acadêmicos, e por isso houve várias adaptações até chegar ao seu objetivo final, houve mudança de orientador, pandemia, obstáculos para encontrar domésticas que tivessem trabalhado na Zona de Expansão, novas possibilidades de dados através do contato com a Casa e o Sindicato das Domésticas de Sergipe, e somente após essas mudanças e adaptações que o objetivo e metodologia foram definidos. Para alcançar o objetivo de mapear onde moram as domésticas que trabalham em Aracaju a metodologia utilizada foi a coleta de dados quantitativos na Casa da Doméstica, que foram analisados em comparação com os dados do Censo Demográfico do IBGE 2010, dessa forma encontramos alguns resultados interessantes apresentadas no capítulo 2 e 3. E, para apresentar informações qualitativas a respeito das violências e resistências que essas trabalhadoras vivenciam na casa dos patrões foram feitas entrevistas com 6 mulheres onde foram relatadas as experiências delas nesse trabalho, e ao longo de toda a dissertação esses depoimentos foram cruzados com as referências bibliográficas, principalmente no capítulo 1.

Todos esses elementos trazidos na dissertação reafirmam o que as outras pesquisas e estatísticas falam sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil. É uma categoria profissional que enfrenta dificuldades na formalização do trabalho, possui baixa escolaridade e baixa renda e é uma categoria composta majoritariamente por mulheres e a maioria delas negras e pardas. Além disso, foi possível confirmar a hipótese que surgiu no começo desse estudo, que a maior parte das domésticas de Aracaju moram nos bairros pobres e de maioria negra, se concentrando na Zona Norte e no bairro Santa Maria na Zona Sul. Contudo, se não fosse a coleta de dados na Casa da Doméstica, não teríamos o conhecimento que há uma alta taxa de domésticas que residem na Região Metropolitana, uma taxa ainda maior de residentes em Itaporanga e Laranjeiras e uma quantidade considerável de domésticas que vem do interior de Sergipe, e até de fora do estado, para trabalhar na capital.

Esses dados utilizados, mesmo que estejam dentro do recorte de mulheres que se cadastraram na Casa, foram valiosos para traçar um perfil das trabalhadoras domésticas de Aracaju e para entender a dimensão socioespacial do trabalho doméstico remunerado em todo o estado sergipano descobrindo particularidades que não seriam possíveis sem o acesso aos cadastros feitos pela Casa. É interessante notar também que quando olhamos esses dados pelo viés dos números absolutos temos resultados que são bem diferentes de quando analisamos os dados relativos à população feminina o que trouxe uma nova perspectiva ao estudo. Um exemplo disso é como Laranjeiras e Itaporanga, que não são da Grande Aracaju, apresentam

uma alta taxa de domésticas por 100 mil habitantes femininas, maior do que as taxas da capital e da Região Metropolitana, por isso ganharam um destaque que não teria sido notado observando apenas os dados absolutos.

Por outro lado, os números absolutos também foram muito importantes, pois observando apenas o viés relativo pode parecer que as cidades do interior do estado não têm uma alta concentração de domésticas, mas considerando a distância que elas percorrem percebemos que é um número elevado, principalmente quando entendemos que o mais provável é que essas mulheres durmam na casa de seus patrões. Essa última informação é importante, pois Quitéria, vice-presidente do Sindicato, afirmou que muitas vezes essas mulheres do interior do estado são as que recebem menos, muitas vezes por desconhecimento dos seus direitos e além disso, uma das entrevistadas explicou que dormir na casa do patrão dá a eles mais liberdade para a exploração da carga horária de trabalho.

Ao longo dos quatro capítulos foram inseridos os depoimentos das entrevistadas dando mais embasamento para as referências bibliográficas. O capítulo 1 consegue traçar o histórico do trabalho doméstico remunerado no Brasil enfatizando como as mulheres negras e brancas tem um relacionamento completamente distinto com esse tipo de serviço, desde o período colonial. São as mulheres brancas e com maior rendimento as que majoritariamente delegam esse trabalho, e são as mulheres negras e pobres a maioria das que atuam nesse serviço delegado, dessa forma temos uma intersecção de opressões entre gênero, raça e classe.

Neste capítulo 1, os depoimentos das entrevistadas são bastante explorados e revelam muitas vulnerabilidades que enfrentam no trabalho e fora dele, pois a maioria delas relatam infâncias pobres que levaram algumas delas a abandonar os estudos e ingressar muito jovens no trabalho doméstico. Além disso, tanto nas entrevistas como nas referências bibliográficas fica evidente que a exploração da carga horária de trabalho é uma realidade constante principalmente para aquelas que dormem no trabalho, e a aprovação da PEC das Domésticas não mudou muito a realidade das trabalhadoras, pois a maioria delas não possuem carteira assinada, e algumas delas quando possuem o patrão não paga o valor referente ao INSS. A aprovação da PEC também mudou a forma de contratação dessas trabalhadoras, pois muitos patrões optam por contratar diaristas e não mensalistas para não ter a obrigação de assinar a carteira de trabalho. Outro dado que teve destaque em muitas entrevistas é como a necessidade do dinheiro faz com que se submetam a situações de humilhações e a pobreza extrema na infância de algumas delas as levaram para migrar em busca de uma vida melhor.

Durante a entrevista com Lúcia a questão da moradia chegou sem nem ao menos eu

questionar sobre ela enfatizou bastante na conversa como a conquista da casa própria foi importante para se afastar do ambiente tóxico de trabalho, pois antes ela dormia no emprego o que aumentava as explorações sofridas. Além dela, Márcia também falou da moradia quando eu questionei sobre as dificuldades para pegar ônibus. A entrevistada conta que tem uma residência na sede de São Cristóvão, mas que aluga essa casa e utiliza o dinheiro para morar de aluguel no conjunto Eduardo Gomes, que apesar de ainda estar na cidade de São Cristóvão está bem mais próximo da capital. Para Márcia, a localização de sua moradia é fundamental na hora de pegar o transporte público que segundo ela é mais escasso na sede e além disso, no conjunto ela tem mais acesso ao transporte alternativo, o táxi-lotação. Nesse caso, a entrevistada faz uma relação direta entre o local da moradia e a facilidade ou não do deslocamento na cidade.

Ainda sobre moradia, Quitéria e Maria Aparecida contaram sobre a atuação do Sindicato e sua maior conquista que foi a construção do Conjunto das Domésticas, um conjunto construído entre 1981 e 1985, com titularidade exclusivamente feminina e destinado a mulheres que já fossem mães, algo pioneiro no estado e talvez no Brasil. Apesar disso, quase não se encontra nada a respeito desse conjunto em pesquisas daqui de Sergipe, e em pesquisas a nível nacional não há nenhuma referência a outro conjunto que tenha a titularidade feminina exclusiva como nesse caso, por isso, é válido que em pesquisas futuras aja um aprofundamento sobre o Conjunto das Domésticas para afirmar com certeza se este é o primeiro conjunto no Brasil a ter titularidade em nome de mulher, exclusivamente.

O capítulo 2 inicia falando sobre as migrações de mulheres empobrecidas em busca de “uma vida melhor” que muitas vezes pela falta de estudo ou de oportunidade de trabalho nas cidades do interior são levadas a trabalhar como domésticas em outras cidades, e esse processo se relaciona muito com a questão da moradia já levantada no capítulo 1, pois muitas delas migram definitivamente e procuram se instalar na cidade que chegam. No caso de Sergipe, muitas pessoas migraram para Aracaju e uma parte delas conseguiu uma casa na Zona Norte, região desprezada pelos interesses imobiliários, e outra parte só conseguiu residência nos conjuntos habitacionais construídos em Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão que foram as localidades mais baratas para obter uma moradia. Coincidentemente, de acordo com os dados do Censo demográfico do IBGE 2010, a Zona Norte e a região metropolitana são localidades mais pobres e negras e de acordo com os dados da Casa da Doméstica essas também são as regiões com grandes concentrações de domésticas.

Essa questão habitacional que aparece no capítulo 1 e 2, mesmo não sendo foco do trabalho acaba aparecendo porque é algo importante e fundamental na vida das mulheres, ter

sua própria casa significa segurança e estabilidade, ainda mais se a titularidade for em seu nome. Dessa forma, vale ressaltar aqui na conclusão que o direito à moradia é uma questão de classe porque tem uma relação direta com o acesso à terra, onde os mais ricos têm mais opções de conseguirem uma residência em regiões mais favorecidas de infraestrutura. Contudo, o direito à moradia é também uma questão de raça e gênero, porque são as mulheres negras, principalmente as que são chefes de família, as mais empobrecidas e as que enfrentam maiores dificuldades para conseguir uma habitação em um local adequado.

É importante enfatizar também que os resultados que são encontrados no capítulo 2 durante a análise de dados revelam que a política habitacional deve ser pensada no âmbito metropolitano e intermunicipal e não apenas dentro do próprio município, além disso, com o arcabouço teórico do capítulo 1 e 2 fica notório que a mulher, negra e pobre necessita ser a prioridade da política habitacional, pois ela é quem mais sofre dentro desse território o que também fica evidenciado no capítulo 4, que será falado adiante.

Antes de avançar, é necessário apontar alguns outros resultados encontrados no capítulo 2 com a análise de dados feita com base no Censo Demográfico do IBGE 2010 e a coleta das fichas cadastrais na Casa da Doméstica. Com essa análise, a relação socioespacial do trabalho doméstico remunerado se torna mais patente no trabalho, pois os dados do IBGE de menor instrução, maior população negra e menores rendimentos além de se conectarem entre si também se conectam com os dados de concentração de domésticas. Ou seja, as cidades mais pobres geralmente são as cidades com menor rendimento, maior população negra e maior população de domésticas. E, nesse caso, temos a intersecção mais forte entre raça e classe.

Quando observamos de modo geral alguns mapas de rendimento das cidades cadastradas, é interessante perceber que no interior do estado de Sergipe e em suas adjacências os rendimentos não variam muito, apenas na capital que conseguimos ver rendimentos mais altos, além disso, a diferença salarial entre homens e mulheres e entre mulheres brancas e negras não é muito aparente no interior. O único mapa que a comparação de renda é mais perceptível em todo o interior é entre mulheres rurais e urbanas, neste caso é bem evidente que as rurais são mais empobrecidas, porém vale salientar que o salário das mulheres urbanas do interior também é bastante baixo, em nenhuma cidade é maior do que 1 salário mínimo.

Outro fator interessante é perceber que a discrepância salarial entre gênero é maior do que a discrepância entre raça. É possível notar que em algumas cidades as mulheres negras ganham mais ou quase o mesmo das mulheres brancas e quando olhamos entre homens e mulheres isso praticamente não ocorre, as mulheres ganham menos em quase todas as cidades,

exceto Ilha da Flores e Pacatuba, mas é uma diferença ínfima. Talvez essa diferença salarial entre raça no interior não seja tão perceptível pelas oportunidades de trabalho serem escassas para todas as mulheres de forma geral, algo relatado pelas entrevistadas como um dos motivos para se deslocar para a capital em busca de emprego.

O mapa de instrução também revela algo semelhante, a maior concentração de mulheres sem instrução ou com fundamental incompleto é no interior, quanto mais distante da capital maior concentração. Conforme o nível de instrução começa a subir o mapa começa a ficar mais homogêneo, e quando atinge o nível superior há uma grande discrepância entre interior e a capital. Também é nesse nível de instrução que percebemos mais a diferença entre brancas e negras.

Para finalizar o capítulo, estreitamos a análise do estado para a Grande Aracaju e Itaporanga + Laranjeiras, e foi feito isso porque estes são os dois municípios que possuem a maior taxa relativa de domésticas seguidos por Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão e Aracaju. Dessa forma, percebemos o mesmo padrão se repetir de quanto maior a pobreza, menor o nível de instrução, maior a população negra e maior a concentração de domésticas.

No capítulo 3 fazemos essa análise de dados em Aracaju, e para entender o contexto da capital mostramos como ocorreu a formação do espaço urbano e como a cidade é segregada racialmente e por classe, pois os locais de moradia da população pobre e negra estão às margens da cidade, expandindo para Região Metropolitana (principalmente Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão). Isso coincide com os dados coletados na Casa da Doméstica, tanto os dados absolutos quanto os relativos, e com os dados do IBGE 2010. Por isso, esse capítulo começa nessa perspectiva teórica da fragmentação urbana racializada e classista e finaliza apresentando os dados recolhidos na Casa e no Censo Demográfico do IBGE 2010.

Quando olhamos os mapas de concentração de domésticas por bairro em Aracaju notamos uma grande concentração, por números absolutos, no bairro Santos Dumont e Santa Maria. Quando analisado os dados relativos vemos um mapa mais homogêneo com uma concentração alta em vários bairros da Zona Norte, como Palestina, Soledade, Santos Dumont, Industrial e Lamarão, e também no Santa Maria na Zona Sul e no Centro na Zona Leste. Quando olhamos os rendimentos desses bairros citados, apenas no Centro as mulheres ganham mais de um salário mínimo. Outro fator interessante é que no interior quando coloquei os dados de população negra em mapa não houve nenhum padrão forte de relação entre os demais itens, apenas quando ampliamos a análise para Grande Aracaju + Itaporanga e Laranjeiras

conseguimos ver uma relação mais evidente, por isso o mapa de população negra no interior não foi incluído nesta dissertação. Contudo, em Aracaju há uma relação muito visível entre bairros com maior taxa de mulheres negras com os bairros com maior concentração de domésticas. Isso mostra que nas grandes cidades a diferença de raça e classe é mais notória territorialmente e que as domésticas que moram na capital são majoritariamente negras e pobres.

Sobre a questão de rendimentos, assim como mostrado no capítulo anterior, há uma conexão direta entre bairros mais pobres serem também os de maior população negra e com maior concentração de domésticas. Apesar disso, quando observamos a diferença salarial percebemos que a discrepância maior é entre gênero do que entre raça, pois são 19 bairros onde as mulheres tem rendimento menor que um salário mínimo contra 8 bairros onde os homens possuem esse mesmo rendimento, já entre raça são 19 bairros onde mulheres brancas ganham menos de 1 salário mínimo contra 18 bairros onde mulheres negras possuem esse nível de rendimento.

Ao chegarmos nesse ponto da dissertação, após essa análise de dados que se inicia no capítulo 2 até o capítulo 3, conseguimos perceber algumas relações entre raça e classe e algumas outras entre gênero e raça. Neste terceiro capítulo, ao analisar o território de Aracaju fica mais perceptível a fragmentação existente racialmente e por classe na capital, afinal ao olhar uma cidade “de cima” temos a percepção geral dessas estatísticas mapeadas, mas quando pensamos nas dificuldades enfrentadas pelas mulheres nesse território é algo que só é tangível quando analisamos “de baixo”, a partir do ponto de vista delas. Por isso, o capítulo 4 encerra a dissertação explorando esse ponto de vista e trazendo essa intersecção de raça, gênero e classe no território, mostrando o porquê as mulheres, principalmente as negras e pobres, enfrentam muito mais dificuldades nesse espaço urbano fragmentado do que os homens. O foco deste último capítulo é mostrar como funciona o sistema de transporte em Aracaju e Região Metropolitana e, principalmente, as dificuldades enfrentadas por essas mulheres nos deslocamentos diários.

O que a dissertação nos mostra até aqui é que por conta dos interesses imobiliários ocorre uma fragmentação urbana onde as pessoas negras e pobres são levadas a habitar as regiões mais periféricas, muitas vezes afastadas da malha urbana consolidada, em áreas ambientalmente frágeis, e no capítulo 4 é mostrado como isso dificulta a locomoção de todas as pessoas. Contudo, o que este capítulo enfatiza é como para a mulher, essa formação do espaço é prejudicial para seus deslocamentos e como o sistema de transporte não comporta suas

necessidades, afinal a mulher utiliza a cidade para fazer inúmeras tarefas relacionadas ao âmbito doméstico, como ir a feira, supermercado, levar filhos na creche, alguém doente no posto de saúde. O sistema de transporte não abarca essas particularidades e esses pequenos percursos, além disso, as mulheres são as mais vulneráveis à assaltos e aos assédios, seja no transporte público ou na rua. Dessa forma, o capítulo 4 expõe que são as pessoas negras e pobres quem mais enfrentam os problemas do transporte público, mas são as mulheres desse grupo as que mais sofrem, e por isso é possível afirmar que a formação do espaço urbano é racista, classista e machista.

O capítulo 4 também mostra os depoimentos das trabalhadoras domésticas sobre seus deslocamentos e além das dificuldades elas também relataram meios de contornar o uso do transporte público que é através dos táxi-lotação. No caso das entrevistadas da Grande Aracaju esse meio de locomoção é regularizado, e no caso das entrevistadas do interior o sistema que elas utilizam é regularizado como fretamento, porém na prática funciona como um táxi-lotação com cooperativas próprias em cada cidade. Apesar de não haver uma regularização precisa é um meio bastante utilizado por essas mulheres e difundido no interior do estado. Durante a pesquisa percebi que são escassos os estudos que falam sobre esse meio de transporte, faltam estudos que se aprofundem nesse modal mesmo sendo um meio bastante utilizado.

Todas essas conclusões foram mostradas ao longo da dissertação, porém existe outra análise que podemos fazer nesta conclusão que é retomar a pergunta do título. Onde moram as domésticas que trabalham em Aracaju? Você pode pensar que essa pergunta foi respondida ao longo do texto, e de modo territorial a pergunta foi sim respondida, os mapas conseguem mostrar onde elas moram. Contudo, precisamos olhar com mais atenção às mulheres que dormem na casa do patrão, porque apesar de terem sua própria residência elas passam a maior parte do tempo na casa dos outros.

Como foi apresentado a partir dos dados coletados na Casa da Doméstica, 22,3% das mulheres moram nas cidades do interior, 2,25% moram numa distância maior que 130km da capital, 6% moram numa distância maior que 100km, 9,8% maior que 75km e 12,8% maior que 50km. Olhando para a porcentagem pode não parecer muito, mas se considerarmos que Aracaju possui 20 mil domésticas (pela estatística de 3 domésticas a cada 100 habitantes), nós temos por volta de 4460 mulheres que vêm do interior para a capital, 450 que moram a mais de 130km de Aracaju, 1200 que moram a mais de 100km, 1960 mulheres a mais 75km e 2560 a mais de 50km. São números muito altos.

E não tem como eu afirmar a quantidade de mulheres que dormem na casa do

patrão, mas considerando as distâncias, eu acho impossível que alguém se desloque diariamente morando a 130km da capital, então no mínimo 450 mulheres dormem na casa do patrão. Considerando que Sandra dorme no trabalho morando a 75km de Aracaju e que uma distância de 50km é mais razoável de se percorrer diariamente, é possível afirmar que o número de mulheres que dormem no trabalho está entre 500 e 2000, aproximadamente. É uma quantidade muito grande de pessoas e por isso que todos os apartamentos de alto padrão em Aracaju possuem, o fatídico, quarto de empregada.

No capítulo 2 são apresentados os dados de Pinheiro et al (2019) mostrando que o número de mulheres que residiam na casa dos patrões diminuiu muito, no Nordeste, entre 1995 e 2018, o valor caiu de 23% para 2%. Essa redução é muito importante. É essencial que as mulheres possam sair daquele ambiente de trabalho e voltem para suas casas, tenham suas vidas fora daquele ambiente, como enfatizado no depoimento de Lúcia que conseguiu sua casa através de um programa do governo. E é possível que outras mulheres tenham conseguido suas casas por meio desses programas e por isso houve essa queda no número de trabalhadoras residentes no mesmo local de trabalho.

Entretanto, isso não é suficiente para muitas delas, Lúcia conseguiu morar na própria capital e pode voltar para sua casa todos os dias, mas não é assim para Juliana que só volta para seu interior aos fins de semana, sem contar que em outro emprego ela só folgava a cada 15 dias. Além disso, como foi mostrado através dos depoimentos no primeiro capítulo, dormir na casa do patrão dá mais “liberdade” para a exploração, Sandra fala isso claramente: “o fato de você dormir no emprego você não tem carga horária certa de trabalho, entendeu, então pros ‘patrão’ se você dorme você é obrigada a trabalhar até a hora que eles quer, eu já trabalhei de 5 e meia da manhã a 10 da noite”. Ou seja, mesmo que a grande maioria das trabalhadoras tenham uma residência quando elas dormem na casa do patrão estão mais próximas desse tipo de abuso.

Outro ponto importante a ser ressaltado é a frase muito comum de se ouvir, “ela é quase da família”. Juliana inclusive fala a respeito disso, ela explica que ficou muito triste quando o patrão não cumpriu o que havia combinado com ela: “eu tinha ele como se fosse da família, sabe, tinha muita consideração, ele não me pagou e eu pedi pra sair”. Juliana provavelmente era tratada dessa forma em seu trabalho e por isso o considerava “como se fosse da família” também. E essa relação se desenvolve pois o trabalho doméstico acontece dentro de casa, no âmbito privado, no meio familiar, e por isso é comum que haja uma aproximação afetiva e isso confunde as relações de trabalho para o empregado.

Cristiane em um momento da entrevista explica que apesar de saber que é explorada aceita o excesso de trabalho submetido pois, além de precisar do dinheiro, tem medo de encontrar alguém que não te dê liberdade na casa “para fazer o que quiser”, e nesse momento ela explica: “o que quiser assim, como empregada doméstica, que você se sente à vontade, eles não te impedem de comer, de conversar, de sentar à mesa, de almoçar, de lanchar, tem uma convivência como se fosse familiar”. Tudo que ela descreve são situações básicas que todo empregado doméstico deveria ter e aqui ela também repete a expressão “como se fosse familiar”.

Essa relação é muito discutida em “Que horas ela volta?”, filme de Anna Muylaert, porque no filme a personagem Val, de Regina Casé, “mora no serviço” como ela explica para a filha Jéssica, interpretada por Camila Márdila. Apesar de morar na casa da patroa, não pode usufruir da casa como as demais pessoas e sua filha a questiona sobre isso. E um detalhe é que o filme retrata também a migração de Val, de Pernambuco para São Paulo, deixando sua filha sob os cuidados da avó, algo muito comum e apresentado na dissertação pelos relatos das entrevistas e pelas referências teóricas.

Em meio aos confrontos que mãe e filha têm, Jéssica a questiona se ela nunca entrou na piscina, e Val diz que nunca: “e eu vou nadar na piscina na casa dos outros, Jéssica”. E ela rebate questionando onde a mãe aprendeu o que pode e o que não pode, onde estão essas regras? Como ela pode morar numa casa e não poder usufruir do que tem nela? E a resposta é que ela é quase da família, apenas quase. Algumas cenas demonstram isso, quando Jéssica entra na piscina e depois Dona Bárbara, a patroa interpretada por Karine Teles, retira a água deixando numa altura de uns 30cm para que a filha da empregada não volte a usar, foi uma forma de dizer, você não faz parte dessa família, é apenas quase. Por fim, em um momento do filme tem um arco muito interessante, que é a cena onde Val descobre que Jéssica passou no vestibular e nesse momento entra na piscina, liga para a filha dizendo que está muito orgulhosa dela ter passado e que finalmente ela se deu a liberdade de entrar na piscina, “adivinha onde é que eu tô?”, só molhando as pernas, mas uma grande evolução para a personagem. (O filme completo está disponível na plataforma de streaming da Netflix, mas esse trecho foi divulgado em uma rede social e disponibilizei no meu drive).

Por isso, foi necessário retomar a pergunta inicial do trabalho. Onde moram as domésticas que trabalham em Aracaju? Porque mesmo que tenham sua própria residência elas passam muito tempo na casa dos outros, e no caso das que dormem na casa dos patrões esse tempo é ainda maior, elas praticamente visitam suas casas aos fins de semana e moram no

trabalho. Contudo, não é um morar de fato, porque morar significa usufruir daquela casa, se sentir bem, acolhida, em um local onde se pode descansar, sentar no sofá e assistir televisão, e não é assim para essas mulheres que dormem na casa do patrão, reclusa num quarto que só tem acesso pela área de serviço, que é mal iluminado e posicionado do lado do sol mais quente. Além disso, como mostrado no capítulo 1, para as mulheres a casa tem um valor sentimental e traz estabilidade e segurança, algo muito enfatizado por Lúcia, inclusive, e não são esses sentimentos que os empregados possuem pela casa de seus patrões. Por isso, podemos concluir que a pesquisa conseguiu mostrar territorialmente onde essas mulheres possuem residência, mas onde de fato grande parte delas moram? Acredito que essa é a reflexão que fica e que pode ser aprofundada em outras pesquisas que virão.

REFERÊNCIAS

ADRIANA. **Experiência como doméstica e história de vida**. [Entrevista concedida a] Dara Maria Andrade do Nascimento. Aracaju, Sergipe. Dezembro de 2021.

ALVES, Clarissa Cecília Ferreira. **“Heróinas ou servas do capital?”: trabalho reprodutivo migrante e o controle social da força de trabalho de mulheres**. 2019. 388 f. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) – UFPB, João Pessoa, 2019.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In: ÁVILA, Maria Betânia (org.); FERREIRA, Verônica (org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS CORPO; Instituto Patrícia Galvão, 2014.

BERALDO, Juliana. O corpo nu e suas vestimentas simbólicas: uma leitura de pratos-quadros de Adriana Varejão e dos úteros de Angélica Freitas. **Revista Odara**, UFRJ, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 5, 2018. Disponível em: https://odara.labeledicao.com/textos_online/textos_v5_n5/v5_n5_13.html. Acesso em: 21 abr. 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Colonialidade do Poder e Subalternidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Brasileira do Caribe**, Goiânia, vol. VII, n. 14, p. 311-345, Jan/Jun. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=159114257002>. Acesso em: 18 de jul. de 2021.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Vol. 30, n. 1, p. 147-163, Jan/Abr. 2015. DOI: 10.1590/S0102-69922015000100009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5955>. Acesso em: 18 de jul. 2023.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves Fortificados: Erguendo Muros e Criando um Nova Ordem Privada. In: CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2011.

CAMPOS, Mariana de Lima. A titularidade feminina em programas habitacionais e a construção da cidadania: uma análise sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), **Prelúdios - Revista Discente do PPGCS-UFBA**, Salvador, v. 8, n. 8 p. 35-60, 2019. DOI: 10.9771/revpre.v8i8.23843. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistapreludios/article/view/23843>. Acesso em: 9 dez. 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA (org.); Marcelo Lopes de (org.); SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, Vol. 17, nº 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Acesso em: 10 de dez. 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Lygia Nunes. **As políticas públicas da localização da habitação de interesse social induzindo a expansão urbana em Aracaju/SE**. 2013. 248 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - FAUUSP, São Paulo, 2013.

CRISTIANE. **Experiência como doméstica e história de vida**. [Entrevista concedida a] Dara Maria Andrade do Nascimento. Aracaju, Sergipe. Novembro de 2021.

COUTINHO, Maria Chalfin et al. História de uma trabalhadora doméstica. **Athenea Digital**, Universitat Autònoma de Barcelona, Vol. 18, n. 2, 2018. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v18-n2-coutinho-maders-westrupp-davila/1940-pdf-pt>. Acesso em 20 de abr. de 2021.

COUTINHO, Maria Chalfin et al. “Todo dia uma casa diferente”: trajetórias, sentidos e cotidianos laborais de diaristas. **Universitas Psychologica**. Bogotá, v. 12, n. 4, p. 1127-1140, 2013. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=64730047012>. Acesso em 20 de abr. de 2021.

COTA, Daniela Abritta. Repensando a mobilidade urbana a partir da perspectiva de gênero. In: **ENANPUR**, XVIII, 2019, Natal. Anais. Disponível em: https://www.academia.edu/41606071/REPENSANDO_A_MOBILIDADE_URBANA_A_PARTIR_DA_PERSPECTIVA_DE_GÊNERO_1 Acesso em: 13 de jan. 2021.

COTA, Daniela Abritta. **Mulheres e o direito à cidade**: um estudo de políticas públicas em São João Del Rey, Belo Horizonte e Barcelona. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2021.

CRUZ, Jeferson Augusto da. Das terras pantanosas ao Quadrado de Pirro: as origens de Aracaju e o início da modernização. In: CRUZ, Jeferson Augusto da. **Uma mão de verniz sobre o tabuleiro de Pirro**: ecos da Belle Époque em Aracaju (1918-1926). 2016. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. PPGH/UFAL, Maceió, 2016.

EMICIDA: AMARELO - É TUDO PRA ONTEM. Direção: Fred Ouro Preto. Produção Evandro Fíoti. Brasil: Netflix, 2020. Streaming.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. Teorizando e politizando o trabalho doméstico. In: FEDERICI, Silvia. **Ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FRANÇA, Sarah Lúcia Alves. **A produção do espaço na Zona de Expansão de Aracaju/SE**: dispersão urbana, condomínios fechados e políticas públicas. 2011, 186 f.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - UFF, Rio de Janeiro, 2011.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e a arquitetura também mulher:** conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero. 2004. 284 f. Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo) – USP. São Paulo, 2004.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem políticoeconômica. 1979. In: RIOS, Flávia (org.); LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro latino americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz S.A., 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6608168/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20Lélia%20-%20Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6608168/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20Lélia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf). Acesso em: 30 de abr. 2021.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2ª. São Paulo: Edusp, 1997.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HELENE, Diana; LAZARINI, Kaya; ANDREOTTI, Maria Beatriz. A gestão dos cuidados tem gênero, raça e classe: as zonas de sacrifício da Covid-19 nas cidades brasileiras. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 21, n.1, p. 28-43, 2021. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/gestao.cuidados.genero.raca.classe.cadernos.pos.au.2021.1> Acesso em: 14 de dez. 2021.

HELENE, Diana. **“PRETA, POBRE E PUTA”:** a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. 2015. 339 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – UFRJ, 2015.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia, **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612> Acesso em: 14 de dez. 2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmidsBWQ/?format=pdf>. Acesso em: 14 de dez. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Bases cartográficas contínuas – Brasil**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html?=&t=downloads> Acesso em: 28 de out. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de**

Recuperação Automática – Sidra. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em: 12 set. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.** Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf Acesso em: 23 de fev. de 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades 2018.** Rio de Janeiro, IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html> Acesso em 04 de jun. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero indicadores sociais das mulheres no Brasil.** 2ª Ed. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n.38, IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf Acesso em: 23 de fev. de 2021.

ITIKAWA, Luciana. **Mulheres na periferia do urbanismo:** informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015.

JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dutra. Cenografia e corpografias urbanas: um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade. **Cadernos de PGG-AU/UFBA,** Salvador, Vol. 7, n.2, p. 79-86, 2008. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/2648> Acesso em 20 de jan. 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

JULIANA. **Experiência como doméstica e história de vida.** [Entrevista concedida a] Dara Maria Andrade do Nascimento. Aracaju, Sergipe. Dezembro de 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LÚCIA. **Experiência como doméstica e história de vida.** [Entrevista concedida a] Dara Maria Andrade do Nascimento. Aracaju, Sergipe. Julho de 2021.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. 2008. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. Edição do Kindle, 2020.

MÁRCIA. **Experiência como doméstica e história de vida.** [Entrevista concedida a] Dara Maria Andrade do Nascimento. Aracaju, Sergipe. Dezembro de 2021.

MARCONDES, Mariana Mazzini. O dia deveria ter 48 horas: práticas sociais do cuidado e demandas das mulheres brasileiras por políticas públicas para a sua democratização. In: ÁVILA, Maria Betânia (org.); FERREIRA, Verônica (org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS CORPO; Instituto Patrícia Galvão, 2014.

MARQUES, Thaís; GIACOMO, Fred Di. O estigma enfrentado nas periferias pelas pessoas com depressão: 'pobre não pode se dar ao luxo de não sair da cama'. **Agência Énois para a BBC News Brasil**, 15 de jul. de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44400381#:~:text=O%20estigma%20enfrentado%20nas%20periferias,da%20cama%27%20-%20BBC%20News%20Brasil> Acesso em 15 de abr. de 2022.

MENENEZ, Cássio Roberto Conceição de. Dinâmica urbana do bairro Rosa Elze: o papel das políticas públicas na transformação do espaço. **Scientia Plena**, vol. 7, n. 11, 2011. Disponível em <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/458> Acesso em: 02 de mai. 2022.

MONTELEONE, Joana de Moraes. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: o trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n148913> Acesso em: 24 de fev. 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho, 1976. In: RATTTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2006.

NASCIMENTO, Dara Maria Andrade. **A cidade através da perspectiva feminina**: uma proposta de intervenção urbana baseada na vivência de mulheres da Farolândia. 2019. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – UNIT, Aracaju, 2019.

ORNAT, Marcio; SILVA, Joseli Maria. Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa – Paraná. **Revista de História Regional**, v. 12, n. 1, p. 175-195, Verão, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2243> Acesso em: 13 de jan. de 2021.

OYÈWUMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. 2004. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. Edição do Kindle, 2020.

PAULA, Mayara Almeida de. **Análise interseccional da vida urbana**: reflexões acerca da condição das mulheres negras na cidade de Maceió – AL. 2019. 155 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – UFAL, Maceió, 2019.

PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Indicadores mensais produzidos com informações do 4º trimestre de 2021**. Rio de Janeiro, IBGE, 24 de fev. de 2022. Disponível em <https://static.poder360.com.br/2022/02/pnad-desemprego-24fev2022.pdf> Acesso em 01 de dez. de 2022.

PINHEIRO, Luana; et al. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**:

reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, (Texto para Discussão, n. 2528), 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9538> Acesso em: 03 de dez. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro: Polén, 2019.

RODRIGUES, Clarice Fernandes. A mulher no espaço público: uma reflexão acerca do processo de urbanização contemporâneo e da (não) participação das mulheres na produção do espaço. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero, 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017**, Florianópolis. (Anais Eletrônicos). Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503025557_ARQUIVO_Amulhernoespacopublico_ClariceFR.pdf Acesso em: 13 de jun. 2021.

RODRIGUES, Vinícius Silva. **As transformações recentes no espaço urbano de Nossa Senhora do Socorro**: uma desconcentração metropolitana. 2017. 131 f. Trabalho final de graduação (Graduação de Arquitetura e Urbanismo) – UFS, Aracaju, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SANDRA. **Experiência como doméstica e história de vida**. [Entrevista concedida a] Dara Maria Andrade do Nascimento. Aracaju, Sergipe. Dezembro de 2021.

SANTORO, Paula Freire. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, XVI, 2008, Caxambu- MG. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/3378/3237> Acesso em: 13 de jun. 2021.

SANTOS, Márcia Maria De Jesus. **Interações espaciais da cidade de Itabaiana no subsistema urbano de Aracaju**. 2017. 255 f. Tese (Doutorado em Geografia) – UFS. Aracaju, 2017.

SANTOS, Maria Aparecida Marques Dantas. **História do SINDOMÉSTICA e sua atuação**. [Entrevista concedida a] Dara Maria Andrade do Nascimento. Aracaju, Sergipe. Março de 2021.

SANTOS, Quitéria. **História do SINDOMÉSTICA e sua atuação**. [Entrevista concedida a] Dara Maria Andrade do Nascimento. Aracaju, Sergipe. Março de 2021.

SANTOS, Valdemir dos. **Da organização à crise do sistema integrado do transporte coletivo na Grande Aracaju**. 2016. 163 f. Dissertação (Mestrado em geografia) – UFS, Aracaju, 2016.

SEMFAS – Secretaria Municipal da Família e Assistência Social. **Mapografia social do município de Aracaju**. Aracaju, 2019. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/observatorio/arquivos/OSERVATORIO-Mapografia-Social-de-Aracaju-para-o-Observatorio-Social-final.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.

SILVA, Gabriel Borges; GOMES, Fábio Medina. “Lavo, passo e cozinho na sua casa e pros seus filhos, mas meu filho que mora comigo fica largado na favela”: reflexões sobre suspeição

e precariedade nos casos do “cria de favela” e da “empregada doméstica”. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 50, p. 188-213, 3. Quadri, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/43310> Acesso em: 08 de dez. 2021.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul, Florianópolis**, v. 22, n. 44, p 117-134, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12612> Acesso em: 13 de jan. 2021.

SILVA, Robson Roberto da. A presença das amas-de-leite na amamentação das crianças brancas na cidade de São Paulo no século XIX. **Antíteses**, v. 9, n. 17, p. 297-322, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/22618> Acesso em: 07 de mar. 2022.

SMOLEN, Jenny Rose; ARAÚJO, Edna Maria de. Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. **Ciência e saúde coletiva**, v. 22, n. 12, dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.19782016> Acesso em: 15 de abr. de 2022.

SOUZA, Alessandra Magda dos Santos de. **Condomínios horizontais exclusivos e a dinâmica socioespacial no litoral metropolitano de Aracaju (SE)**. 2016. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) – UFS, 2016.

SOUZA, Flavia Fernandes de. Reflexões sobre as relações entre a história do serviço doméstico e os estudos da pós-emancipação no Brasil. **História, Histórias**. Brasília, vol. 4, n. 8, p.131-154, 2016. DOI: 10.26512/hh.v4i8.10949. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10949> Acesso em: 9 dez. 2022.

SOUZA, Marcelo de Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA (org.); Marcelo Lopes de (org.); SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 10ª. São Paulo: Contexto, 2000.

TAVARES, Rossana Brandão. Corpos que chegam, que ficam e que vão. In: GUIMARÃES, Victor (org.). **Doméstica: coletânea de textos + filme**. Recife: Desvia Produções, 2015. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/qantrpo28smbes2/DomesticaPT_WEB.pdf?dl=0 Acesso em: 23 de mar. 2022.

TAVARES, Rossana Brandão. Corpos que chegam, que ficam e resistem. **Coletiva**, Recife, n. 24, 2019. Disponível em <https://www.coletiva.org/dossie-direito-a-cidade-n24-artigo-corpos-que-chegam-que-ficam-e-resistem>. ISSN 2179-1287 Acesso em: 23 de mar. 2022.

TEIXEIRA, Juliana Cristina. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu editora, 2020.